

Escola de Ciências Sociais e Humanas
em co-tutela com a **EHESS** (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris)

**Um mundo em movimento.
Horizontes operativos entre refugiados e
regressados angolanos (Campo de Meheba, Zâmbia)**

Pedro Miguel Mendes Pereira Figueiredo Neto

*Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutor em Antropologia*

Orientadores:

Michel Agier (Directeur de recherche à l'Institut de Recherche pour le Développement; Directeur d'Études à
l'École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)

Rosa Maria de Figueiredo Perez (Professora Associada com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de
Lisboa)

4 Abril 2016



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas em co-tutela com a
EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris)

**Um mundo em movimento.
Horizontes operativos entre refugiados e
regressados angolanos (Campo de Meheba, Zâmbia)**

Pedro Miguel Mendes Pereira Figueiredo Neto

*Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutor em Antropologia*

Membros do júri

Presidente

- Doutor Pedro Miguel Prista Monteiro (Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

Vogais

- Doutor Michel Naepels (Directeur d'Études, Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales)

- Doutor Álvaro António Gomes Domingues (Professor Associado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)

- Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins (Professor Auxiliar, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

- Doutora Inge Brinkman

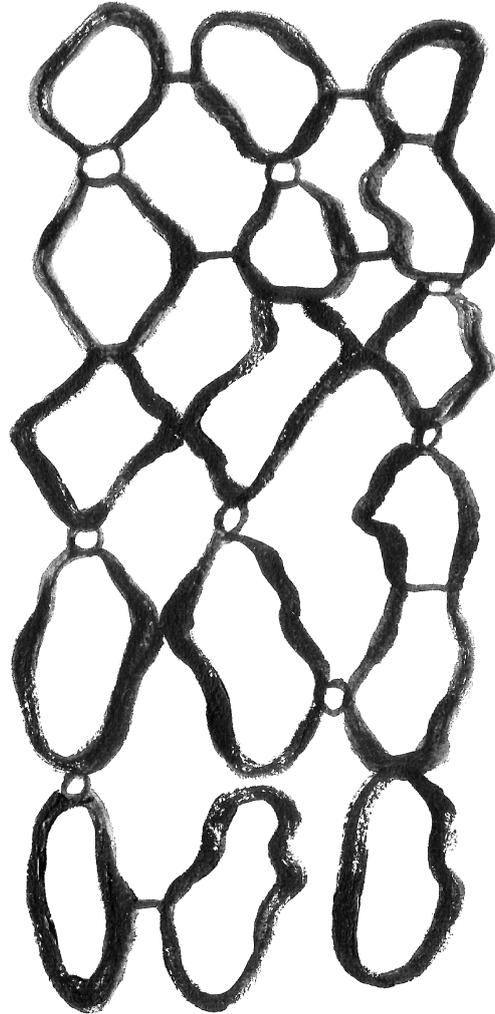
(Professor of African Studies, Department of African Languages and Cultures, Ghent University)

Orientadores:

- Doutor Michel Agier (Directeur de recherche à l'Institut de Recherche pour le Développement;
Directeur d'Études à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales)

- Doutora Rosa Maria de Figueiredo Perez (Professora Associada com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

Abril 2016



Notre nature est dans le mouvement; le repos entier est la mort.

Blaise Pascal
Les Pensées (1670)

Agradecimentos

O desenrolar de um projecto desta envergadura depende da boa vontade de inúmeras pessoas e instituições é a esses que se dirige o meu profundo reconhecimento. Creio, no entanto, que também todos os outros que dificultaram a pesquisa merecem uma palavra. O resultado final deste intrincado projecto é, em larga medida, produto dos obstáculos encontrados.

Cinco anos de trabalho são compostos por encontros vários — ao longo das geografias em análise, em universidades, centros de estudo e reuniões científicas, mas, sobretudo, nos muitos encontros e debates informais com colegas e amigos. Embora por vezes invisível, na forma de camadas de inquietude(s), cada encontro encontra-se manifesto no percurso da investigação teórica e etnográfica.

Esperando não esquecer ninguém, desde logo as minhas palavras de gratidão dirigem-se a ambos os meus orientadores, a Professora Rosa Maria Perez e o Professor Michel Agier, por acreditarem neste projecto, e pela liberdade de acção que me concederam perante a complexidade do terreno bem como na subsequente elaboração da tese. Exalto a constante presença e cuidado da professora e amiga Rosa Perez, cujo papel foi muito além dos conselhos teóricos e metodológicos, da mera supervisão. E exalto também o professor Michel Agier, a quem devo muitas perguntas e reflexões, tal como o convite para uma *co-tutelle* com a EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris). Não fosse a entrada na EHESS e subsequentes apoios para o início do trabalho de campo na Zâmbia e em Angola — *Aide au terrain* (EHESS) e bolsa *Mobi'Doc* (Região Île-de-France) em 2012 — e, provavelmente, este projecto não teria tido continuidade. Agradeço também à FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) que, posteriormente — através da Bolsa de Doutoramento, 2013-2016 — permitiu que os trabalhos continuassem até à sua conclusão.

Uma palavra especial é devida à inestimável ajuda de Julia Powles (Universidade de Oxford), que me recebeu e facultou vários dados sobre o campo de Meheba, e a quem devo o primeiro contacto da extensa rede que se viria a formar na Zâmbia. À SOAS (School of Oriental and African Studies - Universidade de Londres) que me acolheu ao abrigo do programa *Academic Hospitality*, em 2011, proporcionando um período de contacto com outros investigadores e de acesso a valiosos recursos bibliográficos. Na SOAS destaco as conversas com Justin Pearce, que me introduziu a inúmeras questões políticas e ideológicas no contexto de Angola.

Uma especial menção é devida a todos os meus colegas e amigos do ISCTE-IUL e da EHESS que partilharam as suas inquietações teóricas. Destaco, no entanto, dois companheiros de

terreno: a Belisa Pessoa, com as suas perspectivas muito características sobre o norte de Angola; e o Hélder Bahu, contador de episódios e peripécias várias, que tantas dúvidas acerca da realidade angolana esclareceu, e pelos seus valiosos comentários ao texto final.

Ao IMAF (Institute des Mondes Africains, Paris), Carole Craz e Elisabeth Dubois. Ao Centro de Estudos Internacionais (CEI, ISCTE-IUL), nomeadamente à Fernanda Alvim. Destaco ainda a contribuição — indirecta — do professor Manuel João Ramos, pelas suas opiniões *sui generis* e de forte estímulo à reflexão.

Ainda ao Ricardo Leal que me ajudou na revisão do resumo francês desta tese.

Ao meu irmão João, que leu, criticou e instigou à dúvida atentamente. À Ilaria, mulher e camarada, autora dos mapas e ilustrações que surgem no texto, que tanta paciência demonstrou durante as minhas ausências, durante esta odisseia. À minha mãe, que me ensinou a pensar, a fazer perguntas e a contar histórias — sem ela nada disto teria sido possível.

Por fim, a todos os que me ajudaram, que partilharam as suas casas e as suas histórias de vida, os seus conselhos e as suas redes, em Meheba, na Zâmbia, em Angola, e que cujos nomes, por uma questão de prudência, não podem figurar nesta lista de agradecimentos. É a todos esses — que, de resto, povoam o texto — que esta tese é dedicada.

Bem hajam todos,

Pedro Neto

Financiamentos

Bolsa de Doutoramento 84332/2012 - FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), 2013-2016

Mobi'Doc - Île-de-France, 2012

Aide au Terrain - EHESS, Paris, 2012

Resumo

O deslocamento populacional — forçado, induzido ou voluntário — encontra-se arraigado nos territórios que hoje compõem Angola e respectivas franjas. A escravatura, o trabalho forçado, a violência e os pesados impostos, o processo de ocupação territorial, as políticas coloniais e outras mais recentes, mas sobretudo os continuados conflitos inter-relacionados, estiveram na base de profundas transformações demográficas. Ao longo do tempo, a incerteza estrutural contribuiu para que o movimento — enquanto constrangimento e estratégia — se consolidasse como condição central na vida das populações locais.

Através de métodos etnográficos adaptados ao contexto do terreno, procurei compreender como se articula o movimento de “refugiados” e “repatriados angolanos”. Nesse sentido, e partindo do campo de refugiados de Meheba, Zâmbia, acompanhei directa e indirectamente os respectivos percursos entre a Zâmbia e Angola. O resultado foi a elaboração de um regime de pensamento e de acção, organizado através das unidades socioespaciais envolvidas — a saber, “o campo” (de refugiados), “o mato”, “a cidade”, “a estrada” e “a fronteira”. Tais unidades socioespaciais, cuja substância é produto — e produtora — de eventos, ideias e ideais de (i)mobilidade, constituem o que eu chamo de “horizontes operativos”. Assim, trata-se de compreender o que ocorre nestas unidades socioespaciais, que significados encerram, qual o seu carácter, que identidades form(ul)am, que comportamentos e expectativas (pre-)supõem, e como estimulam e são estimulados pela (i)mobilidade nas suas várias expressões.

palavras chave: refugiados, deslocamento, mobilidade, fronteiras, estratégias de vida, África, etnografia

Abstract

Forced, induced and/or voluntary, displacement lies deeply rooted in the territories that today comprise Angola and its fringes. Colonial occupation and slavery, violence, forced labour and high taxes, the nationalist strife, but above all, the successive interrelated conflicts, have had tremendous demographic implications. Over time, structural uncertainty contributed to the way movement — understood as a constraint and as a strategy — became integrated in the regional social landscape.

The Meheba Refugee Settlement, Zambia, was the departure point of a sprawling ethnography. By following the paths of Angolan refugees and returnees between Zambia and Angola, I sought to understand how movement is articulated and perceived. More than an element of analysis, mobility became a research resource; the elaboration of a *régime de la pensée et d'action*, structured according to the socio-spatial units involved, was its outcome. These socio-spatial units, whose substance is the product and producer of events, ideas and ideals of (im)mobility, constitute what I call “operative horizons”. In the present essay, these are the (refugee) “camp”, “the bush”, “the town”, “the road” and “the border”. Therefore, it is my aim to examine what takes place in these units, the meanings these horizons have attached as well as their intrinsic nature, the identities they shape and formulate, the behaviors and expectations they imply and foresee, and how they stimulate and are stimulated by the various expressions of (im)mobility.

keywords: refugees, displacement, mobility, borders, life strategies; Africa, ethnography

Lista de Acrónimos

CFB - Caminhos de Ferro de Benguela

FAA - Forças Armadas Angolanas

FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA - Frente Nacional pela Libertação de Angola

FORGE - Facilitating Opportunities for Refugee Growth and Empowerment

GRZ - Governo da República da Zâmbia

IOM - International Organization for Migration

MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola

OMS/WHO - Organização Mundial de Saúde /World Health Organization

ONG - Organização Não-Governamental

PAM /WFP - Programa Alimentar Mundial /World Food Program

PNUD/UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento /United Nations Development Programme

RA - Refugee Alliance

RCA 1970 - Refugee Control Act 1970

RDC - República Democrática do Congo

RO - Refugee Officer

UNHCR /ACNUR - United Nations High Commission for Refugees / Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNITA - União Nacional pela Independência Total de Angola

UPNA - União dos Povos do Norte de Angola

UPA - União dos Povos de Angola

WB - World Bank/Banco Mundial

Lista de figuras¹

Fig. 01 - Mapa regional, Angola e Zâmbia (Ilaria Bozzini)

Fig. 02 - Mapa etnolinguístico (Ilaria Bozzini, adaptado de *African Languages Map* (fracção) - de Steve Huffman, World Language Mapping System, *Ethnologue 15th ed.*, disponível em www.gmi.org/wlms)

Fig. 03 - Principais reinos da região (Ilaria Bozzini, fonte: Wheeler & Pélissier 2009)

Fig. 04 - Campos de Refugiados, Zâmbia (Ilaria Bozzini, fonte: UNHCR)

Fig. 05 - Itinerário etnográfico, Zâmbia e Angola (Ilaria Bozzini)

Fig. 06 - *Meheba Refugee Settlement* (Ilaria Bozzini; fonte: Agier 2011, UNHCR 2011)

Fig. 07.1 - 07.8 - Variedade habitacional, por zonas (2014)

Fig. 08 - Futebol, Zona B (2012)

Fig. 09 - Mercado, Zona B (2012)

Fig. 10 - Portão de Meheba (2014)

Fig. 11 - *Spiritual Adoption*, William Marrion Branham (1993)

Fig. 12.1/12.2 - Escola Zona B (2012)

Fig. 13 - Casa Sr. João Lijimu (2012)

Fig. 14 - Igreja Pentecostal, Zona D (2014)

Fig. 15.1/15.2 - Mercado Zona D; Centro da Zona D (2014)

Fig. 16 - Escola Zona D (2014)

Fig. 17 - Diagrama lugar convergente/lugar divergente

Fig. 18.1/18.2 - WLF (World Lutheran Foundation); RA (Refugee Alliance), R 36 Zona D (2014)

Fig. 19.1/19.2 - Plot Test, Seed Co (2014); Ajuda alimentar USAID (2012)

¹ Todas as fotografias, salvo menção em contrário, são do autor. Todos os mapas, salvo menção em contrário, são da autoria de Ilaria Bozzini.

Fig. 20.1/20.2 - *Refugee Identity cards*

Fig. 21 - UNHCR Lodge, R 36, Zona D (2014)

Fig. 22.1/22.2 - *Convoy de repatriamento, Meheba* (2014)

Fig. 23.1/23.2 - Luanda centro, Maianga; Marginal/Baía de Luanda, 2013 (Pedro Neto)

Fig. 24.1/24.2 - Aldeia de repatriados, entre o Luau e o Cazombo, 2013 (Pedro Neto)

Fig. 25 - Árvore listada (indicação de minas), entre o Luau e o Cazombo, 2013 (Pedro Neto)

Fig. 26 - Candongueiro, Luanda, 2013

Fig. 27 - Missa em autocarro, entre Solwezi e Mwinilunga, 2012

Fig. 28 - Checkpoint, Cazombo (2013)

Fig. 29 - Comboio, Luena-Huambo, (2013)

Fig. 30 - Destroços de guerra, entre o Sumbe e Luanda (2013)

Fig. 31 - Fronteira Angola-Zâmbia (Ilaria Bozzini)

Fig. 32 - Rio Zambeze, Cazombo (2013)

Fig. 33 - Wisha Wisha Guesthouse, Manyama (2013)

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Variação populacional de Meheba

Tabela 2 - Distribuição da população urbana, Angola

Tabela 3 - Crescimento da população, Angola

Nota ortográfica e editorial

Dada a miríade de formas escritas em que surgem determinados nomes locais de Angola e da Zâmbia, optarei pela grafia portuguesa (por exemplo: Cuito Cuanavale em lugar de Kuito Kuanavale, Cuando Cubango em lugar de Kuando Kubango).

Além disso, optarei pelo uso de minúsculas ao indicar as categorias nacionais ou étnicas — e não esquecendo que a menção ao grupo étnico partirá sempre de uma informação avançada pelo respectivo interlocutor em causa. Da mesma forma que — tanto em francês como em português — a menção à nacionalidade começa por minúsculas, assim será no que toca às proveniências étnicas.

Quanto às referências na forma de acrónimos, dado que — salvo raras exceções — a maior parte dos relatórios se encontram em inglês optarei por essa mesma versão (por exemplo: UNHCR e não ACNUR).

Dada a inconstitucionalidade² da imposição da obrigatoriedade do Acordo Ortográfico de 2012 (AO12), a presente tese encontra-se redigida seguindo o Acordo Ortográfico de 1990.

De forma a salvaguardar a integridade dos meus interlocutores, os nomes apresentados nem sempre correspondem aos seus nomes verdadeiros.

² cf. Ivo Miguel Barroso/ Francisco Rodrigues Rocha. Guia jurídico contra o “Acordo Ortográfico” de 1990. Fundamentação jurídica relativa às inconstitucionalidades do “Acordo Ortográfico” de 1990; da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de Janeiro; do conversor “Lince” e do “Vocabulário Ortográfico do Português”; e diplomas neles baseados, 19 de Novembro de 2014, in “Público” “on line”, pp. 100-106.

index

Agradecimentos
Resumo/Abstract
Lista de Acrónimos
Lista de Figuras
Lista de Tabelas
Nota editorial e ortográfica

Prólogo

1

Introdução

4

1. Uma região inquieta

25

2. O campo

83

3. Entre o mato e a cidade

167

4. A estrada e a fronteira

233

Conclusão

(em jeito de epílogo)

291

Bibliografia

301

Anexos

335

Índice de conteúdos

375

Prólogo

Quando eu vivia em Angola acordava e via o rio, a lavra, as matas à volta, a torre da igreja lá ao longe... Ah! Se aquilo era bonito!

(...)

Depois veio só 'confusão'... Foi por essa altura que começámos a caminhar, até que acabámos a viver aqui em Meheba...

(...)

E agora, o que é que eu vejo aqui?

Para onde é que eu vou agora?

Noé

Abril de 2012, Meheba

Após cerca de cinco séculos de presença colonial portuguesa, em 1961 teria início o longo conflito angolano — um dos mais longevos e sangrentos a lavrar no continente africano. Depois da independência, alcançada em 1975, as hostilidades continuariam com apenas algumas interrupções. O conflito seria então alimentado pelo contexto da Guerra Fria, pelo controlo sobre populações e recursos naturais, opondo essencialmente as duas facções principais, UNITA e MPLA¹. A morte do líder da UNITA, em 2002, poria fim a cerca de quatro décadas de confrontos. Mas tão longas hostilidades deixariam um rasto de destruição atroz, um pesado número de mortos e mais ainda de deslocados.

As palavras de Noé, nascido em 1968 e a viver no campo² de refugiados de Meheba, Zâmbia, em 2012, informam nostalgicamente acerca de um momento anterior à chegada do conflito — ou pelo menos antes de que a violência chegasse à aldeia, às terras da família, à sua casa. Noé habitava então num povoado da envolvente do Cazombo, no periférico Moxico. Quando a UNITA tomou a região, corria o ano de 1983, somar-se-iam os episódios de destruição de infra-

¹ UNITA - União Nacional pela Independência Total de Angola, e MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola.

² De ora em diante, a menção da palavra “campo” será, salvo nota em contrário, sempre referente ao campo de refugiados, mais concretamente, ao campo de Meheba.

estruturas, de edifícios públicos, o rebentamento da ponte sobre o Zambeze, bem como seriam minadas estradas e caminhos. A mensagem era clara: todos deviam permanecer no seu sítio — imóveis. Nos dois anos seguintes, as FAPLA³, com o apoio de tropas cubanas, lutariam pelo controlo do distante território. Face ao prelúdio de mais um período devastador, Noé e a família decidiram rumar até à vizinha Zâmbia. O deslocamento forçado não era uma realidade de todo desconhecida; anos antes, outros familiares e amigos haviam feito o mesmo aquando dos confrontos entre as guerrilhas nacionalistas e as tropas portuguesas. E antes ainda, com outros indivíduos que enfrentaram séculos de depredação, perpetrados pela mão colonial e não só.

Noé pertencia ao grupo Iuvale, uma circunstância que o colocava na mira da UNITA.⁴ Temendo o pior, ao lado dos pais, das três irmãs, da tia, de dois primos e da avó, Noé deixou sorrateiramente a sua aldeia natal. Durante dias a fio caminharam em zig-zag pelo mato — ainda que em paralelo ao rio Zambeze —, comiam o que encontravam e o que conseguiam recolher, bebiam dos cursos de água, dormiam nas árvores, temiam cruzar-se com as guerrilhas, com as tropas governamentais, com animais selvagens, eventualmente pisar alguma mina. Progrediam em silêncio; primeiro de forma a que não os detectassem, depois porque, de qualquer modo, as forças escasseavam.

Noé não teria mais do que 16 anos. Lembra-se que após cerca de três semanas de corta-mato o grupo chegara a uma aldeia nos arredores de Chavuma. Finalmente haviam atravessado a fronteira: estavam na Zâmbia. Mas o chefe local recusou-se a acolhê-los — “eram demasiados”. Um encontro subsequente com as autoridades zambianas levou-os, inevitavelmente, até ao campo de refugiados de Mayukwayukwa, onde permaneceriam a viver em tendas de plástico durante uma temporada. Mais tarde, em conjunto com outros refugiados angolanos, Noé e a família seriam conduzidos até ao campo de Meheba. E aí viria a aprender a falar português com angolanos de outras regiões, seria em Meheba que viria a “perceber como é difícil ser angolano”.

Esperançado, nas vésperas das eleições de 1992, Noé voltou para Angola com o pai e um dos primos da sua idade. Com vista a averiguar a situação foram até ao Cazombo, depois ao Luena, por fim decidiram instalar-se no Huambo onde tinham contactos de familiares provenientes do Moxico, também eles deslocados pela contenda. Não restavam dúvidas de que a “cidade” podia oferecer mais alternativas económicas e garantias de estabilidade que o “mato”. O pai e o primo ficaram a trabalhar no Huambo enquanto Noé regressava a Meheba,

³ Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, braço do MPLA, mais tarde Forças Armadas Angolanas (FAA).

⁴ O MPLA fora o primeiro a infiltrar-se na região ainda durante o período colonial, por volta de 1965/66, e vários foram os grupos Iuvale que inicialmente se associaram ao movimento político.

encarregado de conduzir toda a família de volta ao país. Todavia, entretanto a situação descontrolara-se e o país mergulhara em mais um período de hostilidades. Noé jamais voltaria a ter contacto com o pai ou com o primo. Aparte raras visitas à cidade de Solwezi, Meheba seria a sua única paisagem nos vinte anos seguintes. Não obstante as muitas reticências em relação às condições de vida em Meheba, a verdade é que a permanência no campo transmitia-lhe relativa segurança.

Quando conheci Noé, no início de 2012, ele e a actual família faziam parte do grupo de angolanos que ponderava o repatriamento. Com efeito, não pareciam restar muitas opções: o estatuto de refugiado estava prestes a caducar e a pressão política face ao retorno era grande; Noé tinha dúvidas em qualificar-se no programa de integração local e, de qualquer modo, não sabia em concreto ao que isso correspondia; simultaneamente, o cenário económico e agro-alimentar em Meheba não augurava as melhores perspectivas. Em breve os dois filhos mais novos terminariam mais uma etapa escolar e, portanto, com excepção da oferta sanitária, as vantagens propiciadas por Meheba no imediato desvaneciam-se gradualmente. A sua ascendência tinha falecido e, além da mulher, dos dois filhos mais novos e da sua irmã solteira, os restantes familiares haviam trocado o campo de refugiados, ora por Angola, ora por outras paragens na Zâmbia. A única filha de Noé fugira de Meheba com um zambiano com o qual entretanto se casara. Adão, o filho mais velho nascido em 1990, trabalhava como carregador e motorista de moto-táxi no Luena.

Um ano mais tarde, em Fevereiro de 2013, seguiria o trilho de Noé, desta feita através do contacto do filho em Angola. Em vão. Efectivamente, Noé optara pelo repatriamento, contudo, de acordo com Adão — que agora olhava pela mãe, pela tia e pelos dois irmãos mais novos —, o pai permanecera apenas alguns meses em Angola. Aparentemente, na antiga aldeia de Noé viviam “indivíduos estranhos”, as terras envolventes ainda estavam densamente minadas, e também não se estava a “sentir bem” no Luena. Além disso, ninguém lhe dera trabalho. Assim, Noé decidira partir em direcção à Zâmbia, em direcção a Meheba. — *O meu pai não se habituou à ideia, a vida de regressado não é fácil! Pelo que me contaram Angola nunca foi uma terra fácil... Isto é só para gente dura, mas não é como Meheba, aqui se fores forte consegues fazer dinheiro!* comentaria Adão, orgulhoso por ter — por ora — vingado na vida.

No início de 2014 voltei a Meheba, mas não voltaria a encontrar Noé.

Introdução

A história de Noé é a história de muitos indivíduos que, devido a circunstâncias de vária ordem, se viram induzidos ou forçados a partir, a apartar-se das suas casas, terras, regiões, a deixar os seus países e, por vezes, a abandonar as suas famílias e amigos.

No que diz respeito à faixa territorial em análise, correspondente aos territórios que hoje configuram Angola e respectivas franjas com a Zâmbia, as circunstâncias manifestaram-se — e continuam a manifestar-se — particularmente exacerbadas. Embora os percursos de Noé relatados no prólogo constituam exemplo de um itinerário singular, tal vaivém é revelador de um universo regional em constante movimento, de um mundo em movimento. Enquanto resposta à incerteza, às expectativas, aos desejos, devido aos recorrentes abusos, à violência, à espoliação territorial, material e humana, o deslocamento populacional encontra-se profundamente arraigado na região em estudo.

De salientar que foi a circunstância do deslocamento que veio estabelecer o grupo em análise — na sua codificação actual, sumariado em “refugiados e/ou repatriados angolanos” — permitindo delimitar, por sua vez, um perímetro etnográfico, relacionado com os respectivos itinerários, trajectórias, encontros e desencontros.

Como fui constatando ao longo da minha investigação, o movimento respeitante aos indivíduos e geografias analisados é frequentemente guiado e/ou articulado por unidades socioespaciais mais ou menos genéricas, a saber: o “campo” (de refugiados), o “mato” e a “cidade”, mas também a “estrada” e a “fronteira”. De forma dialéctica, tais unidades socioespaciais constituem pontos de referência dinâmicos que projectam, gerem e geram significados múltiplos. O significado de cada uma destas unidades não é estático nem hermético, pelo contrário; (re)formula-se ao longo do tempo, fundando-se e fundamentando-se — com expressão individual e colectiva — por entre narrativas várias, por entre estórias e a história, através da memória e da experiência. A tais unidades socioespaciais chamarei “horizontes operativos”, uma noção cujo poder analítico e elaboração merece ponderação de seguida. Por agora, retenha-se a definição de “horizontes operativos” como sendo unidades socioespaciais, cuja substância é produto — e produtora — de eventos, ideias e ideais de (i)mobilidade. E, intrinsecamente vinculado à mobilidade nas suas várias expressões, o conjunto destes “horizontes operativos” — de forma análoga a um exercício topográfico — compõe um regime de pensamento e de acção (*régime de la pensée et d'action*) específico.

Assim, tendo como caso de estudo os “refugiados” e “repatriados angolanos” — a par dos seus movimentos entre a Zâmbia e Angola, orientados pelos horizontes operativos —, interessa-me explorar a elaboração de um quadro de pensamento e de acção, compreender o que ocorre nestas unidades socioespaciais, que significados encerram, qual o seu carácter, que identidades form(ul)am, que comportamentos e expectativas (pre-)supõem, e como estimulam e são estimulados pela mobilidade — e mesmo perceber do que se trata quando se fala de mobilidade. Para o efeito, o esclarecimento e (des)construção de uma série de temas e termos afins mostra-se imperativo.

“Horizontes operativos”, um regime de pensamento e de acção

A ideia de “horizonte” encontra-se amplamente sujeita a apropriações metafóricas várias, no entanto, creio que o conjunto das suas acepções não deixa de oferecer uma relativa objectividade analítica. O termo horizonte não remete apenas para o espaço que a visão abrange — o que por si só permitiria pensar e observar a condição e os contextos humanos, base de qualquer estudo antropológico — como também remete para aquilo *qu'on envisage*, sublinhando a dependência de um ponto de vista subjectivo, quanto mais não seja porque singular a determinado sujeito, o observador. Em francês, o verbo *envisager* — que traduzido para português se reveste de diversos significados e interpretações tais como: considerar, projectar, postular, contemplar, abranger, encarar, ponderar, equacionar, proceder, pretender, querer, visionar, imaginar, augurar, esperar, prever — é, efectivamente, o que melhor parece traduzir a dinâmica associada ao conceito de “horizonte operativo”.

A noção de horizonte designa a linha imaginária que separa a terra do céu. E tal linha comporta tanto uma ideia de limite, de barreira, de fronteira mais ou menos real, como serve de alegoria a um umbral metafísico (por exemplo, entre a “vida e a morte” quando numa óptica religiosa). A qualidade visual e posicional associada ao horizonte também permite viagens temporais, podendo aludir tanto ao futuro quanto ao passado — a tudo o que se perde de vista na linearidade espacial e temporal. O horizonte não é onde algo termina, mas onde algo começa a estar presente (cf. Heidegger 1971:154; in Ingold 2009:42) e, nesse sentido, o seu carácter é profundamente prospectivo⁵.

⁵ O crescente interesse numa antropologia prospectiva, do futuro, do pensável e do possível, encontra-se patente na proposta de Appadurai (2013) *The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition*, em Marcus (2005) e a sua *paraethnography*, ou quando se pensa na criação do LAAP (*Laboratoire d'anthropologie prospective*) da Universidade de Louvain, Bélgica (para mais consultar <https://www.uclouvain.be/laap.html>)

O horizonte tem como ideias subjacentes o impermanente e o inalcançável: se eu caminhar dez passos, também o horizonte se desloca dez passos. A ideia de horizonte surge apenas a uma ideia de futuro, de destino, de desejo. A este propósito lembro um episódio de Eduardo Galeano, no qual o escritor narra como a noção de utopia coincide com a linha do horizonte, e de como por esse mesmo motivo é inatingível. Inevitavelmente, tal circunstância leva a uma questão fundamental: para que serve então a utopia? Segundo Galeano, “a utopia serve para caminhar”⁶.

Como darei conta, as unidades socioespaciais que as populações em estudo atravessam e habitam, enquanto horizontes, reflectem um semelhante carácter “utópico”. Por exemplo, os desejos e as expectativas que a “cidade” estimula, frequentemente se desvanecem uma vez alcançada. De modo análogo, as incertezas associadas ao “mato” podem, inesperadamente, reformular-se no confronto com o mesmo. Enquanto no “campo” de refugiados, há quem imagine a vida de novo em Angola, de volta a “casa”, e é essa projecção mental que dá força para que se continue a viver, para que se continue a alimentar a esperança face a um difícil quotidiano. Todavia, a esperança depositada no retorno ao país de origem, no atravessar a “fronteira”, dissipa-se amiúde, quando a realidade encontrada se verifica diferente do que foi imaginado. E ao longo do caminho, da “estrada”, há horizontes que são quebrados e outros, mais ou menos novos, começam a raiar. Por vezes, há quem pense que no fim de contas a permanência no “campo” merecia reconsideração. Mas a “estrada” permanece o caminho. Um mundo em movimento.

Pela sua complexidade e abrangência, a ideia de horizonte parece-me a que melhor designa o carácter das unidades socioespaciais em apreciação. São estes vários horizontes — o campo, o mato, a cidade, a estrada e a fronteira — que se formulam e articulam através do movimento continuado entre refugiados e regressados angolanos ou dos indivíduos cujo movimento e ancoragem espacial os insere em semelhantes categorias identitárias, e vice-versa. No entanto, os horizontes nunca — ou só muito raramente — se cumprem, impelindo à exploração de um novo. O evento da mobilidade é solução e condição, as ideias e os ideais de mobilidade são o seu impulso e motor.

O conhecimento de tais horizontes constitui um repositório de instruções — uma espécie de *kit* —, pressupondo uma relação dialéctica entre projecto e projecção; seja um projecto de vida e respectivas expectativas ou uma projecção de identidades, posturas, comportamentos. Nesse sentido, os “horizontes” são “operativos” pois ajudam a equacionar decisões e posturas no presente, indicam como actuar, com o que contar, em suma, como operar.

⁶ Excerto da entrevista de Galeano disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs> consultado em 12 junho 2015.

*

Com vista a reflectir sobre a experiência humana, Vincent Crapanzano (2004) propõe uma noção analítica quase homónima: *imaginative horizons* (no sentido de imaginativos, construtivos, criativos). Para o autor, *imaginative horizons* constituem uma espécie de fronteira do desconhecido, aquém de nítida, que separa o aqui e o agora do que está “além” em termos espaciais e temporais:

(...) frontiers as horizons that extend from the insistent reality of the here and now into that optative space or time — the space-time — of the imaginary. (...)

My concern is with the role of what lies beyond the horizon, with the possibilities it offers us, with the licit and illicit desires it triggers, the plays of power it suggests, the dread it can cause — the uncertainty, the sense of contingency, of chance — the exaltation, the thrill of the unknown, it can provoke. (...) Our images, dreams, projections, calculations, and prophecies may give form and substance to the beyond, but, as they do, they destroy it; for, as they construct it, they assure its displacement. (...) I am then particularly concerned with the paradoxical ways in which the irreality of the imaginary impresses the real on reality and the real of reality compels the irreality of the imaginary (2004:14-15)

Através do papel e do poder que a criatividade e a imaginação imprimem à experiência do mundo— e para isso recorrendo a uma miríade de fontes antropológicas, literárias, filosóficas —, Crapanzano reflecte acerca de um conjunto de “horizontes” que influenciam a experiência ao mesmo tempo que permitem interpretá-la. No entanto, importa distinguir a noção de “horizontes imaginativos” de “horizontes operativos”. Embora ambas noções se intersectem e apresentem múltiplas semelhanças, a verdade é que a proposta de Crapanzano vai no sentido de explorar o papel da criatividade e da imaginação, e os seus tópicos de abordagem remetem para elementos mais ou menos abstractos (“o entre”; “o corpo, a dor e o trauma”; “a esperança”; “a transgressão e o erótico”; “a lembrança”; “o fim do mundo”). Em contrapartida, os horizontes operativos que proponho não são apenas fruto da imaginação ou das emoções, embora tais dimensões se encontrem (omni)presentes. Aos horizontes operativos correspondem entidades socioespaciais efectivas (palpáveis, apesar de genéricas) e, subjacente ao seu conhecimento e domínio — tal como na ausência de ambos —, verificam-se consequências bem relevantes.

Uma tal janela de reflexão leva-me até ao conceito de *habitus*, proposto por Pierre Bourdieu (1980). Na óptica do autor, através da vida, trajectória e grupo social, cada indivíduo incorpora uma série de modos de sentir, agir e pensar que perduram no tempo e condicionam decisões

futuras. O *habitus* é constituído por um conjunto de disposições, esquemas de acção, de percepção e apreciação que qualquer indivíduo adquire através da sua experiência social. Bourdieu define *habitus* como sendo “structures structurées prédisposées à fonctionner comme structures structurantes (1980:88)”, no sentido em que o *habitus* é tanto um produto social e histórico como constitui um motor gerador de novas práticas. Poderia dizer então que o deslocamento continuado formou e formulou um grupo profundamente heterogéneo que partilha determinadas incertezas, certos percursos e estratégias face à adversidade, e que tal compõe um *habitus* regional específico. Porém, a noção de *habitus* parece demasiado determinista face ao contexto em análise, ao não incluir a inquietude inerente à ideia de horizonte (operativo), nem contemplando uma boa dose de subjectividade, por sua vez enquadrada num contexto de precariedade e instabilidade estrutural, de “conjuntura vital” (cf. Johnson-Hanks 2002).

Importa lembrar também o trabalho de Henrik Vigh (2010). Crise e conflito há muito que fazem parte do quotidiano da Guiné-Bissau, de tal forma que a instabilidade constitui, paradoxalmente, um facto social estável. No seu estudo entre *Agentas* (adolescentes e adultos do sexo masculino destituídos que, por exemplo, através da mobilização para a guerra esperam ampliar as suas perspectivas de futuro) na cidade de Bissau, aborda a concepção local de *dubriagem*: “a dynamic quality of attentiveness and ability to act in relation to the movement of the social terrain one’s life is set in. (...) it encompasses, both immediate survival and the drawing of trajectories into the imagined future (2010:150).” Partindo da noção de *dubriagem* (equivalente a “desenrascar-se”, com origem em *se débrouiller*), Vigh elabora um conceito equivalente, “navegação social” (*social navigation*), com vista a descrever a *praxis* enquanto “(...) motion within motion, meaning that we need to be aware that tactics, emplotment and act are constructed, actualised and constantly attuned to a shifting terrain and its imagined configurations (2010:156).” O conceito de “navegação social” destaca-se ao iluminar o papel da acção em contextos sociais movediços, em contextos sociais instáveis. No entanto, é meu entendimento que o conceito de “horizonte operativo” não só abarca a proposta de Vigh — pois a ideia de “navegação social” insere-se no rol de “mobilidades” associadas aos “horizontes operativos” —, como colmata a relação espacial, cujo peso é omissa na sua contribuição. Não se trata de negligenciar a proposta do autor, mas sim de a enquadrar em função da sua ordem de grandeza, em termos da escala de abordagem.

*

O conjunto dos “horizontes operativos” compõe um regime de pensamento e acção, constituindo um exercício análogo ao proposto por Augé (1975) e Boltanski & Thévenot (1991). Embora produzidas sobre contextos e com propósitos distintos, as propostas destes autores contribuem para organizar ideias e têm mesmo como intenção gerir situações de forma localizada com vista a tomar decisões face a eventos presentes e futuros.

Marc Augé (1975), através da sua investigação entre populações *lagunaires* (Alladian, Avikanm, Ebrié) da Costa do Marfim, desenvolveu o conceito de “ideo-lógica” (*idéo-logique*) — a lógica das ideias — com vista a descrever o seu objecto de análise, e que continuaria a aprofundar em textos seguintes. O autor explora a existência de constrangimentos vários — do tipo económico, entre homens e/ou entre homens e a natureza (ecologia) — que dependem de uma escolha elaborada de forma mais ou menos coerente, ou de arbitrariedade relativa, com base nos vários elementos em jogo e seguindo uma ordem lógica. A “ideo-lógica” actualiza-se por segmentos e de acordo com os eventos a interpretar. Como Marc Augé escreveu:

L'idéo-logique n'est pas une philosophie dans la mesure même où elle ne présente pas comme un discours continu et clos sur l'homme et le monde: elle se définira à l'inverse comme le système non formulé auquel chacune des diverses théories recensables (...) doit sa cohérence propre et son rapport aux autres théories — toutes théories qui se recoupent mais ne se recouvrent pas, chacune d'entre elles pouvant être invoquée et utilisée dans des circonstances particulières qui n'appellent pas nécessairement d'autres recours (1975:120-121).

Tentando resumir, o conceito de *idéo-logique* trata da lógica interna das representações que determinada sociedade faz de si própria, de como, através de dispositivos e produções simbólicas, organiza o possível e o pensável, elaborando e atribuindo, de forma individual e colectiva, sentido(s).

Numa outra esfera disciplinar (essencialmente entre a sociologia e a economia), Boltanski & Thévenot (1991) analisam organizações e empresas na tentativa de compreender como se coordenam os recursos humanos e de como são produzidos acordos e convenções — deslocando assim o foco das questões de conflito, de poder e de racionalidade. Para tal fim, os autores propõem o recurso a “sistemas de equivalência” (*systèmes d'équivalences*) partilhados, de grandezas (*grandeurs*) ou princípios comuns que permitam que cada sujeito encontre pontos de referência que, por sua vez, guiam e caracterizam as relações em determinada situação. Tais princípios são congregados num quadro de *cités*⁷, elementos centrais de uma lógica de “justificação” apoiada numa concepção do bem comum (a saber, *cité inspirée*, *cité*

⁷ Embora a tradução de *cité* possua uma qualidade arquitectónica — remetendo para “cidade”, “vila”, para o “centro histórico” de determinada cidade, ou para referir “bairro” —, o termo pode ser lido como citação”. A meu ver, *cité* ganha sentido de forma figurada, para referir uma “unidade” — no sentido de um conjunto mais ou menos homogéneo.

domestique, cité de l'opinion, cité civique, cité marchande, cité industrielle). Dado que as *cités* se erguem na base de uma relação entre indivíduos e em situações que lhes são próprias, e para que tal relação seja coerente, elas passam a inserir-se no que Boltanski & Thévenot chamam de *mondes*. Como os autores sugerem: “la référence à des choses qualifiées entraîne donc une extension du cadre de cohérence par lequel les cités se déploient dans des mondes communs (1991:165).” Dito de outro modo, o recurso às *cités* não ocorre no mundo “etéreo” das ideias, pelo contrário, tem lugar *en situation*: numa situação definida por pessoas, axiomas e um universo de objectos vários não necessariamente “materiais” ou “físicos”. Assim, Boltanski & Thévenot ensaiam apurar um “regime de acção” (*régime d'action*) — um sistema de avaliação das situações que guie, de forma coerente, qualquer relação e decisão.

As propostas de Augé e de Boltanski & Thévenot reverberam no agregado de “horizontes operativos”, congêneres das *idéo-logique* e das *cités/mondes*, que de forma similar constituem a estrutura de — e são estruturados⁸ por — um quadro de pensamento e de acção localizado. De salientar que, enquanto condição central, ambos os “modelos” pressupõem um lote de representações conhecidas e reconhecíveis pelos indivíduos e/ou grupos em questão.

O conjunto dos horizontes operativos em jogo — o campo, o mato, a cidade, a estrada e a fronteira — constituem, em larga medida, um rol de unidades émicas.⁹ Com efeito, através da descrição minuciosa das situações e locais nos quais recolhi a informação, procurando compreender a “rede de significados” (interpretar o interpretado?) e o contexto no qual se inserem os meus interlocutores (cf. Geertz 1993[1973], 1977), almejo uma abordagem émica. Contudo, mais do que numa postura de “imersão profunda” num determinado lugar, foi a observação simultânea dos nós e das redes, de forma dinâmica, que me elucidou acerca do regime de pensamento e de acção postulado. Com vista ao desenvolvimento de hipóteses

⁸ Tal relação remete, em parte, para a proposta do sociólogo Pierre Bourdieu que, com vista a coadunar ambas as correntes do pensamento, joga entre um *structuralisme constructiviste* e/ou um *constructivisme structuraliste* (1987:147). Para o autor, o mundo social é fundado por estruturas que são construídas pelos agentes sociais (com base nas suas acções livres — no que seria uma visão construtivista) mas que, uma vez constituídas, vêm condicionar a acção desses mesmos agentes (apoiada na ideia de encaixe e submissão do indivíduo a iguais regras — no que seria uma visão estruturalista).

⁹ Os conceitos de *etics* e *emics* foram cunhados pelo linguista estrutural Kenneth Pike (1967) através dos sufixos das palavras *phonetic* e *phonemic*. Mais tarde, Marvin Harris (1969; 1976) aprofundou a proposta de Pike, trazendo-a para o campo da antropologia. Enquanto que “ético” remete para unidades cujo significado é válido em várias culturas mas que também remete para a visão do mundo de acordo com quem o observa e analisa, “émico” remete uma dimensão cultural específica, aplicada, à vez, a uma linguagem, cultura, ou região, ou do mundo de acordo com os indivíduos observados. Como refere Harris: “Etic statements refer to logico-empirical systems whose phenomenal distinctions or ‘things’ are built up out of contrasts and discrimination significant, meaningful, real, accurate, or in some other fashion regarded as appropriate by the actors themselves. (...) Etic statements depend upon phenomenal distinctions judged appropriate by the community of scientific observers. (1969: 571/578)”

antropológicas — e não tanto hipóteses etnográficas —, resta-me descrever o encontrado, esperando, dessa forma, deslindar o texto escondido e as regras que governam a prática. Ao descrever o conteúdo e o sucedido em cada unidade socioespacial — não obstante vacilando perante a tentação da interpretação (cf. Bazin 1996) —, procurei tornar inteligível uma realidade localizada, em movimento.

Movimento, Mobilidade(s)

Cada vez mais estudos — ao nível da antropologia e de outras disciplinas — informam acerca de como o mundo actual é híbrido, fluído, dinâmico, evidenciando como as expressões culturais não — mais — se estruturam através de sociedades e lugares definidos e delimitados (Clifford 1992, 1997; Gupta & Ferguson 1992, 1997; Malkki 1992; Augé 1992; Appadurai 1996; Feld & Basso 1996; Bauman 2000; Ingold 2000; Urry 2000; De Bruijn, van Dijk & Foeken 2001; cf. Mbembe & Nuttal 2004; Cresswell 2006; Kirby 2009; cf. Agier 2013; entre outros). Não parecem restar dúvidas de que “movimento”, “mobilidade” e respectivo campo lexical constituem conceitos chave na compreensão e análise do mundo contemporâneo. “Movement is, after all, life.” (Kirby, 2009:15); “(...) mobility is central to what it is to be human (...) more central than ever before (Cresswell 2006:1-2).” É sabido que (i)mobilidade — ou o seu plural, bem como as ideias e os ideais apensos a tal fenómeno que pressupõe um espaço e um tempo — são centrais a qualquer estudo em antropologia.

A mobilidade constitui uma concepção complexa, recheada de ambiguidade. De uma perspectiva “ocidental”, a noção de mobilidade tanto acarreta significados como liberdade, mudança e criatividade, progresso e modernidade, masculinidade e poder, como é frequentemente associada à vagabundagem e à imoralidade, à transgressão e ao desvio, ao desprendimento e à contaminação, ao perigo e à destituição (cf. Bauman 2000; Cresswell 2006).

A mobilidade, embora metáfora recorrente do próprio ciclo biológico, é amiúde vista como disfuncional e disruptiva, como uma ameaça, como uma desordem no sistema que deve ser estancada, controlada (cf. Foucault 2003[1975]; Malkki 1992). Liisa Malkki (1992) apelida de “metafísica sedentária” (*sedentary metaphysics*) a tendência em conceber a realidade como algo fixo, estático, delimitado, em que a primazia moral e lógica recai sobre espaços e lugares. Metafísica porque permanece a visão de que a cultura, a identidade, a concepção de casa — ou o plural destas ideias —, se encontram profundamente associadas a um enraizamento no

solo, se encontram bem delimitadas e imóveis. De resto, tal metafísica encontra-se patente em expressões linguísticas¹⁰ e em práticas sociais quotidianas comuns.

O deslocamento sempre existiu; o modo como foi encarado e as razões pelas quais foi levado a cabo é que se alteraram ao longo do tempo. O advento do estado-nação, o colonialismo, guerras e conflitos de várias ordens, constituem episódios que vieram reconfigurar e codificar essa mesma percepção em várias geografias do nosso planeta. Com efeito, a segmentação do mundo em unidades espaciais — como regiões, estados, nações, países — sugere que concepções de cultura e de identidade se encontrem vinculadas a um modo de pensar “sedentário”, que se encontrem “territorializadas” e/ou que sejam “territorializáveis”. Por outro lado, a mobilidade recorrente pressupõe a existência de pessoas sem raízes, sem “lugar”, levando a que o deslocamento surja como algo patológico, como uma perturbação da ordem vigente. Nesse âmbito, a questão dos refugiados é paradigmática (cf. Malkki 1992, 1995a, 1995b; cf. Agier 2011, 2013, 2014).

Apesar de paradoxal, a verdade é que — entre determinados grupos, em determinadas regiões e devido a uma miríade de factores — o movimento e/ou a mobilidade se encontram profundamente enraizados.

*

Há muito que James Clifford (1992, 1997) sugeriu a inoperatividade de noções comuns de “cultura” enquanto as mesmas permanecerem vinculadas a um enraizamento (*roots/rooting*) em detrimento do movimento (*routes/travel*). O autor elaborou a ideia de *dwelling-in-travel* e de *traveling-in-dwelling* como forma de inverter a lógica tradicional sedentarista, trazendo para a dianteira o movimento em detrimento da estase. Para Clifford, tanto é possível “habitar” e ocasionalmente “viajar”, como se pode “viajar habitando”. Na sua óptica, uma qualquer visão da “localização humana” é alimentada tanto pelo movimento como pela estase, na qual ambas as dimensões se revelam indissociáveis (1997:2). Clifford propôs o termo *travel* — que, enquanto substantivo e verbo, é traduzível como: viagem, percurso, andar, percorrer, atravessar, deslocar-se ou movimentar-se — como ponto de entrada na reflexão sobre cultura(s) e/ou identidade(s), tópicos centrais à disciplina antropológica. Como o autor avança, a escolha pelo termo serve para facilitar comparações culturais “(...) precisely because of its historical taintedness, its associations with gendered, racial bodies, class privilege, specific

¹⁰ As metáforas linguísticas com base na agricultura e na terra são evidentes, a começar pela própria ideia de “cultura”. Para mais ver cf. Malkki (1992:26-28).

means of conveyance, beaten paths, agents, frontiers, documents and the like (1992:110).” Clifford trabalha o conceito de *travel*, de movimento, como um termo de tradução, isto é, enquanto palavra passível de “aplicação geral” usada para “estabelecer comparações de forma estratégica e contingente” (1992:110). E articulado através de espaços — ou “localizações” — de vária ordem, forçada ou voluntariamente, o movimento (*travel*) proporciona tanto “encontros difíceis” como “ocasiões para o diálogo” (1997:10).

A necessidade de prestar atenção ao movimento e aos espaços “de trânsito” foi também amplamente sublinhada por Marc Augé (1992). Por seu lado, Augé reflectiu acerca da qualidade dos espaços de circulação; ou da ausência de substância antropológica dos mesmos, dos “não-lugares” (*non-lieux*) como definiu. Para o autor, o não-lugar é, entre outras coisas, o espaço do viajante, um espaço cujas histórias particulares e tradições não são (alegadamente) relevantes, um espaço no qual as relações antropológicas são (aparentemente) inexistentes. Não obstante o seu interesse enquanto exercício de reflexão, a controversa proposta de Augé representa um corte — antropológico — radical, sobretudo quando se ensaia a sobreposição da sua teoria na região e no grupo em análise. Mas terei oportunidade de me debruçar sobre este ponto (cf. secção 4.1).

Num estudo mais recente, Peter Wynn Kirby (2009) leva a proposta “móvel” mais adiante ao sugerir que a antropologia adopte, como regime conceptual, o “movimento” em detrimento do “espaço”. Do movimento “(...) as an essential component of the effervescence and improvisation of social life, movement in defiance of political structures, indeed, the inevitability of movement across or along spatio-political structures or boundaries intended to restrict movement, control dissent or difference, and pacify populations (2009:4).” A propósito do “regime espacial dominante” — retratando o “discurso espacial” como hegemónico e no qual elementos como a cartografia, a geometria, a ocupação e o controlo são coadjuvantes —, Kirby demonstra como tal postura contribui para uma “objectificação, subjugação e apropriação de diversas áreas do mundo”, criando distorções na forma como os seres humanos apreendem o meio envolvente, e na forma como são analisados os respectivos ambientes socioculturais (2009:10). Para Kirby, a ideia de movimento pode ajudar a ultrapassar ideias pré-concebidas associadas ao “pensamento espacial”, quanto mais não seja porque as vidas contemporâneas atravessam vários meios sociais com frequência e os lugares com que um largo espectro de indivíduos se encontra está longe de constituir o terreno clássico da antropologia (2009:16).

A necessidade de pensar em termos de movimento, de mobilidade, e da complexidade e ambiguidade que semelhantes termos-fenómenos encerram parece-me evidente. Nesse sentido, entender de que se trata, quando se fala de movimento e mobilidade, constitui um ponto essencial desta investigação.

*

Em *On the Move: Mobility in the Modern Western World*, o geógrafo Tim Cresswell (2006) discorre acerca do que é a mobilidade, de como a mobilidade constitui algo muito além de apenas movimento físico. Cresswell distinguiu “mobilidade” e “movimento” da seguinte forma:

[M]ovement can be thought of as abstracted mobility (mobility abstracted from contexts of power). Movement, therefore describes the idea of an act of displacement that allows people to move between locations (...). Movement is the general fact of displacement before the type, strategies, and social implications of that movement are considered.

We can think of movement, then, as the dynamic equivalent of location in abstract space — contentless, apparently natural and devoid of meaning, history and ideology. (...) Mobility is the dynamic equivalent of *place*. Mobility is just as spatial — as geographical — and just as central to the human experience of the world as place. (...) mobility [is] social produced motion (...) (2006:2-3, ênfase do autor)

Mobilidade é, então, “movimento com sentido”. Enquanto fenômeno, a mobilidade engloba uma série de pensamentos, de experiências, de valores, de direitos (ou um direito fundamental mesmo) e de (pre-)suposições — elementos indissociáveis da sua representação e das suas consequências, do modo como a mobilidade é referida, contestada, conotada. Embora a reflexão de Cresswell aborde questões de mobilidade essencialmente de um ponto de vista “ocidental”, a verdade é que o fenômeno é central a qualquer ser humano, em qualquer latitude. No entanto, a preponderância da mobilidade no contexto africano atribui-lhe uma posição de destaque. Como observam Mbembe & Nuttall:

(...) Africa, like everywhere else, has its heres, its elsewheres, and its interstices (emplacement and displacement). Indeed, historically, the continent has been and still is a space of flows, of flux, of translocation, with multiple nexuses of entry and exit points. (...) the continent we have in mind exists only as a function of circulation and of circuits. It is fundamentally in contact with an elsewhere. As such, it is a space that is not only “produced”; it is also a space that circulates, that is constantly in motion (2004: 351).

De Bruijn, van Dijk & Foeken (2001), com base em vários argumentos presentes em *Mobile Africa*, demonstram como para a compreensão e análise da “vida social africana” é fundamental prestar atenção à “mobilidade” nas suas várias dimensões. Com efeito, dada a ubiquidade e miríade de formas sob a qual se manifesta, parece difícil não tomar em linha de conta o peso da mobilidade.

Na óptica dos autores, é frequente observar como “em África”, o mundo sedentário e o mundo móvel convergem, integrando um sistema de manutenção da própria vida. E como os autores sublinham, “(...) a cultural perception of mobility implies a close reading of people’s own understandings of the spaces and places in which they move and experiences this movements entails (De Bruijn, van Dijk & Foeken 2001:2).” Para estudar questões relacionadas com o movimento — ou, mais precisamente, com a mobilidade — importa explorar determinados motivos por detrás do fenómeno, bem como os pontos de referência no qual se ancora. Não obstante a existência de rupturas pontuais — como acontece, por exemplo, durante a produção de refugiados —, os autores defendem como a mobilidade tem subjacente uma ideia de continuidade (2001:3). Nesse sentido, embora De Bruijn, van Dijk & Foeken usem o termo mobilidade no singular (o seu foco de abordagem remete para formas de mobilidade mais literal como: viagens, explorações, migrações voluntárias, migrações forçadas, turismo, pastoralismo, nomadismo, peregrinações, comércio), parece-me mais acertado falar de mobilidades no plural. Através de uma formulação plural, outras formas de mobilidade inter-relacionadas entram na equação, como sejam a visão sociológica sobre mobilidade social horizontal e vertical, mas também a mobilização política, a mobilidade cronológica ou temporal¹¹, e tudo o que advém das várias formas de “movimento com sentido” — nem sempre consentido — como sejam as ideias, os valores, os ideais, ou outras expressões mais ou menos humanas, mais ou menos materiais.

Recorrendo a Michel de Certeau (1990), diria que a mobilidade constitui uma “táctica” a que as populações mais destituídas recorrem no confronto com as “estratégias” institucionais e de outras estruturas de poder. A mobilidade não é apenas uma condição de vida (cf. Faret 2004), mas o seu princípio organizador perante uma realidade incerta.

*

When it comes to scholarship on Africa, the encounter with what we cannot yet ‘determine’ because it has not yet become or will never be definite — an encounter with indeterminacy, provisionality, and the contingent — assumes the proportions of an epistemological abyss. It is not simply that life changes rapidly and vast domains of human struggle and achievement are hardly the object of documentation, archiving, or empirical description — and even less so of satisfactory narrative or interpretive understanding. It is also that uncertainty and

¹¹ Por “mobilidade cronológica” entendo a progressão temporal da existência, da possibilidade de que um qualquer indivíduo assegure a sua sobrevivência, que ultrapasse a barreira da esperança média de vida local, que assegure a continuidade geracional, que se reproduza biologicamente (assegurar a mobilidade dos seus genes) em suma, que perdure no tempo.

turbulence, instability and unpredictability, and rapid, chronic, and multidirectional shifts are the social forms taken, in many instances, by daily experience.

Yet the conceptual categories with which to account for social velocity, the power of the unforeseen and of the *unfolding*, are in need of refinement, So too is the language with which to describe people's relentless determination to negotiate conditions of turbulence and to introduce order and predictability into their lives. (Mbembe & Nuttall 2004:349, ênfase dos autores)

Embora algo longo, o excerto do artigo de Mbembe & Nuttall — no qual os autores propõem o estudo da complexidade da cidade de Joanesburgo como um “arquivo” das dinâmicas socioespaciais em África (2004:352-53) — não só contextualiza o quotidiano de muitas sociedades no continente, como ajuda a (des)centrar a presente discussão. A necessidade da criação de novas categorias operativas — e de uma descompartimentação do conhecimento, e de significados e significantes — mostra-se evidente. A ideia de “horizontes operativos” — em elaboração — parece-me uma possível contribuição nesse âmbito.

Na esteira de Mbembe & Nuttall, em *Ethnographies of Uncertainty in Africa*, Cooper & Pratter (2015) tentam compreender a relevância da “incerteza” enquanto ferramenta analítica, enquanto lente conceptualmente produtiva; da incerteza enquanto “(...) structure of feeling — the lived experience of a pervasive sense of vulnerability, anxiety, hope and possibility mediated through the material assemblages that underpin, saturate, and sustain everyday life (2015:1).” Os autores ponderam como a incerteza — enquanto fruto de um presente contingente e do seu entendimento social e temporal —, constitui um recurso social que permite negociar a insegurança, que conduz e cria novas relações sociais, que permite imaginar possíveis futuros. Nas palavras de Cooper & Pratter “(...) uncertainty produces new social landscapes and social horizons [showing how] patterns of interrelatedness and projections of the future are shaped by uncertain material and temporal contexts (2015:2)”. No entanto, não posso deixar de acrescentar como também o contrário pode ser verdadeiro. Determinadas paisagens e horizontes sociais não são apenas form(ul)ados pela incerteza, como form(ul)am incertezas, permitindo, simultaneamente, gerir a intensidade das mesmas numa lógica de futuro.

Simon Turner (2015), numa das contribuições da obra organizada por Cooper & Pratter, reflecte acerca da experiência subjectiva de jovens refugiados do Burundi a viver em Nairobi, Quênia. O autor procura entender o abandono da relativa segurança do campo de refugiados pelas oportunidades presentes na cidade — ou melhor, na esperança de que hipotéticas oportunidades se cumpram, como seja aceder à educação e o que daí poderá advir. Na cidade, os refugiados clandestinos permanecem expectantes, esperançosos, “à espera de um milagre”. A estadia na metrópole, a par da frequência religiosa, alimenta a “fé” num futuro melhor. Porém, a incerteza não se encontra apenas relacionada com a experiência subjectiva de cada indivíduo — nem só pelo facto de que aí se encontram clandestinamente —, mas também com

a própria vida urbana. Como Turner afirma, a vida em Nairobi é, em si, provisória, vaga e imprevisível (2015:177). O campo de refugiados oferecia mais certezas — pelo menos, alojamento e alimentação básicos estavam relativamente assegurados. Na óptica de igual grupo de refugiados, tal como o campo onde viveram anteriormente, a cidade de Nairobi é um lugar temporário. O presente — revestido de dificuldades e, no entanto, concebido como uma “espera activa” — tem o Burundi como horizonte. As semelhanças com o regime de pensamento e de acção que proponho são evidentes. O campo de refugiados, a cidade de Nairobi e o seu país de origem, o Burundi, compõe três horizontes operativos entre tal grupo de refugiados.

A meu ver, embora extremamente pertinentes, as palavras de Cooper & Prattern e de Turner pecam por não avaliar o papel simbólico das entidades socioespaciais no qual se projectam e gerem incertezas, esperanças, desejos, e/ou expectativas mais ou menos concretas. De salientar que, embora o termo horizonte seja empregado com regular frequência, Cooper & Prattern jamais o utilizam como conceito analítico. Mais, a ideia de incerteza adquire paulatinamente uma expressão de precariedade e marginalidade quotidiana, de insegurança e de violência estrutural, de instabilidade como contexto (cf. Vigh 2010) — em suma, da incerteza como condição existencial que molda a compreensão e a maneira de estar face ao ambiente em redor, na qual eventos, ideias e ideais de mobilidade gerem a equação.

A esse propósito, recordo o estudo de James Ferguson (1999), no qual o autor explora as consequências e características do declínio económico na região do Copperbelt, Zâmbia. Entre jovens e antigos mineiros, o futuro incerto joga-se entre a permanência na cidade (um ambiente “moderno”, cosmopolita) e a eventual mudança para a aldeia de origem ou outra (um cenário mais “tradicional”, “localista”, por vezes também referido como “mato”) aquando da reforma ou após um acidente de trabalho. Na escolha entre um ou outro ambiente intervêm ideias, identidades e comportamentos adquiridos, avaliam-se expectativas, estórias e mitos. Tanto aldeia (ou mato) como cidade acarretam uma série de significados — pese embora o facto de que a incerteza permanece associada a ambas. Com efeito, como evidenciado por Ferguson, raros são os casos de verdadeiro sucesso, o que leva a que um novo deslocamento seja equacionado. Apoiado em semelhantes paisagens genéricas e respectivo conteúdo — a cidade e a aldeia —, o deslocamento surge como estratégia de sobrevivência.

Independentemente dos contextos espaciais (o campo de refugiados, a aldeia, o mato, a cidade, o país de origem, outros) e da terminologia usada para descrever o que projectam (a incerteza, a esperança, as expectativas, os desejos, ou o inverso destes), constata-se uma inquietude que remete para a vida futura algures, num outro lugar melhor, mas que muito raramente se cumpre. As ideias e os ideais de (i)mobilidade, esses, permanecem bem activos.

Uma antropologia-mundo

Um estudo que tem como objecto populações cujo deslocamento continuado integra a sua condição e identidade, além de uma multidisciplinaridade inerente, supõe, *per se*, um terreno multi-situado (Marcus 1995). Os vários actores e entidades envolvidos (refugiados, repatriados, migrantes, populações “locais”, UNHCR, ONG’s e respectivo *staff*, governos locais e nacionais) devem ser analisados à luz de fenómenos supra-locais, tornando inevitável não conceber o mundo como um todo interconectado e horizonte de qualquer fenómeno (Marcus 1995; Gupta & Ferguson 1997; Burawoy 2001; Comaroff 2010; Agier 2013, entre outros). Ao partir da ideia de que não existe nenhum lugar na terra fora da influência de determinados dispositivos¹² multi-situados, e que isolar o objecto de estudo do contexto que o rodeia não é senão contraprodutivo, Agier (2013) elaborou a ideia de uma *anthropologie-monde*. No fundo, trata-se de compreender como estudar fenómenos de grande escala (mobilidade, circulação, [des]multiplicação de fronteiras) e respectivas transformações, mas também de escrutinar determinados processos “desterritorializados” que envolvem instituições — nacionais e transnacionais (cf. Appadurai 1996; cf. Ong 1999; cf. Hannerz 2003) — que os condicionam e desenham. O quadro de pensamento e de acção que postulo elaborar vai nesse sentido, esperando que a sua operatividade transcenda o mero contexto regional da actual abordagem.

Não se trata de apresentar uma visão holística de todos os fenómenos relacionados com o deslocamento (in)voluntário — de fuga, de retorno, de vaivém — pois, embora fragmentária, qualquer etnografia inserida num sistema global não deixa de ser uma etnografia do próprio sistema (Marcus 1995: 99; Burawoy 2001:148). Além disso, importa não esquecer que para um número considerável de pessoas, a experiência social e sensorial do “seu” mundo representa a totalidade do próprio mundo (Cosgrove 1993:282).

¹² O termo “dispositivo” encontra utilização corrente ao nível da linguagem comum e académica. No caso presente, por “dispositivos” entenda-se qualquer estrutura que estabeleça relações de poder no sentido “foucauldiano.” De acordo com Agamben, ainda que Foucault não tenha usado o termo “dispositivo” de forma esquemática, é aí que reside uma das suas maiores contribuições, transversal aos seus trabalhos sobre a prisão, sobre a sexualidade, entre outros. Para Foucault, o dispositivo constitui uma “rede” que permite enquadrar diferentes elementos de “(...) un ensemble résolument hétérogène, comportant des discours, des institutions, des aménagements architecturaux, des décisions réglementaires, des lois, des mesures administratives, des énoncés scientifiques, des propositions philosophiques, morales, philanthropiques, bref: du dit, aussi bien que du non-dit [...] C’est ça le dispositif: des stratégies de rapports de forces supportant des types de savoir, et supportés par eux (Foucault, 1994:299-300)”. Mais tarde, partindo da contribuição de Foucault, em si ampla, Agamben reelaborou tal noção: “(...) j’appelle dispositif tout ce qui a, d’une manière ou d’une autre, la capacité de capturer, d’orienter, de déterminer, d’intercepter, de modeler, de contrôler et d’assurer les gestes, les conduites, les opinions et les discours des êtres vivants.” (Agamben 2006). Como se verá mais adiante, ao condicionar o caminho da investigação, todo o contexto em que se desenvolveu o presente trabalho tem subjacente a ideia de “dispositivo”.

Ao articular as conexões existentes entre os inúmeros fenómenos e espaços envolvidos, fui construindo e balizando o terreno de estudo (cf. secção 1.2). O terreno edificou-se passo a passo através de um processo cumulativo. Embora a pesquisa tenha partido de um espaço relativamente circunscrito, o campo de refugiados de Meheba, o desenrolar da investigação demonstrou que o terreno em análise não possuía um perímetro exacto, nem passível de delimitação objectiva *a priori* — que não num espectro mais lato e complexo, que não num sistema mundo. Assim, a investigação fundou-se na descoberta de quais os lugares, situações e contextos pertinentes, por vezes geográfica e socialmente díspares que, no caso presente, se associam ao movimento oscilante entre o exílio e o retorno e, por conseguinte, aos lugares que moldam, envolvem e conectam os vários pontos de referência em questão. Através de um percurso em contínuo devir — em larga medida sobreposto aos percursos de determinados deslocados angolanos — seguindo “caminhos”, “conjunções”, “correntes”, “justaposições”, num permanente jogo de associação, de conexão entre todos esses “contextos, momentos e sítios” (Marcus 1995:105), foi-me possível obter uma visão alargada dos temas em análise, bem como estruturar um terreno multi-situado, antropológicamente ancorado. Sintetizando, e como se tornará evidente ao longo deste texto, foi o próprio processo etnográfico a definir o perímetro e a trajectória da pesquisa — “(...) a location (...) is an itinerary rather than a bounded site — a series of encounters and translations (Clifford 1997:11).” Mais, o movimento, o deslocamento, a mobilidade, não seriam apenas objecto da pesquisa mas, numa justaposição recorrente, seriam componente fundamental da própria investigação. Seria o próprio terreno a impelir a uma pesquisa multi-situada e em circulação; seria a natureza da pesquisa etnográfica a culminar na criação da categoria de horizontes operativos.

De salientar que os temas em análise aludem a inúmeros indivíduos e lugares, plenos de nuances e particularidades, o que significa que qualquer representação da sua totalidade é manifestamente inexequível. Não seria possível oferecer uma representação generalizada ou categórica de um campo com as dimensões e a heterogeneidade de Meheba — nem sequer realizar semelhante tarefa com as demais entidades socioespaciais em questão. E também não seria verosímil fazer de todos os indivíduos — que fruem e dão sentido aos vários “horizontes operativos” em análise — meus interlocutores. Dessa forma, restou a adopção de estudos de caso, procurando dar conta do conjunto de situações observadas sem descurar o contexto que as envolvia a cada momento. Como Agier sugeriu a propósito do seu estudo em contextos humanitários, e que me parece uma postura válida face aos restantes ambientes da minha investigação:

(...) it requires consideration of the whole series of viewpoints on the social and political chessboard that these humanitarian spaces represent, surveying it in its totality in order to grasp its diversity, even heterogeneity. It is this overall

configuration at a particular moment in time that then becomes the object of study, and not the 'refugees' (2011:69)

De forma análoga ao postulado por James Ferguson na sua obra, *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*, o presente trabalho não constitui um estudo de uma comunidade (Ferguson 1999:20) — para o efeito, uma qualquer comunidade refugiada, repatriada e/ou em movimento. Ao mesmo tempo, o grau de relação e intimidade com os vários interlocutores manifestou-se profundamente eclético. Fazendo minhas as palavras de Ferguson, poderia dizer que: “I knew my informants in the way most urbanities know one another: some quite well, some only in passing, others in special-purpose relationships that gave me detailed knowledge of some areas of their lives and almost none of others (1999:21)”.

As realidades presentes no terreno são díspares, a condição de refugiado e/ou repatriado polissémica, tal como as respectivas perspectivas face aos horizontes que guiam e localizam as suas acções. Concomitantemente, não seria praticável esquecer os demais actores envolvidos, também eles movidos por ideias e ideais de (i)mobilidade. Ao procurar incluir o maior número de vozes, respectivos percursos e posições, distanciei-me gradualmente de um exercício monográfico sobre Meheba ou sobre os demais pontos de referência, invalidando uma qualquer atenção exclusiva em relação a “refugiados” e/ou “repatriados” “angolanos” — de resto, e como se tornará evidente ao longo deste texto, uma categorização profundamente ambígua. Assim, o foco da análise centrou-se no modo como uma série de localizações plurais, mais ou menos abstractas (o mato, a cidade, o campo, a estrada, a fronteira), inseparáveis de uma lógica de mobilidade — aquilo a que eu chamo “horizontes operativos” — são conceptualizados, narrados e experimentados pelos que os frequentam, nomeadamente “refugiados e repatriados angolanos”.

Com este exercício não pretendo definir uma cultura de “refugiado” ou uma cultura regional de deslocamento, mas sim de compreender uma dimensão cultural (cf. Appadurai 1996:12-13), de captar uma reiterada postura face à incerteza e à precariedade estrutural vigente na geografia em estudo (cf. Mbembe & Nuttall 2004). Na esteira de Agier, seguir as pisadas, os caminhos de indivíduos deslocados surgiu como uma estratégia apropriada:

We shall go on to see how a particular cultural experience gradually takes shape in the trajectories of the refugees, their traffic and tactics between the marginal border zones, villages, towns and the heart of the humanitarian mechanism that they enter at a given moment (...) (Agier 2011:70)

E à sequência proposta por Agier somaria os itinerários simétricos. A realidade incerta que guia e guiou os fluxos recorrentes tão característicos da região — tal como guiou a presente etnografia —, impele à elaboração de uma cartografia. Através da apresentação de mapas ao longo do texto, como uma espécie de cartografia da etnografia, procurarei retratar determinados percursos, traçados por mim e frequentemente sobrepostos aos dos meus interlocutores, abrindo, desse modo, uma janela de realidade entre tantas outras possíveis (Clifford 1986; Ranger 1994).

Arquitectura de uma equação

Os trajectos dos meus interlocutores delimitaram o perímetro da etnografia. E tais trajectos, articulados através dos denominados horizontes operativos, viriam a compor a estrutura base desta tese. Nesse sentido, prefiro pensar que cada momento deste texto constitui uma “secção” em detrimento de uma “parte” ou de um “capítulo”. Talvez seja um pormenor, mas a secção é o termo que melhor descreve a presente investigação e melhor se adequa à corrente abordagem. Pela sua ideia implícita de corte e respectiva intersecção com uma série de elementos, a secção é a formulação que melhor traduz a produção de dados proporcionados pelo movimento. Um trajecto — qualquer trajecto, seja ele espacial, temporal e/ou disciplinar — é uma secção.

Em “Uma região inquieta”, primeira secção deste texto, ensaio duas reflexões distintas, não obstante a sua complementaridade. Desde logo, almejo compreender as causas e consequências históricas do movimento populacional, elaborando, para o efeito, uma espécie de arqueologia do deslocamento nos território que são hoje Angola e respectivas franjas. Após a exposição de um panorama temporal alargado de deslocamentos, procuro contextualizar o terreno da pesquisa, abordando questões metodológicas tão prementes num semelhante exercício etnográfico. São estes dois momentos iniciais que me iluminam na construção dos itinerários entre os vários horizontes operativos — tal como encetam a construção dos horizontes operativos como tal.

A segunda secção, “O campo”, referente ao campo de refugiados de Meheba, Zâmbia, constitui o início do desenrolar de um novelo. Um novelo de relações que para a minha investigação começa em Meheba, mas que para muitos dos seus habitantes começou algures num outro lugar. Além de uma contextualização histórica acerca da génese do campo, das dinâmicas espaciais e demográficas, procuro perceber o nível de relação estabelecido e o significado atribuído a Meheba por parte dos habitantes refugiados e de outros que o frequentam ou

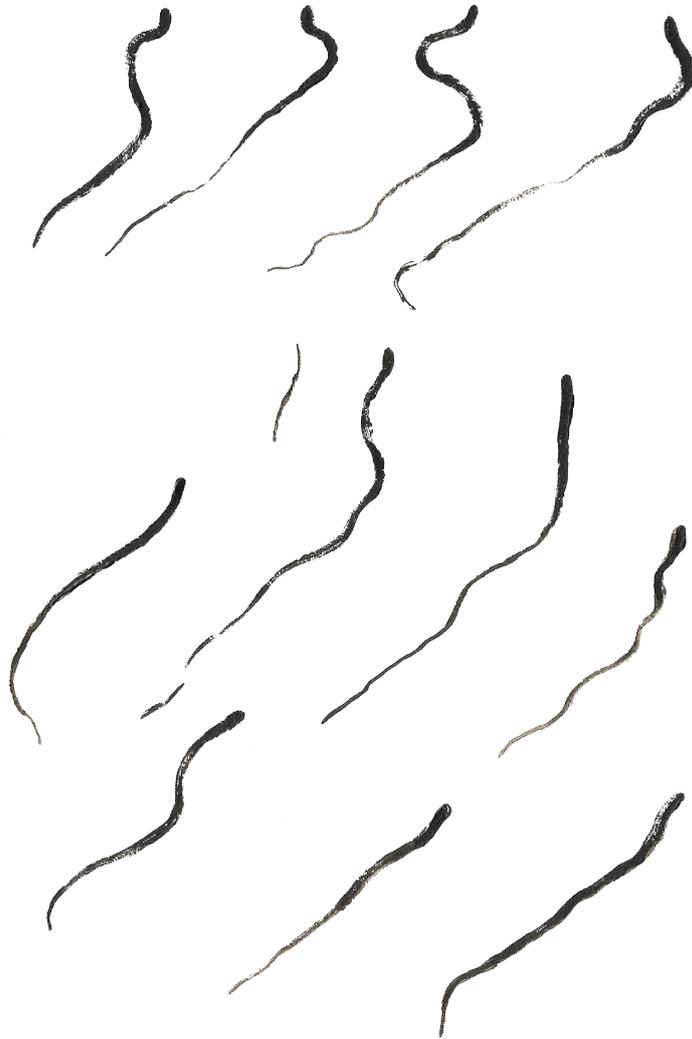
frequentaram. Atenção também será dada aos mecanismos de gestão do modelo campo, aos modos de representação dos refugiados bem com às políticas associadas.

“Entre o mato e a cidade”, terceira secção da tese, surge como o continuar do itinerário, revelando os constrangimentos de vários indivíduos em relação ao repatriamento para Angola (a partir de Meheba ou das regiões de fronteira da Zâmbia) e do que os espera no país de origem — seja o mato, seja a cidade. Se num momento anterior a minha atenção foi dirigida ao campo, nesta secção tento compreender o significado do mato e da cidade, da sua construção enquanto unidades émicas, e das expectativas, dos desejos e da incerteza — das possibilidades de mobilidade — que ambas encerram.

Por fim, discorro acerca da “estrada” e da “fronteira”, no que compõe a quarta secção. Aí, procuro deslindar qual o papel do caminho — real e figurado — e dos transportes na vida dos indivíduos que os frequentam, das conotações que a estrada encerra, da importância e das consequências da mobilidade. Concomitantemente, procuro perceber a gradual consolidação da fronteira leste de Angola com a Zâmbia — qual obstáculo ao movimento. Trata-se de compreender a espessura da fronteira, das fronteiras dentro da fronteira internacional, de averiguar quais as suas implicações e significados nas dinâmicas regionais.

Perante um tão continuado movimento, existirá conclusão possível que não represente um desfecho mas que perpetue a ininterrupção?

Antes de passar ao desenvolvimento, sugiro que o interior de cada uma das secções apresentadas seja lido como uma equação — quase matemática. Uma equação com as suas igualdades e/ou equivalências, com os seus resultados precisos ou deixados em aberto, com incógnitas de vária ordem, com e sem valores constantes, com múltiplos ângulos e variáveis. Em suma, à imagem dos que de horizonte em horizonte equacionam a sua vida.



1. Uma região inquieta

A curiosidade, a deriva natural, o deslocamento induzido e/ou forçado, levaram indivíduos e comunidades inteiras aos lugares mais longínquos. Lugares que moldariam a cultura dos seus habitantes, lugares moldados pela sua cultura. Muito antes da formulação da categoria “refugiado”, já inúmeras populações eram forçadas a deixar as suas casas, regiões, países, e até continentes. Migrar, e migrar por razões exteriores à vontade pessoal é recorrente em toda a história da humanidade — muito antes da codificação política e antropológica do termo refugiado. O território que é hoje Angola não é exceção — pelo contrário. O deslocamento forçado terá sido uma constante nos territórios em análise, contudo, seriam vários acontecimentos a influenciar novas perspectivas e respostas face a tal fenómeno.

Ao ensaiar uma breve espiral histórica, não pretendo enumerar exaustivamente todos os movimentos populacionais — voluntários, induzidos e/ou forçados — ocorridos em território angolano. Antes, a partir de uma breve arqueologia do deslocamento procurarei estabelecer a base para uma reflexão mais ampla acerca dos vários fenómenos demográficos, dos fluxos populacionais, dos seus motivos e percursos em questão. É também a partir dessa base que, de seguida, procuro iluminar o contexto em que se desenrolou a pesquisa, expondo os dilemas, constrangimentos e estratégias ao longo da mesma.

1.1 “Angola”, território de deslocados

Abordar a história do território que é hoje Angola, uma das menos conhecidas da África tropical, tal como abordar os fenómenos migratórios aí decorridos, não é tarefa fácil. Pouco ou nada se sabe acerca da história pré-Europeia¹³ dessa imponente superfície: 1,24 milhões de quilómetros quadrados, aproximadamente catorze vezes o tamanho da metrópole que lhe viria a dar forma — Portugal. Como aponta Douglas Wheeler, grande parte dos historiadores portugueses¹⁴ com acesso à região durante perto de cinco séculos focaram os seus estudos essencialmente na história colonial do território em detrimento da dos povos que o co-habitaram (Wheeler & Pélissier 2009:50). É verdade que através da tradição oral é ainda possível escrutinar algo acerca da história pré-colonial dos povos do noroeste de Angola, porém, o mesmo não acontece em relação a outros. Tal é o caso dos grupos bantu que habitam a metade sul do país como os herero, os nyaneka-nkumbi, os ovambo, os ngangela, ou ainda em relação às várias comunidades khoisan, sobre os quais muito pouco se sabe (cf. Birmingham [1981]1994:18-24).

Sabe-se que, aquando da chegada dos portugueses à região, entre o final do século XV e o início do século XVI, tais terras eram dominadas por vários grupos bantu (passe-se a redundância dado que bantu significa “povo”, ou “humanos”). Não obstante, revela-se sobejamente controverso recorrer à noção de autoctonia quando os bantu terão partido do Benue, actual Nigéria, *circa* 3000 a.C.. Estima-se que pequenos grupos tenham chegado às savanas do que é hoje Angola e Zâmbia em 500 a.C., mas a hegemonia dos vários grupos bantu em tais territórios viria a dar-se somente por volta de 1600 (Vansina 1990).

As migrações dos bantu foram das mais importantes do continente, ocupando toda a extensão da África Central. Calcula-se que o crescimento demográfico terá estado na origem da sua expansão, sendo que, ao longo do tempo, outras circunstâncias terão contribuído para a continuidade de análogo processo. Frequentemente, os movimentos populacionais tinham como objectivo restaurar um equilíbrio ecológico que se relacionava também com a própria subsistência. A procura de novas terras agrícolas, a demanda de metais como o cobre e o ferro, ou a introdução da cultura da banana, contam-se entre os eventos determinantes que

¹³ Para uma abordagem mais aprofundada acerca da história pré-Europeia da região ver por exemplo Isichei (1997), *A History of African Societies to 1870*; Newman (1995), *The Peopling of Africa: A Geographic Interpretation*; Clark (1963), *Prehistoric Cultures of Northeast Angola and Their Significance in Tropical Africa*; Oliver & Atmore (2001), *Medieval Africa, 1250-1800*

¹⁴ Há, ainda assim, uma considerável escrita etnográfica sobre Angola publicada pela Agência Geral do Ultramar (AGU).

condicionaram tanto processos de sedentarização como fluxos e mobilidades várias (cf. Kopytoff 1987; cf. Vansina 1990). Os grupos bantu viriam a implementar a agricultura em quase toda a África Central, empurrando gradualmente os demais habitantes para as suas margens ou convertendo-os ao seu estilo de vida (Vansina 1990:49-69). Em Angola, semelhantes acontecimentos viriam a empurrar para sul os habitantes autóctones de então, ou seja, populações pertencentes ao grupo linguístico khoisan¹⁵, de pastores e caçadores-recolectores (Birmingham 1995[1981], Vansina 1990, Wheeler & Pélissier 2009). Na verdade, tal panorama não se alterou significativamente até aos dias de hoje e os vários povos khoisan que ainda resistem, distribuem-se por bolsas isoladas, em lugares de refúgio nas regiões áridas e remotas do sul de Angola.

Os bantu estavam longe de constituir um grupo homogéneo, e a sua “(...) mobilidade histórica ao longo da África tropical sugere a possibilidade de terem adoptado ou recebido influências culturais de zonas tão distantes como o Zimbabwe ou o vale do Nilo (Wheeler & Pélissier 2009:53).” A título de exemplo, constatam-se semelhanças notórias no que toca ao “(...) uso dos acidentes geográficos, nas edificações de pedra e na forma das construções do Zimbabwe à Angola Central” (2009:53). A gradual fragmentação das comunidades bantu, dando origem a diferentes grupos e sub-grupos, significaria também a disputa de territórios e recursos naturais, bem como o acesso a rotas e entrepostos comerciais — ou vice-versa. Facto é que, frequentemente, os diversos conflitos latentes provocavam — e eram provocados por — conquistas, divisões territoriais e socio-culturais, e/ou por migrações forçadas. O caso do complexo Lunda-Luba¹⁶, dois grandes reinos situados no que é actualmente a faixa sul da República Democrática do Congo (RDC), terá sido disso exemplo, provocando numerosas vagas de refugiados, tanto em direcção ao Atlântico como ao Índico (Wheeler & Pélissier 2009:53). Com efeito, Birmingham sugere que a influência lunda noutros reinos não terá partido de um propósito colonizador, antes ter-se-à espalhado através das suas populações refugiadas (1994[1981]:22). Posteriormente, tais populações seriam absorvidas pelas sociedades regionais e/ou estariam na origem de novos grupos e reinos. Assim terá sido o caso do reino de Cassanje, dos imbangala, com raízes no reino lunda, actual Katanga (RDC). Os imbangala,

¹⁵ De salientar que a designação *khoisan* diz respeito a dois grupos. Os khoikhoi, também chamados de “hotentotes” (que significa “gago” em neerlandês) normalmente pastores, e os san, também designados bosquímanos, bushimanes, *bushmen*. Em Angola, os grupos khoisan recebem as designações de Vassequeles, Vakwankalas ou Mukwankalas (designação atribuída pelos povos bantu que designa “os que comem caranguejos fluviais”). Por seu lado, os pequenos grupos que habitam o território angolano auto-intitulam-se de nkung ou !kung. Para mais ver Guerreiro (1968) *Bochimanes de Angola: !Khu, estudo etnográfico*, ou (1997) *Povo, Povos e Culturas*; ou Redinha (1974), *Distribuição Étnica de Angola*.

¹⁶ Para um estudo sistemático dos bantu cf. de Heusch (1972), *Le roi ivre et ou l'origine de l'État. Mythes et rites bantous I*, ou (1982) *Rois nés d'un cœur de vache. Mythes et rites bantous II*

guerreiros e comerciantes, implantariam o seu reino no vale do rio Cuango, Angola, entre 1540 e 1600. De modo semelhante e pela mesma altura, também o reino do Ndongo, congregando populações mbundu, estender-se-ia progressivamente ao longo do Cuanza até ao Atlântico. Curiosamente, a expansão do reino do Ndongo, do rei *N'Gola*¹⁷, chocaria com o avanço inverso levado a cabo pelos portugueses, desde a costa atlântica para o interior, ao longo do lendário rio angolano (Wheeler & Pélissier 2009:52). Seria esse fatídico encontro a estar na origem do topónimo Angola: inicialmente um pequeno entreposto comercial, decretado colónia por Paulo Dias de Novais em 1571, delineado territorialmente na transição para o século XX, e declarado país independente em 1975.

*

Em 1483, o navegador Diogo Cão¹⁸ atracou na bacia do rio Congo, estreitando desde logo laços com o reino local e homónimo. O reino do Congo encontrava-se receptivo aos portugueses, aos seus costumes e religião, e, simultaneamente, aglutinava as condições necessárias para que um liame duradouro fosse estabelecido entre ambos os povos. O Congo tinha a capacidade de manter um comércio sistemático, possuía um governo centralizado, uma moeda nacional¹⁹, e dispunha de uma rede de transportes realizados por carregadores (Vansina 1990:200). Durante o primeiro século de contacto, a relação entre os portugueses e o reino do Congo terá sido relativamente pacífica, sendo guiada pelo comércio e intercâmbio cultural. Porém, a crescente presença europeia viria a germinar uma série de convulsões de vária ordem: além da interferência na política — e percepção — territorial africana, de provocar e/ou reacender determinados conflitos, a actuação colonial viria a desencadear alterações demográficas profundas²⁰, sobretudo devido ao desenvolvimento do comércio humano transatlântico (Clarence-Smith 1979, Costa 1985, Miller 1997).

¹⁷ *N'Gola* significa “pequena peça de ferro” em língua quimbundu (grupo mbundu). Cf. Miller (1976:63-70)

¹⁸ Para uma discussão aprofundada sobre as viagens do navegador Diogo Cão, ver Radulet (1988) *As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*.

¹⁹ A moeda nacional do Congo era o *nzimbu*. Tratava-se de uma espécie de búzios recolhidos nas praias e bancos de areia ao longo da costa atlântica, sobretudo na ilha de Luanda. Para uma abordagem antropológica mais aprofundada sobre o tema, ver por exemplo Allibert (2000) “Des cauris et des hommes. Réflexion sur l'utilisation d'une monnaie-objet et ses itinéraires”.

²⁰ Para aceder a estimativas relativas ao comércio de escravos consultar por exemplo: *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em <http://slavevoyages.org/tast/index.faces> consultado em 20 Dezembro 2014.

Tudo indica que, entre a densa floresta tropical do Congo e o árido deserto do Kalahari, a densidade e dinâmica populacionais fossem razoáveis aquando da chegada dos portugueses. O maior recurso produtivo da África central era a força humana, um facto compreendido tanto pelos reinos africanos como pelas potências europeias emergentes. Logo, a prosperidade das sociedades locais dependia em larga medida de mão-de-obra capaz de trabalhar e defender os seus territórios. “Capital was people” (Miller 1997:43). A partir de 1500, o comércio com o reino do Congo aumentou de intensidade e os portugueses estavam interessados apenas em escravos, em detrimento de marfim ou cobre. O escasso número de cativos no Congo terá então contribuído para a procura de escravos nas franjas do reino. Análoga política hostil terá provocado não só inúmeras vagas de deslocados, como terá levado à expansão territorial do Congo (Birmingham 1994:32). Por volta de 1520 o comércio de escravos costeiro encontrava-se implantado. Nos anos seguintes, desenvolver-se-ia todo um sistema de intermediários, portos e rotas de caravanas que não se resumia apenas ao litoral do reino do Congo. Na verdade, os entrepostos comerciais europeus proliferariam ao longo da costa africana, desde o então vizinho reino do Luango (actual República do Congo), passando pelo Golfo da Guiné até à África Ocidental (Vansina 1990:200-202).

Entre as décadas de 1520 e 1560 calcula-se que tenham partido desde o então reino do Congo entre 3000 a 7000 escravos por ano, sobretudo para o Brasil. As ilhas de São Tomé e Príncipe eram também destino de considerável número de escravos dada a crescente necessidade de mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar — uma espécie oriunda da Ásia.

No final do século XVI, Portugal deslocou progressivamente a sua esfera de interesses mais para sul, do Congo para um reino seu tributário, e de onde provinha boa parte dos cativos: o reino do Ndongo. Simultaneamente, também o Ndongo viu nos portugueses uma oportunidade de maior autonomia e de maximizar os seus lucros comerciais (Henderson 1978: 81-84). Mas a relação entre portugueses e mbundu estava longe de ser pacífica. A fraca qualidade e escassa quantidade de produtos portugueses usados como moeda de troca por escravos, nomeadamente tecidos, seria a razão da mudança de estratégia europeia (Birmingham 1965:2). Efectivamente, o recurso às armas seria não apenas o modo mais eficaz de obter cativos, como de conquistar territórios, de impor vassalagem e de cobrar impostos. Assim, a ocupação da ilha de Luanda e posterior expansão ao longo do Cuanza pelos portugueses, dariam início a cinco longos séculos de hostilidades.

*

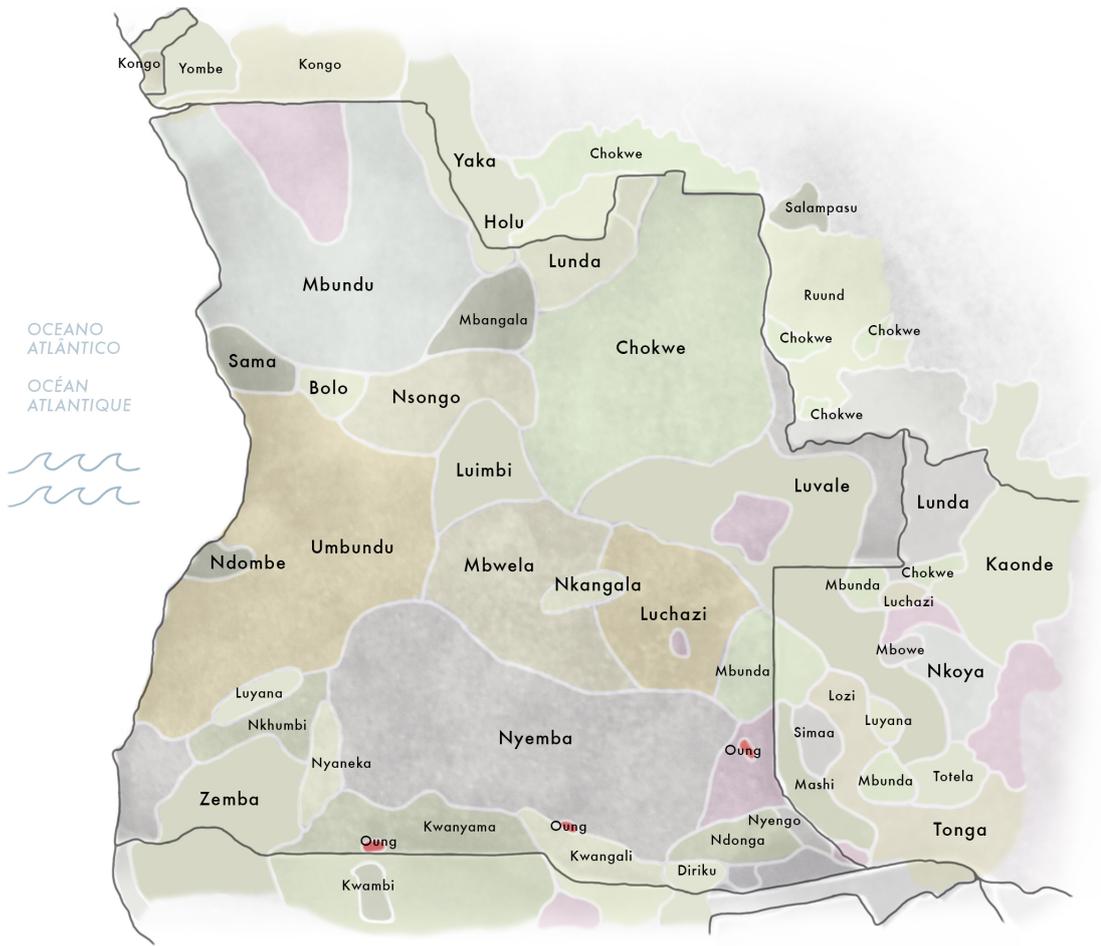


Fig. 2 - Mapa etnolinguístico

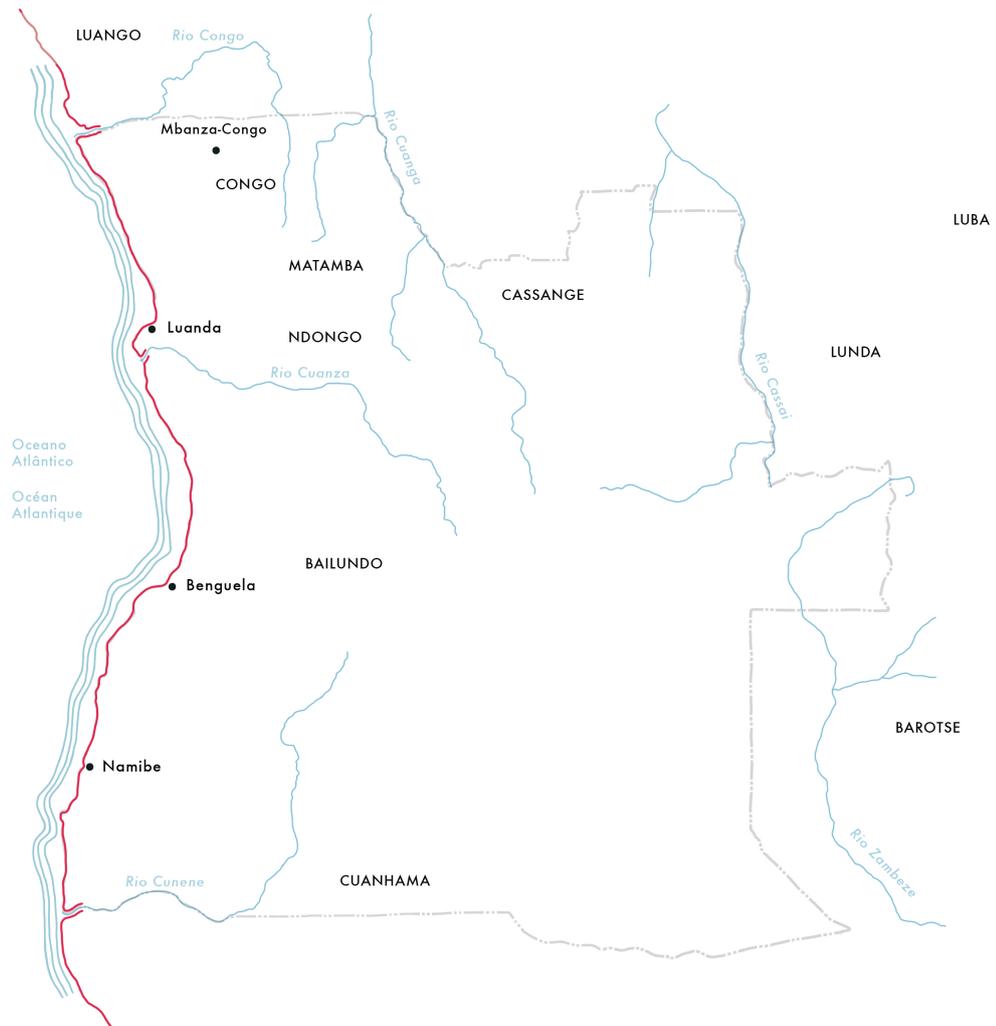


Fig. 3. Principais reinos da região

A implantação de uma pequena colónia entre os mbundu mais ocidentais, um laborioso sucesso por parte dos portugueses, revelou-se uma tragédia para as populações locais. No final do século XVI as exportações de escravos rondavam as 10,000 pessoas por ano e com tendência para aumentar. O saldo demográfico manifestou-se inexorável: além dos escravos que chegavam ao destino, igual número morria em trânsito ou no decorrer das incursões esclavagistas, outros tantos eram recrutados como soldados e obrigados a participar nos vários conflitos activos. Importa não esquecer também as incontáveis comunidades obrigadas a fugir do alcance de semelhantes assaltos (Vansina 1990:218-219). Em menos de cem anos, Luanda tornara-se o epicentro do mercado de escravos, o seu *hinterland* encontrava-se vazio e devastado pela guerra (Birmingham 1994:37). Guerras que, em larga medida, tinham como objectivo a produção de mais escravos²¹. O território rico e densamente povoado outrora encontrado pelos Jesuítas durante o início do século XVI, daria lugar ao povoamento esparso, semi-desértico, descrito por missionários Capuchinhos no século XVII (cf. Birmingham 1994:76; Caldeira 2007).

Sob o domínio português, a colónia de Angola convertera-se numa “escravocracia” e numa terra de exílio. As tendências demográficas forjadas durante o século XVI ilustram bem análogo processo, e ainda que os actores viessem a alterar-se ao longo do tempo, tal dinâmica permaneceria incólume até ao século XX (Bender 2009:166). De um modo ou de outro, entre populações que chegavam, que se reformulavam, e outras que partiam, o deslocamento forçado enraizava-se nesta geografia austral.

Na zona litoral, o envolvimento de comerciantes mbundu e portugueses daria origem a uma espécie de casta, contando com brancos, negros e mestiços: denominados “lusso-africanos” ou “afro-portugueses” (Birmingham 1994:38; Newitt 2007:24). Um grupo que se consolidaria através de casamentos e alianças étnicas, através do surgimento de novos comerciantes, *pombeiros*²² e respectivos clientes, mas também pela chegada de populações europeias, principalmente de “degredados”²³. Despachados de Lisboa, por vezes do Brasil, os degredados eram populações pertencentes a minorias “raciais” e religiosas (nomeadamente os

²¹ A este propósito destaco a investigação de Miguel Galdes Rodrigues no European University Institute, de momento intitulada “Between West Africa and America: Entanglement, communication, inter-relationship and commercial networks in the Portuguese and Spanish Atlantic empires XVI- XVII (1581-1640)”.

²² Os *Pombeiros* consistiam num grupo socialmente heterogéneo de caixeiros-viajantes que procuravam escravos nos mercados do interior, por sua vez denominados *pumbo*. Tal grupo era constituído por portugueses, africanos e mestiços.

²³ Para uma análise mais profunda sobre os “degredados”, ver por ex.: Coates (1998), *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*; ou Padrão (1998), *A Colonização do sul de Angola 1485-1974*, ou ainda Cruz (1993) “As andanças de um degredado em terras perdidas: João Machado”.

denominados “ciganos” e judeus), compostas esporadicamente por exilados políticos e/ou intelectuais. Mas a população de degredados era composta sobretudo por condenados por assassinios, violações e incêndios que enchiam as cadeias da metrópole (Bender 2009: 119-170). Mais tarde, Portugal viria a enviar também as suas camadas mais pobres: populações urbanas, rurais e insulares, regra geral sem qualificações (Bender 2009:175; cf. Bastos 2008).

Em contraste, as populações locais seriam sujeitas a uma pressão centrífuga: ora exportadas para São Tomé e Príncipe e para as Américas, ora compelidas a refugiar-se longe do alcance escravagista. Inicialmente, as populações de refugiados mbundu seguiriam vários percursos no interior do território. Certos grupos avançariam para sul, cruzando o rio Cuanza, em direcção ao planalto central, a região ovimbundu, ao passo que outros refugiar-se-iam nas compactas florestas do norte, sendo absorvidos por povos como os ndembu. Mas seria o leste a consagrar-se como a área de refúgio mais importante, mais perto do coração do continente e longe da depredação militar (Newitt 2007; Papstein 1989; Birmingham 1994:76). Para muitos, o leste constituía a — última — fronteira viável, uma fronteira paulatinamente desenhada pela empresa demográfica colonial (cf. Cassanelli 1987), que com o tempo viria a afectar novas e antigas comunidades.

Na sequência do esvaziamento populacional verificado nos territórios do Ndongo, seria criado um porto mais a sul, de fácil acesso às terras altas ainda densamente povoadas: em 1617 foi fundada a cidade de Benguela. A espoliação humana constatar-se-ia crescente, e, tragicamente, no século XVIII o volume de escravos que partia de Benguela para o Novo Mundo ultrapassaria Luanda. De facto, tão somente nos noventa anos após 1740, o porto de Benguela terá enviado para o Brasil mais de 400,000 escravos provenientes das terras angolanas (Heywood, 2000:12).

Não obstante uma série de reconfigurações — ao nível político, territorial e comercial — relativamente complexas verificadas ainda no século XVII, a intensidade do tráfico humano não seria afectada. Enquanto que os povos do interior lutavam paulatinamente ora pelo controlo do mercado intermediário de escravos, ora pela sua própria sobrevivência, representantes das potências europeias — nomeadamente de Portugal, França, Inglaterra e Holanda — disputavam a sua vertente costeira e transatlântica.

A carismática rainha Ginga,²⁴ do reino Ndongo e de Matamba, foi uma peça fundamental face à expansão portuguesa. Ngola Nzinga, notável estratega e diplomata, chegaria mesmo a aliar-se aos holandeses na ocupação da capital, Luanda, entre 1641 e 1648. Durante o seu reinado, Ginga tentaria “regular” o comércio escravagista que tanto perturbava os seus territórios, e encetaria várias conversações de paz, ora com os portugueses, ora com os reinos africanos adjacentes.

Portugal viria a retomar o controlo de Luanda e Benguela, ainda que o mesmo não sucedesse no interior do território. A nova classe de intermediários já não pertencia à classe luso-africana que havia montado as caravanas de *pombeiros* durante o século XVI e XVII. A nova classe de intermediários era “completamente africana na sua cultura e política” (Birmingham 1994:67).

Destacam-se desde logo os imbangala, senhores do grande mercado de Cassanje. Enquanto porta comercial para o interior do continente, a prosperidade de Cassanje passava pelo rapto e captura das populações do sul e leste: ganguela, songo, shinje e ovimbundu encontravam-se entre as vítimas mais representativas de então (Birmingham 1994:79).

Mas as dinâmicas populacionais iriam inverter papéis — não a tendência. Como resposta às sucessivas incursões de Cassanje, assistiu-se à formação de vários reinos ovimbundu²⁵, engrossados por refugiados e fugitivos mbundu, mas também imbangala (Birmingham 1994:84). Outrora vítimas de Cassanje, os ovimbundu tornar-se-iam os grandes intermediários escravagistas do séculos XVIII. Hábeis comerciantes e viajantes, eles iriam desenvolver um longo sistema de caravanas, e a sua busca por escravos e gado estendia-se gradualmente (Newitt 2007:29; Birmingham 1994:87). Para os ovimbundu, o leste era a terra dos *nganguela* (ou ganguela) — um termo pejorativo em umbundu significando “outras pessoas” ou “não-

²⁴ Dona Ana de Sousa, ou Ngola Ana Nzinga Mbande, ou apenas Rainha Ginga. cf. Miller (1975) “Njinga of Matamba in a New Perspective”, ou Mello (1945) “Breve história da rainha Zinga Mbandi, D. Ana de Sousa” ou ainda Heywood & Thornton (2007), *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1580-1660*. Para um visão “romanceada”, ver Agualusa (2014) *A Rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo*, ou ainda o filme “Njinga. Rainha de Angola” (Portugal/Angola, 2013, 109 min) realizado por Sérgio Graciano.

²⁵ O grupo ovimbundo, cuja língua se denomina umbundu, conheceu vários estudos ao longo da sua história. Para uma abordagem mais elaborada, ver por exemplo: “Traçados Geraes sobre a Etnografia do Districto de Benguella” (1908); Hambly (1934), *The Ovimbundu of Angola*; Childs 1949, *Umbundu Kinship and Character*; McCulloch (1952), *The Ovimbundu of Angola, Ethnographic Survey of Africa*; Edwards (1962), *The Ovimbundu under Two Sovereignities: A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola*; Heywood, 1998. “Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola”; ou Florêncio (2010) “No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M’Balundu e o Estado Angolano”.

peças”²⁶, e que agrupa cerca de uma vintena de pequenos grupos dos quais se destacam os luvale, os luena²⁷, os luchazi e os mbunda (Wheeler & Pélissier 2009:35). Mais tarde, o termo seria igualmente apropriado pelos portugueses: o termo ganguela prolongaria a referência a todos os povos que habitavam a vasta planície entre o planalto central e as margens do rio Zambeze (cf. Redinha 1974:24).

Perante a progressiva espoliação humana, as regiões do Alto Zambeze e Baixo Cassai (uma extensão hoje correspondente à zona de fronteira de Angola com a Zâmbia e República Democrática do Congo) consolidavam-se como bolsas de refúgio. Com efeito, Birmingham preconiza que certas características e elementos ocidentais (costumes, hábitos e produtos alimentares, desenvolvimento de mercados e troca de moedas, objectos e artefactos simbólicos, etc) terão sido aí introduzidas pela chegada de refugiados e não necessariamente pela mão de comerciantes ou conquistadores (Birmingham 1994:88, 94).

No final do século XVIII, os ovimbundu atingiram as florestas inóspitas dos chokwe²⁸, chegando inclusive aos luena-luvalé do Alto Zambeze. A história repetia-se: rapidamente, chokwe e luvalé de vítimas passariam a colaboradores dos ovimbundu.²⁹ Com a abertura de nova rota, o vizinho reino Lunda, mais a norte, ficaria exposto à demanda humana.³⁰ E, seduzidos pelos bens de luxo ocidentais, álcool, tabaco e têxteis, num curto espaço de tempo, também os lundas sucumbiriam ao mercado escravagista. Não fosse o fim oficial do tráfico humano e provavelmente as populações lunda teriam sido dizimadas pelos luvalé (Papstein

²⁶ Não deixa de ser interessante sublinhar como a alteridade se manifesta ao nível da linguagem. Num dossier etnográfico comparativo vale a pena lembrar o caso do(s) grupo(s) *roma* — em que a própria palavra *rom* significa “homem” — e que separam os demais indivíduos não-*roma* em *gadje* — denominação pejorativa que remete para a negação de *roma*. Cf. de Heusch, Luc, 1961, *A la découverte des Tziganes: Une expédition de reconnaissance*.

²⁷ As categorizações étnicas são algo movediças. Em Angola o grupo luvalé conhece também a designação de luena (ou *lwena*), sendo, no entanto, por vezes considerados grupos diferentes, ou em conjunto, luena-luvalé. Para mais, ver Cabrita (1954), Redinha (1966, 1974) ou Papstein (1989). A menção ao(s) grupo(s) será feita tal como referido nas fontes.

²⁸ A menção ao grupo chokwe surge também na forma de tchokwe, cokwe e outros. Embora *quioco* seja a sua língua, por vezes também é utilizado como forma de designar o grupo (cf. Redinha 1966, 1974).

²⁹ A história da humanidade encontra-se repleta de exemplos que ilustram a presença simultânea da “civilização” e da “bárbarie”. Como Walter Benjamin sugeriu “There is no document of civilisation which is not at the same time a document of barbarism”. Também o historiador Maxime Rodinson sugere que todos os povos “have been victims and executioners by turns, and all peoples count among their number both victims and executioners”. Para mais ver Rose & Steven Rose (2000) *Poor Darwin: Arguments Against Evolutionary Psychology*.

³⁰ Para uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, ver Vellut (1972) “Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)”.

1989:377). De facto, estima-se que na última fase da escravatura, no final do século XIX, dos estados Lunda de Kazembe e Mwata Yamvo terão saído um terço de todos os escravos exportados no Atlântico durante equivalente período (Dias 1998:335). A expansão económica da África Central, e de “Angola” em concreto, teve um preço exorbitante em termos humanos.

No decurso dos vários séculos de tráfico transatlântico, quantos seres humanos terão sumido da superfície angolana? Os números variam, dependendo da fonte, e raramente incluem os que pereciam antes de confrontar o oceano. As estatísticas mais parcimoniosas dão conta de entre dois a três milhões, no entanto, Wheeler aponta para quatro milhões de pessoas como estimativa mais realista (Wheeler & Pélissier 2009:73). Ao mesmo tempo, importa pensar em todos os outros que, como consequência indirecta e durante igual período, se terão apartado de tal fim, refugiando-se nas florestas e desertos, montanhas e savanas, da “Angola” inóspita e mais além. Evitar o oceano era imperativo, o mar era a última paisagem. O confronto com o horizonte Atlântico significava frequentemente a partida para um outro mundo.

*

Entre o final do século XIX e meados do século XX, as reconfigurações (geo)políticas a par da emergência de novos modelos económicos, (re)orientaram, gradualmente, a atenção para o controlo de terras e populações (Newitt 2007: 32; Henderson 1979:103). Resta dizer que, no caso angolano, longe de evitar o deslocamento forçado de inúmeras comunidades, tais transformações iriam apenas conceder-lhe uma nova face. De facto, o deslocamento forçado continuará a ser nutrido não só por novas — e antigas — formas de escravatura, mas também por guerras pela soberania colonial territorial, pesados impostos, abusos e violência, bem como expropriações sumárias das melhores terras.

As potências europeias reunidas na Conferência de Berlim de 1884-85 — supostamente³¹ — acordariam que para reclamar soberania sobre qualquer território africano era necessário o seu controlo efectivo — normalmente na forma de estabelecimento de postos militares e administrativos, e através do “povoamento branco”. Ainda que tal contenda tivesse começado havia tempo, os portugueses estavam longe de ter toda a superfície angolana sobre o seu controlo. Na verdade, a resistência de determinados grupos, intrépidos africanos, prolongar-se-

³¹ De acordo com Katzenellenbogen, a ideia de que um controlo efectivo era obrigatório seria um dos argumentos de negociação sobre a delimitação de fronteiras e não uma imposição directa de Berlim. O caso da fronteira entre Angola e a antiga Rodésia do Norte é disso emblemático. Numa posição subalterna, Portugal teria que ceder às imposições britânicas acerca de um hipotético controlo efectivo (1996:23,29). Ver também secção 4.2.

ia até aos alvares do século XX. As fases da denominada campanha de “pacificação do território” iriam despoletar e reacender vários conflitos regionais que continuariam até à década de 1920 (cf. Wheeler & Pélissier 2009:89-133; Henderson: 1979:105-113). Importa destacar os conflitos no planalto central contra os reinos ovimbundu do Bié e do Bailundo e, no nordeste, na região mbundu dos Dembos — uma zona que os portugueses nunca chegariam a controlar totalmente (Wheeler & Pélissier 2009:254).

A transição de século estimulou a ocupação portuguesa das regiões periféricas. A progressiva ocupação do Moxico deu-se apenas entre 1894 e 1922, e mostrou-se emblemática do processo de expansão colonial português: desde logo enquanto Colónia Penal, depois como Capitania, e, mais tarde, como Distrito Militar e Administrativo (Henderson 1978:107). Contudo, apesar de Portugal clamar ter tão vasta superfície sobre seu domínio, a realidade era outra. A população branca que primeiro habitou o Moxico, composta essencialmente por degredados, ficaria conhecida pelos abusos de autoridade e violência sobre os nativos, por enganar as populações locais no comércio da borracha e por se apropriar ilegalmente do dinheiro dos impostos coloniais para seu próprio benefício (Roque 2003:114). Todavia, longe de ímpares, análogos episódios encontram-se presentes ao longo de toda a história colonial e regiões de Angola.

A entrada no século XX impulsionaria o povoamento branco do interior de Angola, ainda que degredados, pobres e analfabetos continuassem a constituir o grosso da população. Na verdade, no que concerne os condenados provenientes da metrópole, o fim da colonização penal em Angola teria lugar apenas em 1932, ainda que outros, oriundos das restantes possessões ultramarinas, continuassem a desembarcar até 1954 (cf. Bender 2009:119-170). No geral, a presença de emigrantes europeus em Angola iria crescer exponencialmente até à véspera da independência, de pouco mais de 9,000 “brancos” em 1900, para cerca de 335,000 em 1973 (Bender 2009).

O comércio, de bens e pessoas, tinha sido a actividade preferida dos colonos até então. Porém, ainda antes do *boom* do petróleo e diamantes, também o desenvolvimento da agricultura, um fracasso até à data, começava finalmente a revelar-se atractivo. As leis do século XIX, que regulamentavam as concessões de terra rural, permitiam que a “terra não ocupada” fosse atribuída a europeus. Contudo, a ambiguidade da lei não olhava aos métodos africanos de pousio e de agricultura itinerante. A política de expropriação de terras “indígenas” intensificar-se-ia nas décadas seguintes, tomando proporções catastróficas nas décadas de 1960 e 1970 (Bender 2009:246-247).

Gradualmente, no norte do país desenvolveram-se vastas plantações de algodão e café, ao longo da costa despontavam plantações de açúcar, e, a sul, o sisal tornava-se a cultura

predominante. As terras que ofereciam as melhores condições eram expropriadas às populações locais, sendo ora exploradas pelo estado ora por privados — portugueses e europeus. A escolha por monoculturas tornara-se a norma, e o milho — espécie que esgota os solos — seria amplamente cultivado, sobretudo no planalto central e por populações ovimbundu.³² Inevitavelmente, a erosão e exaustão dos solos levaria a que as comunidades locais que ainda não tivessem sido expulsas das suas terras mais cedo ou mais tarde também tivessem que mudar de região, de actividade, de país (Henderson 1979:136).

Mais, qualquer actividade económica em Angola era confrontada com uma forte competição pelos escassos trabalhadores disponíveis. As recorrentes expulsões e expropriações impostas à população local, a par das demais políticas administrativas e laborais, haviam contribuído para o êxodo. Contudo, Portugal alegaria que a falta de mão-de-obra era um problema crónico causado por factores naturais e culturais presentes em todo o continente africano (Henderson 1979:120). Nesse sentido, o recurso ao trabalho forçado, com a respectiva entrada na economia monetária, seria a solução para o desenvolvimento da colónia (Henderson 1979:137-142).

*

Portugal decretou a abolição oficial da escravatura na metrópole e na Índia ainda no final do século XVIII, porém, no resto do império, a abolição chegaria apenas na segunda metade do século XIX e só após forte pressão internacional³³. Numa Angola sem indústria ou agricultura, o comércio de escravos era o que mantinha todo o sistema económico e político em equilíbrio (Miller 1973:12). É verdade que o crescente interesse por certos produtos como óleo de palma, mel e cera de abelha, marfim, peles exóticas, e, no último quarto do século XIX por borracha, viriam a contribuir para uma quebra na demanda de escravos. Contudo, os métodos de transporte existentes estavam frequentemente limitados ao uso de carregadores, e as caravanas de longa distância — que partiam do planalto central e do interior de Luanda, chegando por vezes além do rio Cassai — continuariam a ser compostas maioritariamente por escravos, e/ou por indivíduos forçados a tal (Newitt 2007:31). Apesar da eliminação da sua

³² Cf. Childs (1944, 1949) que, de modo aprofundado, dá conta das inúmeras populações forçadas a deixar as suas terras e regiões.

³³ Para uma discussão alargada sobre Portugal e a escravatura ver também Marques (2004) *Portugal e a Escravatura dos Africanos*. De salientar também que a escravatura era uma realidade muito variada, que apresentava inúmeras nuances de acordo com as regiões, padrões, e funções (Caldeira 2015).

vertente transatlântica, o comércio humano prosperava em regime de mercado interno e com destino às plantações de cacau e café de São Tomé e Príncipe. Na realidade, os oficiais militares e coloniais não só continuavam a tolerar o tráfico humano como eram dele beneficiários, facto que permitiu que a posse e tráfico de escravos continuasse a existir em Angola durante o século XX.

Em 1897, um missionário e comerciante suíço de nome Héli Chatelain denunciava que Benguela continuava a exportar entre 3,000 e 4,000 pessoas anualmente. Comunidades inteiras eram levadas das suas casas contra a própria vontade, obrigadas a assinar um contrato que não compreendiam e nunca mais voltavam a Angola (Henderson 1979:116; Birmingham 2006:42). Em conformidade, as roças de São Tomé e Príncipe requeriam cerca de 40,000 trabalhadores e a cada ano eram necessários entre 3,000 a 4,000 com vista a substituir os que morriam de exaustão, de doenças e de desespero (Newitt 2007:46; Birmingham 2006:66). As possibilidades de escapar das ilhas de São Tomé e Príncipe eram quase nulas, facto contrastante com as tentativas de fuga por parte de ainda escravos e/ou trabalhadores forçados mal pagos e mal nutridos recorrentes em solo angolano. As missões religiosas e os reinos locais iam resistindo às deliberações coloniais e, quando não envolvidos no tráfico humano, ofereciam protecção e refúgio aos cativos que conseguiam escapar. O caso de Chatelain, fervoroso abolicionista, é disso exemplo. O suíço oferecia refúgio na sua missão costeira, e almejou desenvolver infra-estrutura, desde o Alto Cunene até às margens do Zambeze, que pudesse proteger e albergar os cativos foragidos — em vão (Birmingham 2006: 42).

Paulatinamente denunciados por parte de certas igrejas missionárias, da imprensa, de diplomatas, bem como por certos membros da comunidade empresarial, a transição de século trouxe à luz a exploração, a violência e os abusos. Angola, São Tomé e Príncipe e o então Estado Livre do Congo (actual RDC) eram os territórios mais visados pelas pressões humanitárias a nível internacional. Para as populações angolanas, fugir da jurisdição colonial portuguesa era a única escapatória possível, embora se registassem certos episódios de movimento inverso. Com efeito, entre 1885 e 1908, grupos de refugiados congolezes tentavam a sua sorte no norte de Angola, procurando apartar-se dos métodos bárbaros de Leopoldo II da Bélgica (Birmingham 2006:62). Também Victor Turner, na sua monografia sobre os ndembu, refere que em 1906 a severidade do então administrador inglês em Mwinilunga, ainda Rodésia do Norte, terá levado a que populações fugissem para território português (Turner 1957:7). A excepção confirmava a regra.

Nem as acusações internacionais, nem a criação de leis, nem as denúncias por parte de certos governadores coloniais³⁴ conseguiriam alterar substancialmente o panorama laboral de Angola. Com efeito, a contestação da camada empreendedora na colónia limitava-se essencialmente a um motivo: a escassez de mão-de-obra no país era tal que continuar a exportar *serviçaes* para São Tomé e Príncipe revelara-se contraproducente (Henderson 1979:114).

Os vários séculos de guerra e de tráfico humano haviam esvaziado o território angolano, e a nova perspectiva económica desesperava por mão-de-obra. As autoridades coloniais sofriam pressões das várias empresas, companhias, patrões. Profundamente enraizada na sociedade colonial angolana, a espoliação humana encontrava-se também ratificada: no final do século XIX, o regulamento laboral que afectava as populações locais estabeleceu o trabalho como uma obrigação legal e moral (Bender 2009:234). Para os que não haviam obtido o estatuto ambíguo de “assimilado”³⁵, estatuto que lhes abria a porta a uma suposta civilização, a mudança revelara-se meramente onomástica: de escravo a *serviçal*. Segundo o regulamento do trabalho — que, até às sublevações nacionalistas de 1961, manter-se-ia sobejamente inalterado — todo e qualquer “indígena” deveria trabalhar e, quem não o fizesse, seria coagido a tal (cf. Tvedten 1997, Henderson 1979:114). A “assimilação” e o exílio asseveravam-se como as únicas formas de evitar o regulamento de trabalho. Como já em 1946 sugerira Henrique Galvão, então governador, o sistema de recruta era nalguns aspectos pior do que a escravatura. Mais tarde, o mesmo Galvão, denunciaria que as políticas coloniais — tanto as do seu tempo como outras precedentes — haviam provocado uma autêntica “hemorragia demográfica” (Galvão & Selvagem 1952-53:52).

Dado que a falta de mão-de-obra era mais severa em certas regiões, muitos dos “contratados” eram obrigados a migrar, passando por vezes mais de um ano longe das suas famílias e impedidos de cultivar as suas terras (Henderson 1979:122). Para muitos, era preferível oferecer-se a desempenhar um trabalho mal pago a ser capturado e obrigado a trabalhar num local remoto. Além disso, em cada “concelho” ou “posto colonial”, os restantes “indígenas” — homens, mulheres, mulheres com bebés, crianças e idosos — eram regularmente compelidos a colaborar na manutenção de jardins e edifícios da administração e/ou na construção de infra-

³⁴ Entre meados do século XIX e os alvares do século XX, certos governadores de Angola procuraram “alterar” a dureza das práticas laborais vigentes mas sem notório sucesso. Destacam-se Sá da Bandeira, Gomes dos Santos, Manuel Maria Coelho, ou Norton de Matos. (Para mais cf. Bender 2009:233-241).

³⁵ O estatuto de “assimilado” implicava o conhecimento da cultura e língua portuguesa, a adopção do cristianismo e dos ideais da metrópole. O processo era oneroso, moroso e arbitrário, e não trazia efectiva igualdade de direitos políticos ou outros, nem oportunidades ao nível escolar ou de acesso à terra e residência. Para uma discussão mais ampla, ver por exemplo Bender (2009) ou Heywood (2000). Para uma comparação com o caso Francês cf. Keese (2006:92,102).

estruturas como estradas, linhas de comboio, etc. Foi perante este cenário que, por volta de 1960, mais de um quarto de milhão de angolanos atravessariam a fronteira, procurando trabalho nas possessões territoriais de França, Bélgica ou Inglaterra (Birmingham 2006:78). O caso do então Copperbelt Britânico é emblemático: a forte demanda de mão-de-obra e os salários oferecidos, mais elevados que em Angola, atraíam milhares de indivíduos descontentes.³⁶

De tempos a tempos, aos chefes locais (frequentemente denominados *soba*), manipulados — e por vezes nomeados — pela administração colonial, eram requeridos taxas e determinado número de trabalhadores (Brinkman 2000:6; 2005:33). Com vista a melhor administrar e controlar os fluxos da população “indígena”, o governo colonial fazia recurso à “caderneta”, documento onde constavam vários dados, como o estatuto laboral e o pagamento de impostos (Henderson 1978:119). As populações que procuravam evitar a recruta laboral sem emigrar, tentavam encontrar trabalho no comércio, na indústria ou noutras actividades urbanas — de resto, uma das poucas formas de poder pagar impostos (Redinha 1966:152). Todavia, a ida para a cidade era complexa e dependente da devida autorização. O movimento de uma região para a outra, ou entre cidades e vilas, requeria uma “guia”, e a concessão de semelhante documento pressupunha a apresentação da “caderneta” onde constavam indicações acerca do pagamento de impostos e do estatuto laboral. Além disso, os raids policiais nos *musseques*³⁷ eram frequentes, logo, ser surpreendido pelas autoridades enquanto “clandestino” significava não só o regresso às aldeias de origem como a muito verosímil recruta laboral forçada (Birmingham 2006:78). Análogas circunstâncias não impediram que muitos angolanos arriscassem a sua sorte em meio urbano, um facto comprovado pelos censos das décadas de 1940 e 1950, que davam conta do crescimento da população de Luanda em 152%. Em contrapartida, as regiões fronteiriças haviam registado uma diminuição populacional de entre 16 a 22% (Newitt 2007:64). Paralelamente, ideias apenas às categorias de “indígena” e “civilizado” intersectavam um correspondente espacial, fomentando futuras divisões entre “mato” e “cidade” (cf. Brinkman 2005:35).

Outro factor que viria a contribuir para o exílio de multidões seria a implementação do “dízimo”, ou “imposto sobre a palhota”, criado em 1908. A introdução de igual taxa, extremamente infeliz, teve como consequência a fuga de comunidades inteiras para fora da jurisdição portuguesa. Ao

³⁶ Para uma abordagem regional sobre os fluxos populacionais para a Zâmbia, ver por exemplo: Cabrita (1954), Mitchell (1954), White (1960).

³⁷ Do quimbundo *mu seke*, “local arenoso”. O termo *musseque* nomeia os bairros suburbanos de Luanda ocupados pela população com menos recursos. Frequentemente, os *musseques* são compostos por construções ilegais — ou “a-legais” — e encontram equivalente na favela, ou no bairro-de-lata. O termo *musseque* é substituído por “bairro” noutras cidades e regiões de Angola.

longo dos anos de 1930 e 1940 milhares de pessoas, nomeadamente povos fronteiriços como os chokwe, fugiriam ora para o Congo Belga (actual RDC) ora para a Rodésia do Norte (actual Zâmbia). Novamente, quem não pudesse pagar o imposto, ou não tivesse como fugir, corria o risco de ser “contratado” (Henderson 1979: 120). O êxodo exacerbava a falta de mão-de-obra, que, por sua vez, estimulava a procura de “contratados”. Ao mesmo tempo, as condições económicas e sociais dos africanos pioravam, gerando assim um êxodo ainda maior. Angola vivia num ciclo vicioso que só seria tardiamente “reformulado” aquando das revoltas de 1961 e hostilidades subsequentes. Todavia, para inúmeras populações locais tal evento seria apenas mais um episódio a fomentar o deslocamento.

O relato do Chefe Nyamusulu, luvale na Zâmbia, elucida bem a realidade de então:

If you failed to pay your tax in full they beat you on the hands with a flat stick called a *palmatoria* (in Luvale, *mbalama*) or a whip made of hide. The Portuguese also sent soldiers to peoples' homes to get labour; they tied them up and took them away to work for them. They didn't pay them. They would go to the chiefs and say 'bring us labourers'. They would take the people away and make them work, work, work...for a month, or two or three. Then those ones would go home and others would take their place. That is how it was. It was because of the *palmatoria* that our elders came here to Zambia. They fled here a *long* time ago, it began *long* ago. Some fled here to Zambia, others to Zaire. We didn't just run away with the war like this, it began *long* ago. Some of our predecessors had their children here, others have died here (Powles 2000:7).

*

Entre os anos de 1920 e o início da década de 1960, Angola vivera o mais longo período de paz desde a chegada dos portugueses (Wheeler & Pélissier 2009; Henderson 1978). Mas a paz não era senão aparente; circunstâncias anteriormente mencionadas tais como o trabalho forçado, os salários miseráveis, os abusos e a violência fomentavam o descontentamento da população local face à autoridade portuguesa. Semelhante hiato anunciava apenas uma conturbada transição.

Em Janeiro de 1961³⁸ estalava a violência rural, no que ficou conhecido como a “Revolta do Algodão” na Baixa de Cassanje; logo de seguida, em Fevereiro, teve lugar o assalto à prisão de Luanda, provavelmente com vista a libertar presos políticos; e Março marcaria a insurreição

³⁸ Para uma abordagem crítica e alargada sobre 1961, ver Mateus & Mateus (2011) ou Pélissier (1978:301-654)

nas plantações de café dos Dembos, onde se sucederiam vários massacres contra trabalhadores-migrantes, bakongo, mbundu e ovimbundu, mestiços e colonos brancos (Wheeler & Pélissier 2009: 250-268). Mas análoga sequência de acontecimentos carecia de uma clara organização ou sentido de estratégia, tanto a nível político como militar. Numa questão de meses, as tropas portuguesas conseguiriam aquietar os focos de revolta, tanto em Luanda como no interior. A resposta colonial viria na forma de detenções e execuções sumárias, surpreendendo culpados e inocentes (Wheeler & Pélissier 2009:253,258).

A pressão externa sobre Lisboa crescia, a comunidade internacional tinha os olhos postos em Angola. Tal conjuntura levaria Portugal a introduzir uma série de reformas, entre as quais o novo Código do Trabalho Rural, de 1962, ou a revogação do Estatuto dos Indígenas, de 1954. Se o primeiro estabelecia a abolição do trabalho forçado, já o segundo consistia em abolir a distinção entre “indígenas” e “cidadãos portugueses”, outorgando assim iguais direitos aos cidadãos “civilizados” e “não civilizados” (Wheeler & Pélissier 2009:277). A estratégia é transversal: Salazar abraça as “teorias” do lusotropicalismo³⁹ e aproveita também para mudar a onomástica, e de Colónia, Angola passa a Província Ultramarina. Paralelamente, e com vista a acalmar as tensões latentes, as autoridades coloniais encetariam um processo de desenvolvimento económico, social e cultural. Porém, a mudança chegara demasiado tarde.

O ambiente hostil que se instalara então forçou o deslocamento de numerosas populações; populações que se esconderiam nas florestas e nas serras, que começariam a afluir a Luanda, ou que cruzariam a fronteira norte (Wheeler & Pélissier 2009:261). Com efeito, a Cruz Vermelha Internacional calculou que, no final de Junho de 1961, existissem já 103 mil deslocados angolanos no então Congo Belga (Wheeler & Pélissier 2009:268). O início de semelhante crise humanitária augurava apenas uma iminente propagação da catástrofe: comunidades inteiras preparavam-se para inundar também o Congo-Brazzaville e a Zâmbia.

Facto é que os dados do conflito já haviam sido lançados anteriormente. Durante os anos de 1950, paralelamente à preparação da independência dos países vizinhos, assistira-se à multiplicação de forças nacionalistas. As autoridades coloniais, em estreita colaboração com a PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado), exerciam um apertado controlo sobre todo o tipo de associações civis, sobre as igrejas protestantes, sobre a imprensa, conseguindo neutralizar quase por completo qualquer actividade política clandestina em território angolano (Newitt 2007:72). Perante semelhante contexto, o sucesso da mobilização nacionalista

³⁹ Para uma discussão acerca do lusotropicalismo — ou do carácter distintivo do imperialismo português, pautado pela miscigenação e pela interpenetração cultural — ver Freyre (1960) *O luso e o trópico*; — (1933) *Casa Grande & Senzala*; Neto (1997) “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, Castelo (1998) *‘O modo português de estar no mundo’: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*; Almeida (2000) *Um mar cor da terra: “raça”, cultura e política de identidade*.

dependera amplamente da sua organização e apoios no estrangeiro: Accra, Paris, Pequim, Dar-es-Salam, Conakry, Argel, Brazzaville, Lisboa, Léopoldville (actual Kinshasa) ou Lusaka, eram pontos de referência que albergavam e/ou formavam células pró-independência. O “exílio” era morada dos mais altos representantes das forças nacionalistas.

De entre os incontáveis pequenos movimentos anti-coloniais, consolidar-se-iam apenas as forças mais bem colocadas a nível internacional. Na transição de década de 1960 afirmaram-se a UPNA (União das Populações do Norte de Angola) — de seguida UPA (União das Populações de Angola) que, mais tarde daria origem ao FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) —, seguida do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Posteriormente, em 1966, iria nascer a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), completando assim o complexo mosaico etno-político.

*

A norte, a UPA de Holden Roberto operava a partir da RDC, sendo entretanto apoiada por pelo regime de Mobutu Sese Seko; os seus refugiados eram assistidos pela Igreja Baptista; na Argélia, a FLN (Front de Libération Nationale) treinava os futuros oficiais nas suas bases tunisinas; e os EUA contribuíam com fundos e técnicos. Porém, desde as revoltas de 1961 que a população bakongo — principal apoiante da UPA — se encontrava exilada, tornando difícil qualquer operação no terreno. Além disso, a conotação tribal, privilegiando a etnia bakongo — principalmente os baxicongo — e hostilizando os demais grupos étnicos dificultava uma aliança com os intelectuais do MPLA, que, por sua vez, viam o líder da UPA como um “estrangeiro”. No entanto, a UPA chegara a incluir membros de outros grupos étnicos e regiões, nomeadamente ovimbundu, mbundu e cabinda, membros que cedo abandonariam o movimento devido à conotação “tribal” e forte monopolização do poder (Wheeler & Pélissier 2009:290). Por outro lado, e encontrando-se na esfera soviética, contando com o apoio da Tanzânia e posteriormente da Zâmbia, o MPLA era formado por intelectuais marxistas, gentes urbanas, mestiços, e com uma base de apoio rural essencialmente mbundu. Agostinho Neto, formado em medicina em Lisboa, poeta “engajado”, seria o presidente exilado do movimento e, mais tarde, de Angola. Porém, a realidade é que um povo amplamente iletrado “(...) preferia seguir líderes pertencentes ao seu próprio grupo étnico, mais do que intelectuais exilados (Wheeler & Pélissier 2009:300).” Nesse sentido, a criação da UNITA procuraria representar as populações do planalto central, essencialmente o grupo ovimbundu ao qual pertencia o seu líder, Jonas Malheiro Savimbi, e que não se revia nas restantes forças nacionalistas. De ressaltar, contudo,

que o futuro guerrilheiro colaboraria com a UPA/FNLA, e, antes de formar o seu próprio movimento, tentara ingressar no MPLA mas não fora aceite (Wheeler & Pélissier, 2009:317). A UNITA afirmava-se abertamente anti-marxista, pró-ocidental, e parte dos seus membros haviam recebido formação militar na China. A ascensão da UNITA seria pautada por pactos improváveis e contraditórios, chegando mesmo a colaborar com o regime sul-africano durante o regime do *apartheid* e até com os militares portugueses. Mas a figura de Jonas Savimbi, peça central da política angolana e internacional, merecerá maior atenção mais adiante (cf. secção 4.2).

As três forças eram representativas dos grupos com maior presença em Angola, constituindo cerca de 75% do total da população: o grupo ovimbundu (35-37%) associado à UNITA, baseado no planalto central; o grupo mbundu (20-25%) associado ao MPLA, mais a norte, na zona de Luanda e encontrando a sua base rural ao longo do Cuanza até perto de Malange; por fim, conotados com o FNLA, o grupo bakongo (13-15%) ainda mais a norte, nas províncias do nordeste e em Cabinda que, ao contrário dos dois grupos anteriores, exclusivos de Angola, distribuem-se ao longo da República Democrática do Congo e Congo-Brazzaville.⁴⁰ Não obstante uma certa polarização étnica, os vários movimentos eram inicialmente heterogéneos. A questão étnica só ganharia peso com o progredir das tensões e com a velha estratégia de dividir para conseguir mais apoiantes. Como Messiant viria a resumir: “Bien plus que comme un produit d’oppositions ethniques, la division du nationalisme angolais doit être analysée comme traduisant la compétition entre diverses élites pour le pouvoir, qui va s’exercer d’abord dans le mouvement nationaliste (Messiant 1994:160).”

Enquanto Portugal reforçava o número de tropas e a logística militar no país⁴¹, os movimentos anti-coloniais continuavam a sua saga procurando apoios internacionais e remetendo-se à guerrilha. A falta de uma visão unificadora estava — e continuaria a estar — na ordem do dia. O carácter hegemónico dos movimentos nacionalistas, as diferenças ao nível das respectivas órbitas de influência, os motivos de ordem pessoal, étnicos e políticos eram demasiado evidentes. Semelhantes circunstâncias não só dificultavam qualquer tipo de acordo, como eram um prenúncio do que viria a suceder em Angola no período pós-independência, no qual o extenso deslocamento populacional seria uma das consequências mais emblemáticas.

⁴⁰ Outros grupos com presença em Angola são lunda-chokwe (cerca de 8%), ganguela — termo que inclui cerca de 20 grupos diferentes, sendo os mais representativos mbunda, luchazi e luvale (cerca de 6%). Percentagens estimadas com base em Messiant (1994) e Collelo (1991).

⁴¹ Para uma abordagem sobre o período da guerra colonial entre Portugal e as várias facções nacionalistas nos então seus “territórios ultramarinos”, ver “A Guerra” (Portugal/Angola/Moçambique/São Tomé e Príncipe/Guiné-Bissau/Cabo Verde, 2007-2013, 42 episódios) realizado por Joaquim Furtado.

*

A República da Zâmbia tornou-se independente em 1964 e Keneth Kaunda — outrora guerrilheiro e então novo presidente — encontrava-se disponível para apoiar os movimentos anti-coloniais e pró-independência nos territórios vizinhos. O governo zambiano encorajaria a luta pela independência ao permitir a circulação de soldados e logística bem como o estabelecimento de bases militares no seu solo nacional — uma oportunidade que MPLA e UNITA saberiam aproveitar.

A visão de um nacionalismo pan-angolano, em parte ideado pelos seus líderes mestiços, levava a que o MPLA procurasse chegar a outras regiões e respectivos grupos. Desde 1964 que elementos clandestinos do MPLA eram enviados para o mato no leste de Angola, e o seu relativo sucesso em territórios luchaze, mbunda, luena, ou ganguela deveria-se ao cuidado inicial em estabelecer lideranças locais antes de lançar uma luta de guerrilha. Além disso, o MPLA via-se perante uma população que não estava cansada da guerra e que possuía um refúgio fácil no vizinho Barotseland, Zâmbia (Wheeler & Pélissier 2009:300-307).

O leste sempre fora um ponto de vulnerabilidade colonial; encontrava-se longe dos centros económicos, a população branca era quase inexistente, constituía um território de difícil acesso e sem infra-estrutura significativa, sub-povoado e apenas parcialmente explorado (cf. Roque 2003). A vastidão do Moxico⁴² e do Cuando-Cubango impossibilitava um controlo efectivo por parte das autoridades coloniais. Seria também no Moxico, em Março de 1966, que a UNITA conheceria a sua fundação.

Os confrontos somar-se-iam e, no final de 1966, cerca de 4,000 angolanos haviam entrado na Zâmbia. Como resultado, em colaboração com UNHCR o governo de Keneth Kaunda ergueu os campos de refugiados fronteiriços de Lwatembo e de Kasamba. Também por essa altura, porém mais afastado do alcance das forças beligerantes, foi criado o campo de Mayukwayukwa.

Ao longo das aldeias de fronteira e nos vizinhos recém-criados campos de refugiados, tanto UNITA como MPLA procuravam somar o maior número de populações sem filiação política,

⁴² “(...) impõe-se, urgentemente, para se poder governar com rendimento e alcance, (...) criar, pelo menos mais duas províncias: a província do Moxico e a província do Huambo. A primeira correspondendo à necessidade imperiosa de ocupar mais profundamente as terras de Leste, cujas enormes possibilidades escapam à administração, e de amparar os esforçadíssimos colonos que fizeram o Moxico e aos quais o País tanto deve (...)” (Galvão 1949:203)

nomeadamente entre comunidades luchazi, chokwe, luvale e mbunda (Marcum 1978; Heywood 1989). O MPLA, melhor sucedido, conseguira converter aldeia inteiras, ainda que frequentemente através da coerção e eventual deslocamento das populações para as suas bases no mato (Brinkman 2003: 307). A resposta colonial seria uma brutal repressão, com a respectiva destruição das aldeias ideologicamente “contaminadas” (Wheeler & Pélissier 2009:307). Viver em aldeias isoladas tornava-se cada vez mais perigoso podendo significar a morte. E, enquanto as guerrilhas encaminhavam as populações rurais para as suas bases no mato, os portugueses concentravam-nas em “aldeamentos” — uma espécie de aglomerados peri-urbanos controlados sob a mira da artilharia (Brinkman 2005:59). Viver no mato ou na cidade podia custar a vida — uma circunstância que contribuiria para o consolidar de igual dualidade, ao mesmo tempo que alimentava o desterro. A instabilidade da vida no mato entre a guerrilha, a fome e privações associadas, mas também o temor de ser acusado de ser “traidor” ou “feiticeiro” (normalmente mencionado como “bruxa/o”)⁴³ — situações frequentemente resolvidas com execuções — contribuiriam para a fragmentação do MPLA e também para a fuga de populações para a Zâmbia (cf. Brinkman 2003). Na transição para a década de 1970, o MPLA ainda mantinha bases na Zâmbia e encontrava-se activo em certos distritos do Moxico, Cuando-Cubango, Dembos, Cabinda, Lunda, Malange e Bié. Quanto à UNITA, expulsa da Zâmbia após ter explodido parte da linha de comboio — a única ligação do país ao Atlântico — afirmava estar activa no Moxico, Cuando-Cubango, Lunda, Bié, Malange e em alguns distritos do Huambo.

As emboscadas, as escaramuças, os bombardeamentos, o envenenamento e/ou queima das terras agrícolas, as detenções e execuções, os abusos e violência, a recruta forçada, entre tantos outros eventos perpetrados pelo MPLA, pela UNITA, pela UPA e por Portugal contribuía para o desaparecimento de aldeias e respectivo êxodo populacional.

No leste, os deslocados “informais” estabeleciam-se em aldeias de fronteira, moviam-se em direcção a territórios e populações que lhes eram familiares, próximo de grupos culturalmente semelhantes (cf. Papstein 1989, Hansen 1979b:376), mas cuja divisão fora oficializada com a Conferência de Berlim (cf. Katzenellenbogen 1996:21-22). De recordar que o longo contexto colonial empurrara vastas populações para o exílio, razão pela qual certos recém-chegados, oriundos de outras zonas de Angola, possuíam parentes e amigos na Zâmbia, alguns haviam lá vivido inclusive.

O cenário hostil que se vivia em Angola fomentava o crescimento exponencial de refugiados, e o governo zambiano via-se a braços com dilemas e temores de vária ordem. O país encontrava-se cercado de vizinhos hostis e a presença de refugiados ao longo da fronteira

⁴³ Para o desenvolvimento deste tema, ver Bahu 2014.



Fig. 4 - Campos de Refugiados, Zâmbia

continuava a facilitar a recruta por parte dos movimentos independentistas, que, no caso angolano, possuíam bases nas imediações de aldeias e dos campos de Lwatembo e de Kasamba (Hansen 1979b: 376). Tal facto punha em risco a segurança das populações locais bem como a recente soberania do país. Militarmente frágil, a Zâmbia não tinha como fazer frente aos bombardeamentos de aglomerados populacionais fronteiriços, sistematicamente efectuados pela aviação portuguesa (Hansen 1979b:377).

Perante semelhante conjuntura, o governo zambiano decretou o RCA (Refugee [Control] Act), em 1970, levando ao encerramento dos campos⁴⁴ mais próximos do limite internacional. De acordo com o edital, todos os refugiados deveriam viver em áreas designadas pelo governo, a não ser segundo autorização em contrário. Além de questões de segurança, o RCA tinha em vista uma melhor distribuição alimentar e almejava providenciar abrigo efectivo para os

⁴⁴ Trata-se dos campos de Lwatembo, Kasamba. Igualmente criado em 1966 relativamente longe da fronteira, o Campo de Mayukwayukwa continua em funcionamento, albergando ainda milhares de angolanos.

refugiados. Importa não esquecer também que a concentração em campos permitia uma maior possibilidade de apoio da comunidade internacional, bem como observar e controlar a população refugiada (Powles 2000:16-17; cf. Harrel-Bond 1986). Em 1971, em colaboração com o UNHCR, o GRZ viria a decretar a criação do Campo de refugiados de Meheba.

*

A 25 Abril de 1974 terminavam quatro décadas de ditadura em Portugal e, em Janeiro de 1975, o novo governo português e os três principais partidos angolanos — FNLA, MPLA e UNITA —, assinaram o Acordo do Alvor. O documento estipulava a criação de um governo interino, bem como a organização de eleições antes da partida do último contingente português, a ter lugar em Novembro desse ano. Contudo, ao mesmo tempo que as tropas das três facções se instalavam em Luanda, verificar-se-ia uma corrida às armas e o gradual armamento civil. A guerra civil era iminente, evidenciando-se “(...) a regionalização dos movimentos que, na realidade, ‘defendiam’ as suas regiões contra os rivais” (Wheeler & Pélissier 2009:360). Os partidos em jogo fortaleciam, a pouco e pouco, as suas “zonas de influência” étnicas, forçando o deslocamento interno em direcção aos respectivos “territórios de origem” (Pearce 2011:93).

O clima hostil anunciava uma inevitável centrifugação populacional de amplo espectro: um facto bem ilustrado na organização de uma colossal ponte aérea. Efectivamente, nos meses anteriores à libertação, a maior parte da população branca, que na altura ascendia a cerca de 330,000 indivíduos, seria evacuada para o velho continente com a maior rapidez (Bender 2009:235-236). Após uma longa guerra inglória e em várias frentes, a independência das colónias portuguesa cairia em dominó, e a metrópole encher-se-ia de hordas de “retornados”⁴⁵.

O repatriamento da população branca quase que coincidira com a chegada de tropas cubanas. O MPLA, na esfera soviética, recebeu pessoal e logística militar a partir de Cuba e também das nações do bloco comunista, nomeadamente da Europa de Leste. Na outra barricada, o FNLA seria apoiado por Mobutu, do vizinho Zaire (RDC), enviando tropas para o norte do país. FNLA e UNITA receberiam também o apoio indirecto dos Estados Unidos, materializado nas forças da África do Sul que iriam atacar as cidades e territórios controlados

⁴⁵ A questão dos denominados “retornados” portugueses tem sido tema de algumas publicações recentes. Ver por exemplo: Mateus (2010a) *Lobito* e (2010b) *Lubango, Paris, Mavinga*, ou Fonseca (2009) *Angola, Terra Prometida*.

pelo MPLA. A 11 de Novembro de 1975, o último contingente militar português abandonou o país. Mas Portugal não entregara o poder a nenhum partido, nem a um governo, mas sim ao “povo de Angola” (Wheeler & Pélissier 2009:362). A celebração da independência dava lugar à guerra civil e os momentos chave do conflito, com a respectiva produção de deslocados, iriam reverberar do outro lado da fronteira (cf. secção 2.1).

Inicialmente o MPLA controlava praticamente toda a faixa costeira, os territórios de Luanda para o leste até ao Luau, na fronteira com o Zaire (actual RDC) e, com a ajuda de um amplo contingente cubano⁴⁶, em 1976 conseguiria mesmo expulsar a UNITA do seu bastião étnico: o Huambo, no Planalto Central. Na década de 1980, a Guerra Fria guiava o conflito em Angola: o apoio dos EUA à UNITA e o apoio do Bloco Comunista ao MPLA nunca fora tão evidente — no que David Birmingham apelidou de “war by proxy” (2006:111). Desde a expulsão do Huambo que o MPLA e as tropas cubanas ganhavam terreno à UNITA. Por sua vez, o partido de Savimbi acantonava-se no leste, mantendo o conflito aceso a partir de bases efémeras nas matas do Moxico e do Cuando-Cubango. No final de 1987 tinha início o cerco à vila do Cuito Cuanavale, Cuando-Cubango. O épico e sangrento enfrentamento teria lugar no ano seguinte, altura em que MPLA e Cuba derrotariam a UNITA e a África do Sul. Das cinzas do Cuito Cuanavale surgiu o Acordo Tripartido de Nova Iorque, assinado entre Angola, Cuba e África do Sul⁴⁷. O compromisso estipulava a retirada das tropas cubanas de Angola, o término do apoio sul-africano ao partido de Savimbi e culminaria também com a independência da Namíbia e o fim do apartheid (Messiant 1994). A Guerra Fria conhecia os seus últimos dias e, enquanto o patrocínio da URSS ao MPLA entrava em declínio, o apoio dos EUA à UNITA ascendia. Por esta altura, calcula-se em 717,600 o número de refugiados angolanos (USCR 1991).

A transição para os anos de 1990 marca um hiato no conflito. Em 1991, teria lugar o Acordo de Bicesse, em Portugal. José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, sob o olhar da *troika* (EUA, Rússia e Portugal), concertariam as primeiras eleições em Angola, a ter lugar nos últimos dias de Setembro de 1992 (cf. Messiant 1995, 1995b). A 17 de Outubro surgiu a confirmação da vitória do MPLA e respectivo presidente, a UNITA não reconheceu os resultados e o país mergulharia numa das mais sangrentas e destrutivas fases da guerra. Se, até à data, o conflito se desenvolvera essencialmente no mato, neste nova etapa as cidades também se tornariam um alvo recorrente (cf. Pearce 2011).

⁴⁶ Estima-se que o contingente cubano em Angola em 1978 rondasse os 19,000 militares. *Africa Contemporary Record — ACR*, 1980, vol. 11, p.B493, *apud* Vidal (2007:208).

⁴⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre as implicações e contornos da batalha, ver por exemplo: Saney (2006) “African Stalingrad: The Cuban Revolution, Internationalism and the End of Apartheid”, ou Tvedten (1997: 38-40)

O falhanço de Bicesse, e logo das eleições, daria lugar ao Protocolo de Lusaka. Em 1994, o governo do MPLA e os “rebeldes” da UNITA assinavam novo documento na capital vizinha. O protocolo procurava constituir um grupo parlamentar com os partidos envolvidos nas eleições, estipulava um cessar-fogo e estabelecia o desarmamento de ambas as forças político-militares com a respectiva incorporação num exército e polícia único. Foi também por essa altura que o governo de José Eduardo dos Santos colaborou com Laurent-Désiré Kabila na Guerra do Congo⁴⁸ (1996-2003), um conflito que envolveu diversos países vizinhos e que produziria hordas de refugiados. A esse propósito, lembro os campos criados no norte da Zâmbia com vista a receber multidões de congoleses em fuga. De resto, populações que viriam a ser transferidas para Meheba num tempo mais recente.

Entre os objectivos primordiais da participação angolana na Guerra do Congo, encontrava-se a necessidade de derrubar Mobutu Sese Seko. Desde a derrota do FNLA que Mobutu apoiava a UNITA, comprando os seus diamantes e permitindo a sua circulação nos territórios fronteiriços. Concomitantemente, perante a supremacia do MPLA, os EUA re-orientariam a sua atenção, evidenciando assim o isolamento da UNITA (cf. Messiant 2000).

A partir de 1998, os confrontos entre UNITA e MPLA intensificavam-se de novo, terminando apenas com o assassinio de Savimbi, em Lucusse, Moxico, em Fevereiro de 2002.

Como forma de selar a paz, em Abril as FAA e UNITA assinavam o Memorando de Entendimento do Luena, ratificando o início do processo de reconciliação nacional, o cessar-fogo e a desmilitarização (cf. secção 3.4). Paralelamente, o governo começou o seu plano de desminagem e de desenvolvimento (cf. Auerbach 2010), procurando fomentar o relocalização dos deslocados internos⁴⁹ e o retorno de refugiados (Agier 2011:118).

Quarenta anos de hostilidades (1961-2002) resultariam num milhão de mortos, cerca de 4,1 milhões de deslocados (contando com deslocados internos e refugiados) dos quais cerca de 210,000 na Zâmbia, a destruição da infra-estrutura do país, um território amplamente minado, uma economia artificial, e uma sociedade partida (UNHCR 2002).

*

⁴⁸ Para mais sobre a Primeira e Segunda Guerra do Congo, ver por exemplo Prunier (2009) *From Genocide to Continental War: The "Congolese" Conflict and the Crisis of Contemporary Africa*.

⁴⁹ Ou, em gíria humanitária, IDP's — *Internally Displaced People*.

Em 2012, transcorrida uma década de paz em Angola, deslocava-me até à vizinha Zâmbia. Meheba e região envolvente compunham o início de uma atribulada etnografia, que, como o legado da espiral histórica acima ensaiada deixa antever, seria pautada por estratégias análogas à do grupo em análise. O contínuo movimento — ou o deslocamento induzido — iria alicerçar a etnografia cuja abordagem metodológica merece atenção de seguida.

1.2 Uma etnografia em movimento

A complexidade do terreno suscita diversos desafios: lidar com um terreno instável, historicamente violento e de carácter sensível, pressupõe uma constante revisão das estratégias etnográficas. Os dados compilados encontram-se intimamente ligados ao próprio método de investigação sendo, portanto, fundamental documentar as circunstâncias da recolha e respostas emocionais envolvidas (Emerson, Fretz & Shaw 1995:11; Davies & Spencer 2010). Porque condicionada pelos contextos políticos e por entraves institucionais de várias ordens, a compreensão de um método válido, viável e produtivo, acabou por integrar a própria investigação. Com efeito, o terreno não foi apenas um espaço de aplicação de determinada estratégia de pesquisa, mas sim da sua adaptação e reinvenção constante. Inevitavelmente, o recurso a procedimentos improvisados, por vezes pouco ortodoxos, levantaria várias questões sobre os limites e ética da antropologia enquanto disciplina.

*

Tendo em conta o carácter do projecto e respectivos lugares de pesquisa, o acesso ao terreno depende amiúde de uma mediação institucional⁵⁰. Ao realizar uma etnografia dentro do âmbito institucional, o antropólogo enfrenta diversos constrangimentos: a instituição pode exigir certas contrapartidas ao nível do tratamento, da publicação dos resultados e até inviabilizar o acesso a determinados interlocutores ou zonas de estudo. Paralelamente, a investigação corre o risco de se tornar triangular — investigador/instituição/interlocutor — e não dual — investigador/interlocutor —, como é por vezes fundamental dado o foro dos temas em análise. Em ambos os casos, o antropólogo encontra-se duplamente observado e controlado, seja pela instituição, seja pelo grupo em estudo (Naepels 2004; Agier 2011[2008]:66-69). Além disso, as autorizações por parte das instituições responsáveis demoram demasiado tempo a obter — podendo nunca ter lugar. Ora, ante terrenos que se compõem e decompõem rapidamente, a investigação é urgente. A temporalidade é um factor determinante dada a instabilidade e mobilidade das situações em análise: o terreno encontra-se susceptível a mudanças geopolíticas inesperadas, aos processos de repatriamento, ao encerramento imprevisto dos campos, a novas deslocações por parte dos refugiados e repatriados. Soma-se

⁵⁰ Com “mediação institucional” refiro-me a todas as instituições ou entidades da qual possa depender a realização do trabalho de campo, com excepção do pressuposto vínculo académico a um centro de estudos e/ou universidade.

ainda o limite temporal sob o qual a pesquisa se deve pautar. Na presença de tais circunstâncias, interessa reflectir sobre o acesso aos terrenos em estudo, na Zâmbia e em Angola, bem como sobre a sua gradual estruturação.

No que toca ao primeiro período de trabalho de campo na Zâmbia, (entre Março e Maio de 2012), conseguir a autorização de entrada em Meheba mostrou-se um requisito essencial. Enquanto “espaços de excepção” (cf. secção 2.2) as autorizações para aceder a campos de refugiados dependem da boa vontade da instituição responsável (cf. Agier 2011:65). Até cerca de 2010-2011, Meheba era co-gerido por vários *implementing partners* do UNHCR em colaboração com o governo zambiano. Actualmente, embora o UNHCR continue envolvido, Meheba encontra-se sob tutela do Ministry of Home Affairs – High Commission for Refugees (MHA-HCR), Governo da República da Zâmbia (GRZ). Nesse sentido, antes da partida para a Zâmbia efectuei diversos contactos com o MHA-HCR, mas também com Organizações Não Governamentais (ONGs) que estariam a operar no terreno. Em vão. Uma vez em Lusaka, apresentei-me na sede do MHA-HCR, onde repetidamente me foram atribuídas reuniões com o High Commissioner for Refugees, na altura Mr. Jacop Mphepo – reuniões que, de resto, seriam canceladas no último momento. Ante os obstáculos encontrados, e ciente das consequências⁵¹, tomar uma decisão drástica evidenciou-se imperativo. Dias depois, entraria em Meheba.

A sustentar esta decisão, quiçá pouco ortodoxa, estava a rede de interlocutores que entretanto conseguira estabelecer em Lusaka. Para o efeito recorri ao *Couchsurfing*,⁵² uma rede social onde é possível pedir e oferecer alojamento temporário. Ao chegar a Lusaka, seria albergado por John⁵³, um empreendedor local na casa dos trinta anos, que me introduziu a um

⁵¹ De acordo com o *Refugee Control Act* de 1970 (RCA 1970): “14. Restrictions relating to refugee settlements. (1) No person other than a refugee required to reside or residing in, or a person employed in, a refugee settlement, shall enter or be within such settlement except with the general or special permission of the Minister, the Commissioner or a refugee officer. (...) 15. Offences and penalties. (2) Any person who is guilty of an offense against this Act for which no penalty is specifically provided shall be liable on conviction to imprisonment for a period not exceeding three months.”

⁵² www.couchsurfing.org

⁵³ Com vista a proteger a identidade e integridade dos meus interlocutores, os nomes apresentados nem sempre correspondem aos nomes reais.

largo número de familiares e amigos. Curiosamente, entre eles encontrava-se o tio Mwenya⁵⁴, polícia, e Mr. Kalenga, antigo funcionário da administração de Meheba, que me revelariam um sem número de informações valiosas. Além disso, consegui o contacto de um descendente da família angolana com a qual viveu Julia Powles (2000) em Meheba, durante a sua investigação durante a década de 1990. Geraldo crescera no campo, encontrando-se naquele momento na capital onde prosseguia os seus estudos superiores. Geraldo revelou-se uma fonte extremamente importante, e a sua ajuda foi preciosa no processo de entrada em Meheba. Após várias conversas informais, e tendo conhecimento da pesquisa em curso e impedimentos institucionais, Geraldo dispôs-se a ajudar-me. Em Meheba tinha deixado vários amigos, entre os quais, 27 anos, zambiano bem posicionado na hierarquia administrativa do Campo e membro da mesma igreja pentecostal. Seria Francis a albergar-me durante a minha estadia, na Rua 18 da Zona B. Contudo, tendo em conta a minha precária situação, a permanência em Meheba seria limitada. Cerca de um mês depois deixaria o campo e continuaria a investigação no contexto envolvente, dando continuidade aos contactos iniciados no enclave humanitário.

Partindo da rede criada enquanto na Zâmbia, o segundo período de trabalho de campo em Angola (Março e Abril de 2013) postulava seguir o trilha dos refugiados entretanto repatriados, e/ou dos seus familiares e amigos. Todavia, se em território zambiano o obstáculo legal central se relacionaria com a entrada em Meheba, em Angola as dificuldades de acesso estariam associadas com a obtenção do visto. Efectivamente, conseguir um visto para Angola é um processo exasperante, que exige perseverança, tempo, paciência e disponibilidade financeira. Exige também uma boa rede de contactos voluntariosos, pois entre os inúmeros elementos requeridos, destaca-se uma “carta convite”⁵⁵ onde deve constar o motivo da estadia. Ora, tendo em conta a gama de temas em análise, que aos olhos do regime angolano abarca questões e lugares inoportunos, obter uma “carta convite” mostrou-se uma tarefa quase

⁵⁴ Faço referência a Mwenya como “tio” pois todos o tratavam assim — eu inclusive. No seio da família de John, também eu ganharia semelhante título (“uncle Pedro”) denotando a inclusão familiar. Cabe ainda referir o recurso a outros títulos, na sua forma abreviada, Mr./M./Sr. (respectivamente Mister, Monsieur, Senhor), ou Dona, e que remetem para interlocutores mais velhos do que eu, sendo que indicam também a língua de comunicação — neste caso inglês e francês ou português respectivamente. A menção do nome sem qualquer título apenso remete para indivíduos com a minha mesma idade sensivelmente, ou mais novos. Para uma abordagem acerca da questão do parentesco, ver Lévi-Strauss (1948).

⁵⁵ “Carta Convite subscrita por um residente em Angola com assinatura reconhecida no Notário ou por Instituição/Empresa registada em Angola, devidamente assinada e carimbada em papel timbrado, incluindo o documento de identificação do seu subscritor (Bilhete de Identidade angolano, cópia do Visto válido ou cartão de residente), contendo o motivo e duração da estadia, apresentada no acto de entrega da documentação e enviada para o Consulado de Angola (...).” Para mais ver <http://www.consuladogeral-angola.pt/declaracoes/pdf/Vistos%20Ordin%C3%A1rio/Vistos%20Ordin%C3%A1rio.pdf> consultado a 6 de Janeiro de 2013.

inglória. Irremediavelmente, e esgotadas todas as vias institucionais que me poderiam ser úteis no processo (os vários ministérios envolvidos na questão dos refugiados e repatriados, as universidades locais, bem como certas ONGs a operar no país), o desespero deu lugar à subversão. Embora as questões políticas não constituíssem o foco da pesquisa, seria impossível esquecer Bourgois: “Does one abandon urgent research simply because dictatorial host nation government does not want its repressive political system to be documented? (1990:51)”

*

O terreno da pesquisa, essencialmente concentrado na província do Moxico (Angola) e na North-Western Province (Zâmbia), é conhecido por uma constante instabilidade política, económica e social. Localizada numa zona de fronteira tripartida, a faixa territorial em análise é célebre pelos conflitos regionais recorrentes, constituindo assim um terreno “instável” (Nordstrom, Robben, 1996), “violento” (Greenhouse, Mertz, Warren 2002) e “sensível” (Agier 1997). Em suma, um cenário pautado pela imprevisibilidade dos contextos e situações, bem como dos compromissos que daí advêm.

Se uma etnografia não condicionada por constrangimentos institucionais comporta uma série de riscos, oferece também certas vantagens. De facto, a “destituição do antropólogo” em terreno violentos pode tornar-se um recurso produtivo, pois ao “desafiar a autoridade” a pesquisa não é veículo de qualquer legitimação institucional (Naepels 2004:40). Ao mesmo tempo, há uma série de dados que simplesmente não podem ser recolhidos sem um certo nível de risco (Kovats-Bernat 2002:210). Como corolário, os riscos inerentes ao terreno, e à margem de qualquer instituição responsável, constituem em si novos constrangimentos. A instabilidade do terreno alicerça a construção da pesquisa, porém, o perigo iminente também pode determinar a evacuação prematura do antropólogo. Novamente, compreender o ambiente em que a pesquisa decorreu é compreender em larga medida os dados recolhidos.

Os territórios de fronteira — ou territórios marginais — possuem lógicas próprias, e qualquer elemento alheio a elas é duplamente suspeito, seja pela comunidade local seja por parte das autoridades. Se a fronteira representa um símbolo do poder, ela representa igualmente um local em que o poder é ignorado, contestado e subvertido (Emerson, Fretz & Shaw 1995; Donnan & Wilson 1999) As margens dos estados são os melhores contextos para perceber o poder estatal na sua fragilidade e omnipresença (Das & Poole 2001). Exemplo disso são os

fluxos registados na região de Meheba: fluxos populacionais com origem em conflitos regionais, e, portanto, de populações refugiadas; fluxos de migrantes económicos que procuram trabalho nas zonas mineiras; e/ou fluxos pendulares justificados pelo comércio e contrabando que vai desde pedras preciosas a bens de primeira necessidade. De facto, os territórios envolventes ao terreno em estudo são reputados pela extracção de minerais e metais valiosos: pelas Lundas em Angola, ricas em diamantes e ouro; pela província do Katanga na RDC, onde abunda o cobre, o rádio, o urânio e os diamantes; e na Zâmbia, pelo Copperbelt rico em cobre e esmeraldas, e pela Western Province/Barotseland rica em esmeraldas, ouro. Trata-se, assim, de regiões susceptíveis a influências e pressões externas e, como característico de zonas mineiras em que o dinheiro circula rapidamente, o alcoolismo, a prostituição e a violência são episódios quotidianos.

Actualmente, a exploração mineira percorre todo o Copperbelt estendendo-se até às portas de Meheba, North-Western Province. Enquanto motor económico do país, tal faixa territorial é palco frequente de convulsões sociais e lugar de contestação política. Além disso, também em Meheba o potencial de instabilidade é óbvio. As questões políticas nacionais ou relacionadas com o governo humanitário, a distribuição alimentar e/ou relativos às condições de alojamento; as questões ligadas ao processo de repatriamento, as disputas entre zonas e contextos do campo constituem um manancial de possíveis tumultos (cf. secção 2.2 e 2.3).

A sul de Meheba, soma-se ainda a tensão recorrente na Western Province — também conhecida como Barotseland ou Bulozzi. Em 2012, durante a minha estadia no país, o governo regional declarou unilateralmente a sua independência e, como expectável, o controlo policial e militar aumentou (cf. secção 4.2). Suspeito de ser um espião ou um comprador de pedras preciosas, por diversas vezes fui revistado e interpelado pela polícia acerca dos meus propósitos em território zambiano. Como afirmado por vários interlocutores, o temor de interferência e obsessão com potenciais espiões deriva do facto de que a Zâmbia não chegou a viver nenhum período de conflito bélico.

Em Angola, os territórios da pesquisa mostraram-se ainda mais movediços. A um cenário complexo, com um visto que não traduzia o motivo da minha presença, combinar-se-ia a condição de cidadão português (cf. Silva 2011:15). Como se carregar um passado colonial não bastasse, por altura da minha partida para Angola as relações bilaterais com Portugal, já de si intrincadas, deterioraram-se⁵⁶. Inevitavelmente, os meus movimentos no país viram-se condicionados e uma certa hostilidade verificou-se recorrente.

⁵⁶ “PGR de Angola condena ‘violação do segredo justiça’ em Portugal” in *Jornal Público*, 25 de Fevereiro, 2013. Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/pgr-de-angola-condena-violacao-do-segredo-justica-em-portugal-1585721> consultado a 8 de Maio de 2013.

Nas grandes cidades, como Luanda ou Huambo, é possível manter a distância e o anonimato face às autoridades. Porém, a situação altera-se nas distantes regiões do leste do país. A região do Moxico foi o último bastião da UNITA e onde o seu líder, Jonas Savimbi, foi assassinado e sepultado. É também a província com o maior número de minas anti-pessoais e onde os vestígios da guerra estão ainda frescos (cf. secção 3.4). Passada uma década desde o fim do conflito, o controlo militar segue bem presente em Angola. Pela estrada fora somam-se os controlos policiais e, desconhecendo o que esperar em cada encontro, há apenas uma certeza: a de ter que lidar com a corrupção institucionalizada.⁵⁷ As más condições em que se encontram as estradas obriga a desvios imprevistos, em que, por exemplo, a ligação do Luena para o Luau, ambos na província do Moxico, faz-se via Saurimo, na conturbada região das Lundas (cf. secção 4.1). Resta dizer que, conservando as maiores reservas de diamantes do país, as Lundas são conhecidas pelos periódicos atropelos aos direitos humanos e pelos abusos por parte das autoridades (cf. Marques 2011).

Para mais, o crescimento económico em Angola tem levado a que milhares de imigrantes (inclusive de nacionalidade portuguesa), por vezes de forma clandestina, procurem a sua sorte no país. Enquanto região de fronteira, os *raids* militares no Moxico são habituais: a polícia e o exército inspeccionam casas e estabelecimentos, exigindo os documentos de identificação. Com um forte contingente militar, entre helicópteros e carros de guerra, também eu fui alvo de inquérito acerca das minhas intenções em tão distante paragem (cf. secção 3.4).

É inequívoco que um terreno inseguro vai de mão dada com um contínuo desconforto. Concomitantemente, os confrontos e tensões que se registam, derivados da partilha do quotidiano, da realidade cultural e social, são extremamente frutíferos no acesso a determinados dados. As intrincadas circunstâncias levam a métodos de recolha flexíveis e adaptados a situações potencialmente perigosas. Fundamental a esse processo é inferir quais as situações produtivas para a recolha de dados, por onde começar a construção de uma rede e como preservar a integridade pessoal e a dos interlocutores.

*

⁵⁷ De acordo com o relatório *Corruption Perception Index 2013*, da Transparency International, Angola figura no 153º lugar num total de 177 países. Disponível em <http://www.transparency.org/country#AGO>, consultado em 20 Março 2014.

A análise das informações recolhidas durante o segundo período de trabalho de campo em Angola levantariam uma série de questões, que só uma nova etapa de pesquisa poderia eventualmente esclarecer. O terreno que conhecera estava em clara re-composição, mas que futuro se desenhava para Meheba e para os seus habitantes?

Com um hiato de cerca de dois anos desde o momento do primeiro contacto, em Janeiro e Fevereiro de 2014 continuaria a etnografia em Meheba. Ao contrário dos períodos anteriores, cedo surgiu a necessidade de efectuar a pesquisa com o conhecimento e eventual apoio logístico das instituições responsáveis por Meheba, nomeadamente o HCR-MHA e o UNHCR. Além da utilidade em estabelecer um contraponto metodológico com os períodos anteriores, apresentou-se como o único modo de assistir de perto ao funcionamento dos respectivos dispositivos administrativos. Com vista a obter autorização oficial de entrada, ainda antes da partida para o terreno, teria início um processo burocrático *kafkiano*. O pedido de entrada envolveu desde logo o UNHCR e o HCR-MHA e, mais tarde, já em solo zambiano, também a Polícia nacional, o Ministry of Home Affairs, o Ministry of Foreign Affairs, o Ministry of Defense, e até o Ministry of Lands, Natural Resources and Environmental Protection. Os meus propósitos académicos foram amplamente escrutinados e debatidos e o meu passado e cadastro investigados. Simetricamente, uma semelhante exposição permitiu palmilhar os meandros burocráticos e aceder a posições oficiais. Como manifestado por Vincent Chibuye, *Principal Refugee Officer* do MHA em Lusaka, e do qual dependia em parte a autorização de entrada: “— I don’t want you to study or talk to refugees because they can get excited! They may feel they are important!”

E foi por entre requerimentos e reuniões que comentários que tais levaram à mudança de estratégia. Um estudo que envolva Angola ou refugiados não constitui um bom cartão de visita. Assim, a apresentação do meu projecto de investigação passou a incidir na perspectiva do desenvolvimento urbano e infra-estruturas do campo, evitando mencionar as restantes questões relacionadas com a população refugiada em análise, ou que estivera no campo anteriormente. Após o consentimento por parte dos vários ministérios, o HCR-MHA de Lusaka facultou-me a devida autorização de entrada em Meheba, com a condição de que permaneceria no lodge da UNHCR, na Rua 36 da Zona D, e sob a alçada do *Refugee Officer* (RO) no campo. “Escoltado” pelo staff do UNHCR desde Solwezi, dois anos depois voltava a entrar em Meheba.

*

Num curto espaço de tempo o panorama alterara-se significativamente, revelando assim a sua instabilidade. A expansão e actual contiguidade da mina de Lumwana ou as oscilações demográficas de vária ordem justificavam, em parte, a transformação de Meheba. Ao contrário de anteriormente, o portão de entrada do campo encontrava-se escancarado, sem nenhum tipo de controlo ou presença policial. Após tão demorada batalha burocrática, percebi que qualquer pessoa estranha ao enclave humanitário poderia entrar, que qualquer habitante poderia sair, que possuir uma qualquer autorização de entrada era quase irrelevante. O rigor e controlo anunciado pelas autoridades de Lusaka caía por terra quando no campo.

Uma vez inserido no meio institucional teria que vir a lidar com constrangimentos de vária ordem. Por outro lado, e como já reiterado, seria também a oportunidade de aceder a outras perspectivas. Como Gupta & Ferguson lembram a propósito dos contextos etnográficos:

Talking to and living with the members of a community are increasingly taking their place alongside reading newspapers, analysing government documents, observing the activities of governing elites, and tracking the internal logic of transnational development agencies and corporations (1997:37).

No lodge do UNHCR, onde me albergava, permanecia uma equipa da International Organization for Migration (IOM) encarregada de triar e incentivar refugiados angolanos com vista ao repatriamento. A presença da IOM era pontualmente complementada por elementos do consulado de Angola em Solwezi que verificavam a documentação, carimbavam salvo-condutos e reuniam com os indivíduos mais hesitantes. Mas o lodge do UNHCR era também lugar onde convergiam trabalhadores “humanitários” e representantes das zonas e ruas do campo, configurando assim momentos propícios à conversa e observação.

No que toca à relação com Joseph Musonda — *Refugee Officer* — importa dizer que se disponibilizou a colaborar integralmente na pesquisa. Mr. Musonda assumiu-se como uma peça fundamental neste “novo” terreno, ao facultar alguns dados estatísticos, outros empíricos, e ao permitir acompanhá-lo em alguns dos seus percursos pelo campo, ou a assistir pontualmente ao atendimento dos refugiados no seu escritório. No geral, foi possível compreender *in loco* certos procedimentos relacionados com a gestão de Meheba. Contudo, o contraponto a semelhante abertura seria estabelecido ao colocar dois habitantes do campo a seguir as minhas deambulações. Mr. Deko, refugiado da Somália de cerca de 50 anos, poliglota e intérprete da administração, e Chichi, congolês de 32 anos, com vários negócios na Zona D (dono de um forno de pão e padaria, de uma mesa de bilhar sob um alpendre e sócio de uma *video-shop*), ambos pessoas de confiança e colaboradores de Joseph Musonda, seriam então os meus *gatekeepers* por turnos.

Mr. Deko, aparentemente mais ocupado que Chichi, certificou-se de que praticamente todos os dias almoçasse em sua casa. A sua mulher, não só cozinhava como diariamente preparava *chapati* (ou *sabaayad*), uma espécie de pão achatado com bastante procura pela comunidade somali do campo. Raramente era possível estabelecer uma conversa com a mulher de Mr. Deko ou com as outras mulheres somalis que aí acorriam a comprar *chapati* durante a hora de almoço. A “comunidade somali” é a única exclusivamente muçulmana, circunstância que, segundo o RO, tem colocado alguns desafios no que toca à integração com os demais grupos, na sua maioria cristãos.

A relação com Chichi era mais fácil, acabando por nos tornarmos amigos. Através dele conheci vários empreendedores de várias nacionalidades e passei horas à porta da sua padaria a observar e participar nos sucessivos jogos de *draughts*⁵⁸ com outros residentes. Inicialmente, o tempo passado na companhia dos meus *gatekeepers* foi sem dúvida profícuo. Através deles pude aceder ao seu quotidiano e estabelecer um certo grau de conhecimento com os seus círculos e famílias. Todavia, à medida que o tempo passava confirmei o postulado por Hammersley & Atkinson:

(...) gatekeepers will generally, and understandably, be concerned as to the picture of the organization or community that the ethnographer will paint, and they will have practical interests in seeing themselves and their colleagues presented in a favorable light. (...) Gatekeepers may therefore attempt to exercise some degree of surveillance and control, either by blocking off certain lines of inquiry, or by shepherding the fieldworker in one direction or another (1995:66).

Ora, a necessidade de aceder a outras zonas do campo, de reatar contactos, ou a imprescindibilidade de manter um certo grau de privacidade com interlocutores eram desafios que requeriam uma solução eficaz. No que diz respeito à mobilidade, estava fora de questão alugar um carro ou uma mota. Por um lado, os preços do aluguer e da gasolina eram exorbitantes, por outro, tal solução significaria transportar permanentemente Chichi ou Mr. Deko. Alugar uma bicicleta surgiu como a solução mais simples. Os primeiros dias na Zona D tinham permitido conhecer outros refugiados, entre os quais M. Nicolas, um congolês de 50 anos, dono de uma oficina de bicicletas e casado com uma angolana assídua da igreja pentecostal. Assim, diariamente, após comparência no escritório de Mr. Musonda, parando

⁵⁸ O jogo de *draughts* corresponde sensivelmente ao jogo das “damas” em Portugal, contam-se, no entanto, algumas diferenças. Destaca-se o facto de que o tabuleiro conta com 100 casas (10x10) e não 64 (8x8), logo cada jogador possui 20 peças e não apenas 12. Além disso, a título de exemplo, a versão *draughts* autoriza que as peças simples “comam” para trás e não apenas para a frente contrariando as regras das “damas” tradicionalmente jogadas em Portugal. Assim, fazendo jus às diferenças de regras e à própria denominação local, recorrerei ao termo usado pelos meus interlocutores.

para cumprimentar também Mr. Deko e Chichi, partia na bicicleta alugada ao Sr. Nicolas para mais um dia de trabalho de campo.

Percorrer as estradas do campo, ora de bicicleta ora caminhando, além de ter possibilitado a compreensão da extensão desse imenso lugar, de tornar Meheba fisicamente mensurável, propiciou também momentos de sociabilização, de encontros fortuitos, propiciou a descoberta de novos lugares de pesquisa e respectiva recolha de dados. Tal como nos períodos anteriores, e em sintonia com o carácter do terreno, a questão da mobilidade ganhava relevância.

*

Ao palmilhar os vários contextos, situações e lugares que compõe o terreno em análise, deixo conta da importância da questão da mobilidade. Além de elemento teórico, a mobilidade revelou-se uma estratégia metodológica. A mobilidade no terreno, a mobilidade enquanto terreno. Com efeito, o estudo de determinados fenómenos em que um certo grau de mobilidade se encontra omnipresente — grupos de refugiados, repatriados ou simplesmente migrantes que se movem entre várias escalas geográficas como Meheba, Angola, Zâmbia, ou ao longo da fronteira internacional — leva a que o antropólogo se mova entre as várias coordenadas do tabuleiro. A mobilidade enquanto método, variável em suporte e extensão, permite um melhor controlo da produção do presente objecto em estudo, remetendo simultaneamente para questão da etnografia “multi-situada”⁵⁹ (cf. Marcus 1995; 2005).

George Marcus sugeriu que o primeiro terreno de um jovem antropólogo deveria constituir uma monografia — e dar origem a algo entre “notas de terreno” e um “texto acabado”, reatribuindo, dessa forma, o peso primordial da etnografia (2005:25). No entanto, perante o terreno em estudo, parece-me que a proposta do autor se revela — diria eufemisticamente — inoperativa e incoerente. Será que monografia e terreno multi-situado se excluem mutuamente? Importa lembrar que o sistema de “horizontes operativos” proposto não era conhecido de antemão, pelo contrário, o seu mapeamento resultou da progressão do trabalho

⁵⁹ O debate sobre as várias dimensões, possibilidades e inconvenientes em realizar uma “etnografia multi-situada” tem conhecido a atenção de vários autores, além de Marcus (1995; 2005) ver por exemplo: Candea (2007) “Arbitrary locations: in defence of the bounded field-site”; Falzon (2009) *Multi-sited ethnography: theory, praxis and locality in contemporary research*; Coleman (2011) *Multi-sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*, entre outros.

de terreno. Ao partir da ideia de que o movimento — enquadrado no regime de pensamento e acção constatado — constitui em si o terreno de estudo, ideias como monografia e etnografia multi-situada revelam-se ambíguas. Se é verdade que, enquanto fruto do movimento, o terreno abarca toda uma miríade de espaços e tempos, também o é de um ponto de vista teórico, dado que todos estas artérias, cruzamentos, momentos, constituem um único sítio etnográfico.

Antes, a circulação entre diferentes sítios, ou entre vários “micro-terrenos”, fora vista como uma marca de “superficialidade” por oposição a uma suposta “profundidade” associada a um terreno único, territorialmente delimitado, de carácter sedentário e onde a observação participante teria lugar (cf. Spittler 1996). Mas como Clifford sugeriu a propósito do trabalho etnográfico, *being there* é tão importante como *getting there [and away]*; e que os momentos de movimento, de mobilidade constituem um terreno tão válido como o clássico terreno delimitado (1992:99-100-101). Com efeito, e como já referido, um terreno que se (de)compõe a partir de vários contextos e situações, que engloba actores e paisagens díspares, não só requer uma abordagem metodológica plural, como instiga a uma “etnografia móvel” (Marcus 1995:96) ou “em movimento”⁶⁰. Dada a itinerância de certos grupos (“nómadas”, migrantes, refugiados, turistas, “viajantes pendulares”, determinados grupos profissionais) o movimento afigura-se como a postura mais válida para compreender o carácter de muitas vidas contemporâneas, acompanhando os interlocutores “em movimento”, tomando conhecimento dos seus percursos, da relação — ou relações — com as várias identidades e territórios, da mudança de comportamentos (cf. Clifford 1992, 1997, Ong 1999, Urry 2000, Hannerz 2003, Monsutti 2005, Cresswell 2006, Brachet 2007, entre outros). Como Julien Brachet, no seu estudo sobre migrações ao longo do deserto do Saara propõe:

La “mobilité” comme terrain, (...) consiste à envisager la circulation (éventuellement, mais pas uniquement, entre les différents sites qui constituent le terrain) comme étant une situation de recherche particulière. Il s’agit en somme de faire de la mobilité un terrain, de considérer le voyage-déplacement comme situation privilégiée d’enquête et d’observation, d’étudier le mouvement dans le mouvement (2007: 96).

É indiscutível que as situações de movimento (percursos a pé, em bicicleta, “à boleia”, em transportes públicos — carrinhas, autocarros comboio, 4x4), que articulam os vários lugares de investigação, fornecem dados fundamentais ao desenvolvimento da própria pesquisa. Circular no terreno pode ajudar a contextualizar determinado fenómeno observado, ao mesmo

⁶⁰ Também Wittel (2000), em “Ethnography on the Move: From Field to Net to Internet”, propõe uma etnografia em movimento. Porém, a sua proposta diz respeito ao estudo etnográfico do ciberespaço.

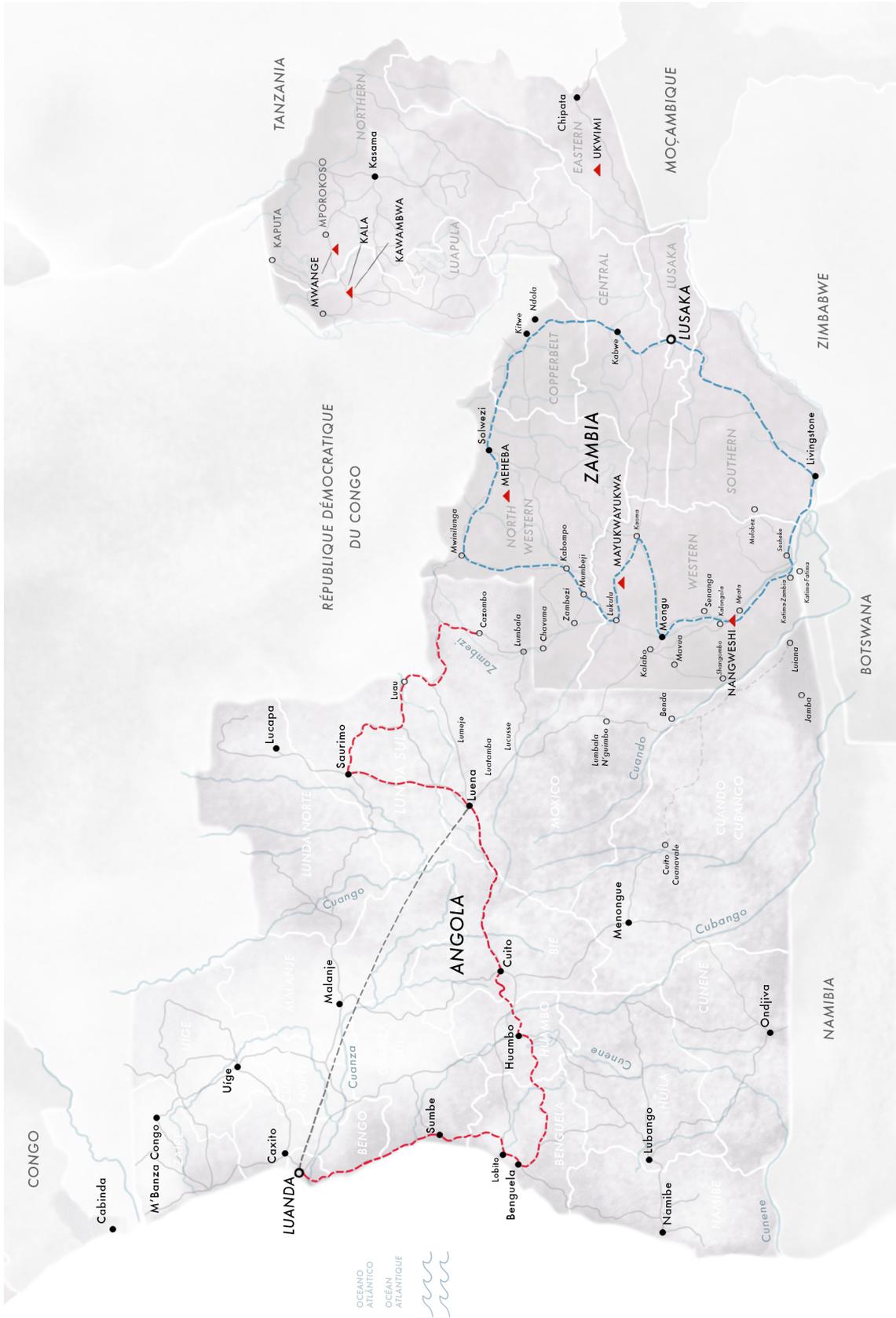


Fig. 5 - Itinerário etnográfico, Zâmbia e Angola

tempo que potencia uma nova perspectiva de cada vez que se volta a determinado sítio, ou quando nos cruzamos com alguém já conhecido (cf. Monsutti 2005).

De salientar, porém, que semelhante postura etnográfica não resultou de uma escolha deliberada, pré-definida. Pelo contrário, realizar uma etnografia em movimento partiu das circunstâncias encontradas ao longo do processo de investigação. Os constrangimentos encontrados no desenrolar do trabalho de campo não só estimularam a mobilidade, como elucidaram acerca do potencial de uma etnografia em movimento. Seria a própria mobilidade a incentivar a recolha de dados em movimento; o carácter móvel do terreno e respectivos indivíduos em análise sobrepuseram-se à etnografia — guiando-a, ilustrando-a.

A esse respeito importa lembrar o proposto por Michel de Certeau em relação ao acto de caminhar — em meio urbano:

L'acte de marcher est au système urbain ce que l'énonciation est à la langue (...) [C]'est un procès d'appropriation du système topographique par la piéton (de même que le locuteur s'approprie et assume la langue); c'est une réalisation spatiale du lieu (de même que l'acte de parole est une réalisation sonore de la langue); enfin, il implique des relations entre des positions différenciées, c'est-à-dire des 'contrats' pragmatiques sous la forme de mouvements (de même que l'énonciation verbale est 'allocution', implante l'autre en face' du locuteur et met en jeu des contrats entre co-locuteurs). La marche semble donc trouver une première définition comme espace d'énonciation (1990:148).

Ainda a propósito do acto de caminhar e na esteira de de Certeau, Lee & Ingold sugerem que: “[t]he potential for shared understanding through movement, through walking together, is part of the richness of fieldwork on foot(...)”, e que “(...) walking was often described (...) as an excellent way of *being* with other people, a very rich way to socializing (...)” (2006:79).

O potencial do movimento enquanto estratégia metodológica reside no seu carácter enunciativo, bem como na sua propensão à socialização. Por outras palavras, é a deslocação lenta que permite o confronto com os elementos que compõem a paisagem e a partir dessa construir e partilhar um determinado universo. A meu ver, os efeitos que o acto de caminhar comporta estendem-se facilmente aos momentos de deslocação em bicicleta, “à boleia”, em transportes públicos. Em suma, trata-se de partilhar um espaço efémero, móvel, compassado, à partida pautado pelo anonimato e por um descomprometimento associado. Quanto aos transportes públicos, dado o envolvimento de múltiplos actores e devido à longa duração dos trajectos, formula-se um contexto de uma outra magnitude. Por esse motivo, a sua pertinência merecerá atenção redobrada (secção 4.1).

*

A propósito da construção de uma etnografia multi-situada, Marcus (1995) incita a que se sigam vários elementos tais como “fluxos populacionais”, “metáforas” ou “histórias”, de forma a compreender e articular os diferentes cenários da pesquisa. As informações obtidas e as relações apreendidas estruturam os vários lugares da investigação, alguns pré-planeados, outros fortuitos, e sem uma hierarquia pré-estabelecida (cf. Deleuze & Guattari 1972:35). Como Hannerz pondera: “I wonder if it is not a recurrent characteristic of multi-sited ethnography that site selections are to an extent made gradually and cumulatively, as new insights develop, as opportunities come into sight, and to some extent by chance (2003:207)”. Ao longo do caminho, entre acções observadas, entre encontros e palavras (sub)entendidas, registando o seu encontro com o mundo, o seu percurso e os efeitos de tais encontros, o antropólogo constrói o objecto de estudo. Como aponta Naepels: “L’enquête n’est pas seulement production (ou échec de la production) de matériaux: elle est simultanément leur élaboration continue” (Naepels 2012:90).

Ao longo de qualquer pesquisa antropológica, existe uma dimensão subjectiva sempre presente, contudo, tal factor não impede uma razoável objectividade científica. Enquanto base para a produção do conhecimento antropológico, a etnografia implica uma relação entre o investigador e o terreno de estudo, tanto de proximidade como de distanciamento — por vezes de alteridade. Se a proximidade permite participar e aceder a determinada realidade, a alteridade permite objectivar os fenómenos observados (Agier 2004). Além disso, não há factos etnográficos à espera de serem recolhidos (Rosaldo 1989), pelo contrário, é o percurso traçado — ou em vias de o ser — que cria ou despoleta tensões. Com efeito, a mera presença física, a par da interacção social, levam a que o antropólogo participe na construção dos resultados da pesquisa. Ao mediar diferentes construções da realidade, inclusive as suas próprias construções, a “experiência subjectiva” do antropólogo revela-se parte intrínseca da investigação. Paralelamente, institui-se um progressivo envolvimento emocional com o terreno e objecto de estudo, e, portanto, assumir uma abordagem mais “reflexiva”⁶¹ permite que a especificidade e individualidade do observador (“raça”, nacionalidade, género, idade, factores biológicos e psicossomáticos, características fisionómicas, apresentação, história pessoal)

⁶¹ Embora não integre a presente alusão, importa não esquecer todo um campo de abordagem que trata da questão da reflexividade em antropologia. Cf. Asad (1973), Rabinow (1978), Clifford & Marcus (1986), Scheper-Hughes (1995) entre outros.

sejam explorados e usados criativa, dialecticamente durante o processo etnográfico (cf. Okely 1992; Davies 1999).

De paisagem em paisagem, a condição e identidade do antropólogo exigem renegociação (Marcus 1995:112), e saber tirar partido de tais elementos não é senão frutífero. Como Perez refere, existe um grau de “adaptação biológica” inerente ao terreno, em que os antropólogos se vêm constringidos a “(...) re-map their bodies in order to be accepted in the field and to integrate the field's impact on them (...)” (Perez 2009: 33). Além disso, a “oferta do corpo” (ou a biologia) do antropólogo para “codificação”, pode constituir uma “(...) operative tool for the mediation between [the ethnographer] and the community, this is to say, between observer and observed (...)” (2009:37). Acresce que o carácter da etnografia é determinado pelas condições de interação que a constituem, no seio de uma situação que é sempre um espaço de poder, com a sua carga histórica, com as suas diferenciações e categorizações internas, fruto de laços privilegiados ou marginalizados com as instituições envolvidas e com as suas lógicas próprias (Foucault 2003 [1975], 2004 [1979], 1994; Asad 1973, Clifford & Marcus 1986).

Enquanto “branco” — ou *muzungu*, como é dito na maior parte dos idiomas locais — é improvável passar despercebido num contexto africano, sendo que a interpelação por parte da população é recorrente. Para mais, ao participar da realidade social e cultural local, e com uma rotina justaposta — isto é, frequentar os mesmos restaurantes, bares, ir ao mercado, usar transportes públicos e esperar horas a fio que os mesmos encham e partam, deslocar-me em bicicleta e a pé, desempenhar tarefas domésticas como cozinhar ou lavar roupa — é possível desconstruir estereótipos mútuos, estabelecer pontos de identidade convergente, provocando assim um efeito desarmante que favorece a aproximação. Inevitavelmente, uma tal proximidade no quotidiano abre caminho a situações, questões, ou opiniões que o antropólogo se vê confrontado a gerir. Como Hammersley & Atkinson referem,

A problem that the ethnographer often faces in such circumstances is deciding how much self-disclosure is appropriate or fruitful. (...) just as in many everyday situations, as a researcher one often has to suppress or play down one's own personal beliefs, commitments, and political sympathies. (...) (1995[1983]:91).

Com efeito, além das interpelações políticas, saber qual a igreja que frequentava, se era casado e tinha filhos, eram perguntas que informavam acerca da minha identidade e idoneidade. Dado o fervor religioso das populações em estudo, cedo compreendi que assumir o meu ateísmo era tudo menos sensato. Assim, de apenas culturalmente católico, passei a católico praticante, e as igrejas ou os espaços de culto viriam a proporcionar contextos de investigação etnograficamente riquíssimos. Apesar de assíduo numa das igrejas Pentecostais

enquanto em Meheba, tanto na Zâmbia como em Angola pude frequentar igrejas tão díspares como a Adventista, a Baptista, a Jeová, ou o Ministério de Branham.⁶²

Amiúde, nos estudos sobre migrações forçadas é mencionado o desafio em identificar grupos de refugiados informais, ou seja, refugiados que vivam fora dos respectivos campos ou que não estejam identificados pelas entidades responsáveis. De resto, uma situação não muito diferente da de quando se trata de identificar repatriados. Malkki (1995a), no seu estudo sobre refugiados Hutus na Tanzânia, descreveria o seu périplo em busca de deslocados instalados em meios urbanos que recorrem a várias “estratégias de invisibilidade” e fazem uso de diferentes identidades de acordo com o contexto (Malkki 1995a: 155-158). Com estudos na região em análise, também autores como Hansen (1979a, 1979b, 1990) e Bakewell (2000, 2002, 2007) relatam a dificuldade — e a ambiguidade — encontrada quando se trata de identificar refugiados angolanos ao longo das aldeias de fronteira da Zâmbia com Angola. O temor de ser levado para um campo leva a que número considerável de deslocados prefira esconder a sua proveniência. Ir para um campo representa uma vida fora da “normalidade”, comportando igualmente uma perda de liberdade (cf. secção 3.1). Tendo em conta que a faixa territorial abarca uma zona de fronteira tripartida, muito heterogénea, onde coexistem identidades múltiplas, onde habitam vários grupos étnicos, viajantes, comerciantes, contrabandistas e mineiros de várias nacionalidades, impõe-se o desafio de identificar os indivíduos em análise de forma discreta, não intrusiva.

Em Meheba era possível identificar discretamente grupos de angolanos pois, além do conhecimento prévio de quais as zonas em que à partida se encontravam em maior número, também a componente linguística ajudava em tal tarefa. Os refugiados oriundos de Angola — sobretudo os que chegaram a Meheba nas décadas 1960 e 1970 e no último período do conflito por vezes recorriam ao português como língua franca. Ao longo dos encontros quotidianos, casuais ou intencionais, compreendi que mencionar o meu nome provocava diferentes reacções. Consciente da dificuldade em identificar os refugiados angolanos e respectivos descendentes que vivem em Meheba e na região envolvente como ponto de partida, um nome português estabelecia potencialmente uma relação com Angola. Assim, novos diálogos informais eram gerados, adicionando novas camadas, novas pontas ao complexo novelo de interlocutores.

Outra estratégia compreendida ao longo da investigação foi a de referir os locais de destino e de proveniência (que pressupunham a existência de um caminho pelo meio). Na Zâmbia, partilhar que me dirigia ou voltava de Meheba desencadeava várias reacções na forma de

⁶² Para uma abordagem sobre a proliferação de igrejas de vária ordem em Angola e na região ver Bahu (2014).

opiniões ou confissões, fosse por parte de zambianos, fosse por parte de refugiados angolanos “informais”. Durante a última fase da pesquisa em Meheba, referir que tinha estado em Angola dava azo a inúmeras perguntas por parte dos refugiados. Invariavelmente, as questões pairavam sobre o estado das infra-estruturas e reconstrução do país e das suas regiões de proveniência, bem como sobre a actual situação política.

De modo semelhante, em Angola, referir a distante região do Moxico como ponto de referência causava estupefacção. Como resultado, certos angolanos partilhavam o seu percurso militar, contavam as suas histórias da fase final do conflito, alertavam-me para os inconvenientes na região. Por outro lado, em território angolano, referir a nacionalidade revelou-se uma tática ambivalente — ainda que incontornável. A tensão daí derivada valeu-me comentários e atitudes tanto hostis como saudosos, remetendo para determinadas questões associadas ao período colonial e pós-colonial.

Uma outra estratégia de recolha — que, de forma análoga ao acto de providenciar o nome, destino e proveniência, veio a incorporar a metodologia fortuitamente — consistiu na procura de elementos que permitissem intersecções culturais. Isto é, a partilha de livros ou filmes como forma de interpretação e enquadramento da realidade local, como forma de activar narrativas (cf. capítulo 2.2). De resto, um procedimento que levou a situações comparáveis às da análise de *Hamlet*, de Shakespeare, por parte dos Tiv na Nigéria (cf. Bohannan 1966).

Ao longo dos contextos da pesquisa, a necessidade de resguardar a integridade dos interlocutores, bem como a recolha e registo dos dados exigiram uma boa dose de tacto. O recurso a entrevistas, com ou sem a respectiva parafernália tecnológica de suporte (gravador, câmara de vídeo e fotografia), cedo se mostrou desajustado. Mesmo após várias conversas e estabelecido um certo grau de confiança com o interlocutor, amiúde o acto de registar a entrevista (fosse com notas ou com gravador) bloqueava e complicava o discurso, anulando-o por vezes. Pelo contrário, as informações obtidas em conversas informais demonstraram-se mais espontâneas, articuladas e consentiam a abordagem de temas delicados. Se é verdade que registar a voz dos interlocutores com precisão é da máxima importância, uma versão memorizada e escrita logo após o diálogo não deve ser vista com menor validade (Powles 2000:28). De acordo com a situação, ora tomava nota num caderno durante a entrevista, ora fazia-o posteriormente e em privado. Ao deixar de lado certos meios de recolha — que não a memória e o caderno de notas — emerge novamente a dimensão subjectiva, mas, também, a inevitável problematização da condição a que podem ser relegados os interlocutores. De facto, o recurso a outros meios de registo como a fotografia ou o vídeo, podem, involuntariamente, levar ao estabelecimento de uma relação predadora (cf. secção 2.5). É indiscutível o valor de semelhantes tecnologias enquanto ferramentas de investigação

antropológica, mas não deixa ser pertinente questionar a potencial objectivação — e “objectificação” — dos temas e sujeitos em estudo que daí poderão advir. Por outro lado, importa também reflectir sobre qual o lugar ocupado pela memória, pelas emoções e por uma certa dose de subjectividade. Como Naepels avança:

On entre ici dans un registre saturé d’émotions et d’effets subjectifs qu’il serait vain de penser pouvoir contrôler. C’est là, avec la subjectivité de chaque ethnographe, que se déploie un art de voir, de parler ou de se taire, pour être témoin, porter témoignage, écouter, construire la vérité, l’art même de prodiguer l’écoute pour éviter de faire de nos interlocuteurs des objets (2012:92).

Além de inúmeras conversas, também o recurso à observação — e, mais precisamente, à observação participante — abriu caminho a inúmeras informações implícitas: não só permitiu compreender uma série de fenómenos adjacentes à pesquisa, como ajudou a evitar indagações constrangedoras. A observação atenta e minuciosa elucida acerca de tópicos como a inclinação política, a orientação religiosa, a nacionalidade — ou os lugares do exílio. O vestuário, a decoração e o mobiliário, as imagens nas paredes, as tatuagens, as emissões de rádio ou televisão seguidas, os nomes próprios e dos filhos, as ocupações profissionais ou funções exercidas, são elementos que encerram um rol de dados extremamente valiosos (Fabian 1998: 5).

*

Um dos problemas omnipresentes nos estudos sobre migrações forçadas está em ultrapassar o discurso estereotipado inerente à categoria de “refugiado”. O regime humanitário não só concebe a categoria refugiado como uma massa homogénea, como estimula a adopção dos comportamentos e discursos esperados pelas respectivas entidades envolvidas, nomeadamente UNHCR e ONGs parceiras (Harrel-Bond, Voutira 1992; Ranger 1994; Daniel, Knudsen 1995; Malkki 1995a, 1995b; Agier 2011, 2012, 2013, 2014). Frequentemente, das poucas características em comum contam-se a fuga ou o retorno a um mesmo país, pelos mesmos motivos. Dada a diversidade e heterogeneidade entre tais populações, ir além do discurso formatado do sofrimento coloca um desafio à etnografia. Com isto não se pretende apagar ou desvalorizar o sofrimento associado ao deslocamento e à condição de refugiado ou repatriado, mas sim compreender outras nuances paralelas às lógicas em análise.

Nesse sentido, Agier aponta a necessidade de desviar o olhar dos contextos e lugares etnográficos convencionais, em “descentrar” a antropologia e respectivo método. Agier sugere que a pesquisa se realize em “situações de fronteira”⁶³, deslocando o foco para contextos de “desordem”, de “tempo suspenso”, de “situações limite” (Agier 2012, 2013). Trata-se de procurar lugares onde se dá a emergência de um objecto (*sujet en situation*), em que surge um comportamento inesperado que interpela “o lugar”, “os outros” e “o poder”, em que “(...) les sujets existants se détachent de leur condition sociale, d’une identité assigné (ethnique, raciale, humanitaire, etc) et, éventuellement, d’un soi souffrant” (Agier 2012: 69). O objectivo último não é captar uma identidade mais “subjectiva” ou mais “verdadeira” — até porque se trata sempre de duas faces de uma mesma moeda — mas sim criar as condições para que surja “[un] sujet parlant, agissant et reconnu dans une situation localisée, partagée et observable.” (Agier 2012: 71). Dessa forma, é possível fazer a distinção entre um “discurso de campo de refugiados” e um outro, à partida mais “natural” (Ranger 1994:285) permitindo ultrapassar também determinados *gatekeeping concepts*, associados aos espaços em análise (Appadurai 1986).

Análogo método de pesquisa demonstra-se útil num contexto politicamente repressivo como é o caso de Angola, ou num contexto humanitário como em Meheba. Captar os momentos, os instantes de *décentrement*, implica uma “observação flutuante”, na qual o antropólogo permanece disponível, sem mobilizar a atenção sobre um objecto preciso, deixando-a flutuar de forma a que as informações penetrem sem filtros (Pétonnet 1982:39). Ao mesmo tempo, o recurso à *serendipity* (Merton & Barber 2004) enquanto método de investigação científica pode revelar-se extremamente profícuo. *Serendipity* consiste numa abertura ao inesperado, numa disposição para prestar atenção a potenciais situações que dêem oportunidade às descobertas casuais. Uma tal postura promove a inclusão de observações acidentais, fomentando oportunidades etnográficas, o desenvolvimento de novas hipóteses e teorias. Mas fundamental a análogo processo permanece o entendimento acerca dos ambientes que favorecem a manifestação de um *sujet en situation*, um aspecto sobejamente volátil consoante a geografia.

Em Angola, os transportes públicos constituem um local de *décentrement du sujet* por excelência e, portanto, um local privilegiado de investigação. As peripécias encontradas ao

⁶³ Parker & Vaughan-Williams propõem algo semelhante a propósito da análise das fronteiras: “A headline feature of each of the pieces is a concerted effort to decentre the border. By ‘decentring’ we mean an effort to problematise the border not as taken-for-granted entity, but precisely as a site of investigation. On this view, the border is not something that straightforwardly presents itself in an unmediated way. It is never simply ‘present’, nor fully established, nor obviously accessible. Rather, it is manifold and in a constant state of becoming. (2012:728)

longo do caminho são pretexto para a elaboração de um argumento. Transportando verdadeiras assembleias, os autocarros e os comboios, os carros e os 4x4, configuram um espaço público de forte debate, mas também palco de histórias e representações performativas. Os transportes públicos configuram um conjunto de espaços-momentos em que os sujeitos se manifestam “descentrados”, em que os sujeitos encontram uma oportunidade de se revelar outros, em que a sua identidade se encontra relativamente salvaguardada pelo facto de estar em movimento (secção 4.1).

Em Meheba foi também possível encontrar contextos de “descentramento” dos sujeitos, nomeadamente em momentos e espaços de congregação, de “reunião” social, em que o rol de constrangimentos era menor. Os jogos de futebol entre as várias Ruas e Zonas – compostas por diferentes nacionalidades, filiações políticas e grupos étnicos distintos – eram lugar de contestação e as polémicas iam além dos tópicos desportivos. Num registo similar, também as igrejas alicerçavam um certo “descentramento”, em que os participantes se transformavam em outros. Intercaladas por cânticos, as performances teatrais que se sucediam durante as missas relatavam os conflitos e problemas do dia-a-dia no campo. Mediados pelo pastor, à vez público e *performers*, ambos interagem, colocavam perguntas pertinentes, davam conselhos. Por vezes, dado o cosmopolitismo presente na igreja Pentecostal da Zona D, as traduções simultâneas para os vários idiomas suscitavam controvérsia e discussões paralelas entre os elementos mais políglotas da audiência.

Longe de um “descentramento” tão evidente como nos lugares acima mencionados, importa abordar os demais contextos etnográficos de Meheba. Na Rua 18, desfrutava de uma localização privilegiada, pois nas suas imediações encontra-se o mercado, a escola, o posto de saúde e o campo de futebol da Zona B. Com uma rotina próxima à de tantos outros refugiados, frequentava os locais do dia-a-dia: não apenas os jogos de futebol ou a igreja, mas também o poço comunitário, o mercado, as sombras das árvores, as pequenas hortas, bem como os caminhos que os uniam. Além disso, Maria, irmã do meu anfitrião, frequentemente exercia os seus dotes de cabeleireira e, entre cabelos entrançados e extensões entrelaçadas, a casa tornava-se um local de encontro no feminino. Acresce que a Zona B também não dispunha de electricidade e, portanto, os painéis solares existentes em casa atraíam vários habitantes das redondezas. Se na sua maioria vinham para carregar os telemóveis, ocasionalmente alguns permaneciam a ver um filme à noite, configurando assim novos momentos de pesquisa. Muitas das situações de *décentrement* oferecidas durante a permanência na Rua 18 encontrariam um eco na Rua 36, onde me ancorei durante o último período de investigação. Contudo, é impossível não destacar a importância de poder assistir de perto ao processo de repatriamento levado a cabo pela IOM, GRZ e governo Angolano, em

que o lodge da UNHCR, temporariamente convertido num escritório, era palco de diversas reacções.

*

A observação e a participação no quotidiano, aliada a uma criteriosa selecção dos interlocutores, permitiu construir uma rede sólida. Uma rede que, ancorada em Meheba, me conduziria no campo e respectiva região envolvente, ao longo da fronteira, em Lusaka, posteriormente em Angola e, de novo, em Meheba. Nesse sentido, não se tratou apenas de somar um rol de pontos geográficos pertinentes, mas também deixar que os momentos e contextos de mobilidade integrassem o terreno de forma preponderante. Por fim, e após exposição do percurso etnográfico, importa reflectir sobre dois tópicos inter-relacionados: em primeiro lugar, a questão da veracidade dos testemunhos e a sua preponderância nos dados recolhidos; e, em segundo, a componente ética da disciplina antropológica num contexto adverso.

Como Clifford observou, “ethnographic truths are (...) inherently *partial* — committed and incomplete” (1986:7, ênfase do autor), e, portanto “(...) we can no longer know the whole truth, or even claim to approach it (1986:25)”. De qualquer modo, a verdade, ou pelo menos um certo grau de veracidade dos testemunhos, constitui um aspecto central em qualquer estudo antropológico. À improvável “verdade total” inerente ao trabalho antropológico, adicionam-se as subtilidades respeitantes aos discursos estereotipados de refugiados e repatriados. Knudsen (1995), no seu estudo sobre refugiados vietnamitas, afirma que as trajectórias delineadas a par das adversidades enfrentadas até à entrada nos campos corroem a confiança dos refugiados face aos demais intervenientes. O sentimento de insegurança e de incerteza, bem como o discurso esperado e incentivado pelo regime humanitário conduzem à frustração e à desilusão, e, ao mesmo tempo, incitam a uma apresentação estratégica dos refugiados com vista a limitar decepções. Dessa forma, ao recolher os testemunhos surgem uma série de dúvidas quanto ao seu tratamento. Todavia, como Terence Ranger declara em tom pragmático:

(...) they are doubts which reinsert refugees and returnees into the general stream of study of history and society rather than remove them into some special problematic category. The more we insist that refugees and returnees are agents rather than helpless victims, the more we restore them to a history in which they

must necessarily reveal, like everyone else, their capacity for deceit and fraud and force as well as for endurance and courage (1994: 283).

Na senda de uma noção transversal das realidades experienciadas por refugiados e repatriados, isto é, uma noção que permita compreender um panorama geral a partir de casos particulares, o antropólogo pode recorrer a determinadas estratégias. Como já enunciado, a procura do *sujet en situation* (Agier 2012, 2013) favorece, à partida, um discurso fora do formato típico, mais solto porque num ambiente plural e/ou “descentrado”, logo possivelmente mais próximo das emoções sentidas. No âmbito das migrações forçadas, um outro recurso plausível é a criação de grupos de controlo, cuja importância reside em aferir se determinadas problemáticas são exclusivas ou não do grupo em estudo (Jacobsen & Landau 2003). Com efeito, além dos refugiados presentes em Meheba, também os refugiados “informais” e população local constituíram objecto de investigação. O mesmo aconteceu em Angola, ao estabelecer contacto com grupos de repatriados, mas também com populações que permaneceram no país e/ou nas suas terras de origem durante a guerra. A pesquisa procurou incluir o maior número de situações e perspectivas, constatando quais os pontos convergentes e divergentes. A existência de vários grupos de controlo, pertencentes a diferentes grupos sociais, políticos e étnicos ampliou o espectro de validação entre as informações recolhidas. Contudo, em qualquer recolha etnográfica existirá sempre uma relação fragmentária. Voltando a Clifford, “I’m not sure I can tell the truth... I can only tell what I know” (Clifford 1986:8).

Por fim, e de forma a encontrar outras perspectivas que não apenas as veiculadas pelos órgãos oficiais, de forma a retratar as várias “verdades” é inevitável não confrontar certos códigos éticos da antropologia contemporânea. Ou, pelo menos, reavaliar as suas contradições e inadequação perante um terreno desta natureza, cujo corpo social gira em torno de vários grupos socialmente fragilizados (cf. Perez 2012). Como Bourgois afirma, “[i]t is much more difficult — if not impossible — to satisfy the discipline-bound anthropological/methodological code of ethics if we attempt to research marginalization and oppression (...) (1990:45)”.
[...]

Os contextos de migrações forçadas, pós-conflito, pós-humanitários, além de um rol de assuntos delicados para as partes envolvidas, encerram também relações de poder assimétricas. Como Nader indica, “[a] fieldworker cannot obtain important information on unequal power relations by strictly obeying the power structure’s rules and laws” (Nader 1972:303). Ou como Clifford completa, o processo etnográfico “(...) enacts power relations. But its function within these relations is complex, often ambivalent, potentially counter-hegemonic

(Clifford, 1986:9)”. Os dados recolhidos em regiões instáveis ou sensíveis podem trazer à luz temas incómodos e, nessa óptica, são explicáveis as infundáveis condicionantes encontradas.

De salientar, porém, que realizar uma etnografia “não condicionada por constrangimentos institucionais” — e em movimento — não partiu de uma escolha deliberada. Antes foi uma consequência do conturbado processo de acesso ao terreno e subsequente trabalho de campo. Sem autorização de entrada em Meheba e perante a impraticabilidade de conseguir um visto enquanto investigador em Angola, o único rumo plausível para continuar a pesquisa era ladear as vias oficiais. Curiosamente, tal solução colocou-me num quase pé de igualdade em relação a muitos dos meus interlocutores, no que, em conjunto com a questão da mobilidade, estabeleceu uma correspondência estreita entre o processo e o universo etnográfico. A incerteza acompanhou e integrou todo o desenrolar da etnografia.

A opção de realizar uma pesquisa sub-reptícia⁶⁴ pode comprometer um futuro acesso ao terreno por outros investigadores, mas será que as preocupações éticas terminam aqui? Será que em nome de um quadro ético-legal nos devemos afastar de determinadas preocupações humanas — ou humanistas? Novamente, como Bourgois questiona: “What about the larger moral and human dimensions of the political and economic structures which are ravaging most of the peoples that anthropologists have studied historically?” (Bourgois, 1990:45)

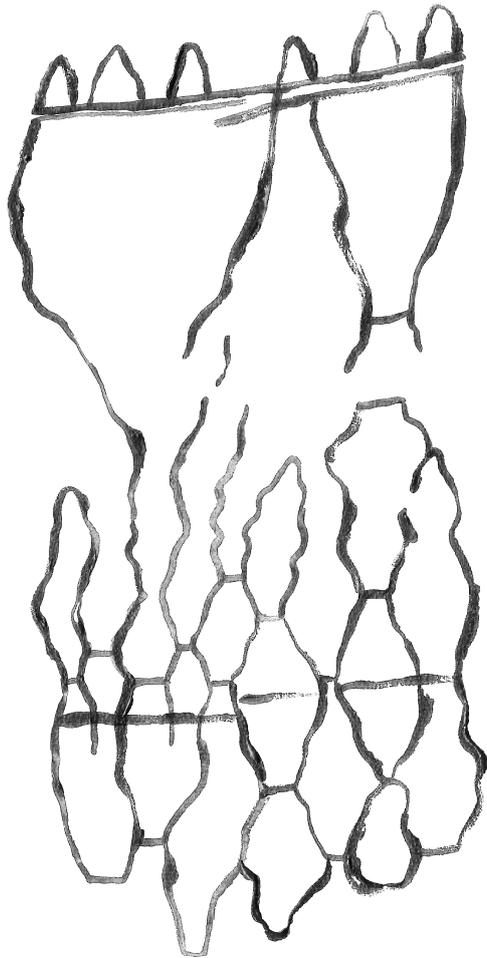
É sabido que os contextos políticos nos quais o antropólogo se move ocupam um lugar de destaque ao modelar os encontros no terreno e os textos finais (Clifford & Marcus, 1986). Ao mesmo tempo, a escolha de determinados terrenos, de determinadas problemáticas implicam uma dimensão moral, com uma correspondente tomada de posição — que eventualmente conduza a alguma melhoria social (cf. Borovksi 2007). Com efeito, Scheper-Hughes sugere que o antropólogo se transforme: que em vez de um mero observador, seja uma testemunha activa (Scheper-Hughes 1995:419). Daí resulta igualmente complexo conciliar observação participante com “consentimento informado”. Seria contraproducente, perigoso até, informar a cada momento e circunstância acerca do objectivo da minha presença. Não obstante, os continuados interlocutores, para quem as eventuais repercussões da pesquisa seriam reais, estavam cientes do conteúdo e objectivos da minha investigação.

Há, sem dúvida, uma certa urgência em rever os princípios éticos da antropologia. Embora pouco ortodoxos, a verdade é que apenas determinados métodos etnográficos permitem aceder a informações valiosas. Informações que de outro modo não conheceriam a luz do dia (e sobre as quais, a bem da verdade, o meu trabalho levanta apenas o véu para outras

⁶⁴ Em breve será publicado um artigo de minha autoria: “Surreptitious ethnography. Following the paths of Angolan refugees and returnees in the Angola-Zambia borderlands, *Zeitschrift für Ethnologie* 141, previsto para 2016.

realidades bem mais prementes). Como corolário, há dados que, por mais importantes e pertinentes que sejam, simplesmente não podem ser revelados. Trata-se de dados que podem comprometer a integridade de populações e/ou indivíduos que permitiram semelhante etnografia.

Para terminar, como sugere Comaroff, a força da antropologia reside na sua “indisciplina”, na sua capacidade de desconstruir e relativizar os vários horizontes e intervenientes, abrindo assim novas perspectivas (Comaroff 2010:533). Ou como Alex de Waal sugere, “anthropology is perhaps the only discipline that is so inherently subversive” (de Waal 2002: 253). Quiçá sejam estes os maiores contributos da antropologia nos tempos que correm.



2. O CAMPO

O *Meheba Refugee Settlement*, ou Campo de Meheba, aberto em 1971 e ainda hoje em funcionamento, foi criado com o objectivo de albergar os sucessivos refugiados do conflito angolano, vindo a receber também populações oriundas do Ruanda, do Burundi da República Democrática do Congo, entre outros menos representativos. Com o tempo, Meheba tornar-se-ia um mapa vivo dos sucessivos conflitos da região onde se insere, dando origem a um vasto território com características singulares.

Actualmente, Meheba vive um momento pós-humanitário, de transição, em que uma miríade de circunstâncias tem vindo a alterar o panorama a vários níveis. Ontem como hoje, a história de Angola e de Meheba mostram-se indissociáveis: as questões ligadas ao devir do campo, aos modos de produção espacial, aos fenómenos identitários e políticos, a permanência e o repatriamento, mantêm uma estreita relação com o país — mas não exclusiva.

Embora se enquadre numa “paisagem global” (Agier 2014), no sentido em que integra uma constelação de formas, práticas e burocracias amplamente reprodutíveis, Meheba intersecta um mundo de estratégias mais ou menos locais. De salientar que há diferenças abissais entre os habitantes do campo: nem todos experienciaram o mesmo sofrimento nem os mesmos itinerários de fuga, nem todos dependem no mesmo grau da estrutura humanitária, nem todos possuem os mesmos recursos e poder no campo, nem todos têm a mesma relação com o seu país de origem, nem todos estão dispostos a partir e nem todos correspondem à imagem clássica do “refugiado”. Assim, na senda de desconstruir certas visões acerca do “campo”, da categoria identitária que em princípio o habita — o “refugiado”, mas também face à comunidade que de um modo ou de outro interage com ambos: população local, staff humanitário, comunidade internacional — urge compreender qual a substância, funções e significados de semelhante território. Importa perceber como o espaço do campo se reflecte na vida dos que o experimentam, mas também na forma como nele se projectam — e vice-versa. Ao contextualizar o presente, examina-se o futuro dos indivíduos que vivem e viveram nesse território sobremaneira heterogéneo, almejando compreender de que forma tal horizonte operativo é manobrado face à incerteza constante.

2.1 Meheba, construção de um território

O *Meheba Refugee Settlement* situa-se a cerca de 70km da cidade de Solwezi (capital da North-Western Province), a 200km do posto de fronteira com Angola e a 40km da demarcação territorial com a República Democrática do Congo (RDC). O campo implantara-se numa zona de floresta virgem, despovoada, cedida pelos chefes kaonde⁶⁵ ao Governo da República da Zâmbia (GRZ) e, por sua vez, ao UNHCR. Aquando da sua abertura, a estrutura humanitária cobria 90,000 hectares, estando preparada para cerca de 10,000 habitantes, porém, o prolongar e escalar dos conflitos regionais viria a comprovar a insuficiência de semelhante capacidade. O campo viria a conhecer cinco ampliações, dividindo-se em três áreas correspondentes: *Old Meheba* (1971-85), *New Meheba* (1985-1995) e *New Extensions* (1995-2002). Hoje em dia, Meheba não possui uma clara demarcação territorial, isto é, apesar de um portão — até recentemente — controlado pela polícia zambiana, o restante perímetro possui apenas limites naturais; o rio Meheba a oeste, o rio Mwatwe a leste e sul, ou limites “sociais”, demarcados pelo fim das zonas habitadas ou cultivadas.

Embora a denominação “campo” prevaleça entre refugiados, entre pessoal administrativo e *staff* humanitário, bem como entre populações exteriores a Meheba (razão pela qual também eu farei regular recurso ao termo), importa sublinhar que tal estrutura foi concebida como um *settlement*. De acordo com o UNHCR e GRZ, o “campo” é um lugar onde “(...) the care and maintenance needs of the population are met through provision of assistance, such as blankets and monthly food rations (2013:2).” A diferença face a um *settlement*, de ordem operativa, encontra justificação central na atribuição de terras aráveis com vista à autonomia dos seus habitantes. Aquando da chegada ao campo, a cada núcleo familiar (contando com uma média de 6 pessoas) fora outorgado um lote para a construção da casa (25m x 30-50m), bem como uma parcela agrícola. Até 1987, eram atribuídos cerca de 5 ha mas, dado que a terra concedida não era inteiramente cultivada, a área atribuída fixar-se-ia nos 2,5 ha a partir de então (Bakewell 2002:58). Com tal política esperava-se que os novos habitantes alcançassem a auto-suficiência, não tendo que depender *ad aeternum* das provisões humanitárias. Inicialmente, a distribuição alimentar podia durar até dois anos no que toca aos refugiados recém-chegados (*new arrivals*), podendo estender-se a outros que, por várias razões, não conseguissem alcançar a desejada autonomia (Powles 2000:13). Contudo, segundo vários interlocutores, a ajuda alimentar nunca se estendeu além dos seis meses. Para todos os efeitos, a situação agrícola e alimentar assevera-se bastante diferente nos dias que correm (cf. secção 2.6).

⁶⁵ Devido às várias expansões, a área actual do campo intersecta três *chiefdoms*, Mukumbi, Mumena e Matebo (UNHCR/GRZ 2014:30).

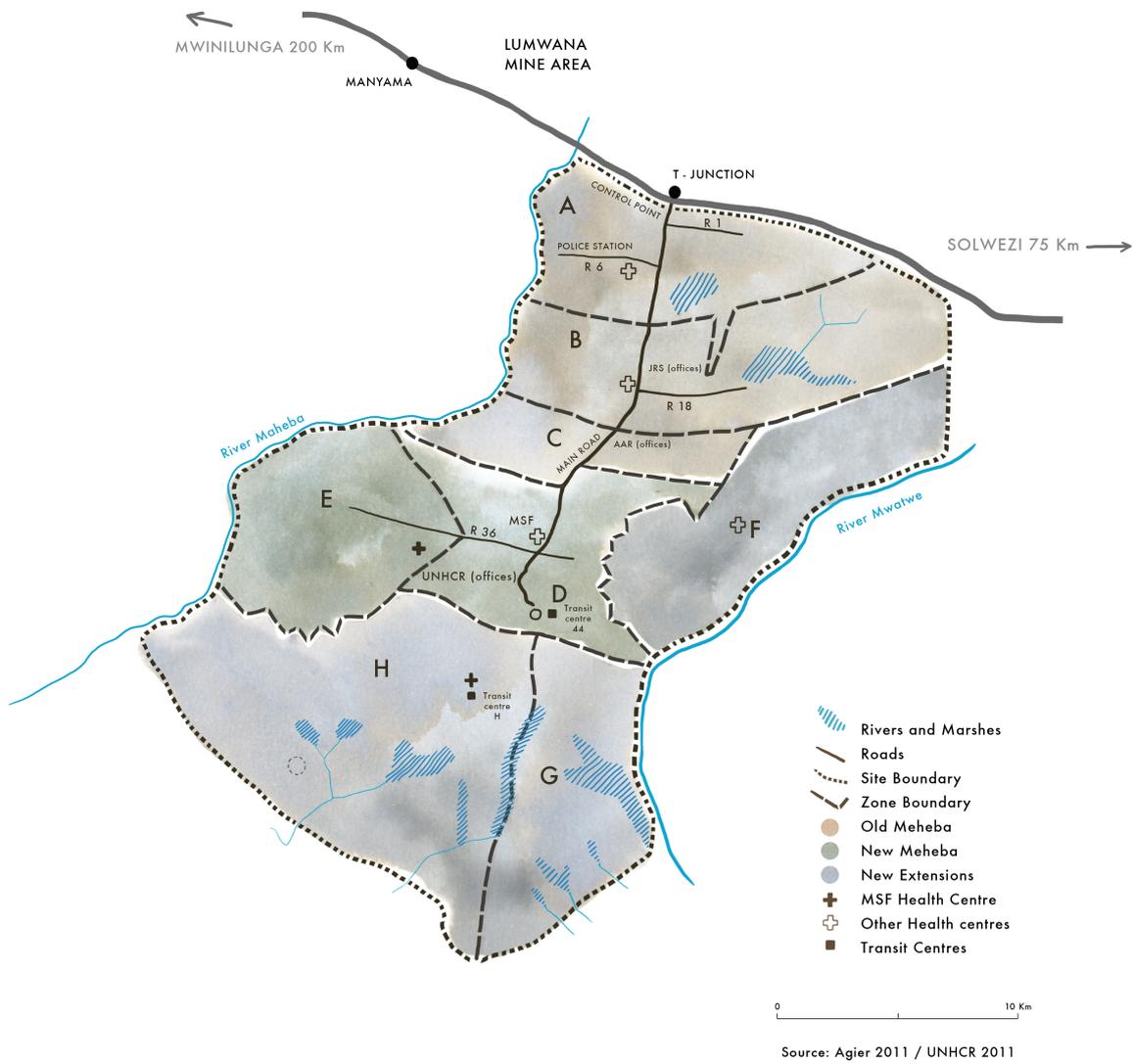


Fig. 6 - Meheba Refugee Settlement

O carácter agrícola, a par dos continuados fluxos populacionais, justificam a actual dimensão do campo. Meheba estende-se ao longo de mais de 35km de comprimento, com uma largura variável entre 15 a 25km, cobrindo uma área total aproximada de entre 720 a 750 km² correspondendo, respectivamente, à área de Singapura ou do Bahrein⁶⁶. Desde a estrada alcatroada, que liga Solwezi a Mwinilunga, parte a via principal do campo, que, em forma de espinha, articula as diferentes zonas ou blocos. Os actuais oito blocos, de A a H, subdividem-se em ruas (*roads*) – 67 do Bloco A ao E, em intervalos de cerca de 1km; e, da Rua 68 à 125 dos Blocos F, G e H, organizam-se em aldeias (*villages*) que inicialmente contavam com cerca de mil indivíduos cada. De salientar que a escolha tardia por semelhante tipo de organização, isto é, de grupos de casas dispostas em torno a uma área central por oposição à distribuição ao longo de ruas, procurava encorajar um ambiente comunitário, bem como facilitar a prestação de diversos serviços às comunidades (Bakewell 2002:59, Harrel-Bond 1986:97). Mas a postura geral dos refugiados face a uma ou outra organização espacial constata-se subjectiva – dependendo da proveniência, se oriundos de meios urbanos ou de meios rurais e de escalas variáveis, se deste ou daquele grupo cultural – relativizando assim o sucesso da reordenação territorial.

Ao longo do tempo, a organização do campo viria a reflectir os picos de violência em Angola e na região, bem como, em menor grau, os momentos ou prenúncios de paz, traduzindo-se na abertura, no povoamento, no esvaziamento e/ou na reorganização sócio-espacial de cada zona. Segundo o actual RO, desde meados de 2010 que a gestão de Meheba passou para as mãos do GRZ continuando, no entanto, o aconselhamento, apoio e supervisão por parte do UNHCR.

*

A abertura da frente leste do conflito em Angola, em 1965-66, encetou a contagem oficial de refugiados a entrar em solo zambiano. Em 1971, inúmeros de entre esses, ora transferidos de outros campos menores (Lwatembo, Kasampa, Mayukwayukwa), e/ou identificados pelas autoridades locais em aldeias e cidades zambianas onde habitavam desde então, iriam desbravar as terras de Meheba.

⁶⁶ A área estimada do campo varia segundo a fonte e mesmo entre relatórios do UNHCR. A continuada expansão das parcelas dedicadas à agricultura e pecuária, a par do desmatamento, ou a expansão lateral que actualmente une Meheba ao complexo mineiro de Lumwana, sugerem que a área total do campo se encontre em franco crescimento. Como termo de comparação, o campo de Mayukwayukwa possui cerca de 320 km², menos de metade de Meheba (UNHCR/GRZ 2014:16).

Inicialmente, não obstante a presença de elementos oriundos de várias regiões de Angola, verificou-se uma predominância das comunidades do leste do país. Malgrado eventuais diferenças políticas, étnicas e/ou regionais no seu seio, as comunidades pioneiras assumiram como denominador comum a oposição à administração colonial portuguesa. Apesar de quatro décadas volvidas, ainda hoje alguns descendentes de angolanos que habitam *Old Meheba* continuam a nutrir um sentimento de antipatia face ao antigo opressor europeu, em detrimento de um outro, centrado nas divergências nacionalistas.

Apesar da independência de Angola, conseguida em 1975, o perpetuar do confronto entre as forças nacionalistas produziu novas vagas de refugiados. Como resultado, assistiu-se a uma inevitável ampliação do campo com a abertura de dois novos blocos. A lógica toponímica ditaria que a zona primeiramente habitada se denominasse A e as ampliações B e C. O avançar territorial do MPLA ao longo da costa e do planalto central — território historicamente ovimbundo, até aí controlado pela UNITA — encontrou reflexo do outro lado da fronteira. Assim, no período de 1976-1977, as vagas de refugiados que afluíam aos novos blocos de Meheba eram compostas por grupos maioritariamente ovimbundu, mas também luchazi, chokwe e mbunda provenientes do interior do país e sem laços políticos muito vinculados. Em 1979, estimava-se que vivessem entre 9,500 e 11,000 refugiados em Meheba (Hansen 1990:11).

Entre 1985-1987, os picos do conflito entre MPLA e UNITA provocariam novo tropel: refugiados ovimbundu, lunda e luvale estavam entre os grupos mais numerosos. Confirmada a escassa capacidade do campo, os recém-chegados inaugurariam as Zonas D e E. Por um lado, a presença de indivíduos ovimbundu denotava o acantonamento da UNITA no leste. Por outro, a presença dos últimos dois grupos, lunda e luvale, provenientes sobretudo do Moxico e por vezes conotados com o MPLA, também informavam acerca do controlo militar da UNITA em igual região. Em 1989 todos os census populacionais de Meheba desapareceriam, não sendo possível avançar estimativas minimamente coerentes (Hansen 1990:11).

A transição para os anos de 1990 marcaria um hiato no conflito. Em 1991, tinha lugar o Acordo de Bicesse, onde foram concertadas as primeiras eleições em Angola a ter lugar nos últimos dias de Setembro de 1992 (cf. Messiant 1994, 1995, 1995b, 1997b). Meheba conheceria então um considerável fluxo inverso: a esperança de paz devolvia inúmeros refugiados às suas terras. Em vão. Efectivamente, o fracasso das eleições em Angola levou a que mais refugiados angolanos cruzassem fronteiras. Entre 1993-1995 Meheba conheceu nova ampliação. Simultaneamente, após continuada repressão, discriminação e subsequente expulsão forçada das suas casas na província de Shaba (actual Katanga, RDC), grupos luba-kasai somavam-se ao grupo de angolanos na recém inaugurada Zona F.

Desde o fim de 1992 que a população de Meheba não deixara de aumentar. O falhanço das eleições dava lugar ao Protocolo de Lusaka de 1994, contudo, desconhecendo o insucesso do acordo, milhares de angolanos rumavam ingloriamente aos seus territórios. Em Março de 1996, a população total de Meheba somava 27,409 refugiados, dos quais cerca de 47% eram menores de 16 anos (Powles 2000:13). Os conflitos regionais continuariam a ceifar vidas e a fazer desertar os sobreviventes.

A partir de 1997, grupos de refugiados hutu (ou pelo menos na sua maioria), principalmente provenientes do Ruanda mas também do Burundi, começavam a ingressar em Meheba. Estima-se que igual população tenha tocado os 5,000 indivíduos, compondo um fluxo lento e pautado por trajectórias extremamente plurais (Agier 2011:124; UNHCR 2011a, 2013). Com efeito, certos grupos haviam passado por outros campos de refugiados (Goma, Bukavu, Uvira) na região dos Grandes Lagos, até entrarem pelo Norte da Zâmbia, ao passo que outros deambulariam pelo ex-Zaire acabando, involuntariamente, em territórios angolanos sob o comando da UNITA. Aí, sob ordens da guerrilha, e até que nova oportunidade de fuga surgisse, os mais fortes seriam forçados a trabalhar e a combater (Agier 2011:124). Sensivelmente pela mesma altura, Angola conheceu nova escalada de hostilidades, expelindo massas de refugiados para os territórios limítrofes. Em 1997-1998, perante um vasto e heterogéneo conjunto de deslocados, consolidava-se a Zona G.

A partir de 1998, os confrontos entre UNITA e MPLA conheceram a derradeira propagação territorial. Na sequência final do conflito, em Setembro-Outubro de 2000 o campo expandiu-se: situada a cerca de 30km da entrada do campo, estabeleceu-se a Zona H. Maioritariamente composta por refugiados oriundos das regiões centrais e leste de Angola, o novo bloco de Meheba reflectia o estrangulamento político-militar em tais áreas. Todavia, a tentativa de concentrar semelhante mosaico etno-político no mesmo bloco seria infrutífera, pois determinados simpatizantes da UNITA insurgiram-se face à instalação conjunta com outros grupos associados ao MPLA. Assim, procurando satisfazer afinidades regionais e étnico-políticas, este último grupo seria distribuído pelas demais zonas de Meheba (Agier 2011:123). Nos últimos dias da contenda, o campo atingiria o pico de ocupação, chegando a ultrapassar os 50,000 habitantes, sendo que cerca de 90% possuíam “nacionalidade” angolana (Tabela 1).

Michel Agier, presente em Meheba em 2002, observou como a estratificação social correspondia à cronologia do lugar, isto é, as várias gerações de refugiados encontravam-se “sociologicamente” divididas em *settled*, *recent* e *new arrivals*, em larga medida coincidentes com uma leitura espacial. O nível de (in)dependência económica, as características de alojamento ou a hierarquia social encontravam-se intimamente associados ao tempo de permanência e respectiva localização no campo (2011:121). Em parte devido ao fraco desempenho prestado pelas entidades humanitárias, Agier notara então uma “lógica de

Tabela 1 - Variação populacional de Meheba

	População Total	Refugiados Angolanos	Populations of Concern (Angola)	Repatriados para Angola	Fonte
1979	≈10,000				(Hansen 1990:11)
1979-1989	s/ i.	s/ i.	s/ i.	s/ i.	(Hansen 1990:11)
Mar 1996	27,409	s/ i.	-	s/ i.	(Powles 2000:13)
Jun 2001	53,070	≈ 90%	-	s/ i.	(UNHCR 2001)
Set 2001	53,597		-	s/ i.	(WCRWC 2001)
Jan 2002	58,535		-	s/ i.	(Agier 2011:121)
Mai 2003	47,670		-	s/ i.	(UNHCR 2013)
Jan 2004	29,712	s/ i.	-	10,057 (durante 2004)	(LWF 2005)
Jan 2005	19,347	s/ i.	-		
Mar 2008	14,181	8816	-	s/ i.	(UNHCR 2008)
Mar 2011	18,129	8382	-	305 (durante 2010)	(UNHCR 2011a)
Dez 2011	s/ i.	7484	-		
Jan 2012	17,652	7484	-	550 (1 Jan — 31 Jun 2012)	(UNHCR 2012)
Jun 2012	17,391	7109	-		
Out 2012	17,338	0	7097		
Nov 2012	17,289	0	7087	10	
Jul 2013	s/ i.	s/ i.	s/ i.	720	(UNHCR 2013)
Ago 2013	18,271	0	7413	s/ i.	
Nov 2013	18,029	0	7158	s/ i.	
Dez 2013	17,806	0	6,952*	s/ i.	

(*former Angolan refugees // s/ i. — sem informação)

inclusão na dominação”. Com efeito, o autor assinalou a existência de relações sociais quase “normais”, ou seja, desiguais e inclusivas como seria de esperar no contexto de uma aldeia ou comunidade, em que os habitantes estabelecidos de longa data, com os devidos privilégios e estatuto, desempenhavam uma função de protecção e de domínio sobre as mais recentes vagas de habitantes (Agier 2011:126-127).

Até recentemente, uma leitura sócio-espacial do campo informava acerca de mais de quarenta anos de conflitos na região, e os diferentes grupos étnicos e nacionais, as afiliações políticas e culturais, encontravam-se amplamente reflectidos na distribuição espacial do campo. E tal fora mais evidente no caso angolano. Porém, mais de uma década transcorrida, o número, características e distribuição da população de Meheba tem sofrido profundas flutuações, originando um panorama sócio-espacial bastante mais complexo.

*

Tal como no passado, a oscilação e distribuição populacional de Meheba integram um processo — ininterruptamente — em curso. De uma matriz assumidamente rural, o espaço de Meheba tem vindo a diferenciar-se, englobando hoje diferentes cenários. À medida que as zonas mais periféricas perdem adeptos, facto visível no abandono de terras e decadência do tecido construído (nomeadamente nas zonas F, G e H), constata-se uma concentração gradual nas zonas mais centrais. Ao percorrer o campo, é comum encontrar superfícies quase vazias, de mato ou floresta, ou de uso exclusivamente agrícola e pecuário, contrastantes com outros núcleos de notória densidade populacional, em áreas que oferecem escolas e centros de saúde e que dispõem de comércio e serviços.

A esse respeito, embora igualmente observável na envolvente da Rua 6 (Zona A) e Rua 18 (Zona B), o destaque vai para a Rua 36 (Zona D), uma geografia que, de resto, apresenta um conjunto de elementos que sugerem uma heterogeneidade subjacente ao fenómeno urbano (Agier 2011:187). Na Zona D concentram-se os escritórios da administração do GRZ e UNHCR, várias clínicas, a maior escola primária e secundária, inúmeras igrejas e credos, bem como o único *internet-cafe* do campo. Enquanto zona central, o Bloco D alberga o mercado principal (ponto onde se encontram a maior variedade de produtos produzidos dentro e fora do campo), à volta do qual se dispõe uma ampla oferta de negócios. Além disso, a Rua 36 configura a área mais densamente povoada, heterogénea e cosmopolita, e onde melhor se podem observar certas especializações e “espacializações”. A título de exemplo, se numa viela contígua ao mercado é onde se corta e vende carne e onde vários grupos de homens

angolanos e congolese convivem entre cigarros, cerveja e milho fermentado, no outro extremo também se encontra o alpendre onde mulheres somalis se reúnem. Numa viela é possível encontrar várias lojas de tecidos e costura, enquanto que noutra recanto convergem jovens que sob um alpendre jogam *snooker*, ou, mais adiante, à porta de uma das padarias, encontram-se adultos e “mais-velhos”⁶⁷ de várias proveniências que jogam *draughts*.

A “centralidade” da Zona D atrai todo o tipo de populações, integrando um processo demográfico em larga medida análogo a outros aglomerados urbanos exteriores a Meheba. A envolvente da Rua 36 constitui o melhor exemplo no que toca aos diferentes graus de desenvolvimento — e de expressões — ao nível habitacional. Aí, tendas de plástico do UNHCR, paredes de adobe, de tijolo ou cimento, tectos de colmo, de folha metálica ou de telha, assim como etapas e composições híbridas, convivem lado a lado. Há parcelas que se encontram relativamente delimitadas, há parcelas mais cuidadas que dispõem de quase jardins, mas também há outras que servem de base a um somatório de construções em desenvolvimento, por sua vez apenas interrompidas por estreitas passagens. A realidade é que, para muitos dos habitantes de Meheba, as vantagens oferecidas pelas suas zonas centrais colmatam as deficiências associadas a um tipo de alojamento mais precário e/ou em evolução.

A vasta dimensão de Meheba e o mau estado das vias de circulação estimulam a concentração populacional (conduzir de uma ponta à outra do campo pode levar cerca de três horas), mas a metamorfose demográfica e respectiva reformulação hierárquico-espacial é também impulsionada por outros factores. Desde 2002, data do fim do conflito em Angola, que os sucessivos exercícios de repatriamento têm culminado com a partida de muitos habitantes que deixam as suas casas e parcelas. Paralelamente, verificou-se a chegada de inúmeros indivíduos transferidos de campos entretanto encerrados, a saber, vários grupos de angolanos provenientes do campo de Ukwimi (Eastern Province) encerrado em 2004⁶⁸, de Nangweshi (Western Province) encerrado em 2006⁶⁹, e também de grupos de congolese

⁶⁷ “Mais-velho” era a expressão frequentemente utilizada por angolanos para descrever os indivíduos de idade mais avançada.

⁶⁸ O campo de Ukwimi fora inicialmente criado para receber refugiados de Moçambique e só mais tarde receberia populações provenientes de Angola. A população angolana seria composta essencialmente por guerrilheiros da UNITA. cf. Lassailly-Jacob (1993); “One thousand former UNITA soldiers transferred to new camp in Zambia”, UNHCR (2 Novembro 2001) disponível em <http://www.unhcr.org/3be2cdd34.html>; e ainda cf. Kelvin Shimo/UNHCR (21 Dezembro 2006) “UNHCR closes refugee camp, gives assets to Zambia”, disponível em <http://www.unhcr.org/458aa75a4.html> consultado em 20 de Setembro 2013.

⁶⁹ cf. Kelvin Shimo/UNHCR (20 November 2006) “Zambia’s Nangweshi Camp closes after last group of Angolans move out”, disponível em <http://www.unhcr.org/4561d52b2.html> consultado em 20 de Setembro 2013.



Fig. 7 - Variedade habitacional, por zonas (2014)
7.1 - Habitação Zona D // 7.2 - Habitação Zona D



7.3. Habitação Zona B // 7.4 Habitação Zona A



7.5. Habitação Zona H // 7.6 Habitação Zona H



7.7 - Habitação periferia Zona B // 7.8 - Habitação centro Zona D

transferidos dos campos de Mwangi e Kala (Northern Province) encerrados entre 2010 e 2011⁷⁰.

Como resultado, produzem-se novas dinâmicas internas em que outros residentes mudam de zona e/ou de rua, comprando ou ocupando as “propriedades” dos que partiram, subvertendo dessa forma a posição relativa na hierarquia sócio-espacial. Hoje em dia, o tipo de alojamento e a localização no campo nem sempre correspondem ao tempo de permanência. Não se trata de descartar por completo a hipótese cronológica avançada por Agier (2011), contudo, importa sublinhar que a estratificação social em relação à localização parece nutrir-se de uma crescente polarização entre um contexto marcadamente rural e um outro de carácter urbano, influenciando sobremaneira o modo como as várias hierarquias são experienciadas.

*

De acordo com o RO, Joseph Musonda, a alocação, a compra, a venda, a troca e cedência de propriedade é fonte de complexos litígios. As terras de Meheba pertencem ao governo zambiano e aos chefes locais e, portanto, qualquer transação directa entre habitantes afigura-se manifestamente ilícita. Segundo Musonda, as casas precárias deveriam ser demolidas logo após a partida dos seus inquilinos, enquanto que outras, em melhor estado, seriam, em princípio, atribuídas a outros refugiados que se encontrassem em situações delicadas (aos comumente denominados “vulneráveis”: um grupo que inclui inválidos, idosos, famílias numerosas, mães solteiras, órfãos), ou vendidas de forma legal a terceiros e através da administração do campo. Mas nem sempre é assim.

A preferência e valorização das zonas mais urbanizadas, com maior oferta de serviços e acesso a outras estruturas, não atrai apenas refugiados. A crescente aquisição de propriedade, sobretudo por parte de trabalhadores na administração/gestão do campo e/ou nas minas envolventes informa sobre tal tendência. Além de elucidar acerca do desenvolvimento de um mercado imobiliário no qual, por questões económicas e legais, muitos dos refugiados se vêm “oficialmente” excluídos, tal contexto também põe a nu determinadas diferenças e conflitos entre a sociedade de Meheba.

⁷⁰ cf. Celine Schmitt/Kelvin Shimo/UNHCR (24 Setembro 2010) “UNHCR, Repatriation of Congolese from Zambia reaches 40,000; camps to close” disponível em <http://www.unhcr.org/4c9cc3146.html> consultado em 20 de Setembro 2013.

O caso angolano sugere uma reformulação curiosa a esse respeito. Durante largo tempo, cada zona do campo representara uma ou outra facção e, apesar da coexistência e interacção entre os diferentes grupos, os “atritos” permaneceram latentes (Agier 2011:123; Powles 2000). As divergências eram essencialmente fundadas (ou traduzidas) em questões regionais ou políticas, resultando em actos e acusações de “feitiçaria”⁷¹, rixas, roubos de comida e objectos (Powles 2000:15, 2002:100; Veroff 2007:62,64). Hoje em dia, embora a componente política pareça adormecida, a verdade é que os crimes e conflitos manifestam-se idênticos, bebendo de novo da localização no campo. Como vários dos meus interlocutores deram a entender, as desavenças mais recentes entre angolanos baseiam-se na “inveja”, isto é, nas hierarquias e circunstâncias sócio-económicas com raiz no acesso privilegiado a determinadas (infra-)estruturas e fontes de rendimento, normalmente concentradas nas zonas urbanizadas. Todavia, não posso deixar de assinalar igualmente outros casos pontuais, de famílias angolanas, cujo distanciamento dos aglomerados e procura das margens parte de uma escolha deliberada. Semelhante postura aparenta nutrir-se de uma tentativa de manter o estilo de vida anterior, de evitar conflitos e contacto com os demais habitantes, e quiçá esteja relacionada com o tipo de divisões verificadas durante o longo conflito em Angola (cf. secção 3.3 e 3.4).

Todavia, a relação entre localização e crimes e/ou conflitos vai mais longe. A maior fonte de tumultos em Meheba relaciona-se com “violência sexual e de género contra mulheres” (*sexual and gender based violence*): além de violações, são recorrentes os exemplos de exploração sexual e prostituição, de gravidez indesejada, reflectindo-se num abandono familiar e divórcio, em rixas e violência doméstica. Tal situação transborda qualquer proveniência, nacionalidade e faixa etária, envolvendo refugiados, professores, polícias, trabalhadores da administração, mineiros e outros, alheios a Meheba (cf. Veroff 2007:57-68; UNHCR 2011:5, 2013:4). Como mencionado por vários dos meus interlocutores, as mulheres que habitam e cultivam as zonas mais periféricas, ou que se deslocam às áreas mais isoladas em busca de lenha ou de plantas medicinais, encontram-se entre as mais expostas à violência. Como Dona Ana (vendedora angolana no mercado central) sugeriu a propósito da possibilidade de assalto, ao menos nas

⁷¹ Aquilo a que os locais chamam de “feitiçaria” inclui crimes, doenças e/ou acidentes “naturais”. Durante a minha estadia em 2014, uma angolana do Bloco D fora atingida por um relâmpago quando estava na lavra, estando a ser seguida pelos médicos da Refugee Alliance (cf. secção 2.5). Numa visita à clínica, o seu filho dissera-me que não era a primeira vez que atentavam contra a sua família. Há pouco tempo, também o seu pai fora uma vítima de feitiçaria: partira uma perna num acidente de bicicleta aparentemente provocado por uma “armadilha”. Segundo o rapaz, “os outros angolanos” tinham inveja que a sua família tivesse sido seleccionada para integração local, e daí os actos de feitiçaria.

James Ferguson, no seu trabalho sobre a região do Copperbelt, observa como o que se chama de feitiços são crimes tangíveis (1999:117-122). Sobre feitiçaria em Angola, a partir da análise etnográfica de uma igreja neo-pentecostal, ver Bahu (2014).

imediações da Rua 36 era possível “gritar e ser ouvida” e sempre havia os guardas dos escritórios da administração, do UNHCR e de ONG’s a quem acorrer.

De acordo com o RO, o melhor seria prevenir, pois raros são os casos que têm verdadeiras consequências. O único posto de polícia de Meheba, situado na Zona A, não tem nem pessoal em número suficiente, nem meios, nem condições para exercer uma autoridade efectiva. Resta assim o controlo social fomentado pela proximidade. Além disso, como também Musonda afiançou, a perspectiva de saída do campo, na forma de repatriamento organizado ou espontâneo, traduz-se frequentemente em picos de criminalidade.

*

Os imperativos de ordem burocrática condicionam profundamente o processo de (re)organização espacial. A grande maioria dos angolanos e ruandeses de Meheba recebera o estatuto de refugiado num sistema de *prima facie*⁷² que caducou respectivamente a 30 de Junho de 2012⁷³ e a 30 de Junho de 2013. Não obstante, as soluções — e transições — burocráticas e legais face ao futuro de tais populações continuam em elaboração.

Quanto à comunidade ruandesa hutu a situação é deveras complexa. Nas palavras de Biskut Getahun, *Head of Field Office* — UNHCR Solwezi, com quem tive oportunidade de conversar na cidade tal grupo encontra-se num limbo legal, pois não só teme e recusa veementemente o repatriamento, como rejeita assinar qualquer documento que confirme a sua proveniência. Semelhante intransigência não só impossibilita a emissão de documentos de identificação (passaportes ou outros), como impede uma “solução duradoura”, seja o repatriamento, a integração local ou a atribuição de vistos de residência. O isolamento burocrático-identitário encontra paralelo espacial: a interacção da comunidade hutu com os demais refugiados resume-se ao essencial, encontrando-se em larga medida apartada na Zona G e confins da contígua Zona D. Enquanto que entre angolanos e congolezes parece existir uma certa harmonia, complementaridade de funções até, o mesmo não se regista na relação entre esses

⁷² “During mass movements of refugees (usually as a result of conflicts or generalized violence as opposed to individual persecution), there is not — and never will be — a capacity to conduct individual asylum interviews for everyone who has crossed the border. Nor is it usually necessary, since in such circumstances it is generally evident why they have fled. As a result, such groups are often declared “prima facie” refugees.” in UNHCR “Asylum-Seekers” disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c137.html>

⁷³ UNHCR (8 Junho 2012) “UNHCR repatriates almost 14,000 Angolans. Steps up pace of return ahead of deadline” disponível em <http://www.unhcr.org/4fd1f16e9.html>

e os membros do Ruanda e Burundi. Não tive oportunidade de aprofundar este tema, nem conhecer a versão da barricada em questão. Porém, as opiniões gerais por parte de refugiados angolanos e congolezes com quem pude debater o assunto informavam que os ruandeses eram muito “competitivos na agricultura”, que eram “muito trabalhadores”, que evitavam “misturar-se” com os restantes refugiados (visível ao nível das igrejas também) e que talvez se sentissem “mais estrangeiros” que os demais, pois eram os que estavam “mais longe de casa”. Ou será que os refugiados hutu procuravam simplesmente manter a sua “pureza” ao mesmo tempo que reproduziam uma visão “histórico-mítica” do seu território ancestral?(cf. Malkki 1995a)

Quanto ao grupo de angolanos, durante a minha estadia no campo, tanto em 2012 como em 2014, várias reuniões tinham lugar com vista a compreender o que era oferecido em caso de repatriamento, bem como quais as possibilidades de permanecer na Zâmbia. As reuniões implicavam diversos intervenientes e representantes: chefes de família angolanos, os dirigentes das respectivas zonas e ruas, do governo de Angola (consulado de Solwezi), do UNHCR, da IOM (International Organization for Migration) e da administração do campo (GRZ). Facto é que todo o processo de repatriamento para Angola tem sido controverso e com resultados ambíguos (cf. secção 3).

No caso da comunidade congoleza, amplamente heterogénea, a postura tanto do UNHCR como do GRZ manifesta reserva. De acordo com Biskut Getahun, o UNHCR não tem como promover o repatriamento quando a situação na R.D.Congo é periclitante, nomeadamente nas regiões de Kivu e Katanga de onde provêm a maior parte dos refugiados congolezes. Entre os refugiados do RDC contam-se incontáveis familiares de soldados, activistas políticos, jornalistas, intelectuais — ou, por vezes, os próprios. Facto é que a presença congoleza em Meheba tem sido atribulada. Ao contrário dos refugiados angolanos, na sua maioria oriundos de ambientes rurais, os refugiados congolezes são, na sua base, provenientes de meios urbanos. Como resultado, não só o incentivo à produção agrícola e pecuária tem falhado, como, em detrimento da parcela atribuída pela gestão, tais populações preferem estabelecer-se nas zonas urbanas do campo e/ou próximo dos eixos principais de circulação, acabando mesmo por dominar posições no comércio e serviços (lojas de fotografia e projecção de vídeo, mesas de *snooker*, venda de pão, de telemóveis e respectivos carregamentos, de painéis solares, barbearias, costura e venda de tecidos, e até transporte de mercadorias e importação de bens vindos do Congo). É fácil calcular que de tal situação advenham conflitos de vária ordem, seja face aos demais residentes, seja com a própria administração. Mas as reticências da actual gestão face à comunidade congoleza vão mais longe.

As eleições bienais em Meheba, em que se elegem os refugiados interlocutores com a administração,⁷⁴ embora programadas para 2010 seriam apenas retomadas em 2013. O interregno deveu-se aos tumultos provocados por um grupo de cerca de 200 congolezes no final de 2009. Os protestos, não violentos, tiveram como alvo os escritórios do UNHCR e da gestão do GRZ. Apesar do silêncio administrativo, os relatos de refugiados e documentos confidenciais com origem na embaixada dos EUA em Lusaka, avançam a sua versão do sucedido:

According to the allegations, the GRZ [Government of the Republic of Zambia] Refugee Officer (RO) and the GRZ Registrations officers changed refugees' names, nationality, and other records to enhance resettlement opportunities for specific refugees, registered Congolese nationals as refugees using the identities of refugees who had left the camp, sold gate passes, and added ineligible refugees to food distribution. (...) The team found that new refugee arrivals entered without normal adjudication, including refugees coming from Kinshasa. Refugees reported buying refugee documents from the RO and buying gate passes from COR staff. UNHCR also conducted an electronic audit of the refugee database, which had been created by UNHCR but entirely managed by COR, and discovered hundreds of cases where data had been manipulated. While some cases of data changes were likely the result of laziness — reusing existing cases to create news ones — other cases suggest deliberate fraud. (...) Police are investigating document purchases. Cases of recent arrivals will be re-evaluated.⁷⁵

Entre os meus interlocutores pairavam várias versões sobre o sucedido. A acusação de corrupção por parte do RO era unânime, mas não há corruptos sem corruptores. Era sabido que vários *businessmen* congolezes “compravam” autorizações de saída de 60 e 90 dias quando o limite oficial se encontrava fixado nos 30 dias. Contudo, tal era visto como uma necessidade: as deslocações com vista à compra e venda de mercadorias constituíam um processo moroso, incluindo passagens por Lusaka, idas a Angola e ao RDC. De acordo com outros habitantes de Meheba (que não apenas congolezes), os protestos visavam evidenciar a suposta alocação preferencial de terras, a atribuição de cartões de refugiado e de cadernetas de alimentação a zambianos e a angolanos não-refugiados, e não apenas a hipotéticos refugiados congolezes. Além de visar pôr a nu a corrupção endémica, o protesto reivindicava a

⁷⁴ O sistema de direcção funciona a dois níveis: 185 dirigentes correspondentes a cada rua/aldeia e 24 dirigentes por cada bloco consistindo em *chairperson*, *vice-chairperson* e *secretary*. Nas eleições de Março 2013 a representação feminina atingiu os 33%. Os cargos são voluntários e não remunerados (UNHCR 2013:3).

⁷⁵ Embaixada Americana de Lusaka/Wikileaks (20 Fevereiro 2015) “Refugees at Meheba occupy UNHCR offices to protest corruption” disponível em <http://wikileaks.org/cable/2010/02/10LUSAKA110.html>

possibilidade de trabalhar e circular livremente dentro e fora de Meheba, a par de outros direitos e oportunidades fundamentais vetados aos habitantes refugiados.

A verdade é que o grupo activista deixara de lado o princípio de que todos os refugiados são vítimas e não sujeitos políticos. Contudo, a tentativa de subjectivação política — isto é, de construção de um sujeito político e não apenas um “refugiado” genérico — circunstância frequentemente suprimida dos contextos de ajuda humanitária (Ferguson 1994; cf. Rancière 2000; Turner 2010; cf. Agier 2011:211-215, 2012:63-67), teria um custo elevado para os refugiados insurrectos. O protesto levou à deportação de cerca de trinta e dois congoleses.

Não obstante a metamorfose, em que o campo se esboça cidade, facto é que Meheba continua a ser pautado pela matriz de gestão excepcional tão característica dos espaços humanitários. Meheba configura assim uma quase polis, uma cidade que pela “ausência” política não se chega a concretizar. É sobre esse e outros aspectos que me debruçarei de seguida.

2.2 A Peste

Voltava à Rua 18 quando conheci Titus Lijimu, vizinho da Rua 19. Com o passo ritmado, Titus perguntou se podíamos caminhar juntos. Já me havia visto no mercado da Zona B e sabia que eu estava em casa de Paul, seu amigo. Além disso, Titus fora até à Rua 36 assistir ao curso de Microsof Office, e aí nos cruzáramos, no único *internet-café* de Meheba.

A Rua 18 dista sensivelmente 15km da Rua 36, e Titus fazia esse percurso diariamente desde que começara as aulas de informática — cerca de três horas para cada lado a bom ritmo. Durante a época das chuvas, o sol brilha impiedoso durante boa parte do dia e a meio da tarde a tormenta é frequente. O céu fechara de repente e, das nuvens, relâmpagos e chuva inundavam a paisagem. Enchendo-se de água, a rua principal, ainda há pouco plena de movimento, esvaziou-se de gente. Procurei abrigo debaixo de uma árvore mas Titus insistiu que continuássemos, a chuva não ia parar tão cedo e seria perigoso caminhar de noite. Durante um curto espaço de tempo apenas uma idosa acompanharia o nosso passo. A senhora vociferava várias coisas imperceptíveis, mas o meu companheiro de percurso conhecia-a: vivia na zona B e estaria louca.

Apesar da chuva torrencial, Titus continuava a disparar várias questões: se era casado, se tinha filhos, como eram as relações entre homens e mulheres, qual a igreja que frequentava, qual o meu trabalho, porque estava ali sozinho, porque estava tão longe de casa, como era Portugal, como era a Europa, se “era bom lá”, ...

Nos seus 21 anos de vida Titus saíra do campo apenas quatro vezes. Fora uma vez à “cidade” (Solwezi) com o tio, pois os pais nunca haviam ultrapassado os limites próximos do campo. Com a igreja Adventista fizera uma excursão para “ver animais” perto de Meheba e outra para um evento religioso numa aldeia vizinha. A mais longa saída ocorrera com a equipa de futebol com destino à vila de Kabompo. Titus comentou que desfrutara das saídas, que não gostara de Solwezi e que, com excepção do grande rio homónimo e da estrada de alcatrão, o Kabompo não era muito diferente de Meheba. Titus nasceu e viveu toda a sua vida no campo de refugiados, e o seu pai chegara ainda muito criança.

Entretanto o sol voltara, a roupa encharcada secaria num ápice. Chegávamos à Rua 19, Titus despedia-se, e eu continuaria até “casa”, na Rua 18.

(...)

Titus voltaria regularmente para cuidar dos cultivos da parcela de Paul, onde plantara milho, ananás, tomate e batata doce. E nesses momentos continuava a saga de perguntas difíceis.

Numa dessas manhãs em que ainda preparava o carvão para fazer chá, Titus irrompeu por entre o milharal, saudou-me, sentou-se ao meu lado sob o alpendre e pegou no livro que repousava na cadeira de plástico. Tratava-se de *A Peste* de Albert Camus, livro que por acaso comprara aquando da longa escala no aeroporto de Heathrow, Londres. Titus perguntou se podia dar uma vista de olhos, retorqui que ainda não o lera, mas que lho emprestava.

O livro trouxe inquietações acrescidas a Titus. Começou por perguntar-me onde era Orán (cidade onde se desenrola a acção de *A Peste*), onde era o Mediterrâneo e como era o “mar”, onde era a Argélia, se já lá tinha estado, e se tudo era tal e qual como descrito no livro. Às respostas possíveis novas camadas surgiam, Titus somava questões. Eu desenharia então um mapa indicando as várias geografias em suspenso: a “minha terra”, Portugal e Lisboa, logo o mar Mediterrâneo, a Argélia, a Europa, Angola e Luanda. De resto, um mapa que me seria requerido e útil em situações futuras.

Um dia, com o avançar da leitura, Titus viria a estabelecer o paralelismo da situação vivida no campo com a narrativa de Camus:

— Por causa dos ratos e da peste, as pessoas não podem sair de Orán, têm que ficar separadas, têm que ficar isoladas para não contagiar os outros... Estava a pensar... Afinal, este lugar, Orán, até é parecido com Meheba. Aqui as pessoas refugiadas também não podem sair quando querem, mesmo as que não estão doentes...

*

A Peste de Albert Camus (1947), obra que deixa espaço a interpretações várias, disserta sobre a condição humana tendo por base uma sociedade encerrada perante o flagelo da peste, um flagelo ora alegórico ora tangível. A epidemia é um *leitmotiv* para reflectir sobre o exílio e a separação, sobre estratégias de sobrevivência e resistência face a um futuro imprevisível e inexplicável. Ao abordar o quão absurda e frágil é a existência humana através dos vários personagens, Camus interroga o poder congregador que a religião possui perante a calamidade, mas também o peso da comunidade e da solidariedade entre pares. Todavia, para Titus a metáfora revelara-se cruelmente real: numa intertextualidade com a sua vida, Orán podia chamar-se Meheba. Aparentemente, até esse momento Titus jamais fora confrontado

com semelhante formulação existencial, pois Meheba era onde tinha amigos e família, onde estudara e vivera. Não obstante as várias imperfeições, Meheba era a sua casa, o seu lugar.

Provavelmente, antes de escrever *Surveiller et Punir* (1975) também Michel Foucault se terá cruzado com a obra de Albert Camus. Através de uma espiral histórica, Foucault percorre inúmeras estratégias e formas de quarentena e confinamento, de vigilância e contenção, que almejaram controlar e “docilizar” indivíduos e/ou inteiras comunidades. Com efeito, lembrando um episódio de peste ocorrido no final do séc. XVII em França, o autor dá conta das medidas implementadas: partição espacial rigorosa, interdição do movimento, encerramento “a partir de fora”, racionamento alimentar, registo meticuloso. “Espace découpé, immobile, figé. Chacun est arrimé à sa place. Et s’il bouge, il y va de sa vie, contagion ou punition (Foucault 2003[1975]: 228-229).”

Foucault continua a sua análise da construção e transformação de um sistema disciplinar omnipresente, desde as medidas tomadas em tempos de peste, ao desenvolvimento do panóptico de Bentham, da prisão e sistema carcerário, compondo elementos que alimentam a figura do “campo”. Voltando à *la ville pestiférée*:

(...) une situation d’exception: contre un mal extraordinaire, le pouvoir se dresse; il se rend partout présent et visible; il invente des rouages nouveaux; il cloisonne, il immobilise, il quadrille; il construit pour un temps ce qui est à la fois la contre-cité et la société parfaite; il impose un fonctionnement idéal, mais qui ramène en fin de compte, comme le mal qu’il combat, au dualisme simple vie-mort: ce qui bouge porte la mort, et on tue ce qui bouge (Foucault 2003[1975]:239).

A obra de Michel Foucault abordaria de forma extensa inúmeras tecnologias de controlo, ou dispositivos disciplinares desenvolvidos *contra a mobilidade* de vária ordem. O campo de refugiados é apenas uma materialização entre tantas, e em contínuo devir.

Dada a eficácia do modelo, ao longo do tempo o campo desenvolveu-se, sublimou-se, especializou-se, vindo a conhecer várias latitudes. Ao reflectir sobre os campos de *Reconcentrados* em Cuba durante a *Guerra de los Diez Años* (1868-1878), os campos de concentração usados pelos ingleses durante a Guerra Anglo-Boer na África do Sul (1899-1902), os campos de trabalho forçado soviéticos — ou *Gulags* (1930-1960), os campos de concentração na Líbia italiana para os nómadas Sanussi (década de 1930), os famigerados campos de concentração nazis (1933-45), até à sua forma mais recente materializada nos campos de refugiados, campos de detenção, *transit camps*, campos *rom*, campos de trabalhadores, aviários e campos de exploração intensiva de gado, constata-se que o campo, enquanto dispositivo de concentração espacial de inúmeras populações e por motivos de amplo espectro, tem vindo a conhecer várias configurações e usos. A sua multiplicação e

diversificação integra hoje uma “paisagem global”, destinada a uma miríade de “indesejados” (Agier 2011, 2014). Como Agier sublinha:

La solution du camp sous toutes ses formes (ou ce que l'on désigne ici 'l'encampment') apparaît dorénavant comme la plus répandue pour ternir à l'écart ce qui dérange, pour contenir ou rejeter ce qui, humain, matière organique ou déchet industriel, est en *trop*. L'encampment du monde se présente ainsi comme l'une des formes du gouvernement du monde, une manière de gérer l'indésirable (2014:11, ênfase do autor).

O confinamento do campo pressupõe uma imobilidade no seu seio, uma situação que regularmente contrasta com um deslocamento prévio dos respectivos beneficiários: migrantes económicos clandestinos, refugiados e exilados políticos, populações inocentes e desesperadas, desertores e guerrilheiros anónimos, entre outros. Contudo, a estandardização do campo e respectiva homogeneização identitária na figura do refugiado compete com a heterogeneidade social que o modelo encerra amiúde, onde se verifica uma sobreposição de múltiplas identidades, de perspectivas e trajectórias de vida.

*

Com vista a compreender a génese do “campo de refugiados” importa enquadrar o contexto do seu advento. Embora alimentado por outras formas pré-existentes, seria no pós-Segunda Guerra que o “campo” viria a emergir, na sua forma estandardizada e reprodutível, como uma tecnologia de controlo face ao deslocamento massivo (Foucault 2004[1979]). Durante o conflito em solo europeu, inúmeras populações viram-se forçadas a deixar os seus lugares. No rescaldo, as massas deslocadas seriam encaradas como um problema militar, burocrático, sanitário e de segurança. Ironicamente, seriam os campos de concentração nazis e outros campos militares a congregar as populações deslocadas enquanto aguardavam realocação. Estava assim trilhada a form(ul)ação do actual “campo de refugiados” (Malkki 1995b: 499).

A Convenção de Genebra de 1951 marcou o momento em que tal problemática deslizou da esfera militar para outra social e humanitária. Por essa altura, a par de uma panóplia de leis inspiradas na Carta Universal dos Direitos Humanos que vieram reconhecer a figura e estatuto do refugiado, foi também estabelecido o UNHCR⁷⁶. Mais tarde, em 1967, teria lugar a

⁷⁶ UNHCR (United Nations High Commission for Refugees) ou na sua versão em português ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Dado que a grande maioria dos documentos do UNHCR consultados se encontram exclusivamente em língua inglesa farei recurso ao acrónimo respectivo.

assinatura do Protocolo de Nova Iorque (no seu nome original *Protocol Relating to the Status of Refugees*) que procurou ir além da geografia europeia, abarcando assim o resto dos países signatários e tornando-se a legislação universal.⁷⁷ A eficácia comprovada do dispositivo “campo” faria desse uma solução recorrente:

The refugee camp was a vital device of power. The spatial concentration and ordering of people that it enabled, as well as the administrative and bureaucratic processes it facilitated within its boundaries, had far-reaching consequences. The segregation of nationalities; the orderly organization of repatriation or third-country resettlement; medical and hygienic programs and quarantining; ‘perpetual screening’ and the accumulation of documentation on the inhabitants of the camps; the control of movement and black-marketing; law enforcement and public discipline; and schooling and rehabilitation were some of the operations that the spatial concentration and ordering of people enabled and facilitated. Through these processes, the modern, postwar refugee emerged as a knowable, nameable figure and as an object of social-scientific knowledge (Malkki 1995b:498).

Em paralelo a tal processo, verificou-se a proliferação de um mundo associado à questão dos refugiados, profundamente dependente da sua perpetuação: desde pessoal administrativo e burocrático, médicos, terapeutas, jornalistas, académicos, fotógrafos e até os próprios refugiados (Zolbertg et al 1989:24). Simultaneamente, igual problemática encontraria correspondente no mundo da *expertise*, vindo a constar do âmbito das relações internacionais, a pesar em decisões de segurança e de política externa, culminando no estabelecimento de uma indústria humanitária e programas de “desenvolvimento” (cf. Khotari 2005). A especialização teria como apex a formulação de uma nova área científica, os *Refugee Studies*, que ganharia fôlego na sequência da criação do Refugee Studies Centre (Universidade de Oxford), em 1982. Desde essa altura que estudos afins se têm multiplicado, compondo uma área do conhecimento que o presente trabalho intersecta amplamente.

A problemática dos refugiados tem conhecido uma crescente mediatização e a reflexão sobre o modelo do “campo de refugiados” tem sido expressada de modo eloquente. Entre uma miríade de perspectivas destacam-se a visão do campo como “deserto”, oposto ao “mundo”, em que o espaço de mediação entre os seres humanos desaparece e o “deserto” surge como antítese da dialéctica social e política que une e distingue todos os seres humanos (Arendt 1993, in Agier 2002:323); do campo como um dispositivo “biopolítico” (Foucault 1979), espaço de “excepção” em que os refugiados encarnam uma “vida nua” (*bare life*), vítimas sem nome despojadas de direitos (Agamben 1998; 2006); como “não-lugar” (*non-lieu*), um espaço abstracto, sem memória, sem relações e identidades idealmente associadas aos lugares antropológicos (Augé

⁷⁷ Para uma consulta detalhada do conteúdo do *Protocolo de Genebra 1951* e do *Protocolo de Nova Iorque* de 1967, consultar: <http://www.unhcr.org/pages/49da0e466.html>

1992); como uma descarga onde são depositados os “vagabundos”, os humanos “em excesso” (*wasted lives*), sem lugar na lógica económica da sociedade moderna (Bauman 1998; 2003); o campo como lugar “extraterritorial” (*hors-lieu*), de “tempo suspenso”, como “cidade incompleta” onde se encerram hordas de “indesejados” (Agier 2002; 2011; 2014).

De sublinhar que, não obstante a longevidade — e dimensão — de Meheba, a ausência de representação na cartografia oficial⁷⁸ parece sugerir a sabotagem da sua existência. Numa postura de cartografia enquanto ontologia, a negação da representação cartográfica declina, em certa medida, a existência do campo e dos que o habitam (cf. Anderson 2006 [1983]:173; cf. Michael 2009; Agier 2011; cf. McIntyre 2012).

Embora sob gestão do GRZ e demonstrando uma abertura crescente, a verdade é que, em larga medida, Meheba continua a ser gerida de acordo com os seus princípios fundacionais (nomeadamente humanitários e de segurança). É natural, portanto, que certas perspectivas acima elencadas coincidam pontualmente com a realidade do campo. Hoje em dia, o movimento dos refugiados é relativamente controlado, mas já foi mais; o espaço público — de discussão política ou outro — é (de)limitado, mas não é de todo inexistente. Assim, ainda que estejam proibidos os encontros de mais de dez pessoas (RCA 1970, 14-2), que dizer do que sucede dentro das inúmeras igrejas (Adventista, Baptista, Pentecostal, etc) de presença ubíqua, com claro pendor político⁷⁹ e de potencial doutrinação? E das conversas e canções que têm lugar nas lavras? E dos jogos de futebol, que não só opõem ruas e/ou zonas, mas também diferentes facções políticas e comunidades nacionais? E que dizer de todos os momentos de sociabilidade não só entre o público de igrejas, jogos de futebol e *droughts*, na lavoura, mas também no mercado quotidiano, nas filas para a administração, nas clínicas, nos tempos de espera de acesso ao poço, no autocarro que leva os refugiados à cidade, e até na cidade? E se também é verdade que, oficialmente, os refugiados não podem deixar o campo quando querem, que dizer de todos os indivíduos espalhados pelo mundo fora que possuem liberdade total de movimentos mas que jamais deixam o seu país, a sua cidade, a sua aldeia?⁸⁰

⁷⁸ Só recentemente foi assinalado o Campo de Meheba na cartografia em linha no *Google Maps*. No entanto, apenas a inserção das palavras exactas no motor de busca levam à localização do campo.

⁷⁹ João Lijimu insistira que foram as igrejas, antes e durante a estadia em Meheba, a politizar muitos dos refugiados. Para uma análise de igual processo em Angola ver, por exemplo, Schubert (2000).

⁸⁰ No Colóquio Internacional *Un Paysage Global de Camps* (22, 23e 24 de Outubro de 2014, Cité-Chailot, Paris), Julien Brachet lançou uma questão, a meu ver essencial, e que vai na esteira do postulado sobre as possibilidades de (i)mobilidade, sobre a urgência de pensar acerca de todos aqueles indivíduos que podendo mover-se e dispondo dos meios necessários para tal, jamais saem de onde estão. Disponível em <http://webtv.citechailot.fr/intervenants/julien-brachet> consultado a 20 de Janeiro 2015.



Fig. 8 - Futebol, Zona B (2012)
Fig. 9 - Mercado, Zona B (2012)

E se no campo a ausência de plenos direitos civis é norma, até que ponto fora dele (no país de exílio, e/ou no país de origem) existem direitos sequer?

Talvez porque se trata de um vastíssimo *settlement* e não de um campo; talvez porque após mais de quatro décadas o seu carácter humanitário excepcional se encontra em cheque; talvez porque além de desempenhar uma miríade de funções tem também associado uma série de significados — provavelmente tantos quanto os habitantes; talvez seja por isso e muito mais que se revela difícil dizer o que Meheba é e/ou não é. Nesse sentido, talvez seja mais premente ponderar acerca do que Meheba pode ser. De seguida darei conta de três casos de estudo que ampliam a gama de perspectivas sobre a forma como a excepcionalidade e o confinamento relativo de Meheba são apropriados e manobrados por certos habitantes. Tais casos denotam a resistência face à tentativa de subtração da dimensão política, económica ou religiosa postulada pelo “governo humanitário” (Agier 2011:199).

*

Francis

Francis, cerca de 35 anos, proveniente da cidade de Kivu, RDC, onde deixara a mulher e os filhos, fazia parte do grupo heterogéneo que diariamente jogava *draughts* no alpendre de Chichi. Urbano no trato, de aparência cosmopolita, robusto e com ar severo, imponente mesmo, Francis carregava sempre uma bolsa de câmara fotográfica e uma mala de computador portátil. Segundo o próprio, ganhava a vida a fotografar os habitantes do campo, fosse para documentos ou para a posteridade. Contudo, queixara-se que só era possível imprimir as fotografias em Solwezi, sendo necessário um *gate-pass* nem sempre obtido em tempo útil. No entanto, o congolês tentava escrever a história da sua vida, mas em vias de desistir: nem sempre tinha dinheiro para carregar a bateria do computador e a mesma desaparecia num instante. Francis maldizia a vida em Meheba, mas escasseavam alternativas.

Como me contou Chichi, meu *gatekeeper* e também ele congolês, o seu colega ainda vivera em Lusaka algum tempo até ao dia em que o tentaram assassinar. Fora por essa razão que se transferira para Meheba recentemente. Não obstante, Francis estava sempre rodeado de um outro companheiro, ainda mais corpulento e com ar intimidatório. Seria o seu guarda-costas? Com efeito, Chichi denunciaria certas tentativas de assassinatos em Meheba, inclusive de ameaças contra ele próprio já que descendente de um político de Lumumbashi. Todavia, o risco permanecia maior “lá fora”. De acordo com Chichi, foram mercenários enviados do Congo a

estar na origem das tentativas de homicídio, porém, estava ciente que igual acto podia partir da comunidade refugiada — congoleza ou não. O grupo sentia-se cada vez mais desprotegido pois o controlo policial no campo é praticamente nulo. Porém, sabendo que quase toda a população de Meheba se conhecia, era mais fácil zelar pelo conjunto dentro de portas.

Para todos os efeitos, reais ou psicológicos, Meheba oferecia um eventual isolamento e protecção face ao exterior. Essa era a razão essencial da presença do congolês. Quiçá Francis tivesse sido um jornalista incómodo, quem sabe um político local no Kivu, ou mesmo uma alta patente militar. Permanece a dúvida acerca da barricada à qual Francis pertencia, uma barricada extremamente relativa, simplificada entre “bons” e “maus”.

A este propósito, importa trazer aqui o estudo de Simon Turner sobre o campo de Lukole, Tanzânia, habitado por refugiados hutus provenientes do Burundi, em que o autor questiona uma suposta inocência apensa à construção legal do refugiado, que o encara como vítima indefesa:

(...) to be the victims of circumstances — a central aspect in the UN declaration on refugees — means to be a victim of history and not the producer of history. Refugees are, in other words, assumed to be without political subjectivity. (...) Furthermore, because the victims are helpless and without any agency, they are also by definition innocent: they are assumed to have had no part in what happened, and to have been made victims of history and of others' political agency. (Turner 2010:2)

Apesar de Turner levantar outras questões afins e de extrema pertinência — nomeadamente acerca da subjectividade política entre refugiados e respectiva capacidade de agirem e tomarem as suas próprias decisões livremente (em inglês *agency*) —, importa salientar a presumida inocência associada a quem se refugia no campo. O caso de Francis evidencia exemplarmente a necessidade de colocar tal questão: seria ele uma mera vítima dos acontecimentos ou cúmplice desses? (Jean-Paul Sartre argumentaria que, na verdade, e tal como sucede com todos os seres humanos, Francis seria ambos: metade vítima, metade cúmplice.) Independentemente da(s) “verdade(s)”, facto é que a suposta neutralidade do campo com a respectiva despolitização burocrática associada à natureza humanitária (cf. Ferguson 1994), subtrai o espaço de indagação. Indiscriminadamente, o campo constitui tanto bolsa de refúgio para civis como para hipotéticos “rebeldes”, oferecendo a ambos um relativo isolamento e protecção. Cabe também sublinhar que a concentração de populações displicentes permite galvanizar o seu descontentamento, facilitando a eventual recruta militar ou endoutrinamento político por parte de grupos beligerantes. Com efeito, o exemplo de Francis permite alargar a reflexão ao grupo de guerrilheiros da UNITA que, no final do conflito, se acantonou no antigo campo de refugiados de Ukwimi, longe da fronteira com Angola.

Posteriormente, e devido ao encerramento do campo, tal grupo foi repartido entre Meheba e Mayukwayukwa. Não obstante a sua condição de refugiados, compreende-se que, tal como outros guerrilheiros cuja trajectória permanece menos identificável, terão tido uma participação mais ou menos activa no rol de atrocidades cometidas durante o conflito angolano.

A estrutura humanitária advoga uma suposta neutralidade política que tem na “inocência” uma das suas faces (Turner 2010). Ao longo do trabalho de campo conheci inúmeros habitantes de Meheba visivelmente perturbados mas cuja razão concreta nem sempre procurei. Imagino que o trauma da larga maioria estivesse relacionado com as barbaridades presenciadas e/ou sofridas. Todavia, é impossível não pensar no caso de ex-soldados igualmente afectados — hoje “docilizados” — antes, quiçá, perpetradores de crimes. E é essa amálgama de gente, composta por vítimas e cúmplices indiferenciados, que encontra refúgio no campo.



Fig. 10 - Portão do Campo de Meheba (2014)

Domingas e o pastor do Pastor Branham

Percorrera largos quilómetros de bicicleta sob o sol tórrido, até que nas proximidades da Rua 6 inquiri a um grupo de homens onde poderia comprar algo para comer, eventualmente almoçar. O mercado da Zona A estava vazio, nem viva alma, e o único restaurante de Meheba situava-se fora de portas, na Junction. Espontaneamente, um dos elementos do grupo convidar-me-ia a almoçar consigo em sua casa, na Rua 4. No breve percurso e com a mesma espontaneidade já demonstrada, o congolês de cerca de 40 anos contou que tinha viajado pelo mundo inteiro: estivera nos EUA onde fora ordenado pastor, visitara a Alemanha em missão, voltara ao Congo, até que decidiu assentar em Meheba havia cerca de quatro anos. Uma vez chegados à sua casa, introduziu-me a Domingas, uma angolana que nos ia preparar o almoço e com quem entretanto poderia falar em português. O pastor deixar-nos-ia sozinhos sob o alpendre-cozinha até ao momento da refeição. Enquanto Domingas preparava *nshima*⁸¹ e uns pedaços de cabra, a conversa fluiu. Dias depois voltaria a visitá-la com vista a aprofundar alguns aspectos da nossa conversa.

Os avós tinham escapado de Angola fazia tempo entrando desde logo em Meheba, ela “apenas nasceu ali”. De acordo com Domingas, foram os avós a construir a casa onde nos encontrávamos. Tendo em conta a localização do campo, supus que tivessem feito parte dos pioneiros de Meheba. Nos seus quase 20 anos, Domingas era uma refugiada de terceira geração. A jovem contou como aprendera a falar um pouco de português: quando era pequena, outros angolanos juntavam-se em sua casa a falar sobre a “confusão” no seu país. A certa altura, parte da família deixou o campo e Domingas ficaria com os avós. Por fim, também esses “partiriam”, deixando-a sozinha. Aquando do sucedido, a administração quisera retirá-la de casa: porque menor de idade, aparentemente Domingas não tinha direitos sobre a casa, tendo que se juntar aos demais órfãos refugiados⁸². E foi o pastor do Pastor Branham que a ajudou, ficando com tudo, com a parcela agrícola, com a casa, com ela.

Já com o pastor, ao almoço, inquiri o porquê da sua presença em Meheba. As respostas eram evasivas: “porque o profeta o tinha visitado num sonho e para ali enviado”, “porque no campo as pessoas precisavam dos ensinamentos de vida oferecidos por Branham”, “porque os refugiados precisavam de muita fé face aos obstáculos que enfrentavam” e também “porque

81 *Nshima*, também conhecido em Angola por *ohita*, *iputa*, *vihima*, *pirão*, ou o famoso *funge* de milho. *Nshima* é o nome que se dá à preparação de farinha de milho, de mandioca, ou uma mistura de ambos, com água. De salientar que, apesar do termo *fuba* por vezes expressar *funge*/*pirão*/*nshima*, a *fuba* significa apenas o pó, para o caso em concreto, farinha de milho ou *bombó* (mandioca).

82 Com o intuito de albergar órfãos, a Zona B possui um conjunto de casas onde esses vivem em conjunto, supervisionados por adultos.

The Spoken Word



SPIRITUAL ADOPTION

September 23, 1956
Branham Tabernacle
Jeffersonville, Indiana, U.S.A.

Fig. 11- *Spiritual Adoption*, William Marrion Branham (1993)

nos encontrávamos numa zona mineira onde os pecados abundam”. E o pastor continuaria a sua tarefa proselitista, explicando-me a vida e os feitos, as visões e os poderes sobrenaturais de William M. Branham, o seu profeta.

Terminado o repasto, o pastor mostrar-me-ia as suas propriedades orgulhosamente. Em primeiro lugar, as quatro construções dispostas num quadrado e em diferentes estados evolutivos. Uma casa onde se incluía a cozinha e Domingas, outra para si e para a sua mulher, uma para os filhos e, por fim, o curral e galinheiro. De seguida mostrou-me a parcela de cultivo que ladeava as casas e onde trabalhavam dois compatriotas seus. Mais adiante, conduziu-me a um grande terreiro que dava para a espinha dorsal do campo. Aí repousava uma destacada construção, o tabernáculo, cujas obras de remodelação estavam em vias de ser concluídas. O pastor insistiu que visitasse o interior, deu-me a conhecer o seu escritório por detrás do altar e ofereceu-me um pequeno livro do seu profeta. No final, a dádiva monetária revelou-se obrigatória.

Quando este episódio teve lugar, em 2014, não consegui deixar de pensar na lucidez de Geraldo, ex-refugiado angolano, interlocutor e amigo. Quando o conheci em Lusaka, em 2012, embora profundamente religioso, Geraldo comentara que o melhor “negócio” em Meheba era a religião. Os refugiados não estão autorizados a trabalhar ou, quando trabalham, normalmente para ONGs ou administração, recebem apenas uma quantia simbólica, muito aquém de um salário local. Então, “montar” uma igreja, proferir missas e depois recolher o dinheiro do ofertório, era a melhor maneira de arquitectar uma vida e prosperar no campo. Como também Geraldo sublinhou, “os refugiados estão tão desesperados que não têm a quem mais recorrer senão a deus.” Ou a um outro messias.

Embora o pastor congolês se encontrasse fora do seu país, não indiciava “fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política”, nem indiciava “não poder regressar” ao Congo.⁸³ O pastor do Pastor Branham não era refugiado, mas sim um “empreendedor”. Meheba, habitado por populações desamparadas, por vítimas sem nome, compunha um lugar excepcionalmente fértil para um “mercado da esperança”. Mais, o tabernáculo, situado nas proximidades da Junction, logo de fácil acesso desde as imediações mineiras, atraía também os “pecadores” tão necessários ao complementar “mercado da absolvição”.

⁸³ Tal como referido na Convenção de 1951, um refugiado é alguém que: "owing to a well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality, and is unable to, or owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country." disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c125.html>

Agostinho

Agostinho, 40 anos, orgulhosamente homónimo do antigo líder do MPLA, geria com o seu irmão Patrício, 19 anos, uma loja de venda por grosso na envolvente da Rua 36. Luvale proveniente do Cazombo, Agostinho chegara a Meheba havia relativamente pouco tempo, contudo, vivera em várias zonas do campo, pois tinha família nos Blocos A e B, aparentemente chegados antes de si. Segundo ele, caso pouco frequente entre angolanos luvale (cf. Powles 2005), pertencia a uma linhagem de comerciantes. Com o tempo, percebi que além da loja grossista, entre a sua rede familiar figurava ainda a posse de uma loja de roupa, tecidos e sapatos na mesma zona D, uma cantina (mini-mercado) na Zona A e era sócio de um bar com *snooker* e matraquilhos na *junction* (entrada do campo).

Embora reservado, Agostinho confessou que lhe preocupava tanto a ideia de ter que voltar a Angola como a possibilidade de integração local. As suas reticências face ao regresso encontravam-se espelhadas nas perguntas que me colocava acerca do Cazombo, pois não se fiava no que uns parentes de Luanda lhe haviam comunicado. Por outro lado, a integração local implicaria deixar a centralidade da Zona D, situação que conduziria à perda de uma série de privilégios (cf. secção 3). De facto, além das estruturas oferecidas, a extraterritorialidade de Meheba permitia-lhe não ter que pagar rendas nem impostos (apesar de pagar alguns subornos frequentes, segundo o irmão Patrício), permitia especular e vender produtos mais caros que fora do campo, assim como empregar indivíduos a um custo muito mais baixo que no exterior.

Além dos vários negócios familiares dentro e fora do campo, Agostinho também possuía uma carrinha de transporte que alugava para esse ou outros efeitos como, por exemplo, transporte de doentes dentro de Meheba ou até Solwezi. Tais circunstâncias reiteravam a sua posição e nível económico, permitindo-lhe sair do campo quando quisesse. Na verdade, a sua grande preocupação residia na hipotética abertura de Meheba. A categoria de refugiado a par da “excepção”, da “extraterritorialidade” associada ao campo, constituíam oportunidades, mais-valias na vida económica de Agostinho.

O exemplo de Agostinho, comerciante angolano, e também do congolês enviado de Branham, recordam a perspectiva de Bram Jansen (2014) sobre as oportunidades económicas presentes no campo de refugiados de Kakuma, Quénia. Jansen sublinha a *décalage* entre as representações que circulam nos estudos contemporâneos sobre migrações forçadas e refugiados, e uma abordagem mais etnográfica dos respectivos campos. Sem pretender minimizar a precariedade material e psicológica patente nos campos de refugiados, o autor critica o facto de que a maioria dos trabalhos académicos atentem nas situações desfavoráveis nas quais os refugiados vivem, no facto de não estarem autorizados a trabalhar, na ideia de

que não podem deslocar-se livremente, ou de como as rações alimentares são insuficientes (Jansen 2014:171). Ora, o contexto humanitário produz uma série de “zonas cinzentas”, posicionadas entre o normal e o excepcional, entre o legal e o ilegal, entre o formal e o informal, e até entre o local e o regional, que, ao mesmo tempo que propiciam uma polarização entre “vítimas vulneráveis” e “astutos trapaceiros” (*cunning crooks*), também dificultam semelhante simplificação (cf. Horst 2006).

Através dos três casos de estudo e voltando a *A Peste* de Camus, compreende-se como o “estado de exceção” não só produz uma série de vítimas como (re)cria grupos que beneficiam directa ou indirectamente de tal situação: há quem enriqueça com o contrabando de bens e/ou com negócios obscuros, há quem granjeie reconhecimento e seguidores, há quem se esconda da — ou procure — justiça. Em circunstâncias de exclusão, de desordem, de tempo suspenso, a sociedade (re)diversifica papéis, reformula condutas. E em Meheba, tal como em Orán, quando a “exceção” perdura, facilmente é incorporada, invertida, apropriada, até se tornar regra. A permanência do campo muito além da emergência faz desse um horizonte operativo de substância ambígua, sendo que o modo como é vivido não é senão plural. Para muitos, como procurarei esclarecer de seguida, Meheba é um lugar onde convergem, divergem e se (re)constróem novos universos sociais, engendrando, à vez, centros e margens.

2.3 No meio do nada, o fim do mundo

A ideia de “liminaridade” — ou um estado intermédio, cunhada por Arnold van Gennep em *Rites de Passage* (1909), mais tarde desenvolvida por Victor Turner (1967) no seu estudo entre os Ndembu, Zâmbia (não muito longe de Meheba), merece atenção. Segundo os autores, os ritos de passagem sumarizam-se em três fases: *séparation* — no qual o iniciado é removido, separado da sua vida social quotidiana; *marge/limen*, no qual, uma vez removido da sociedade, vive numa espécie de terra-de-ninguém, numa fase de transição, num “entre-intermédio” (*betwixt and between*); e, por fim, *agrégation*, no qual o indivíduo é reincorporado na sociedade com um novo estatuto adquirido.

Liisa Malkki viria a explorar tal noção a partir do seu estudo sobre refugiados hutus na Tanzânia, enquadrando a liminaridade à luz de uma “ordem nacional” (*a national order of things* — cf. 1995a, 1995b). Uma vez cruzada a fronteira de determinado estado, a condição liminar vivida pelos refugiados encontra-se patente na sua transição, invisível, na deriva de uma necessária categorização por nacionalidade, ou seja, à luz de uma relação naturalizada entre pessoa e lugar, entre povo e país, entre estado e nação. Fora do seu país de origem “refugees are at once no longer classified and not yet classified (1995a:7)”. Com vista a estruturar a sua reflexão, Malkki recorre também à ideia de “abominação” e “poluição” desenvolvida por Mary Douglas em *Purity and Danger* (1966), comprovando como os refugiados constituem “matéria fora do lugar” (*matter out of place*), uma subversão na “ordem nacional”. Os refugiados são assim um grupo potencialmente perigoso que questiona e perturba os limites territoriais, que não só ameaça a segurança nacional como desfoca a distinção entre o habitante natural e o estrangeiro (cf. Malkki 1995a:8).

Procurando simplificar e aplicando esta ideia ao contexto de Meheba, poderia dizer-se que os habitantes refugiados em transição — entre refugiados, *populations of concern*, repatriados, refugiados-repatriados —, (já) não são angolanos (nem congolezes, ruandeses, ou somalis) mas também (ainda) não são zambianos nem (voltaram ou voltarão a ser) angolanos, podendo incluir-se em todas essas categorias identitárias e em nenhuma.

O estado liminar é um parêntesis no tempo, um hiato, e os “espaços de excepção” como é o caso de Meheba, lembram os lugares de reclusão nos ritos de passagem (Turner 1967). Mas a ideia de liminaridade, ou do ritual de passagem, apresenta uma interessante semelhança com a própria substância do campo. Na actualidade, Meheba oscila entre margem e centralidade. Levando a analogia mais longe, encontramos as três fases bem presentes: desde a “separação”, quando a superfície de Meheba foi desagregada da continuidade euclidiana,

numa cisão virtual com o território zambiano, passando de floresta kaonde para enclave humanitário, “extraterritorial”; entrando assim num momento de *margem/ limen*, desenvolvendo-se enquanto lugar de excepção (“no meio do nada” ou “o fim mundo” como veremos mais adiante); até ao período actual pós-humanitário, em que se observa uma possível “agregação”, em que o desmantelamento — ou o encerramento — do campo não é senão a sua abertura. A agregação é uma possível reintegração no tecido local, o regresso de igual território físico à “normalidade” e com um hipotético novo estatuto: uma divisão administrativa, composta por vilas (como poderia ser o caso da Rua 6 e da Rua 18) e/ou por pequenas cidades (como seria o caso da *Junction*, ou da Rua 36-Zona D).

Durante o meu trabalho de campo, a relação entre “centro” e “margem” (com reflexo ao nível social, espacial, identitário) irrompeu como um dos aspectos mais pertinentes. É sabido que a percepção entre ambos é extremamente relativa, pautando-se por uma dialéctica ancorada na correspondente localização e escala de abordagem (local, regional, global) e também passível de uma desmultiplicação contingente (qual o centro da margem, qual a margem da margem, ou ainda, pode a margem da margem constituir um centro?). Como previamente assinalado, Meheba enfrenta um momento de transição. A natureza humanitária do campo oferece resistência à abertura e, embora atraia novas populações por diversas razões, a verdade é que Meheba vai reagindo à “cidade” (as tentativas de subjectivação política por parte dos seus habitantes é a mais clara manifestação de tal fenómeno). A “margem” enfrenta a possibilidade de se tornar “centro”. Com efeito, ao longo dos itinerários percorridos — em Lusaka ou Solwezi, dentro do campo, ao longo da fronteira e respectivas envolventes — foram surgindo uma série de perspectivas sobre o modo como Meheba é representado, nomeado, vivido, em larga medida balançados entre a dualidade centro-margem que importa esmiuçar.

*

Em Março de 2012, enquanto aguardava em Lusaka por uma autorização de entrada em Meheba — que, de resto, nunca chegaria a ter lugar — acabaria por conhecer uma série de familiares e amigos de John, meu anfitrião, que o visitavam regularmente. Nas noites de visitas, John tomava a iniciativa de apresentar-me, expondo de imediato o motivo da minha estadia. Invariavelmente, todos tinham uma opinião sobre o campo, fosse porque alguns tinham trabalhado lá, ou porque conheciam alguém próximo que o fizera, mas também devido ao facto de Meheba ser notícia recorrente na televisão e nos jornais nacionais. Quando o tema era mencionado, rapidamente a discussão se instalava dando aso a uma miríade de opiniões mais

ou menos coerentes, mais ou menos construídas, mais ou menos filtradas sobre tal espaço e respectivos habitantes. Assim, destaco três visões, recolhidas de forma separada, que permitem aprofundar a posição relativa de Meheba.

Mr. Malembeka

Mr Malembeka, cerca de cinquenta anos, cunhado de John e antigo funcionário do GRZ, trabalhara no campo durante vários períodos intervalados, antes e depois do fim da guerra em Angola. A primeira vez que aí estivera, além das zonas iniciais, tudo o resto era mato — “just bush!” como insistira. Nas suas palavras, porém, com o tempo e com a chegada de mais habitantes desenvolveram-se escolas, estradas, casas, mercados, campos de cultivo — hoje havia partes de Meheba que pareciam uma cidade quando outrora eram mato — *just bush!*

Mr. Malembeka vincaria várias vezes o apreço pelos habitantes de Meheba, sublinhando a sua presença como um ganho importante para a região e para o país. Na sua opinião, os refugiados foram pioneiros que desbravaram o mato, e a sua presença, actividade e perseverança havia dado origem a uma “quase-cidade”. A Zâmbia tinha providenciado terra e os refugiados souberam estar à altura. Meheba significava a conquista do inóspito, a domesticação da paisagem por via da urbanização.⁸⁴ E Mr Malembeka contraporía o sucesso de Meheba à desilusão com as consequências da migração interna na Zâmbia em geral:

— Os refugiados trabalham a terra, produzem, mas outras populações há que não fazem nada, e depois vêm para Lusaka, ou vão para Kitwe, Ndola, Livingstone, só para causar problemas. Vêm para cá destabilizar, embriagam-se, roubam... Esses é que deviam ir para um campo mas para trabalhar... para produzir algo! Os refugiados são um bom exemplo para todos esses!

Tio Mwenya

O tio Mwenya, era um outro elemento com presença frequente em casa de John. Mwenya, irmão do seu pai, contava quarenta e seis anos, muitos dos quais divididos entre a mecânica automóvel e o corpo policial, e também estivera em Meheba durante largos períodos. Mwenya

⁸⁴ O documento *Strategic Framework for the the Local Integration of Former Refugees in Zambia* (UNHCR/GRZ 2014) viria a corroborar a “perspectiva oficial” de Mr Malembeka. Documento disponível em <http://www.endingdisplacement.org/wp-content/uploads/2014/06/STRATEGIC-FRAMEWORK-FOR-THE-LOCAL-INTEGRATION-OF-FORMER-REFUGEES-IN-ZAMBIA.pdf> consultado a 18 de Outubro de 2014.

fora recrutado para as missões de repatriamento em 1997-1998 e 2002-2003, participando na escolta (*convoy*) de vários autocarros e camiões até Luanda, numa altura em que a “fronteira ainda estava aberta”. Contudo, nas visitas a John fazia-se acompanhar sempre por outros colegas polícias que, por alguma razão, o impediam de falar sobre o assunto. Mais tarde, Mwenya acedeu a falar comigo com a condição de que o seu chefe estivesse presente — uma situação que, de novo, condicionou a profundidade da informação obtida. No entanto, alguns aspectos sobressaíram quando abordou a sua experiência e importância de Meheba: a visão de que a existência de campos de refugiados fora muito importante para o país, pois na altura eram necessários muitos polícias e isso deu trabalho a muita gente; de que Meheba tinha melhores condições do que o lugar onde vivia nos subúrbios de Lusaka (tanto que, quando teve um surto de malária, fora atendido num dos centros de saúde do campo de forma excepcional); que estabeleceu amizades duradouras, que os angolanos e os zambianos eram povos irmãos, que se divertiu; e demonstrou também o seu apreço pelo árduo trabalho dos refugiados a construir semelhante lugar. “— Fosse assim sempre e a Zâmbia era um país mais desenvolvido!”

Mr. Mwansa

O então marido da mãe de John, cerca de 70 anos, antigo trabalhador do governo zambiano actualmente reformado, aquando de uma visita à sua casa na periferia de Lusaka, ofereceria também uma ponderada opinião sobre o passado e futuro de Meheba. Medindo as suas palavras por entre um aparente conhecimento de causa, o ancião procurou esclarecer a complexidade do assunto essencialmente através de questões. Os jogos políticos por detrás da manutenção do campo deixavam o governo zambiano desassossegado: Angola queria os seus cidadãos a todo o custo e para a Zâmbia, país sem litoral e fortemente dependente de importações, era imperativo manter as boas relações com o vizinho ocidental — potência militar regional, rico em combustíveis fósseis e ponte estratégica entre a região do Copperbelt e o Atlântico. Contudo, também a propriedade era questão premente: como integrar os inquilinos-refugiados de longa data (*sitting tenants*) perante um(a) hipotético/a encerramento/abertura do campo? Qualquer que fosse a solução, os antigos refugiados deveriam permanecer “lá”.

Nas palavras de Mr Mwansa, a discussão central apoiava-se no “sobre-desenvolvimento” do campo. Meheba crescera de tal modo que hoje em dia o seu território é disputado pelos três chefes kaonde cujas terras são intersectadas pela estrutura humanitária. Mais, Meheba é cobiçado por vários actores económicos locais e internacionais relacionados com a actividade mineira, bem como por parte da população que habita a envolvente próxima. Com efeito, Meheba constitui uma centralidade numa paisagem rural e mineira, cujas funções

(nomeadamente ensino e saúde) se revelam essenciais. Para Mwansa, o campo de Meheba adquirira uma importância desmesurada, temendo que o seu potencial — e não apenas o facto de albergar refugiados — se tornasse motivo de aceso conflito.

Através deste núcleo familiar composto por Mr. Kalenga, Tio Mwenya e Mr Mwansa, um grupo urbano, bamba, masculino e pertencente a uma hipotética classe média nacional, é possível sintetizar uma visão sobre Meheba: uma “quase-cidade” conquistada ao inóspito, um motor de criação de empregos e de produção agrícola, de desenvolvimento económico e social ao nível regional, mas também peça chave em negociações geopolíticas.

Porém, a relativa empatia e simpatia face a Meheba parecia diminuir na proporção inversa à sua propinquidade geográfica. Em Lusaka, ficara com a impressão de que o campo, embora territorialmente marginal, era encarado como uma centralidade relativa (quanto mais não fosse como um centro de acolhimento de refugiados), um símbolo de conquista do inóspito ainda que baseado num tipo de modernização enviesada (cf. Ferguson 1999). Pelo contrário, nas cercanias do campo, a opinião manifestada era um pouco diferente. A perspectiva fornecida pelas populações locais, em Solwezi, em Manyama (aldeia a cerca de 7 km da entrada do campo) e em momentos subsequentes nas imediações do lugar humanitário e fronteira com Angola, davam conta de Meheba como um lugar aparte, distante. Quando referia que me dirigia a Meheba a incredulidade era regular: além da interpelação subjacente à minha vontade, amiúde surgia a exclamação “isso é (n)o fim do mundo!” (*that's [in/at] the end of the world!*), ou ainda, “isso é no meio do nada” (*in the middle of nowhere*). Teria que esperar algum tempo até compreender tal postulação.

Num trajecto de autocarro entre Solwezi e Kabompo, conheceria Efren, zambiano luvale, 32 anos, de pai angolano, que se dirigia a Zambezi onde vivia e era professor de línguas. Por entre perguntas mútuas, partilhei o meu terreno de pesquisa com o então companheiro de viagem. Desse modo, Efren desenvolveria um pouco mais os paradoxos do “fim do mundo”:

— As pessoas daqui, quando querem dizer um lugar muito, muito longe, ou de difícil acesso, que não gostam ou para onde não querem ir, usam a expressão ‘lá para Meheba!’ ou ‘lá em Mayukwayukwa!’ São expressões equivalentes, porque se trata do ‘fim do mundo’! É isso que as pessoas querem dizer...

Uma vez pus-me a pensar nisso, e creio que é por causa dos refugiados! Aqui há muitos e eles dizem isso porque têm medo de ser encontrados... É uma espécie de ‘disfarce’! Mas agora toda a gente diz isso, zambianos também.

Mas as influências entre os refugiados e nós são muitas. Há muitas palavras que usamos nas nossas línguas que são mesmo de angolano: ‘escola’, [iscola],

'sapato', 'bom dia, boa tarde' [b'dia, b'tarde], 'cérebro' [cerébru]... Viver no Zambezi [cerca de 50km da fronteira com Angola] é complicado, mais do que em Meheba. Lá sim é "o fim do mundo"...

(...)

Vou contar-te uma história: havia dois irmãos que queriam estudar mas não sabiam nem tinham como. Então, o mais velho vai trabalhar para as minas para que o mais novo possa ir à escola. Quando o mais novo acaba os estudos, começa a trabalhar, a ganhar dinheiro. E aí diz ao irmão mais velho que já tem como o sustentar, que agora também ele pode ir à escola. Mas o mais velho responde: '- Olha para as minhas mãos, vê como estão estragadas do trabalho duro na mina! É tarde demais, já não consigo pegar num lápis!'

Eu só tive dois filhos, assim posso dar-lhes o que precisam, se tivesse mais que dois a comida não chegava. Ir à escola é muito mais caro que comer... É por isso que há muita gente que tenta inscrever os filhos nas escolas de Meheba e de Mayukwayukwa. Eu conheço zambianos que dizem que são refugiados para ir para lá porque aqui quase não há escolas e é muito caro...

Do relato de Efen duas linhas aparentemente contraditórias emergem, situando o campo como lugar a evitar e o campo como pólo de atracção. O seu testemunho evidencia como a referência ao(s) campo(s) como um "fim do mundo", mais do que uma forma de exclusão, aponta para uma dimensão estratégica que serve supostos deslocados angolanos e habitantes locais.

*

É verdade que os enclaves humanitários se situam nas margens, longe dos lugares da vida quotidiana (Agier 2003:69), inserindo-se em locais remotos face aos quais muitas vezes os refugiados desempenham o papel de pioneiros. Mas isso não significa um distanciamento completo da envolvente territorial, tão pouco impede que semelhante afastamento se transfigure ao longo do tempo — constituindo um sistema enviesado de fixação de populações. Mas a questão vai além do mero quadro espacial. A proposta de que Meheba corresponde ao "fim do mundo", que se situa "no meio do nada" (ou vice-versa), serve para delimitar uma fronteira identitária entre "refugiados" e "locais". Ainda assim, ao observar os continuados fluxos populacionais históricos na região (secção 1.1), e sabendo da proximidade cultural entre um



Fig.12.1 // 12.2- Escola Zona B (2012)

lado e outro do limite internacional (secção 4.2), conjectura-se uma fronteira identitária — étnica e nacional — extremamente ténue (cf. Brinkman 1999:422; Bakewell 2000, 2007; Roque 2003).

Como Bakewell (2000, 2002) observou no seu estudo sobre “refugiados angolanos informais” (*self-settled refugees*) ao longo da fronteira da Zâmbia com Angola, fora a ida para um campo de refugiados — com o correspondente registo e isolamento humanitário — a conferir a identidade de “refugiado” e não necessariamente o acto de cruzar a demarcação internacional. Uma vez descobertos nas aldeias de fronteira, os “migrantes angolanos” eram forçosamente realocizados no campo, incorporando assim a figura idealizada, política e moral, do refugiado. Pelo contrário, ao evitar a “deportação” para um campo era possível manter uma vida — e uma identidade — considerada “normal”. Já Liisa Malkki havia analisado uma situação paralela ao comparar o caso de refugiados Hutu, provenientes do Burundi, a viver no campo de Mishamo ou na cidade de Kigoma, Tanzânia (1995a). A autora constatou que a ida para o campo de refugiados cristalizava tanto a respectiva categoria como a nacionalidade dos mesmos. Pelo contrário, o recurso a identidades múltiplas em ambientes urbanos permitia fugir à categoria de refugiado — e à nacionalidade respectiva —, evitando assim uma eventual transferência para uma estrutura humanitária. Liisa Malkki descreveu tal processo como “estratégias de invisibilidade” (Malkki 1995a:153-161).

Compreende-se que a relação que o “refugiado” mantém com semelhante identidade parte de uma relação espacial (seja pelo cruzar de uma fronteira internacional, seja pela ida para um campo). O recurso a expressões depreciativas como “lá em Meheba” ou “lá em Mayukwayukwa” (ou no seu equivalente, lá no “meio do nada” ou “lá no fim do mundo”), usadas por refugiados e habitantes da envolvente do campo, enquadram-se numa estratégia de invisibilidade, ao mesmo tempo que elucidam acerca de um processo de “produção de diferença num contexto cultural, social e economicamente inter-conectado, repleto de espaços interdependentes” (Gupta & Ferguson 1992:14).

A opinião do grupo urbano de Lusaka, contrastante com a das populações dos arredores de Meheba (refugiados, locais, ou ambos) denuncia tal fenómeno. É sabido que quando as similitudes são demasiado evidentes brota a tendência para encontrar — leia-se forçar — pontos de distinção, dando início a um processo de construção de alteridade, de delimitação de uma fronteira (social, espacial, identitária ou outra). Como Agier observa a esse propósito:

Le caractère social et non naturel de la frontière finit par créer une situation particulière: l’incertitude de son tracé, qui se traduit en temps — d’attente, de réflexion, de conflit — et en espace — flou, comme si la frontière était le lieu où l’incertitude avait trouvé sa reconnaissance. Cette incertitude consubstantielle

explique les nécessaires répétitions et reconfigurations assumés par le rituel, dont le rôle fondamental n'est pas de figer la frontière, mais de la faire vivre pour faire vivre en même temps le soi et l'autre (2013:32).

Porém, o “eu” e o “outro” nem sempre correspondem a qualidades estáticas dos sujeitos, oscilando de acordo com a posição relativa no tabuleiro de jogo. Assim, enquanto que inúmeros “angolanos” procuraram passar despercebidos ao longo das aldeias de fronteira ou noutras geografias, outros indivíduos “zambianos” vêm no campo a oportunidade de aceder ao ensino, a alguma formação técnica, à ajuda alimentar ou a cuidados primários de saúde. Para os últimos, forjar uma identidade enquanto refugiado⁸⁵ ou encontrar um trabalho em Meheba pode ser extremamente vantajoso. Com efeito, como Hansen (1990) notou durante as décadas de 1970 e 1980, o nível de vida em Meheba era visivelmente superior quando comparado com outros aglomerados populacionais na região.

Porém, também o “meio do nada”, neste caso Meheba, possui um equivalente “fim do mundo”, onde a alteridade se desmultiplica e se vê (re)elaborada. Em Meheba, a relação entre centro e margem encontra-se não só patente na hierarquização entre o meio urbanizado e o meio rural — ou periferia — do campo e respectivas actividades (cf. secção 2.2, 2.6), como também nas relações sociais entre as várias proveniências.

A história de Cabazo, um rapaz zambiano de 15 anos originário de Chingola (Copperbelt), ilustra uma outra realidade de Meheba. A sua mãe era ajudante na clínica da Zona B e, nos tempos livres, Cabazo desempenhava algumas tarefas para Paul (essencialmente ia buscar água ao poço e varria o alpendre). Cabazo era uma criança de olhos tristes, ostracizado pelos demais vizinhos e colegas de escola. De acordo com o rapaz, alguns batiam-lhe por vezes, outros tentavam roubar-lhe o pouco que tinha.

— Eu não jogo bem futebol, não falo bem inglês, não sou bom aluno, ... mas não é por isso. Eles acham que eu tenho mais coisas do que eles... Eles não gostam de mim porque eu não sou refugiado, porque eu não sou daqui...

A dimensão extraterritorial associada ao campo — que, sob a égide do governo humanitário faz do refugiado o principal autóctone do enclave — confirma Cabazo como um marginal, um estrangeiro no que seria o seu território nacional. Mas a animosidade local face a supostos “alóctones”, isto é, face a elementos exteriores à lógica humanitária e não-refugiados, alimenta-se da transformação das estruturas de poder visível no acesso privilegiado à propriedade, ao trabalho e, sobretudo, ao ensino.

⁸⁵ Para uma discussão acerca do recurso à categoria de refugiado e da ténue linha existente entre a categoria de refugiado e migrante económico, ver Monsutti (2005), *War and Migration: Social Networks and Economic Strategies of the Hazaras of Afghanistan*.

*

Ao contrário de anteriormente, em que professores vindos do “mundo ocidental” afluíram ao campo, hoje em dia o corpo de ensino é essencialmente composto por pedagogos zambianos e/ou refugiados — alguns dos quais formados em Meheba. As instalações escolares estão visivelmente degradadas, os materiais e manuais escolares escasseiam, sendo mesmo inexistentes em certas zonas do campo. No entanto, a procura escolar é notável. Não obstante a decadência pós-humanitária, as escolas de Meheba contam com imensas crianças oriundas de Livingstone, de Lusaka, de Kitwe, de Solwezi, filhos de zambianos que preferem que os filhos estudem aí. Segundo o director (*Head of School*) da maior escola do campo, na Rua 36, estudar em Meheba é relativamente mais económico, mas isso não significa que seja acessível para a maior parte dos refugiados.⁸⁶ No que diz respeito aos jovens zambianos, a preferência pelo ensino no campo vai além da questão económica, de acordo com o director: as crianças em Meheba vivem em paz e em harmonia com a natureza, podem correr e brincar à vontade, não estão separadas por sexo nem por nacionalidade, vivem num ambiente plural mas controlado, os perigos são sobejamente menores que numa escola de cidade e os padrões de exigência e métodos de ensino são diferentes, superiores à média nacional. O director da escola avançou ainda o sonho de um refugiado ruandês e professor no campo, pelo qual nutria grande esperança: que um dia Meheba contasse com uma pequena universidade. Meheba, de campo a *campus*? De resto, uma ideia que vai de encontro à questão de Terence Ranger: “Do refugee camps have culture, tradition, intellectuals? (1994:285)”.

Aquando no campo, conheci vários angolanos repatriados que haviam voltado à estrutura humanitária, sendo raro o indivíduo que não fizesse menção ao tema da educação. Enquanto que uns vinham buscar os filhos uma vez terminado um dos ciclos, outros, em contrapartida — e contramão —, vinham deixá-los para que iniciassem a escolaridade. Outros ainda, adolescentes e pré-adultos, e depois de confrontados com a situação em Angola, voltavam a Meheba para completar os últimos anos da oferta escolar.

⁸⁶ Em 2014, de acordo com o director, a *Basic School* (sete primeiros anos de escolaridade) é gratuita, a frequência da *Secondary School* (8º e 9º ano de escolaridade) ronda os 65,000 kwachas (cerca de 11€) por ano; e a *High School* (do 10º ao 12º ano de escolaridade), apenas na Zona A, tem um custo de 85,000 kw (cerca de 14€) por cada um dos três períodos. O sistema de anos escolares e respectivos ciclos em Meheba, embora sem grandes variações, não corresponde ao verificado a nível nacional.

O relato de Efren ou a história de Cabazo, mas também de outros jovens zambianos, refugiados e repatriados angolanos, sublinham a crescente importância de Meheba como pólo de ensino. Com efeito, a questão da educação não vem senão subverter a suposta marginalidade de Meheba. Mas também outras situações fazem da estrutura humanitária um nó, um ponto de convergência e/ou de divergência.

2.4 Meheba, *casa e âncora*

Os conflitos em Angola e na região levaram à fuga de inúmeros indivíduos e o abandono dos seus lugares, que se estendeu muito além da emergência, levou a que eles (re)construíssem as suas vidas onde fosse possível, a par e passo (cf. Anexo B). Numa relação dialéctica entre deslocamento (*dís-placement*) e assentamento — ou form(ul)ação de lugar (*em-placement*) — um “produto histórico, um projecto para sempre inacabado” (Malkki 1995b:516) — Meheba, mas também outros campos, aldeias e cidades, viriam a constituir a sua nova base por um período indeterminado.

Ainda hoje, inúmeros deslocados a viver em Meheba preferem imaginar a vida fora do enclave humanitário, mas a verdade é que, de uma forma ou de outra, foi aí que se forjou um inusitado espaço de suporte à sua existência. A presença física, com as devidas acções e actividades diárias, a necessidade de sobrevivência e de sustento com o respectivo erguer de um abrigo, depois uma casa, a par do semear, cuidar e colher, casar e ter filhos, constituíram — e constituem — procedimentos de apropriação e criação de “lugar”. De resto, análogo processo de atribuição de sentido não se encontra patente apenas entre deslocados (de Certeau 1990).

Além disso, como atestam diversos estudos em várias latitudes, o deslocamento não significa uma ruptura repentina com identidade(s) ou cultura(s) prévia(s) e, embora represente uma condicionante, não invalida a possibilidade de produção de novo lugar. Frequentemente verificam-se procedimentos que geram uma continuidade entre lugares e vidas anteriores, presentes e futuros, seja através do desenvolvimento de narrativas de vária ordem, recorrendo a antigos nomes familiares e atribuindo-os ao novo ambiente, por via de objectos simbólicos e lembranças, ou com recurso à manutenção e reconstrução de laços sociais (Kibreab 1999; Malkki 1995a, 1995b; Stepputat 1994, 1999; Parkin 1999; Hammond 2004; Turton 2005, entre outros). A este mundo “desterritorializado”, nomeadamente no que diz respeito às várias identidades em jogo, corresponde uma necessária re-territorialização (cf. Gupta & Ferguson 1992; Stepputat 1994:418). Contudo, os contextos de deslocamento possuem uma complexidade acrescida, não só porque se estendem e referenciam além do perímetro em que se encontram (na sua terra natal ou noutra lugar), mas também porque intersectam outras comunidades (de populações locais ou de outros grupos de migrantes e refugiados). Tais contextos, porque inseridos numa escala de movimento alargada e porque desenvolvidos com base na articulação de relações e partilha de concepções face a eles, engendram “momentos” específicos (cf. Massey 1994).



Fig. 13 - Casa do Sr. João Lijimu (2012)

A necessidade de colmatar a omissão ou a pouca atenção prestada às construções simbólicas, sociais e culturais dos lugares ocupados por refugiados e outros migrantes forçados, assim como a pertinência de explorar novas *aires culturelles* que semelhantes contextos produzem, revela-se evidente (Agier 2014:18). Com efeito, nas mais de quatro décadas de permanência, Meheba conheceu a reinvenção de várias vidas de deslocados. E consoante os diferentes níveis de empatia (ou reacção) e permanência, o perímetro do campo foi alvo de desenvolvimentos, de apropriações e de atribuição de significados múltiplos que suscitam atenção.

A partir da sua pesquisa em Meheba, Julia Powles (2000, 2002, 2005) concluiu que o repetido deslocamento tinha como resultado um “mundo socialmente fragmentado”. A contribuir para tal fragmentação encontravam-se situações como a perda de entes queridos, o desmantelamento de redes sociais devido à fuga, mas também relacionado com a ruptura territorial e possíveis actividades afins (como era o caso da pesca entre o grupo Iuvale). Contudo, como anteriormente exposto, elementos como a organização e distribuição espacial, a duração da estadia ou o poder económico, têm vindo a contribuir para a (re)composição e (re)formulação social de Meheba. E, a meu ver, tal recomposição mostra-se mais evidente quando se ultrapassa os limites do campo, analisando as relações sociais numa lógica de movimento em

que Meheba é um horizonte operativo de convergência — ou de divergência. Em vez de um “mundo socialmente fragmentado”, prefiro pensar em Meheba como o lugar que alberga um “mundo social, espacialmente fragmentado.” Partindo de duas redes familiares enodadas em Meheba, interessa-me então explorar a espessura de tal lugar — ou o seu significado, à luz de uma (im)permanência relativa e tentacular, ensaiando uma distinção complementar entre “casa” e “âncora”.

*

Em 2012 conheci João Lijimu e Luzendo Chembo, duas “pontas de novelo”, e seguiria o seu fio dentro do campo, depois em Angola, voltando a reencontrá-los dois anos depois de novo em Meheba. Com trajectórias algo distintas, pertencentes a diferentes constelações ao nível político, regional — e mesmo local — tais exemplos permitem reflectir acerca da subtil distinção que situo entre “Meheba como casa”, e outra, de “Meheba como âncora”. De salientar que semelhante construção está longe de ser estática ou hermética, e enquadra-se num processo de movimento alargado no qual o campo emerge como ponto de referência.

João Lijimu⁸⁷

No decorrer da pesquisa, Lijimu tornou-se um dos meus mais interessantes interlocutores. Com ele tanto podia falar abertamente acerca do que procurava, obtendo de volta respostas e novas questões valiosas, como desfrutar de discussões informadas sobre política económica, mudanças climáticas e futebol. Vizinho de parcela do meu anfitrião, Lijimu possuía uma enorme lucidez. Chokwe-luale, com quase sessenta anos, leccionou inglês, matemática e ciências no campo até à recente reforma. Lijimu vivia no enclave humanitário desde 1978, aí chegara ainda jovem na companhia dos pais e do irmão mais novo, na altura muito criança. Não diminuindo as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho, facto é que a sua relação com a guerra não fora propriamente traumática, pois, ao antecipar o precipitar da violência, a família deixaria os arredores do Luena, Moxico, atempadamente.

Ao longo da vida tivera oito filhos, dois de uma primeira mulher angolana e seis de Josephine — enfermeira zambiana na clínica da Zona B, que conhecera num período em que dera aulas

⁸⁷ Lijimu ou *lijimo* significa “útero” em luale (Powles 2000:111). Faço recurso à versão Lijimu tal como ele me escreveu o seu nome.

fora de Meheba. Do seu núcleo familiar mais próximo, no campo restavam a sua mãe idosa, os dois filhos mais novos (Fidel e Amén), o seu irmão Pedro (pai de Titus) e respectivo agregado. Todos os demais haviam partido para outros lugares. Na condição de antigo professor, e porque casado com uma funcionária zambiana no campo, por enquanto tinha direito a uma das casas do governo. Mas a situação tendia a mudar.

No primeiro período de pesquisa, decorreram várias reuniões com vista a compreender o que era oferecido em caso de repatriamento, bem como sobre as possibilidades e condições oferecidas face à “integração local” (Anexo A). Segundo Lijimu, os refugiados estavam perante um ultimato: não havia opção se não voltar para Angola. Enquanto chefe da rua 18, o angolano desempenhava um papel activo em várias frentes, conseguindo encontrar consensos entre diferentes grupos (Lijimu falava fluentemente nove idiomas) e procurando assegurar também os seus próprios interesses. A tensão e a pressão⁸⁸ eram evidentes: passados vinte anos desde as últimas eleições, em Agosto de 2012, Angola elegia “novo” governo.

— As pessoas ainda estão à espera das colheitas, que em Maio ainda não estarão prontas. Como é que eles querem que os refugiados partam agora?

O governo angolano está a insistir muito porque pensa que os refugiados, voltando, votarão neles. Há uns tempos não davam nada, agora dizem que dão algum dinheiro e deixam levar mais bagagem. Há quem diga que também dão a chapa [tecto de zinco]. O cônsul disse que quando chegarem dão comida aos regressados durante seis meses, e que depois os levam para onde quiserem. Tu acreditas nesta história...? Isto é só para limpar a imagem do governo...

O governo não só almejava limpar a imagem, como encontrar legitimação popular. Fundamentando o seu argumento, o Sr. João contar-me-ia também da sua viagem relâmpago a Angola em 1992. Num carro privado e com outros colegas refugiados angolanos, fora até ao Luena ver a situação mas voltara de imediato. Sem avançar qual a força política que apoiava, comentou que nem dentro dos próprios partidos havia consensos. E suspeitava que na altura, apesar das divergências, não fosse muito diferente — “apenas uns quantos decidem tudo”. Lijimu reiterara várias vezes que dantes, pelo menos, “havia ideais bonitos”. Mas já não tinha mais ilusões.

⁸⁸ “Embaixadora angolana encoraja angolanos a regressarem ao país”, ANGOP — Agência Angola Press (2 Julho de 2012) disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2012/6/27/Embaixadora-angolana-encoraja-angolanos-regressarem-pais_9a4724e0-ca09-4e72-9460-7e00a36a184c.html consultado em 25 de Julho 2012.

Não obstante a reserva, Lijimu encontrava-se dividido entre a família em Meheba, e a forte saudade da sua terra natal, Angola, traduzindo-a em frases como “a nossa terra é a nossa terra”, ou “Angola é uma terra linda!”, ou “o que sinto mais falta de Angola é de casa!”

Titus e agregado

Titus conhecia Meheba como a palma da mão: aí nasceu, estudara na escola da Zona B, depois na escola secundária na Zona A, actualmente frequentava o curso de informática na Zona D e, antes de se tornar ajudante de Paul, com quem se deslocava às zonas agrícolas mais periféricas, também colaborara com uma ONG. Titus palmilhara o campo de lés-a-lés. Além de uma geografia extremamente familiar, Meheba era onde toda a sua rede social habitava. Embora as suas condições materiais fossem notoriamente inferiores às do seu tio, João Lijimu, Titus não via por que trocar a sua casa, parentes e amigos, por Angola — uma terra que nunca vira, com uma língua oficial que nunca falara, e de que nem os seus pais se lembravam. Em larga medida, a sua relação com Angola resumia-se ao cartão de refugiado. Titus era um *mehebiano* por excelência, conhecia não só o espaço físico como a história do campo, e aí vivera e presenciara inúmeros momentos de relevo. A ida para a universidade, em Lusaka ou nalgum outros sítio, parecia ser o único motivo plausível pelo qual Titus devia deixar Meheba.

Fidel

Irrequieto e curioso, Fidel aparecia quase todas as noites em casa de Paul. O rapaz, que em 2012 contava 12 anos, era o filho mais novo de João Lijimu e vinha sempre na esperança que fosse noite de cinema. Em dias de sol intenso, era possível recarregar as duas baterias de carro que Paul mantinha conectadas aos painéis do telhado, o que era uma boa notícia para toda a comunidade. Do mesmo modo que Fidel vinha à noite na esperança de que, havendo bateria, pudesse ver um filme, outros amigos de Paul vinham durante o dia na esperança de carregar telemóveis, copiar cd's/dvd's ou *usb drives* com música ou outros conteúdos. Apenas os habitantes mais ricos e algumas lojas possuíam painéis solares e baterias, com a vantagem de que Paul não cobrava pela sua utilização.

Fidel costumava trazer dvd's cujo conteúdo abarcava Hollywood, Bollywood ou cinema sul-africano. Mas era Nollywood (Nigéria) quem dominava as listas. Comprados em Solwezi, oferecidos ou emprestados por algum vizinho, os dvd's continham uma amostra de cinema internacional que serviam de *leitmotiv* para profícuas discussões nocturnas.

Mr Bones (2001), um dos filmes sul-africanos a que assistimos, retratava de forma cômica exagerada a aventura de um homem branco, profeta de um grupo “africano tradicional”, que se vê na missão de encontrar o herdeiro do trono tribal — um jogador de golfe na actualidade. Trata-se de um filme que, apoiado em estereótipos vários, mistura ideias de “tradição” e “progresso”. Mas o filme também mostra a odisseia de Mr.Bones ao longo de vários cenários, desde que deixa a sua casa rodeada de rios e montanhas, chegando a uma paisagem de betão e campos de golfe, até regressar de novo ao seu território “selvagem”. No decurso do filme, Fidel lançava questões e tecia comentários entrelaçando a narrativa do filme com a sua vida. Aparentemente também o irmão vivia numa cidade distante de Meheba e fazia uma longa viagem para voltar à família, para voltar a casa — comentários similares seriam também feitos aquando da visualização de *The Gods Must be Crazy* (1980) e do périplo do personagem principal. Mais, como Fidel ratificara, muitas das “histórias” que o irmão trazia encontravam-se presentes em *Mr. Bones*.

Este pequeno relato à volta de Fidel, além de apresentar uma dinâmica de bairro vivida na Rua 18, alude também à percepção que o rapaz tinha de Meheba. Onde mais poderia pertencer o seu irmão? E onde poderia visitá-lo se não em casa, se não em Meheba? Para Fidel, casa e terra natal coincidiam. Mais, apesar das dificuldades e poucos recursos materiais, ao observar Fidel, a sua irmã Amén e restantes crianças brincar e interagir no seu bairro da Rua 18 ou no terreiro da zona B, não imagino qual o motivo para que, na sua óptica, casa fosse outro lugar. Ou para que Meheba não fosse o centro da sua narrativa.

Edward

Filho mais velho de João e Josephine, Edward, ou *Ed*, vivia e trabalhava na África do Sul, voltava “sempre que podia”, e parecia desempenhar um papel central na família Lijimu. Ao partilhar o episódio de Fidel e *Mr.Bones* com João Lijimu, ele trouxe-me uma caixa com vários objectos oferecidos por Edward: uma pequena réplica de uma santa num pedestal; um íman de frigorífico com ilustrações de pessoas a fazer *windsurf* num cenário de mar e montanhas com a inscrição “Cape Town - South Africa”; ou ainda um postal com uma frase de Nelson Mandela — *In my country we go to prison first and then become President* — tendo como pano de fundo icónicos arranha-céus de Joanesburgo.

Foi nesse momento que João Lijimu confessou um dos seus maiores receios. Trocar o campo por Angola ou por outro lugar na Zâmbia podia significar perder a “proximidade” com a sua rede, nomeadamente com os seus filhos. Meheba era a sua casa e um ponto de referência convergente para a família dispersa.

Quando regresssei a Meheba em 2014, voltei a encontrar-me com o Sr. Lijimu cujo dilema em regressar esmorecera. Questionou-me se havia encontrado e como estava o seu primo em Luanda. Aproveitou, de seguida, para averiguar a situação geral do país, para saber como estava o Luena e, tal como tantos outros dos meus interlocutores, inquiriu se o comboio já passava de novo e qual o estado das vias de circulação. Não deixa de ser curioso notar que, mesmo não perspectivada, a ideia de mobilidade continuava a desempenhar um papel fundamental. Um facto que traduz a inquietação face à possibilidade de que alguma forma de deslocamento viesse um dia a ocorrer de novo.

Lijimu, porque casado com Josephine e há muito em solo zambiano, presumia obter a integração local, porém, tal solução podia implicar perder a casa e respectiva centralidade no campo. Para onde ir então? A verdade é que nenhum dos elementos da sua família parecia ter vontade de “regressar” a Angola. Como nostalgicamente resumiu:

— A nossa casa é aqui, não tenho dúvidas disso. Mas o ser humano tem necessidade de saber onde estão as suas raízes...

Eu sei quais são as minhas — estão no Luena — e só gostava que os meus mais próximos as conhecessem também.

*

Luzendo Chembo

Tal como João Lijimu, Luzendo Chembo possuía uma vasta e complexa teia familiar dentro e fora do campo, a qual, a par e passo e ao longo dos três períodos de pesquisa, pude (in)directamente cartografar. O desdobrar da sua rede dá conta de uma fascinante dinâmica regional, mediada pela incerteza, guiada pelas oportunidades possíveis e, simultaneamente, informa sobre um processo gradual de adaptação face aos lugares de permanência. No presente caso, Meheba surge como uma *âncora* — contingente — de longa distância, sendo percebido como mais uma etapa num continuado movimento. As semelhanças com o caso anterior são evidentes.

Conheci Luzendo Chembo num domingo. Acompanhando o meu anfitrião, participaria na missa na igreja pentecostal, Zona D, onde seria “ritualmente” apresentado à comunidade. No final, o angolano ovimbundu-luvale que desempenhava o papel de tradutor de inglês para luvale, veio



Fig. 14 - Igreja Pentecostal, Zona D (2014)

apresentar-se pessoalmente. Saudosista, lembrou o tempo dos portugueses em Angola, contou que o avô, com o seu mesmo apelido, trabalhara nos Caminhos de Ferro de Benguela (CFB). E usaria a oportunidade para criticar o governo do MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos e os “russos que estavam a delapidar o país”. Luzendo queixou-se que a vida no campo era miserável, que não tinham quase comida, que ninguém os respeitava: nem os demais refugiados, nem o UNHCR, nem o governo de Angola. Com efeito, a comunidade angolana da igreja pentecostal fazia parte de um grupo contestatário que “exigira” a democracia como condição para o regresso. Sem grande sucesso, reivindicavam também o direito a votar nas eleições de 2012 a partir de Meheba.

Luzendo Chembo, nascido no Bié em 1979, ingressara no campo no final de 2000, altura em que a violência em Angola escalara decisivamente. Luzendo estava na lavra quando o conflito irrompeu na sua aldeia, “ouvira a confusão ao longe ” e decidira partir sem olhar para trás. Ao lado de outros angolanos em fuga, Luzendo e o respectivo grupo seriam encontrados pelas tropas da UNITA. Alguns seriam recrutados para a guerrilha, mas Luzendo, tal como “mais meia dúzia”, era “fraco e não sabia usar pistola”. Assim palmilhariam o longo caminho pelas

matas até à fronteira, daí levados até Mwinilunga, ao que se seguiu o campo de Meheba. Claramente traumatizado com o sucedido, Chembo jamais faria menção à sorte da restante aldeia e família, esquivando também outras questões afins.

Quando Luzendo fugiu, Meheba não era um destino de todo ignorado, pois certos parentes, amigos e conhecidos refugiaram-se aí tempos antes. Uma vez no campo, Luzendo (re)constituiria família, ao passo que, de modo simétrico, elementos da sua rede partiriam para Angola na senda de (re)constituir, também eles, uma família e/ou uma casa.

Não obstante a (de)limitada proximidade que mantivera com Luzendo durante a pesquisa em 2012 — essencialmente estabelecida antes, durante e depois da missa na igreja pentecostal — o angolano facultar-me-ia o contacto de um familiar no Huambo. Contudo, tal como sucedido com outros interlocutores, os dados fornecidos (cidade, posto de trabalho e número de telefone, quando Luzendo não tinha telemóvel), revelaram-se francamente efémeros. Apenas no regresso a Meheba teria oportunidade de aprofundar o percurso do angolano e rede correspondente.

Dona Ana

Dona Ana nascera em Nova Lisboa (actual Huambo) e os seus olhos verdes denunciavam outras viagens. Com uns imponentes 54 anos, Dona Ana vendia frutas e vegetais no mercado da Zona D, e fora o indagar dos nomes dos produtos em exposição a fazer a ponte com a sua proveniência. Com curioso agrado, Dona Ana utilizava o português nos momentos em que eu ia ao mercado abastecer-me. Vivía em Meheba desde 1989, data em que fugira com o marido e os filhos de então. Entretanto tivera outros homens, mais filhos, e foi ficando. Actualmente tinha duas filhas no campo, outros estavam em Luanda e no Luau, mas a verdade é que não sabia dos demais; aquando da fuga, no meio do descontrolo, perdeu um dos filhos e, entretanto, alguns dos que deixaram Meheba nunca mais deram sinal de vida.

— Eu já tive ‘muuuitos’ filhos, mais de dez. E os netos são mais do dobro! Às vezes penso que já é muito, que já chega... outras vezes penso que é para compensar os filhos que a guerra levou e os que se perderam pelo caminho...

— Eu talvez volte, gostava muito de ver Angola, e o meu filho que está no Luau já insistiu muito... às vezes ele vem visitar-me! Isto aqui não é a minha terra.

Ao referir que também eu estivera em Angola perguntou como era Luanda, como era o Luau, se já passavam comboios no Huambo e se Angola estava “bonita”, “obviamente mais bonita que Meheba”.



Fig. 15.1 - Mercado Zona D // 15.2 - Centro Zona D, Rua 36 (2014)

Numa ocasião perguntou-me, rindo, como era possível que um português fosse à igreja pentecostal e não à católica. Fora uma das suas filhas, que por vezes vendia ao seu lado no mercado, mulher de Luzendo, quem me denunciara.

M. Nicholas

Uma outra ponta do novelo de Luzendo encontrava-se em M. Nicholas, um poliglota mordaz, que possuía uma oficina de reparação de bicicletas na Rua 36. Diariamente, Nicholas alugava-me uma bicicleta com a qual circulava no campo e seria esse interesse comum a encetar longas cavaqueiras.

Oriundo da região do Katanga e com perto de 50 anos, Nicholas vivia o seu segundo período em Meheba. Estivera no campo durante alguns meses corria o ano de 1993, mas logo que lhe foi possível regressou à RDC. A difícil situação no seu país natal fizera com que partisse de novo, acabando a trabalhar em Angola, nas imediações do Luau. Como Nicholas se auto-descreveu em diversas ocasiões:

— Eu não sou um refugiado, sou vários... Eu já fui do Congo, já fui de Angola, agora sou daqui!

A sua estadia em Angola não era a única razão pela qual falava um pouco de português. Em 2001, na recta final do conflito e com a mulher de então, partira novamente rumo a Meheba onde ela tinha uma série de parentes.

— Eu não queria vir para cá outra vez, mas pelo menos já tinha uma ideia do que esperar. Foi cá, com a família dela, que tive que aprender português. Senão como é que eu ia discutir com eles...?

Nicholas já pensara deixar Meheba mais do que uma vez, mas não sabia para onde ir. De momento geria a situação: o filho mais velho ajudava-o na oficina, os filhos mais pequenos ainda estavam na escola e a mulher trabalhava na lavra, embora com poucos resultados. O negócio das bicicletas já tivera melhores dias, mas também já fora pior.

— Dantes havia mais gente e poucas bicicletas. Toda a gente usava as mesmas: emprestavam-nas e estragavam-se muito. Havia furos todos os dias! Para mim era bom! Mas dantes eu conseguia arranjar as bicicletas só com as minhas mãos e com as ferramentas! Encontrava restos de pneus e cabos, coisas que iam aparecendo...

Agora há menos gente, mas há mais bicicletas novas... São congolezes que as trazem do Congo para fazer negócio. Os pneus até são melhores para as estradas daqui, mas o resto é uma porcaria. São bonitas mas não duram tempo nenhum. Os travões, os pedais, as mudanças não prestam, são de plástico mau e nem sempre dá para reparar. Para mim é bom e não é. Para comprar peças tenho que ir à cidade, preciso de autorização e fica cara a viagem, por isso fico semanas à espera que valha a pena lá ir, ou peço a alguém. Se vivesse na cidade era mais fácil...

Mais tarde, viria a descobrir que a mulher de M. Nicholas também vendia no mercado, era uma das outras filhas de Dona Ana. E seria o congolês a levantar o véu acerca da trajectória do seu cunhado Luzendo dentro do campo, da Zona H à Zona D. E ressaltou, desdenhando, como decorrera tal processo.

— O Luzendo vivia lá na Zona H mas tinha medo do mato! Foi por causa da igreja que ele começou a vir para aqui. E depois casou-se para ter casa... Se eu não gosto de alguma coisa e quero mudar uso as minhas mãos, ou as minhas pernas, não me vou casar ou usar a igreja porque isso tem contrapartidas. Eu sou um 'libre penseur' ...

Alcides

Nos últimos dias da minha estadia em Meheba, em 2014, Luzendo viria apresentar-me o seu primo Alcides. Ligeiramente mais velho, Alcides viera com um dos filhos tratar de infundáveis burocracias. O estilo cuidado, urbano,⁸⁹ retirava-os da paisagem familiar de Meheba. Alcides daria conta de que se mudara para Benguela onde agora trabalhava como mecânico numa oficina (por isso não nos encontrámos no Huambo como Luzendo e eu desejáramos). Por sua vez, o filho “mais inteligente”, com cerca de 20 anos, vivia actualmente em Luanda, fizera o secundário em Meheba e agora tinha esperança de conseguir um lugar nalguma universidade. Ao saber que também eu visitara Angola pedir-me-ia a opinião acerca do país, com especial incidência em questões políticas.

Desde que regressara a Angola, Alcides conseguia juntar algum dinheiro. Assim, de tempos a tempos, enviava pequenas quantias para que Luzendo cuidasse dos seus filhos mais pequenos. Agora que eles estavam a terminar a escola secundária e, embora não

⁸⁹ Para uma interessante abordagem acerca do peso da aparência, ou “estilo,” em ambientes urbanos (modernos) por oposição aos rurais (tradicionais) no contexto do Copperbelt zambiano, cf. Ferguson (1999:82-122).



Fig. 16 - Antiga placa, entrada da Escola Zona D (2014)

conhecessem Angola, era altura de os levar de volta para casa. Além da descendência, Alcides também viera tratar da exumação de outros familiares no campo; mais concretamente da mãe e da sua mulher que morrera no parto. O processo era complexo, pois envolvia desde o consulado de Angola em Solwezi, à administração do campo, ao GRZ, aos chefes zambianos locais, bem como aos representantes da zona/rua em que se situava o corpo a exumar.⁹⁰ Questionado sobre o destino das ossadas, Alcides esclareceu pragmática, eloquentemente:

⁹⁰ Mais tarde, ao inquirir o RO a propósito de semelhante situação, ele informou-me que, apesar de ser um processo complexo, não eram os primeiros a requerer uma exumação. Desde que estava no cargo registaram-se apenas alguns casos isolados, todos angolanos. Segundo Mr. Musonda, a burocracia nem era o maior problema; mais complicadas eram as deliberações dos chefes kaonde e a posição das populações refugiadas locais para quem o acto de desenterrar defuntos, remexer a terra e levá-los para outro sítio não era visto com bons olhos. Além disso, apesar da existência de quatro cemitérios no campo (na Zona A, D, F e H, em que a identificação das campas é feita de modo “tradicional”, com sinais feitos a partir de elementos naturais como paus, pedras, árvores, etc), houvera um caso “muito difícil de resolver”, quando um grupo de angolanos enterrara um familiar nas suas terras de então, contíguas à casa onde viveram. Porém, quando voltaram para exumar o corpo, outros habitantes viviam aí, dando origem a problemas de vária ordem. Se os primeiros foram acusados de feitiçaria pela comunidade local, os novos habitantes tiveram que ser realocizados e tal parcela, embora central, continuava vazia até à data.

— Vou levá-los para a minha terra, Benguela!

(...) para o Bié? Não! Sofri muito lá... Mas hoje é tudo Angola!

— Se o Luzendo me quiser encontrar, ele pode partir quando quiser... mas e o resto da minha família? Ficam aqui? Não pode ser! Tenho que levá-los para a nossa terra. É lá que a vida está agora.

*

Embora parciais, as teias familiares de João Lijimu e de Luzendo Chembo informam acerca de um continuado movimento, presente na região desde longa data. Emblemáticos no que toca à mobilidade, os exemplos ilustram também intrincadas ligações familiares, uniões entre indivíduos de diversas proveniências, dão conta de determinadas dinâmicas sociais no campo e jogos identitários, denotando procedimentos recorrentes face a um futuro (e presente) incerto, no qual Meheba emerge como horizonte operativo fundamental.

Interessa também lembrar a história de Susana Mwana-Uta, através da qual Julia Powles (2002) ilustra o vaivém populacional constante em que Meheba surge como ponto de referência. Ao traçar a história da refugiada angolana — os seus atribulados percursos, inquietações e permanências em Angola e em Meheba, os vários casamentos, divórcios e teia familiar, os momentos de fome e de relativa abundância, a solidão final e a morte — a autora procura colocar a tónica na noção que Susanna elabora em relação à ideia de “casa” (*home*), de um *chez-soi*, por oposição ao estar longe e alienada dela, ou mesmo comprovar a sua inexistência (*homelessness*). Como Powles indica:

What emerges from her stories is that home is a group of people — kin and community; that it is a way of life — sustenance and subsistence; that is a place — local and national. But more than this, we learn that how Susanna conceives of home is not constant. The relative importance of persons, livelihood and territory to her self-identity varies according to her own personal circumstances and the wider context (2002:83).

Se o repetido movimento de Susanna é basilar na sua inconstância de *casa*, facto é que o repetido movimento não elimina alguma dimensão estática associada a ela — *terra firma* (cf. Kibreab 2003:37). Nesse sentido, “casa” é um lugar onde se quer chegar e permanecer, um momento que não espera por ser estabelecido, mesmo que relativamente distante de uma terra natal real ou imaginada. Ao enquadrar a noção de casa, é possível distinguir a ideia de

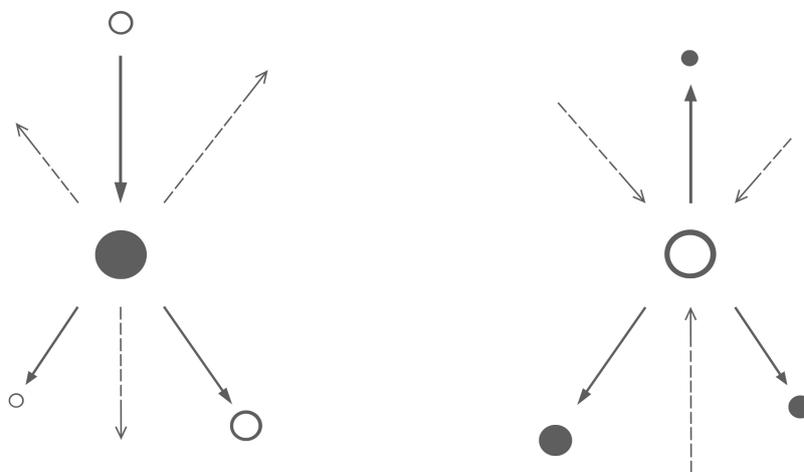


Fig. 17 - Diagrama (*Casa* - Lugar convergente / *Âncora* - Lugar divergente).

“âncora” (uma casa incompleta?) que pressupõe uma vertente transitória, não obstante a existência de uma continuidade. Metaforicamente, pode dizer-se que, mais cedo ou mais tarde, a âncora será levantada (após o mau tempo, em busca de outro porto e de melhores ventos), até que seja lançada de novo. “Âncora” adquire um sentido de etapa, comporta um jogo identitário estratégico, enquanto que “casa” adquire um sentido de destino, de estabilidade de vária ordem, de identidade assumida. Contudo, mesmo que determinado contexto coincida entre si na definição e percepção, de “âncora” ou de “casa”, a relação entre ambas as noções não é estanque nem pacífica, não se tratando de ideias irreduzíveis. Temo, todavia, que nestas paragens a ideia de “casa” (ou lugar convergente) e “âncora” (ou lugar divergente) se justaponham com regular frequência.

Voltando aos casos de estudo, através de Luzendo compreende-se que é o espaço campo a proporcionar — leia-se galvanizar — o remendar dos estilhaços de um mundo heterogéneo. De lugar de fractura com a realidade exterior e/ou realidade anterior, Meheba emerge como articulador, como elo de uma rede em reformulação que aguarda a melhor oportunidade para “regressar a uma casa” recomposta (ao mesmo tempo que Meheba se torna uma localidade

como outra qualquer, uma centralidade, em que a violência criadora quase desapareceu). Por sua vez, verifica-se que a sua rede se fragmenta recentrando-se em Benguela, em Luanda, no Luau. Assim, na teia de Luzendo o campo surge como um nó, uma “etapa”⁹¹ inscrita numa longa saga — uma âncora. No caso de Lijimu, o tempo de permanência e respectiva reconfiguração social transformam, e tornam absurda até, qualquer perspectiva de “regresso” efectivo. Embora João Lijimu continue ligado à sua terra natal, Meheba é a sua casa — constituindo o centro de uma rede que se encontra espalhada por Angola, Zâmbia, África do Sul. A diferença entre os dois casos reside num ponto fundamental: enquanto que Lijimu e respectiva trama encaram o campo numa lógica de movimento convergente, Luzendo, pelo contrário, insere-se numa fase divergente⁹². De um modo ou de outro, constata-se que Meheba é o horizonte que (re)estabelece, nutre, mantém e justifica uma continuidade. Independentemente da hostilidade que lhe está associada, a ideia de terra natal permanece imutável. Pelo contrário, novas âncoras podem ser lançadas e a casa feita e refeita desde que haja ocasião para tal.

⁹¹ Com o termo “etapa” não pretendo generalizar ou essencializar “a experiência” (*the refugee experience*), enquadrando-a em fases (*stages*) bem definidas, como se de um padrão se tratasse e como foi proposto por certos percursores dos *Refugee Studies*, ver por exemplo Stein (1981). Para uma análise de igual postura cf. Malkki (1995b:510-512).

⁹² Uma interessante comparação simétrica — isto é, dos percursos realizados desde Angola até chegar a Meheba — pode ser observada através dos vários exemplos que constam no Anexo B.

2.5 Uma fama desabitada

Desde 2002, data do fim do conflito em Angola, as sucessivas vagas de repatriamento conduziram a um esvaziamento do campo. Terminadas as hostilidades, e tendo em conta que Meheba era um campo para refugiados angolanos, o financiamento do UNHCR atribuído aos projectos e respectivos *implementing partners*⁹³ viram-se reduzidos, circunstância que culminou com a partida da maioria das ONGs (UNHCR 2012). Contudo, é ainda possível traçar os vestígios de tais entidades em Meheba: os logotipos humanitários permanecem estampados nas antigas instalações encerradas, algumas entretanto em estado de ruína. De entre a panóplia de organizações que conheceram o campo, a FORGE (Facilitating Opportunities for Refugee Growth and Empowerment) e a RA (Refugee Alliance), duas ONGs com actividade recente e financiamento parcialmente independente (por independente entenda-se fora da esfera do UNHCR), merecem destaque.

A FORGE, ONG norte-americana orientada para os jovens, abandonou o campo em meados de 2011 após sete anos de actividade.⁹⁴ Aquando do meu trabalho de terreno certos edifícios davam ainda conta da sua presença: uma biblioteca na Zona A (com cerca 25 mil livros) embora “temporariamente” encerrada, o complexo da Zona C que servira de *headquarters* da organização e onde se situara um *women-centre* (delimitado com arame farpado e onde actualmente habitam antigos funcionários locais, zambianos e outros refugiados); e na Zona D, o único *internet-café* do campo. Quando mencionava tal entidade vários refugiados referiam que a ONG tinha trazido várias coisas positivas, como a biblioteca, formações de liderança/gestão, ensino pré-escolar, projectos agro-pecuários, ou workshops de informática, mas a opinião geral encontrava-se equilibrada. Vários dos meus interlocutores levantariam algumas questões em relação à idoneidade e objectivos das actividades da FORGE no campo.

Geraldo colaborara com a FORGE durante três anos e, durante esse tempo, estivera envolvido na gestão e contratação de outros refugiados (tal como ele) com vista a efectivar vários projectos em curso. Geraldo subira na hierarquia, chegando a estar envolvido nas questões logísticas da ONG, na entrada e saída de materiais, no pagamento de salários, no controlo de

⁹³ Para compreender a relação entre UNHCR e as várias entidades colaboradoras ver “Who are UNHCR’s NGO partners?”, disponível em <http://www.un-ngls.org/orf/HCR-NGO-partnerships.pdf>

⁹⁴ Embora o sítio da internet esteja desactivado, permanece o canal de Youtube através do qual é possível explorar algumas actividades da FORGE https://www.youtube.com/channel/UCTt_OucovRIGQAaalmwbCsQ ou https://www.youtube.com/channel/UCt4I8M-uZxwJ1QJJo_BqXXw, consultados a 16 de Janeiro 2015.

documentos e, também encarregado de providenciar relatórios regulares. Nas suas palavras, embora mantivesse a posição de *project assistant manager*, chegaria a coordenar voluntários ocidentais e até certos *project managers*. Enquanto que certos voluntários eram “dedicados e sabiam o que estavam a fazer”, outros pareciam “apenas turistas que vinham para tirar fotografias e andar de bicicleta.”⁹⁵ Ainda assim, recebia apenas cinquenta dólares por mês (50\$US), a mesma quantia que um segurança ou tradutor do UNHCR, igualmente refugiado. De salientar que igual valor corresponde ao limite salarial estipulado pelo governo humanitário para um trabalho “legal” dentro do perímetro.

Todavia, o que mais incomodava Geraldo era a diferença de tratamento que a FORGE tinha para com refugiados e voluntários, visível em certos detalhes. De forma a coordenar os projectos em curso, a entidade facultara “bicicletas de montanha novas para os voluntários” e “bicicletas velhas, muito pesadas e sem travões para os refugiados”. Porque emprestadas, estava proibido o uso das bicicletas fora do horário laboral bem como o transporte de outras pessoas. “Às vezes tratavam-nos como se fôssemos ladrões ou criminosos.” Geraldo continuaria a trabalhar para a FORGE na esperança de conseguir uma bolsa e continuar os seus estudos fora de Meheba. Coisa que viria a conseguir.

As críticas em relação às actividades e postura da FORGE, por parte de Geraldo e de outros residentes, dizem respeito ao último período de permanência da ONG em Meheba, e de quando aquela “pareceu transmitir uma “impressão errada”. A tentativa de começar a cobrar pelas actividades não caiu bem à maioria dos refugiados e muitos acharam “graça” ao facto de a FORGE ir para o mercado tentar vender toda a sua logística, desde panelas e frigideiras a cadeiras de plástico e colchões, roupa e malas velhas, bem como as bicicletas. Alguns itens tinham preços que os refugiados nunca se poderiam permitir pagar, sendo vendidos posteriormente fora do campo. Por fim, aquando da sua despedida, a FORGE organizou uma festa em que “apenas havia *nshima*, e nem água deram.” Como referiu Luis, cuja irmã trabalhara como cozinheira para a ONG,

— *Aqui e em Angola quando se organiza uma festa e se convidam pessoas tens que dar comida e bebida! É por isso é que se diz convidar! Mas eu não sei como é na terra deles...*

A operar em Meheba restava a Refugee Alliance, uma ONG proveniente da Noruega, de carácter religioso e de actividade intermitente. Com efeito, se em 2012 se encontrava em letargia, em 2014 a sua presença era mais visível.

⁹⁵ Nada invalida que também eu, durante o trabalho de campo em Meheba e na região, fosse alvo de semelhante descrição.



Fig. 18.1 - WLF (World Lutheran Foundation)
Fig. 18.2 - RA (Refugee Alliance) - *Shoulder to shoulder - Strengthening Refugees*, Rua 36, Zona D (2014)

*

Sob o alpendre da padaria de Chichi (Rua 36), eu aguardava o meu turno para jogar *draughts* com a comunidade de aficionados, quando ao longe surgiram dois indivíduos, claramente estrangeiros à paisagem social do campo. Sem hesitar atravessaram o largo, apresentando-se calorosamente. Marcus e Edilson acabavam de chegar da Noruega onde tinham ido passar o Natal, recomeçando agora a segunda parte de um voluntariado de seis meses. Sem demora, e antes de retomarem o seu passeio, sugeriram que passasse mais tarde pela casa da RA, não muito longe do lodge da UNHCR que me albergava.

Após o encontro, Chichi e os restantes jogadores começaram a rir-se. Ao interrogar a razão, Chichi começou por referir que não entendia muito bem qual o motivo da minha presença em Meheba — porquê ir até a um campo de refugiados quando podia estar “bem e em paz na minha terra” —, mas que a dos membros da Refugee Alliance o intrigava ainda mais.

— Há uns que vêm, há outros que vão. Eles mudam de tempos a tempos. Estes costumam devolver as saudações mas raramente param para conversar, (...) e nunca compram nada, nem pão!

Segundo Chichi, a presença dos médicos que trabalhavam na clínica — também eles da comitiva da Refugee Alliance — era muito apreciada pela comunidade, contudo não compreendia qual a missão dos restantes membros.

Além de Marcus e Edilson, a equipa da Refugee Alliance era composta por Lisa e por um casal de médicos brasileiros. O casal, na casa dos trinta anos, trouxera a filha recém-nascida, que permanecia envolta em repelente dentro do mosquiteiro. Exercendo na clínica da Zona D, partilharam comigo que, apesar de algumas clínicas contarem com enfermeiros, actualmente eles eram os únicos médicos no campo. Tinham, inclusive, atendido pacientes de fora, pois na região não há oferta e a que existe é extremamente dispendiosa. De acordo com os próprios, malária, HIV/SIDA, vermes e parasitas de várias ordens eram doenças comuns, contudo, o problema central era a subnutrição (anemia, sistema imunitário ineficiente, entre outros) que potenciava as consequências dos primeiros. Ainda assim, tais situações não eram exclusivas de Meheba, abarcando mesmo todo o país.⁹⁶ Com base nos registos do campo, morrem em

⁹⁶ Segundo o PAM, em 2010 a taxa de pobreza extrema na Zâmbia situava-se em 42,7%, sendo que em ambientes rurais a taxa disparava para os 57%. Dados da mesma fonte confirmam que os problemas presentes em Meheba não fogem ao quadro nacional. Relatório disponível em <https://www.wfp.org/countries/zambia/overview> consultado a 22 de Março 2013.

média cinco pessoas por mês, sendo que o grupo mais afectado é constituído por idosos e crianças com menos de 5 anos de idade.

O quinto elemento da ONG norueguesa era Lisa, que, apesar da constante recomendação contrária por parte dos médicos, caminhava sempre descalça. Marcus, Edilson e Lisa vieram da Noruega, tinham cerca de 20 anos e encontravam-se no seu *gap year*⁹⁷. Entre este grupo o desconhecimento da história de Meheba ou do contexto regional era notório. A incredulidade face às condições de vida da população em Meheba traduzia-se numa frase batida: “como podem eles viver nestas condições?” Todavia, na opinião deles, o campo era relativamente organizado e limpo em comparação com a cidade de Solwezi: hostil, suja, caótica. Nas palavras do grupo, vir até Meheba era a oportunidade de “conhecer África e ajudar pessoas, ajudar refugiados”. E Edilson, descendente de cabo-verdianos, confessou que, apesar da desilusão, há muito que aguardava a oportunidade de conhecer o interior do continente.

Enquanto Lisa ajudava na clínica, Marcus e Edilson estavam encarregados de um “tempo-livres” para crianças e adolescentes que não podiam pagar a escola normal. Aí ensinavam canções, davam catequese e aulas de história e geografia. Porém, mesmo depois de incentivados os pais, a afluência às suas actividades era escassa e intermitente. O desapontamento de Marcus e Edilson parecia reflectir uma vontade genuína de “ajudar”.

O resto do *staff* da ONG era composto por alguns habitantes do campo (refugiados e não refugiados): desde os seguranças que dia e noite vigiavam o perímetro da Refugee Alliance, à cozinheira que diariamente preparava as refeições e fazia outras tarefas domésticas, ao motorista que transportava os voluntários dentro e fora do campo. De facto, as idas a Solwezi eram regulares, pois com excepção de alguns artigos comprados localmente e através da cozinheira, a maior parte dos produtos era comprada no *Shoprite* (hipermercado internacional) da cidade. O grupo comentaria também que fora doada uma ambulância à ONG, o que significava que em breve poderia prescindir de alugar carro.

Posteriormente, a equipa da organização seria completada por um grupo de mais quatro brasileiros, que estavam em Meheba para realizar um projecto fotográfico. No seu 4x4 traziam uma vasta logística: desde impressoras a resmas de papel fotográfico, várias câmaras profissionais, computadores, luzes, focos, flashes, reflectores e, claro, um gerador. Sem contar com as casas de certos habitantes com painéis solares, apenas os escritórios da administração e lodge do UNHCR da Rua 36, e a esquadra da polícia da Rua 6 possuíam electricidade produzida a gerador. O coordenador da equipa, Alyson Montrezol, geria uma produtora de fotografia e vídeo, trabalhando em comunicação e publicidade no estado de São Paulo,

⁹⁷ *Gap year* corresponde a uma espécie de ano de interrupção na transição da escola secundária para a universidade, com presença em contextos de influência anglo-saxónica.

Brasil.⁹⁸ A equipa escolheu uma série de famílias ruandesas, residentes na zona G e confins contíguos da zona D, pois, segundo a administração do campo, representariam a comunidade mais isolada e mais desprovida materialmente. Além dos retratos individuais e de família, também fotografavam os habitantes refugiados nas tarefas do dia-a-dia, sendo que aos fotografados lhes era dada uma cópia — algo que “muito os alegrava”. De acordo com Montrezol, o projecto fotográfico tinha como objectivo central uma maior integração da comunidade ruandesa. Mais tarde, as fotografias seriam expostas na Noruega, eventualmente também em galerias e museus de outras latitudes, e vendidas com vista a financiar futuras actividades da ONG, quiçá como cartão de visita da produtora.

*

O grupo da ONG envolvia funções, proveniências e percursos diferentes — uma heterogeneidade que dificulta a simplificação. De qualquer modo, é possível afirmar que o círculo dos jovens noruegueses e médicos brasileiros viera até Meheba “ajudar refugiados”, e que a equipa de fotógrafos viera “fotografar refugiados de Meheba a precisar de ajuda”. Ambas as ideias merecem uma breve reflexão. Não se trata de pôr em causa a vontade de ajudar que muitos voluntários demonstram — mesmo que, por vezes, essa genuinidade esteja na base da perpetuação de muitos dos problemas humanitários (cf. Malkki 1996; de Waal 1997:4-6; Agier 2011:186, 193). Antes, trata-se de evidenciar duas perspectivas inter-relacionadas: uma da ordem da representação, ou da estética, e outra que remete para uma espécie de turismo que é atraído pela — ou consumidor da — primeira.

A dimensão visual, estética e mediática da indústria humanitária, tal como os seus objectivos e repercussões — directos e indirectos — tem sido discutida e analisada em várias circunstâncias (Boltanski 2007[1993]; Benthall 1994; Malkki 1996; de Waal 1989, 1997, 2002; Bauman 1998; Agier 2003; Feher 2007; Goodnow, Lohnman, Marfleet 2008; entre outros). Constata-se que as imagens de sofrimento e de desespero, de caos e de destruição, bem como de tantas outras situações-limite frequentemente produzidas e divulgadas não só atraem

⁹⁸ Ficaria com o contacto deles, e embora lhes tenha escrito inúmeras vezes, nunca obtive resposta. A página da produtora mantém-se em linha (www.phantonfilms.com/) e, recentemente, deparei-me com a página pessoal de Montrezol: <http://www.alysonmontrezol.com/#!about/cjg9> consultadas em 17 de Agosto 2015. Apesar de mencionadas, ainda não se encontram disponíveis as fotografias realizadas em Meheba com a comunidade ruandesa.

um “turismo do desastre”⁹⁹ como alimentam um “sofrimento à distância” (cf. Boltanski 2007[1993]). Factores que, conjugados com a representação de um espaço existencial sem profundidade, sem espaço público, comprovam — e consolidam — a ausência de subjectivação política (cf. Neto 2013).

Alex de Waal expôs o modo como a manipulação e mediatização da “fome” legitimou manobras humanitárias e políticas em várias geografias (de Waal 1989, 1997). O seu trabalho demonstra que, mesmo em contextos de conflito e/ou de calamidades naturais, a intervenção humanitária pode acarretar consequências nefastas para as populações locais¹⁰⁰. Como o autor sugere, os “turistas do desastre” — jornalistas à procura de uma boa história, equipas de voluntários em vias de produzir um relatório sobre determinada carência, políticos à procura de uma imagem que combine acção e compaixão, etc — tendem a exagerar as histórias do sofrimento, da pobreza, da fome. De casos específicos — não obstante existentes — fazem-se generalizações mediáticas que legitimam e fomentam a presença de novos “turistas de desastre” (cf. de Waal 1989:20-23; 37-43); que integram comitivas humanitárias, qual “espectáculo da mão esquerda”, na senda de lavar as acções de uma “mão direita” associada a uma eventual intervenção militar (cf. Agier 2003); e que, frequentemente, servem interesses de ordem da (geo)política-económica (de Waal 1989, 1997; Ferguson 1994).

Como tentei demonstrar anteriormente, Meheba é um território vasto, socialmente eclético e que, como qualquer outro lugar, enfrenta problemas de vária natureza (pobreza, subnutrição, violações, desocupação), mas que também oferece determinadas vantagens. Contudo, a perversão da indústria humanitária reside na sua génese, ao necessitar de problemas para justificar a própria existência. Nesse sentido, uma exposição selectiva do sofrimento, do desespero e do caos revela-se central, seja para obter um maior financiamento, seja para continuar determinada política humanitária (Hyndman 2000). O que de Waal refere a propósito da vertente alimentar, parece-me generalizável aos restantes domínios humanitários:

⁹⁹ De Waal propõe o conceito de *disaster tourism* enquanto variante do fenómeno *rural development tourism* observado por Robert Chambers (1983). “Rural development tourists are typically consultant professionals with international agencies, academics, bureaucrats, or dignitaries who are given brief and selective tours of rural development projects in poor countries. These people are professionally concerned with the amelioration of poverty. Yet they do not truly observe rural poverty. Rural development tourism creates a set of biases, which work to make the realities of rural poverty largely invisible to such people. The true depths of rural poverty remain unperceived (de Waal 1989:20).”

¹⁰⁰ “Aid workers in the field, especially those familiar with local cultures or possessing inquiring sociological minds, recognized that the chief challenge of effective relief work was not getting access to resources, but providing suffering people with the capability to seek their own solutions. Aid could create as many problems as it solved, especially when delivered without sensitivity to local requirements (de Waal, 2007:183).”

The food aid business is a classic example of a solution searching for problems. (...) The 'famine-story', whether told by a television journalist or an NGO commercial, is instantly recognizable. It has a similar symbolic structure to a fairy-tale, with a victim (usually a black child), a villain (the weather, a frightening warlord, a complacent bureaucrat) and a savior (a white aid worker equipped with Western technology and traditional Judeo-Christian compassion). (2002:264)

Com efeito, a escolha da comunidade ruandesa como "objecto" a fotografar — a mais traumatizada, a menos integrada, a mais desprovida em termos materiais — está longe de ser inocente. Situando-se entre o "sublime e o pitoresco" (cf. Boltanski 2007[1993]:221), a comunidade ruandesa encarna a versão mais próxima da "vida nua" (Agamben 1995), do refugiado essencializado (Malkki 1995b: 510-512). A procura de semelhantes imagens, num evidente processo de "estetização" da destituição, é central à propagação de um imaginário humanitário consumido directa e indirectamente — isto é, tanto pelo grupo de voluntários que se desloca até ao terreno, como por doadores e patrocinadores de intervenções, ou pelo (tele)espectador distante (Boltanski [1993]2007; Bauman 1998:73).

Partindo da obra de Rancière (2004/2000), *La partage du sensible: esthétique et politique*, McKee analisa o processo de "estetização" como algo profundamente ideológico, no sentido em que se reduzem uma série de questões de ordem substancialmente política a um jogo sensorial, a uma série de convenções formais.

(...) ['aesthetization'] techniques have the potential to interrupt and to reconfigure what Rancière calls "the partition of the sensible", which "parcels out places and forms of participation in a common world by first establishing the modes of perception within which these are inscribed (Rancière 2004:22). This includes, paradoxically, those whose part in society is that they 'have no part', the surplus or remainder of the population whose grievances do not register as such for the agencies that govern them (McKee 2007:329).

De facto, o processo de "estetização" — além de produtor de "distinção e classificação social" (cf. Bourdieu 1979) — conduz a uma excisão da realidade, no sentido em que a dimensão contemporânea é subtraída ao objecto representado. E a passagem pelo museu ou pela galeria de arte, não contribui senão para que a imagem genérica do refugiado (e respectivo habitat — o campo) se cristalize e para que, conseqüentemente, se esvazie de conteúdo. A linha que separa a componente artística da componente documental, de documento mesmo, é ténue (cf. Rouillé 2005). Não se trata apenas de considerar a "natureza predatória do acto de fotografar", como o processo pelo qual os indivíduos passam a objectos que podem ser "simbolicamente possuídos" (Sontag 1979:14; cf. Naepels 2012). Nunca o refugiado foi tão famoso (e nunca a temática das migrações forçadas foi tão debatida), mas, durante o processo, o conteúdo social e político exauriu-se. Como Hannah Arendt sugeriu:

Only fame will eventually answer the repeated complaint of refugee of all social strata that ‘nobody knows who I am’; and it is true that the chances of the famous refugees are improved, just as a dog with a name has a better chance to survive than a stray dog who is just a dog in general (Arendt 1968:287, in Agier 2008:102).

Porém, a fama¹⁰¹ — que Arendt preconizava como fundamental na senda de devolver um espaço político e social aos refugiados — embora omnipresente, revela-se obscenamente¹⁰² incompleta: a versão genérica do refugiado (enquanto avatar, enquanto imagem pronta a consumir) parece ter vencido sobre uma outra individualizada, com algo a dizer, do refugiado enquanto sujeito político. No entanto, a indignação e a denúncia são convertidas em mera simpatia apoliticizada (Boltanski [1993]2007).

E é uma tal fama desabitada que lubrifica parte da engrenagem comercial-humanitária. Uma engrenagem manifesta na oferta crescente de períodos mistos de turismo e voluntariado, um fenómeno conhecido como *voluntourism* ou *humanitarian tourism*, e cujas consequências têm sido alvo de discussão.¹⁰³ Em tom provocador, poder-se-à questionar até que ponto certos tipos de voluntariado actual, de compaixão não especializada — em que, através de uma certa soma monetária (as despesas de viagem e alimentação estavam a cargo dos voluntários) e de uma “penitência” (permanecer vários meses num campo de refugiados longe das suas áreas de conforto) — não constituem senão uma forma de “indulgência”. O campo evidencia-se então como uma espécie de purgatório, um horizonte de purificação.

Como Chichi apontara, com excepção dos médicos, as actividades da comitiva da Refugee Alliance eram vistas como algo superficial e inexplicável. Contudo, seja qual for o propósito de determinadas ONGs e respectivos voluntários, facto é que contribuem, inconscientemente ou não, para um ciclo vicioso que (re)produz e legitima visões genéricas, imaginários comuns,

¹⁰¹ A este propósito ver/ouvir a banda Refugee All Stars, composta por refugiados da Serra Leoa outrora deslocados na Guiné, que integram o filme homónimo *Sierra Leone's Refugee All Stars* (EUA/Guiné/Serra Leoa, 2005, 78 min), realizado por Zach Niles & Banker White. Num outro registo, e acerca da problemática dos refugiados oriundos do leste da Europa e respectivas fronteiras, ver “O passo suspenso da cegonha” (*To meteor vima tou pelargou* - França/Itália/Grécia/Suíça, 1991, 143min) realizado por Theodoros Angelopoulos.

¹⁰² Para uma análise mais aprofundada sobre o que certos autores denominam “*humanitarian pornography*” ver Hoffman & Weiss (2006). *Sword & Salve: Confronting New Wars and Humanitarian Crises*; ou Sussman (2014) “From ‘Disaster Porn’ to Dignity: Brand Strategies and Humanitarian Culture”.

¹⁰³ Um debate acerca do *voluntourism* pode ser consultado: Ossob Mohamud, *The Guardian*, (13 Fevereiro 2013) “Beware the ‘voluntourists’ doing good”, disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/feb/13/beware-voluntourists-doing-good> e Sam Blackledge, *The Guardian* (25 Fevereiro 2013) “In defence of ‘voluntourists’ ”, disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/feb/25/in-defence-of-voluntourism1> — ambos os artigos consultados em 18 Setembro 2014.

sobre o campo de refugiados e respectivos habitantes. De resto, um campo também ele genérico, como uma espécie de paisagem, política e fisicamente distante, apartado, em que o seu carácter liminar se manifesta tanto entre refugiados como entre o pessoal humanitário.

2.6 Agro-desenvolvimentos

Tal como foi anteriormente mencionado, Meheba foi criado como um *settlement* — uma decisão que tinha como base a atribuição de terras aos seus habitantes e que augurava a sua independência alimentar. O crescimento agrícola de Meheba acompanhou o crescimento populacional, um facto traduzido na progressiva redução da ajuda alimentar por parte do PAM e do UNHCR (UNHCR 2011a; UNHCR 2013) e, também visível, nas bancas dos mercados da envolvente mineira onde eram vendidos os excedentes. Durante boa parte da sua existência, Meheba constituía um pequeno celeiro (Agier 2011:131; Powles 2005:338), alimentando a cidade vizinha de Solwezi e acelerando o desenvolvimento de um aglomerado comercial — denominado pelos habitantes do campo como *T-junction*, ou apenas *Junction*, onde parte da produção agrícola¹⁰⁴ era diariamente vendida a passageiros de autocarros e táxis, a motoristas, camionistas e mineiros. Através desse processo, parte dos habitantes de Meheba conseguia comprar outros bens e alimentos essenciais, suprimindo carências alimentares e vitamínicas.¹⁰⁵

Os tempos mudaram. Em primeiro lugar, e como já foi referido, o esvaziamento de Meheba, amplamente relacionado com as sucessivas vagas de repatriamento, levou a uma redução da quantidade e variedade dos produtos alimentares produzidos. Todavia, a diminuição da produção agrícola é apenas uma das consequências, inserindo-se numa quebra geral da economia do campo que afectou oficinas de bicicletas, ateliers de costura, *video-shops*, entre outros cujas receitas sofrem directamente com a redução demográfica. Em segundo lugar, constata-se uma mudança gradual na (bio)política agro-alimentar. A gestão do campo — chefiada pelo governo zambiano, e influenciada pelo UNHCR, respectivos *donors* e *implementing partners* — tem vindo a exortar os habitantes de Meheba a que optem por determinadas culturas, providenciando e subvencionando sementes, fertilizantes e pesticidas para tal fim.

Paul, meu anfitrião durante a pesquisa em 2012, dera-me a conhecer uma série de programas agrícolas (já implementados, em curso e a implementar) que pretendiam fomentar a segurança alimentar¹⁰⁶ da população residente. Os programas iam desde a criação e ampliação de lagos

¹⁰⁴ A título de exemplo, em 1994/1995 foram produzidos 615,000 sacos de 25kg de batata doce (*chingovwa*), tornando-a na altura uma das maiores fontes de receita (Powles 2005:338).

¹⁰⁵ Àcerca das questões de saúde e alimentação relacionadas com a presença em campos ver por exemplo Queinnec & Rigal (1995) “Aide alimentaire et carences vitaminiques dans les camps de réfugiés”.

¹⁰⁶ De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde) o termo segurança alimentar (*food security*), foi definido no World Food Summit de 1996 como “when all people at all times have access to sufficient, safe, nutritious food to maintain a healthy and active life”. Disponível em <http://www.who.int/trade/glossary/story028/en/> consultado a 2 Maio de 2014.

artificiais para aquacultura à delimitação e expansão de terrenos alagáveis para a produção de arroz, ou à incrementação de gado suíno e caprino.

Ao voltar a Meheba dois anos depois, no início de 2014, constatara uma transformação substancial na paisagem: seguindo uma tendência já observada, pude comprovar como havia menos árvores¹⁰⁷, e as pequenas parcelas individuais, outrora de cultivo mais ou menos variado, haviam dado lugar a extensos campos uniformes, matematicamente escalonados e devidamente etiquetados. Parece-me relevante então estabelecer um breve ponto referente à situação ao nível da agricultura, da pecuária e da aquacultura, e do impacto na vida da comunidade refugiada. A meu ver, as actuais políticas agro-alimentares em Meheba não só justificam a sua actual menção como sublinham a importância de futuras investigações nesse domínio.

*

Contactara Paul logo após o retorno a Meheba, informando-o que teria que ficar pelo lodge da UNHCR. No dia seguinte, o seu convite para almoço levou-me a visitar a Rua 18.

Muito mudara na vida de Paul: a sua irmã Maria tinha encontrado trabalho em Solwezi e ele estava prestes a casar-se com uma zambiana oriunda de Livingstone que trabalhava na administração do Campo. A vida corria-lhe de feição, comprara uma mota nova e 4 ha agrícolas em Meheba. Além de trabalhar para o governo zambiano e para o UNHCR, também ele empregava vários habitantes, entre os quais uma família de angolanos encarregada de lavar a sua nova parcela situada na Zona B.

Durante o almoço, Paul comentou que a produção no campo estava em pleno crescimento. Através de apoios estatais e de outras entidades, com nova maquinaria, os projectos de carácter agrícola tinham vindo a aumentar de escala — mas tudo isto teria um preço para os pequenos agricultores de Meheba.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Não tenho conhecimento de estudos actuais sobre o impacte ambiental derivado das actividades dos refugiados em Meheba. Cf. Richardson (1996), “Exceptional Resource degradation: A case study of the Meheba Refugee Settlement, North-Western Province, Zambia” ou ainda Chanda (1995), “The environmental impact of settled Refugees: The case of Meheba”.

¹⁰⁸ Cf. *All Africa* (30 Julho 2012) “Zambia: Shot in the Arm for Meheba Farmers”, disponível em <http://allafrica.com/stories/201207301080.html> consultado a 13 Março 2014.



Fig. 19.1 - Parcela de ensaio agrícola, Seed Co (2014)

Fig. 19.2 - Ajuda alimentar USAID (2012)

— Actualmente, a Zamseed e a SeedCo são os principais fornecedores de sementes, mas também temos ajuda internacional, sobretudo dos EUA. O plano consiste em darmos sementes aos refugiados, sendo que também lhes pagamos uma pequena quantia para que eles plantem as nossas sementes e não outras. Também damos formação, explicando que as sementes que os refugiados têm não são tão boas como estas, por isso é que as colheitas deles crescem pouco e facilmente apanham certas doenças. A única questão é que estas sementes dão apenas para uma estação, portanto a cada colheita os agricultores têm que nos pedir uma nova remessa. Também ajudamos com fertilizantes porque os solos já não estão tão bons como antes, e temos experimentado fertilizantes e pesticidas cada vez mais eficazes noutras colheitas.

O último programa consiste em desenvolver plantações de soja e milho, mas sugerimos aos agricultores que continuem a plantar outras coisas como 'cassava' [mandioca/inhames)], feijão, 'ocra' [quiabo], ananases, limões e laranjas, hortaliças, tomates, 'impwa' [tipo de beringela], amendoins, etc. Mas o que mais produzimos é milho, que é a base alimentar aqui e em toda a Zâmbia.

(...)

Uma vez que o milho esteja pronto, entre 60-80% da produção vai para a Food Reserve Agency, ou para a National Millings, Zambia. E a produção de soja destina-se essencialmente à transformação, para óleos alimentares e para ração animal também encaminhada pelo governo e outras empresas. Mas também há intermediários dentro do campo que exportam soja para o Congo.

E o programa com animais continua. Muitos dos refugiados já têm galinhas e, além do incentivo à produção de ovos para vender, também damos porcos e cabras. A cada família que esteja no programa damos duas fêmeas e um macho, — por exemplo duas cabras e um bode — e quando eles se reproduzirem têm que nos devolver outros três exemplares. Por sua vez, damos esses três exemplares a outra família, e assim sucessivamente.¹⁰⁹

Porém, as melhores intenções e competência de Paul contrastavam com os testemunhos dos habitantes que ilustravam as dificuldades no campo.

¹⁰⁹ Tal modelo é conhecido como *passing on the gift* e expandiu-se pela mão de Dan West, fundador da ONG Heifer International. O modelo tem vindo a generalizar-se ao longo do tempo e em diferentes contextos. Para mais, consultar: <http://www.heifer.org/>

*

O trabalho de James Ferguson (1994) reverbera na actual política agro-pecuária em Meheba. Como o autor eloquentemente constatou a propósito de vários projectos agro-pecuários no Lesoto, é frequente que as respectivas instituições orientadas para o “desenvolvimento” construam problemas face aos quais dispõe das soluções, justificando e legitimando assim a sua actuação. Em Meheba, o prazo de validade das sementes e a crescente necessidade de fertilizantes são apenas dois dos aspectos que comprovam o paralelismo.

O campo surge como um laboratório onde nem todas as experiências correm bem. É fácil compreender como uma política equivocada pode resultar numa série de problemas colaterais, — se não mesmo a maximização dos existentes. A presença de gado suíno e caprino gerou um motivo de exclusão, ou de reformulação hierárquico-espacial em relação às populações periféricas que os criam. Mr. Deko, muçulmano oriundo da Somália e um dos meus *gatekeepers*, avisou-me várias vezes da “perigosidade” em deslocar-me até à Zona H, lugar onde a criação de gado suíno é mais presente. Tendo em conta o seu credo, o perigo de que me alertava remetia para a manutenção simbólica de uma fronteira em larga medida religiosa, e da poluição correspondente (cf. Douglas 1966). Contudo, a verdade é que a introdução e aumento da presença animal trouxe doenças de vária ordem, pois o controlo e programas de vacinação animal são intermitentes e nem sempre eficazes (sendo que o mesmo se verifica ao nível da assistência sanitária aos habitantes do campo).

Ao invés de um estímulo ao consumo e à produção de variedades locais (como “cassava” e outros tipos de inhames, altamente nutritivos e mais adaptados ao contexto natural), têm vindo a ser introduzidos elementos exteriores — e estrangeiros. Os programas que têm vindo a ser implementados em Meheba evidenciam a ausência de um planeamento ecológico holístico ou prudente (Messer & Shipton 2002:237). A proibição de cortar árvores dentro do campo nem sempre foi respeitada, e o carvão continua a ser a única fonte de energia para as necessidades energéticas domésticas. Todavia, a razão central do desflorestamento prende-se com o ampliar das superfícies agrícolas destinadas às monoculturas. Como resultado da irrigação intensiva, verifica-se que em certos poços do campo a água começa a rarear. Além disso, assiste-se à ampliação de lagos artificiais de aquacultura, bem como das áreas de cultivo de arroz. Porém, as novas áreas húmidas trouxeram aos agricultores mais mosquitos a par de outras pragas desconhecidas. Directamente relacionado com esse facto ou não, a verdade é que segundo alguns habitantes havia um aumento dos casos de malária nos últimos tempos.

Nem sempre uma maior produção representa um verdadeiro progresso alimentar — sequer económico. Porque se trata de uma zona mineira com escassa produção agrícola, os preços são altamente voláteis. A maior parte dos agricultores não dispõe de margem de manobra, e, portanto, simplesmente não lhes é possível esperar por uma eventual subida de preço quando urge comprar outros bens essenciais. Acresce que os incentivos para o cultivo de milho e soja são magros e as colheitas são de antemão esperadas fora de Meheba. A quantidade da produção que resta aos agricultores é manifestamente insuficiente. De facto, como vários habitantes mencionaram, a actual escassez em Meheba era tal que só em Solwezi se conseguia obter *nshima* (fuba de milho) — “*nhsima* produzida em Meheba!”. Paralelamente, a crescente presença de mineiros, que habitam e/ou frequentam o campo, tem vindo a inflacionar os preços locais, tornando-os proibitivos para os refugiados.

Uma conversa com o Sr. Albano, 53 anos, proveniente do Huambo, à qual se juntaria a mulher, ambos agricultores/carvoeiros angolanos da Zona H, elucida sobre o desespero no enclave humanitário:

— *Dantes plantava de tudo, mas dava pouco. Às vezes ainda conseguia vender uma parte e depois comprar outras coisas: óleo, sal, sabonete... mas agora, ai...!*

— *Agora está tudo muito mau, a terra está muito má! Se não nos dão 'produto' [fertilizante] cresce pouco, até a 'ginguba' [amendoins] cresce pouco. O que vai ser da nossa vida quando não nos derem mais produto ou sementes? Estamos na mão deles...*

— *E o dinheiro que nos dão... era bom dinheiro, mas dantes! Agora não dá para comprar nada, a vida em Meheba está muito cara! Há pouca coisa, e quem tem nem sempre quer vender, ou vende muito caro a outros. Para os refugiados como nós já não dá... Até há uns dias atrás tínhamos fuba e mangas mas já se acabaram, e agora, o que vamos comer...?*

*

É verdade que nem sempre as colheitas de Meheba permitiram uma segurança alimentar efectiva ou sequer duradoura. De referir também que os *stocks* de peixe nos rios laterais ao campo, ou de carne do mato que abundava nas florestas em redor, conheceram gradual esgotamento (Powles 2002:94). Tais situações foram sendo mais ou menos colmatadas pelas actividades do PAM. Contudo, a situação actual é manifestamente diferente: desde 2011 que o

fornecimento alimentar por parte do PAM cessou e qualquer suporte alimentar ficou dependente do UNHCR. Um relatório desse período dava conta de que a maioria dos refugiados em Meheba seriam auto-suficientes, porém um terço (num total de 4494, correspondendo a 2084 *vulnerables* e a 2410 *new arrivals*) em 2011 recebia ainda ajuda do UNHCR (UNHCR 2011b). Um comunicado datado do final de 2013 informava da mudança de procedimento face à ajuda alimentar.

The new arrivals are included on the food list for one year to allow them to cultivate in one farming season before weaning them from the list. The assessment of persons with specific needs is done by MCDMCH [Ministry of Community Development, Mother and Child Health] in collaboration with UNHCR. The list of persons with specific needs is not a static document but continuously undergoes reviewing. The food ration contains cereals (maize /maize meal /sorghum), cooking oil, salt and dried peas. As of 2014, there is a plan to introduce cash/voucher system in the settlement so that targeted beneficiaries are in position to purchase food of their own choice. Discussion with beneficiaries and assessment of market availability in the settlement is underway (UNHCR 2013:5).

O documento do UNHCR não só levanta o véu sobre a escassez e pouca variedade de produtos em Meheba, como propõe que o grupo dos “recém-chegados” e dos “vulneráveis” entre na economia de mercado local, ainda que extremamente volátil. De resto, compreende-se como tal política económica de “desenvolvimento” vai de encontro à actual estratégia agrícola. Constata-se, assim, uma transformação gradual: de um sistema de produção variado e relativamente informal, mais ou menos eficaz, com a respectiva troca e venda de excedentes dentro e fora do campo, para um regime que fomenta a produção intensiva, de monocultura (milho e soja à cabeça), economicamente incentivada, subvencionada, supervisionada, e com destino ao exterior. A tanto almejada independência alimentar foi, por momentos, quase tangível, mas uma nova (bio)política económica, apresentada sob a forma de “desenvolvimento”, viria a diluir a quimera.

É sabido que o ímpeto do “desenvolvimento” acarreta consequências pesadas para as populações locais, mesmo que apenas sentidos posteriormente e de forma indirecta (cf. Ferguson 1994, 2006; cf. Khotari 2005). De facto, mais do que uma forma de “desenvolvimento”, estaremos perante apenas mais um “agro-desenvolvimento”. Um agro-desenvolvimento cuja função não se relaciona com a busca de desenvolvimento *stricto sensu*, nem com uma forma de lograr a independência económica — sequer uma qualquer forma de liberdade (Sen 1999). Os programas de desenvolvimento agrícola que têm vindo a ser implementados não vêm aliviar a pobreza nem colmatar as necessidades de refugiados, pelo contrário. Tais programas constituem o ponto de entrada de um mecanismo de reforço e expansão do controlo burocrático estatal e político-económico sobre semelhantes populações

(Ferguson 1994:255). Uma tal situação alimenta as dúvidas dos habitantes que equacionam a integração local — eventualmente nacional (cf. secção 3.2).

Acresce que o panorama regional face à segurança alimentar não augura melhoras: verifica-se que a compra da africana SeedCo pela multinacional Monsanto,¹¹⁰ e legislação no sentido de proibir que os agricultores guardem, troquem e/ou vendam as suas sementes, está em vias de ser aprovada.¹¹¹ Perante este cenário, é inevitável questionar a estreita relação que a esfera humanitária estabelece com os discursos do “desenvolvimento”, e de ambos com a esfera política (Malkki 1995b:506). Não obstante uma hipotética nobreza do gesto humanitário nas suas várias expressões, o seu escrutínio é manifestamente premente. Como Alex de Waal (1997) demonstrou através de casos de estudo em várias regiões do continente africano (Nigéria, Sudão, Etiópia, Somália, Ruanda, ex-Zaire), a “fome” pode constituir um recurso estratégico ou pretexto do ponto de vista económico, (geo)político ou militar. Tendo em conta que inúmeras organizações que operam em circunstâncias “humanitárias” possuem uma génese política ou religiosa — e cuja existência depende de determinadas condições político-financeiras — os conflitos de interesses verificam-se omnipresentes (Chabal & Daloz, 1999: 22-24; Ferguson 1994, 2005, 2006).

Se a função do Campo consiste na mera “manutenção da vida” (Agamben 1995), facto bem ilustrado no meticuloso cálculo calórico a atribuir a populações deslocadas¹¹²; o campo também acaba por ser o laboratório em que novos fertilizantes, pesticidas e sementes são testados, e onde novos regimes alimentares e respectivas carências são forjados (cf. Agier 2014:18). É perante esta difícil “conjuntura vital” (Johnson-Hanks 2002), em larga medida complementada pela incerteza alimentar e controlo sobre a mesma, que os habitantes de Meheba avaliam o próximo passo a dar.

¹¹⁰ Cf. AFSA-Alliance for Food Sovereignty in Africa (7 Outubro 2014) “Acquisition of Africa’s SeedCo by Monsanto”, disponível em <http://afsafira.org/acquisition-of-africas-seedco-by-monsanto-groupe-limagrain-neo-colonial-occupation-of-africas-seed-systems/> consultado em 20 Junho 2015.

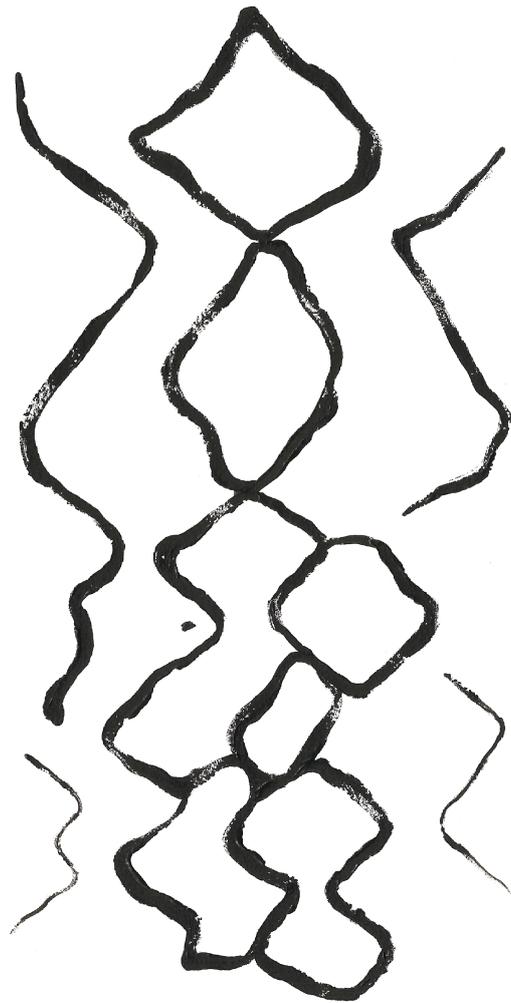
¹¹¹ Cf. GMWatch (21 Outubro 2014), “Battling Monsanto Laws in Ghana and Zambia” disponível em <http://gmwatch.org/index.php/news/archive/2014/15712-battling-monsanto-laws-in-ghana-and-zambia> consultado em 20 Junho 2015.

¹¹² Através da página da OMS (WHO) é possível aceder a uma panóplia de documentos com recomendações ao nível nutricional em casos de emergência <http://www.who.int/topics/nutrition/publications/emergencies/en/>

*

* *

Ao longo desta secção dedicada ao campo de refugiados, procurei oferecer um quadro geral sobre Meheba: a sua formação e formulação bem como os princípios que o rodeiam, organizam e gerem; a composição demográfica e respectivas identidades, hierarquias e dinâmicas espaciais; e ainda a relativização da sua posição territorial tendo em conta os usos, os fluxos, ou os significados atribuídos por parte de refugiados e outros. De momento, interessa-me reter a ideia, central no texto, de como Meheba, desde a sua abertura até aos dias de hoje, constituiu uma plataforma de apoio, de referência para muitos indivíduos no vaivém constante entre Angola (e um outro algures), integrando assim o quadro de “horizontes operativos” do mundo em movimento sob escrutínio. Muito mais poderia ser dito sobre Meheba, e assim será de seguida.



3. Entre o mato e a cidade

Partindo das redes de contactos de alguns dos meus interlocutores, em alguns casos seguindo os seus próprios trilhos, a partir de Meheba seria conduzido a outras paisagens na Zâmbia e em Angola. Os constrangimentos institucionais com vista ao repatriamento, ou outros relacionados com a situação legal, condicionariam os planos dos que, fora do campo, em paisagens urbanas ou em paisagens rurais, jogariam e jogam uma nova etapa. De resto, uma etapa que se inclui num continuado caminho, numa permanente procura de melhores oportunidades, de (re)formulação de estratégias face à incerteza ubíqua.

Assim, tentarei oferecer uma visão sobre o que sucede após Meheba — ou o que sucede de forma paralela: as populações que evitaram a ida para o campo de refugiados e aos que daí escaparam, aos que de Meheba voltaram e voltam a Angola, aos que em Angola se posicionam entre o mato e a cidade, aos que em Angola equacionam o retorno para a vizinha Zâmbia. De novo, subjacente a tais dinâmicas, pesa a concepção de mobilidade e respectivo alcance.

3.1 “Os angolanos são especiais”¹¹³

Com a alvorada deixava o campo no mesmo autocarro que diariamente transporta os habitantes de Meheba até Solwezi, e que faz o trajecto inverso ao final da jornada. O autocarro parte da última zona do campo, parando à medida que os passageiros surgem ao longo da estrada principal: 25,000 Kw mais 10,000 Kw pela bagagem¹¹⁴, uma pequena fortuna para o comum dos residentes. À chegada ao portão do campo, e após a asserção do condutor de que tudo estava regularizado — isto é, que todos os refugiados estavam munidos da devida autorização de saída — a polícia levantaria a cancela autorizando a partida em direcção ao centro mineiro.

Um angolano “mais-velho” era o meu companheiro do lado. Após a troca de algumas impressões, confessou, pesaroso, que ia ao funeral de um dos irmãos. Uma boa parte da sua família vivia em Solwezi fazia muitos anos, mas ele preferia a vida em Meheba — longe da “sujidade e barulho da cidade”. No autocarro sobrelotado as conversas multiplicavam-se entre a comunidade viajante, informando assim acerca dos vários propósitos em Solwezi, e cujos percursos teria oportunidade de acompanhar.

Uma vez chegado à paragem de Solwezi, por entre autocarros, poeira e bilheteiras, e tal como recomendara o meu anterior colega de viagem, procuraria a companhia de transporte Sunrise Motors. A reserva do assento com destino a Mwinilunga, com respectiva menção ao meu nome, iria despoletar momentânea amizade com o vendedor de bilhetes.

Ulisses, cerca de 30 anos, angolano-descendente, trabalhava como vendedor de bilhetes, controlador e carregador. Segundo ele, tarefas que tais eram comumente realizadas por “não-zambianos”, fosse nos autocarros ou nas carrinhas azuis (na sua maioria Toyota Hiace) que realizam os trajectos urbanos.

Quando mencionei que acabara de chegar de Meheba, Ulisses riu-se, avaliando-me e, sem avançar detalhes, reagiu decidido: em Solwezi tinha um trabalho, mal-pago sem dúvida, mas preferível à vida em Meheba, e muito melhor que trabalhar na escuridão das minas do

¹¹³ Inscrição na parede do consulado angolano em Mongu, Zâmbia. Excerto das notas de campo, 2012.

¹¹⁴ Cerca de 6€ no total. A título de curiosidade, no final de 2012 o GRZ retirou os três zeros ao Kwacha (Kw) com vista a fazer frente à perda de valor e à elevada inflação. Ver por exemplo “Bank of Zambia hopes the introduction of new Kwacha notes will be done within 6 months”, in *Lusaka Times* (23 Janeiro 2012), disponível em <http://www.lusakatimes.com/2012/01/23/bank-zambia-hopes-introduction-kwacha-notes-6-months/> consultado em 17 Agosto de 2015.

Copperbelt. Antes de recomeçar a carregar sacos de milho no porão de um dos autocarros, Ulisses sugeriu-me um restaurante. Mais tarde, viria a perceber que o restaurante indicado era gerido e frequentado essencialmente por “angolanos”.

*

O breve relato acima apresentado, ocorrido durante o primeiro período de pesquisa em 2012, além de avançar determinados elementos oferecidos pela “cidade”, informa acerca das redes de sociabilização existentes entre Meheba e Solwezi, e mesmo dentro da própria cidade. Ao deambular por Solwezi, compreende-se a onnipresença de angolanos e angolano-descendentes, alguns a viver na região desde longa data.

Para os habitantes de Meheba, a ida a Solwezi representa uma oportunidade a vários níveis: se para alguns é momento de rever a família e amigos, para outros é altura de comprar produtos essenciais que não existem no campo — ou que, a existirem, são bastante mais caros. Há ainda quem vá à cidade tratar de negócios, de documentos e burocracias, enviar correspondência, levantar remessas de dinheiro enviadas por familiares retornados ou emigrados algures. Ou simplesmente para “namorar”.

Quem optou por viver em Solwezi dirá que a cidade é um lugar de oportunidades, onde é mais fácil encontrar um trabalho e ter uma vida normal, inserida numa lógica de inclusão dentro da hierarquia local (expresso, por exemplo, no facto de que são essencialmente “angolanos” quem faz o trabalho duro nos transportes). Outros dirão que a cidade é caótica, insegura e insalubre, preferindo a tranquilidade do “campo” — seja o campo de refugiados Meheba, seja a ruralidade associada a outra vila ou aldeia. A cidade emerge como horizonte operativo. Mas é sabido que as opiniões e posturas mudam com o avançar do tempo. Dependendo da conjuntura, as populações da região (“refugiados” e/ou “locais”) equacionam a vida entre o proporcionado pela “modernidade” urbana ou pela “tradição” rural (cf. Ferguson 1999).

A meu ver, e pesem embora as respectivas restrições e constrangimentos, a ida para — ou à — cidade, a existência de redes familiares e a própria vivência dela — ou nela —, não difere sobejamente de um qualquer deslocado e um outro habitante da envolvente rural. Ao percorrer e/ou captar os caminhos de deslocados dentro da sua relativa invisibilidade, é possível conjecturar como a sua integração no tecido local não só existe como começou faz tempo.

A Zâmbia é frequentemente tida como líder ao nível do acolhimento de populações refugiadas e da sua integração.¹¹⁵ No entanto, tal só faz sentido sob a configuração do actual “estado-nação” com a respectiva parafernália ideológica e respectivas fronteiras (Cambrézy 2001:48). Antes da gradual consolidação e delimitação geográfica na forma de estados, países, nações, e muito antes de alguém ser definido como “refugiado” ou “repatriado”, já as sociedades locais africanas integravam todo o tipo de imigrantes (Ranger 1994: 290). Embora o êxodo de populações “angolanas” se constate recorrente ao longo de vários séculos, a categoria “refugiado” entraria em vigor apenas após o estalar da guerra pela independência de “Angola”. Até essa data, os indivíduos que transbordavam para os territórios limítrofes eram encarados como meros migrantes. Cabe lembrar também como o “refugiado” veio a integrar tal identidade e constituir objecto de estudo essencialmente fundado e fundamentado através de pesquisas em perímetros bem definidos como é o caso dos campos homónimos (cf. secção 2.2). No entanto, sabe-se pouco acerca de “populações refugiadas” invisíveis, assimiladas pelas sociedades locais.

No que diz respeito à frente leste, a pertinência em compreender o destino destas populações invisíveis é manifestamente acrescida, dado que apenas uma fracção do total de deslocados angolanos veio a conhecer os vários campos disponibilizados para o efeito (Kasamba, Lwatembo, Mayukwayukwa, Meheba, Ukwimi, Nangweshi). Não obstante a tentativa por parte do governo zambiano de concentrar as populações refugiadas em estruturas humanitárias, nomeadamente através do RCA 1970, facto é que a grande maioria se instalou em aldeias de fronteira. Os denominados *self-settled refugees* constituiriam um “grupo” repetidamente analisado por Art Hansen (1979a, 1979b, 1981, 1990) e mais tarde por Oliver Bakewell (1996, 1999, 2000, 2007). Tais estudos, a par de um rol de estatísticas não sistemáticas, permitem enquadrar a amplitude e porosidade do fenómeno.

Em 1972 estimavam-se em 20,000 o número de angolanos na Zâmbia, dos quais cerca de 7,000 habitavam em campos de refugiados (Hansen 1979a:370). Contudo, nos primeiros anos do conflito, o contacto dos deslocados com as autoridades fora escasso ou mesmo nulo e, portanto, os números relativos aos refugiados informais constituíam “little more than educated guesses” (Bakewell 2000:358). Durante as décadas de 1980 e de 1990, o UNHCR apontava para a presença de cerca 70,000 *self-settled refugees*, sendo que, no final de 1999, o número

¹¹⁵ Arthur Simuchoba, *African Arguments* (17 Junho 2014) “How did Zambia become the continent-leader in refugee integration?”, disponível em <http://africanarguments.org/2014/06/17/zambia-continent-leader-in-refugee-integration-by-arthur-simuchoba/> consultado a 20 de Março 2015.

total de deslocados atingiria os 160,000 (UNHCR 2000). Concomitantemente, dados de 1998 dão conta de 28,000 angolanos a viver nos campos de Mayukwayukwa e Meheba. No final de 2001, no pico do conflito, a população total de refugiados em Meheba ultrapassaria os 50,000 — 90% dos quais angolanos (cf. Tabela 1); Mayukwayukwa contaria com 19,215, Nangweshi com 14,217 e Ukwimi com 981 (WCRWC 2001). Por fim, em 2002 o UNHCR estimaria a presença de 210,000 angolanos, sugerindo, de forma algo incoerente, que um terço do total vivesse em estruturas humanitárias (UNHCR/GRZ 2014:7). De notar que as estimativas globais referentes ao número total de deslocados na Zâmbia, angolanos e outros, apontavam para a presença de cerca de um quarto de milhão de indivíduos.

Posteriormente, entre 2003 e 2010, a agência da ONU ajudaria a repatriar cerca de 76,500 angolanos. Registos mais recentes, correspondentes a Janeiro de 2012, informavam da presença de 7665 *self-settled refugees*, número que aumentaria para 8200 em Julho do mesmo ano com o respectivo deslizar de categoria (de refugiados para *others of concern*) derivado do caducar do estatuto em questão (Anexo C). Em Janeiro de 2014, o número 8200 mantinha-se intacto (UNHCR/GRZ 2014:13). Perante estes números é inevitável não lembrar a constatação de Oliver Bakewell sobre o desaparecimento de mais de 100,000 *self-settled refugees* das estatísticas (2012:12).

Mas as estatísticas não podem ser consideradas mais do que isso mesmo — estatísticas (*lies, damned lies and statistics*¹¹⁶). Não obstante, a sua elaboração evidencia a necessidade de ponderar as flutuações populacionais e respectivas categorias: o que terá acontecido aos milhares de indivíduos que aparecem e desaparecem das estimativas? Integraram-se no tecido social local? Voltaram para Angola? Partiram para outro sítio?

Durante a pesquisa em 2012, na esteira de vários contactos e fazendo uso de diferentes abordagens etnográficas, visitaria o Consulado de Angola em Mongu. Aí, tive a oportunidade de falar com o vice-cônsul, Belarmino Adriano, um homem cordial de cerca de 60 anos, que também me daria a consultar alguns dados.

— *Os registos do consulado dizem que ainda vivem entre duzentos a trezentos angolanos em Mongu. Mas se você for aos bairros da Mandanga [maior bairro de deslocados angolanos na cidade], do Imwiko, do Katongo, da Limulunga, da Kalenga, da Litoya, da Kassima, vai encontrar pelo menos dez vezes mais angolanos! Pelo menos!*

(...)

¹¹⁶ Tal frase é comumente atribuída a um antigo Primeiro Ministro Britânico, Benjamin Disraeli (1804–1881).

O governo angolano está preocupado com os seus cidadãos mas eles não têm respeito nenhum por nós. Os refugiados vão e vêm, casam-se entre as tribos, não se registam... Eles fazem o que querem...

No muro exterior do consulado, um mural ilustrava o sempre presente José Eduardo dos Santos acompanhado da legenda: “Mais de 10 anos de paz / Os angolanos são especiais”.

O contacto com o vice-cônsul fora o culminar de uma série de encontros, programados e fortuitos, estabelecidos com angolanos, angolano-descendentes e com habitantes locais relacionados ou não com Angola. O itinerário etnográfico, iniciado em Solwezi após a saída de Meheba, tocava vários pontos não muito distantes da fronteira com Angola: Mwinilunga, Kabompo, Mumbeki, Lukulu, Kaoma, Mongu, seguidos de Senanga, Kalongola, Nangweshi, Sesheke. Ao longo do caminho, a maior ou menor presença de deslocados passava mais ou menos despercebida, inclusive perante as populações locais.

*

Mwinilunga, uma pitoresca vila a cerca de 30km da fronteira com Angola e 15km com a RDC, fora ponto de entrada de inúmeros refugiados ao longo do conflito, um facto celebrado pelo *Transit Centre* entretanto desactivado.

Mal chegara à vila e seria de imediato abordado por Herbert Matolca, um jornalista/informador do GRZ com cerca de 45 anos. Uma vez inquirido acerca dos meus propósitos, e fazendo prova da minha missão académica com documentos vários, Herbert disponibilizou-se a dizer “o que sabia” acerca de “refugiados angolanos”. Mas não parecia saber muito.

Matolca começou por sublinhar que nem todos os angolanos fugiram por causa da guerra em Angola, mas porque a Zâmbia tinha melhores terras e condições. E continuou, afirmando que o que não faltava na região eram aldeias só de angolanos como era o caso de Samahina, Zimbé ou Kamapanda. No entanto, Herbert confessou a dificuldade em identificar quem era quem.

— Eles já estão cá há muito tempo, casaram-se por cá, frequentam as mesmas igrejas, as crianças vão às mesmas escolas. É muito difícil saber qual a origem de cada um, até porque ninguém diz de onde veio! ...

Por exemplo, eu também não sou de Mwinilunga...

Aparentemente, a maior parte dos refugiados angolanos na envolvente de Mwinilunga eram lundas (um grupo que conta com presença na Zâmbia, Angola e RDC), e os lundas protegiam-se uns aos outros. A certa altura Herbert Matolca mudaria o tom, começando por criticar o facto de que os refugiados eram *troublemakers*, que não respeitavam as fronteiras nem a lei, que muitos estavam envolvidos no contrabando. E o jornalista sublinhou que não compreendia algumas situações:

— *Como é possível que o governo angolano dê dinheiro para que os seus cidadãos voltem e eles permaneçam na Zâmbia? Mas também há outros que depois de irem para Angola voltam para cá...*

Da mesma forma que o lugar dos zambianos é na Zâmbia, o lugar dos angolanos é em Angola!

O alpendre em frente ao mercado — onde diariamente diferentes gerações se reuniam para jogar *draughts* — seria o ponto de referência nos dias em Mwinilunga. Fora Herbert que aí me levava e me apresentava a outros indivíduos com quem jogava regularmente. Tal como em Meheba, competir com experimentados jogadores de *draughts* não era senão inglório. Apenas um rapaz sabia jogar xadrez, Musumali de seu nome. Num dos dias em que o número de aficionados era menor, o jovem contou-me que fora o pai a ensinar-lhe xadrez, por sua vez aprendido na ex-Jugoslávia onde recebera instrução militar. Filho de pai angolano e mãe zambiana, sempre circunspecto, Musumali expressaria vacilante:

— *Sabes, os angolanos que estão cá são boas pessoas, são trabalhadores, mas os que estão em Angola são agressivos, são maus! Lá não respeitam a tua vida nem a de ninguém!*

Mas... os angolanos que vivem cá já não são angolanos... angolanos são os que vivem em Angola.

*

Tratando-se de territórios de fronteira pautados por um contexto social e histórico de vincados fluxos populacionais, compreende-se que categorias identitárias tais como “refugiado”, “angolano” e “zambiano”, se revelam extremamente ambíguas. Como Bakewell notou ao longo do seu estudo na zona lunda do chefe Kanongesha, também no distrito de Mwinilunga, era impossível categorizar populações como refugiados de modo significativo: “(...) there were no clearly observable differences attributable to their group membership between the groups

of those who might be considered as refugees (those who ran from the war in Angola), and non-refugees (Bakewell 2000:361).”

Os laços familiares, a par da proximidade (e/ou uniformidade) cultural entre ambos os lados da fronteira ainda hoje permanecem evidentes (cf. Papstein 1989; secção 4.2), e, portanto, a relação que mantêm com a nacionalidade enquanto categoria identitária verifica-se extremamente volátil.¹¹⁷ Nas aldeias de fronteira os casamentos “inter-étnicos” (e/ou “internacionais”) abundam, e as cerimónias são frequentadas invariavelmente por todos os habitantes. Por todos estes motivos compreende-se o parco sucesso das autoridades zambianas em identificar refugiados entre a população local (Hansen 1979a: 370; Bakewell 2000:359), salvo quando denunciados pelos pares (Powles 2002:82).

Durante a guerra, ao permanecer numa aldeia de fronteira com a respectiva tomada contingente da identidade local, os deslocados angolanos viviam numa situação mais próxima da normalidade. Pelo contrário, a identificação “refugiado” significava viver num campo onde o controlo sobre o movimento era maior. Apesar das melhores condições materiais em Meheba, da ajuda alimentar, da menor possibilidade de ser explorado pela população local devido à relativa clandestinidade (Hansen 1979b, 1990), a verdade é que a vida fora de um campo de refugiados autorizava, entre outros aspectos, o cruzar da fronteira a qualquer momento. Ao possuir um maior controlo sobre as suas vidas, os deslocados podiam averiguar a situação em Angola, decidindo partir ou não consoante a sua vontade e oportunidades existentes. A manutenção de uma “identidade” nacional vaga, constituindo um recurso profícuo e manipulável, integrava assim uma série de tácticas de sobrevivência (cf. Malkki 1995a: 153-196).

Importa sublinhar que a existência de deslocados e respectiva instalação ao longo das aldeias de fronteira trouxe benefícios para as populações locais. O crescimento demográfico significaria um correspondente aumento ao nível do cultivo e ocupação do território, impelindo o estado zambiano a providenciar escolas e hospitais (Bakewell 2000:362-63). Além disso, a estrada desde a fronteira com Angola até Mwinilunga, e daí até Meheba, seria alcatroada devido ao fluxo crescente de refugiados e actividades humanitárias. Paralelamente, enquanto que determinados deslocados angolanos procuravam passar despercebidos, outros habitantes na região declaravam-se angolanos na tentativa de aceder à ajuda alimentar e a outros serviços humanitários. O jogo identitário permanece: o “repatriamento” (secção 3.2) constitui a forma mais eficiente de um “zambiano” — declarado “angolano” — partir em direcção à mediática prosperidade económica de Angola.

¹¹⁷ Por exemplo, no que diz respeito a certos deslocados a relação com a nacionalidade era inexistente ou integrava uma construção recente na década de 1990 (cf. Brinkman 1999).

A mobilidade integrada por refugiados e outros migrantes subverte a rigidez com que os estados encaram as questões de nacionalidade, com o respectivo registo e monitorização de súbditos e demais. Porém, as franjas dos estados — ou a proximidade fronteiriça — constituem zonas cinzentas, quebra-cabeças identitários e territoriais, facto que somado às situações-limite vividas pelas populações locais, faz com que a nacionalidade seja encarada de forma negligente e/ou como um recurso. Num outro estudo, Oliver Bakewell (2007) explora o significado e usos de documentos de identificação na envolvente de Mwinilunga entre deslocados e locais, ponderando como a nacionalidade integra, à vez, uma dimensão emocional e a própria identidade pessoal (*heartfelt*), como — de forma independente ou complementar à primeira — permite o acesso concreto a recursos e direitos vários (*handheld*). A esse respeito importa salientar que a Zâmbia não permite a dupla nacionalidade. Bakewell observa como o conceito, apego e formulação de uma “nacionalidade” é muito mais complexo que o espectro oferecido através da dualidade proposta. Com efeito, o significado e uso de documentos de identificação não se apoia apenas na relação entre o indivíduo e a instituição, mas também entre o indivíduo e a comunidade. De novo, evidencia-se o modo como as categorias identitárias, nacionais, legais ou outras (e, por arrasto, dos documentos de identificação que as justificam) integram estratégias de sobrevivência frente à incerteza.

*

Entre o Kabompo e Mumbeji — uma aldeia-cruzamento relativamente próxima do campo de Mayukwayukwa, a meio caminho entre Chavuma e Lukulu — os encontros com “Angola” iriam acontecer em domínio, encadeando-se de forma imprevista.

De modo algo caricato, comecei por conhecer Kakoma Caphas com quem viajei até Mumbeji. No Kabompo, após horas de espera por transporte, surgiu uma velha carrinha Isuzu, a primeira a atravessar o povoado desde a alvorada. Sob a lona que cobria a carroçaria, entre passageiros e mercadorias, sobravam ainda alguns interstícios. Os vapores dos bidões de gasolina, a par do fumo do escape roto, tornavam o interior irrespirável. Ainda assim, a passividade dos demais passageiros reinava. A certa altura decidi empoleirar-me do lado de fora, na diagonal, segurei-me à estrutura metálica que dava forma à tela de cobertura, mantendo os pés dentro e a cabeça e tronco de fora. Mais perigoso era permanecer no interior. De fora, podia observar os restantes passageiros aninhados na mercadoria, por entre a penumbra e o nevoeiro artificial, fazendo caras feias de olhos bem cerrados. Apenas um viajante solitário decidiu esgueirar-se até ao limite da carroçaria, repetindo o meu equilíbrio. Num intervalo entre solavancos sussurrou:

– *Ouvi que estás à procura de Mayukwayukwa.... eu conheço esse sítio!*

Em Mumbeji, sob o alpendre onde outros passageiros aguardavam a passagem de um qualquer veículo, a conversa iniciada em movimento teria continuidade em terra firme.

Kakoma há muito que estava na Zâmbia. Ora gesticulando, ora proferindo palavras e interjeições, saltando de idioma em idioma, partilhou algumas histórias vividas em Angola outras na Zâmbia. Pela sua idade e descrição do contexto, a fuga teria ocorrido antes de 1970. Evocando as suas memórias de adolescente, lembrou a chegada de tropas portuguesas à sua aldeia perto de Lumbala (Moxico), de como todos os habitantes foram forçados a entrar em camiões, e de como ele e a sua família conseguiram fugir. Mais tarde, seriam encontrados na fronteira internacional por soldados zambianos e, a partir desse momento, Kakoma viria a conhecer vários campos de refugiados: primeiro Lwatembo, depois Mayukwayukwa, por fim Meheba. Mas Caphas escapara sempre pois nos campos “não havia nada, nem vida, nem trabalho, nem liberdade”. Kakoma contou como era a vida nos campos de refugiados, referindo também os movimentos que ocorriam na fronteira entre Angola e Zâmbia. O angolano voltaria ao seu país por várias vezes e, contou que, para sair de Meheba livremente, se candidatara ao “repatriamento espontâneo”¹¹⁸. Todavia, a violência dos confrontos entre UNITA e MPLA iriam devolvê-lo à Zâmbia.

Para sobreviver Caphas fazia carvão e, consoante as oportunidades, trabalhava de aldeia em aldeia, de lavra em lavra (terrenos agrícolas). Também pescava sazonalmente, motivo pelo qual se dirigia a Zambezi — uma vila nas margens do rio homónimo, relativamente perto de onde nos encontrávamos, e onde vivia a sua irmã. A época das chuvas aproximava-se do fim, o que significava que o peixe estaria bem alimentado e menos irrequieto. Antes de seguir o seu caminho, já o sol ia alto, Kakoma mostrou o seu cartão de refugiado, insistindo para que eu conservasse o número e que o procurasse mais tarde em Angola. Após vários episódios de deserção humanitária e tentativas frustradas de reentrar no seu país de origem, Kakoma Caphas decidira inscrever-se no programa de “repatriamento voluntário”. De momento, aguardava apenas que o chamassem.

¹¹⁸ Segundo o UNHCR, o repatriamento pode ocorrer de dois modos, de forma “espontânea” ou “voluntária”. Ao contrário do “repatriamento voluntário”, o “repatriamento espontâneo” consiste na partida dos refugiados sem a ajuda logística de qualquer agência humanitária ou de governo, partida que se prevê em direcção ao país de origem. Os deslocados que optam pelo “repatriamento espontâneo” partem munidos da documentação possível: os documentos de identificação reunidos aquando da fuga e/ou que puderam conservar, o cartão de refugiado e/ou um mandato do UNHCR. Contudo, embora muitos partam efectivamente em direcção a Angola, para outros o denominado repatriamento consiste no trocar o campo de refugiados por uma aldeia, vila ou cidade zambiana na envolvente e onde os refugiados têm algum contacto. Na verdade, aquilo a que o UNHCR denomina “repatriamento espontâneo” não é mais do que o abandono do campo por parte dos refugiados. Para uma abordagem sobre o repatriamento espontâneo concernente a refugiados angolanos no RDC ver Tallio (2007).

Kakoma esfumava-se no horizonte, e a miragem provocada pelo calor tórrido seria interrompida por uma voz feminina. Cleópatra Miteo, 20 anos, descendente de um ex-soldado da UNITA do Huambo e de uma lozi zambiana, dizia-se ser “orgulhosamente” ovimbundu. Cleópatra confessou que percebera uma parte da conversa anterior, afirmando que estudara um tempo em Meheba e que visitava Mayukwayukwa com regularidade pois aí tinha vários familiares. A partilha de outros dados complementares asseveravam o seu conhecimento dos campos.

Cleópatra aguardava transporte para Lukulu havia dois dias. Com um olho na estrada, esperando a aparição de algum veículo, dormia ao relento sob o alpendre feito estação. Na pequena aldeia havia apenas uma mota, conhecida pelos frequentes trajectos entre Lukulu, Mumbeji, Zambezi e Chavuma. Sendo alertado de que qualquer viagem seria extremamente dispendiosa, Cleópatra disponibilizou-se a levar-me até ao proprietário da mota.

E o proprietário da mota era também proprietário de um bar/mini-mercado que vendia, entre outras coisas, *tujilili* (os famigerados — nefastos — pequenos pacotes de plástico com 3-5ml de álcool sintético aromatizado). O rapaz encarregado de servir os pequenos pacotes aos jovens prematuramente embriagados informou que Mr. Kamiza (tal como nomeado no mural do seu estabelecimento) estaria a chegar.

Durante o tempo de espera, compreendi que nenhum dos indivíduos que se juntaram ao meu redor, jovens na sua maioria, tinha conhecimento do significado da palavra “camisa”. Quando Mr. Kamiza se fez presente, e uma vez confrontado com tal questão (se *kamiza* era na verdade “camisa”), pediu que não levantasse semelhante questão perante a comunidade. No dia seguinte partiria com Mr. Kamiza em direcção a Lukulu, e as histórias sobre a fronteira, sobre os campos de refugiados e a presença de “angolanos” na Zâmbia continuariam a adensar-se.

*

O campo de Meheba informa acerca de uma miriade de proveniências: RDC, Ruanda, Burundi, Somália, Sudão e, claro, Angola. Mas o território zambiano recebeu também refugiados com origem na Namíbia, no Zimbabwe, na África do Sul, em Moçambique, no Malawi. A posição geográfica central, as políticas de acolhimento de refugiados e o ambiente de paz em solo zambiano atraíram indivíduos oriundos dos vários conflitos regionais latentes. Além disso, a relativa prosperidade mineira cativou — e continua a cativar — uma panóplia de migrantes (refugiados económicos?) que aí procuram a sua sorte. A expansão da exploração mineira, que parte da província do Copperbelt e hoje bordeja — e quase engloba — o campo de

Meheba, tem atraído não só imigrantes oriundos de outras regiões do continente africano como da China, Filipinas, Vietname, a par de outros *expats* com origem na Europa, Austrália e América do Norte. Será que, para tais grupos, o Copperbelt constitui um horizonte operativo? Análoga atracção verifica-se também em relação à Western Province — uma região ainda rica em madeiras e onde recentemente se iniciou a exploração de jazidas de pedras preciosas.

Perante este quadro demográfico, seria de imaginar que o “deslocado” (categoria sub-divisível em refugiado, migrante, *expat*), por entre tantos outros interstícios e formulações identitárias, representasse o habitante “autóctone” — de Meheba e Mayukwayukwa, dos territórios de fronteira, do Copperbelt, da Zâmbia (cf. Geschiere & Gugler 1998; cf. Geschiere & Nyamnjoh 2001).

Porém, querendo levar a extrapolação mais longe e numa perspectiva temporal alargada, poderíamos argumentar que — enquanto descendentes de homínídeos que por diversas razões terão partido de África há alguns milhões de anos — a figura do deslocado é representado por todos nós, e que o respectivo estado de espírito nos acompanha sempre (cf. Warner 1992). A verdade é que noções como autóctone, indígena, nativo, natural são extremamente ambíguas e servem para perpetuar discursos hegemónicos apoiados ora na terra ora na genealogia (Ingold 2000:133) — sobretudo quando somos todos autóctones do grande continente,¹¹⁹ em suma, da superfície terrestre. Como Michel Agier resume:

[À] la différence de toutes les croyances identitaires, anciennes ou actuelles, en l'autochtonie des humains comme principe ou modèle universel de l'identité et comme cadre naturel de l'existence, il nous faut au contraire admettre que tout emplacement a été précédé et sera suivi par un déplacement... et ainsi de suite. L'histoire des identités est une succession de migrations, de hasards et d'accommodements. (...)

[A]ucun humain n'a jamais été 'autochtonien' (...) (2013:37)”

Quando o UNHCR encara o repatriamento como a “solução duradoura” mais desejável, é inevitável não reflectir sobre a procura da imobilização identitária — da identidade nacional como autoctonia (cf. Agier 2013:67). Numa óptica legal, o refugiado permanece autóctone do seu país de origem ou do país da sua ascendência. Nesse sentido, a concepção de autoctonia encontra no repatriamento uma forma de legitimação e manutenção — aspecto ao qual passo de seguida.

¹¹⁹ Embora a paleontologia constitua um domínio científico em contínua oscilação entre teorias, categorias e limites temporais, considera-se que os fósseis do *Homo habilis* (a versão mais antiga do actual Homem), datam de entre 2,1 e 1,5 milhões de anos e foram encontrados no actual Quênia e Tanzânia. Ver por exemplo Schrenk, Kullmer & Bromage (2007) "The Earliest Putative Homo Fossils".

3.2 Re(pat)ria)mento

Escortado pelo UNHCR desde Solwezi, dois anos depois voltava a entrar em Meheba. Avançando lentamente em direção aos escritórios da Rua 36, o *Land-Cruiser* humanitário percorria a espinha dorsal do campo. A certa altura, nos arrabaldes da Zona C, começaria a escutar um altifalante, até que, por entre a vegetação de uma rua secundária, vislumbraria um 4x4 a todo o volume.

— *São os tipos da IOM! Andam a angariar refugiados que queiram voltar para Angola... quantos mais conseguirem melhor!*— comentou uma das funcionárias do UNHCR que viera a Meheba organizar um inquérito sobre segurança no campo.

Nos dias seguintes, o veículo da IOM continuaria a percorrer o campo de lés-a-lés, emitindo incessantemente uma gravação em vários idiomas regionais incitando ao repatriamento voluntário.

No início de 2014 o perímetro do UNHCR assumia-se como centro das operações de repatriamento. O edifício principal do respectivo lodge ia albergando pessoal da IOM e um escritório improvisado, e o pequeno chalet (como era denominado) contíguo acomodava intermitentemente o pessoal do consulado de Angola em Solwezi.

A maior parte da equipa da IOM permanecia invariavelmente na cidade, ainda que todos os dias viessem a Meheba. Apenas um membro da agência coordenava em contínuo as operações no campo. À noite, aproveitando as cerca de três horas de electricidade que o gerador providenciava, Mercy, 35 anos e oriunda da capital zambiana, tratava da burocracia, imprimia documentos e, de seguida, no grande ecrã da sala do lodge, assistia à sua novela preferida na *Telemundo*.¹²⁰

Semanas antes, Mercy conduzira igual tarefa em Mayukwayukwa. Segundo ela, o campo a sul era mais interessante que Meheba, não sendo tão caro porque distante da especulação mineira, e a produção e variedade agrícola maior, possuía uma pequena barragem onde

¹²⁰ A *Telemundo* é uma cadeia de televisão baseada nos EUA que produz conteúdos em castelhano para o público latino-americano, sendo que, na Zâmbia, o canal chega através do operador por cabo sul-africano *DStv*. A novela em questão, *The del Monte Dynasty*, era um sucesso generalizado em todo país e, apesar de dobrada em inglês, mantinha os nomes originais. John e a mulher, Indra (filha de pai grego e mãe zambiana), decidiram atribuir ao seu filho mais recente o nome do herói da novela: Juan Pedro, porém adaptado ao português — *Joao Pedro*. Para uma análise intertextual cf. Appadurai (1996).

abundava peixe, e talvez isso refletisse o número de indivíduos dispostos a partir: em Meheba reunira oitenta e seis, ao passo que em Mayukwayukwa conseguira apenas setenta. Facto era que os angolanos continuavam reticentes em voltar, alegando frequentemente que não conheciam a real situação do país. Em qualquer dos casos, a missão da funcionária da IOM era convencer os refugiados para o repatriamento e preparar a burocracia respectiva. Aparentemente, não era muito bem visto que os funcionários da IOM ganhassem incentivos de acordo com a eficácia e produtividade, ou seja, consoante a quantidade de indivíduos angariados, dispostos a regressar. Quiçá tal facto justificasse as fricções recorrentes com o UNHCR ou, quem sabe, porque a IOM estivesse a desempenhar uma função que, até 2010, fora realizada em conjunto com a agência da ONU.¹²¹

Os exercícios de repatriamento efectuados até à data denotam exigências crescentes ao nível da segurança impostas pelo governo de Angola. Segundo Mercy, era frequente que outros refugiados e mesmo zambianos procurassem a entrada em Angola fosse através do “repatriamento”, fosse recorrendo à falsificação de documentos e/ou escondendo-se nos transportes oficiais. Em tempos, preferência fora dada ao transporte em autocarros e não mais em camiões¹²². Na altura, o repatriamento realiza-se apenas em aviões fretados ao exército de um dos países envolvidos, evitando assim passageiros clandestinos. A triagem por destino também se encontrava a cargo de Mercy, já que os aviões voavam para a localidade mais próxima da respectiva proveniência dos deslocados. A funcionária da IOM organizara vários exercícios de repatriamento: para o Huambo em 2011, para o Cazombo em 2012, para o Luena em 2013, e, desta feita com o patrocínio do Japão, de novo em direcção à capital do Moxico. Ainda assim, de Angola conhecia apenas os aeroportos onde terminava a sua tarefa enquanto funcionária da IOM e de onde não estava autorizada a sair.

Numa das noites, Mercy e Pedro Chituco, vice-cônsul de Angola em Solwezi, reuniam na sala do edifício principal do *lodge* do UNHCR. No sofá trocavam pontos de vista sobre o processo de repatriamento enquanto acompanhavam a programação televisiva. E Chituco, febril de malária, permaneceria no sofá até mais tarde, apresentando, em português, histórias e opiniões várias.

¹²¹ As fricções entre IOM e UNHCR encontravam-se bem patentes. Em algumas reuniões da IOM (que presenciei por me encontrar no *lodge*) era sublinhada a preocupação de que o UNHCR pudesse sabotar a operação. Mais investigação teria de ser feita nesse sentido com vista a esclarecer a raiz das tensões entre ambas as organizações.

¹²² “Tensions at Meheba are already high. Meheba camp officials are dealing with a number of uprooted Angolan refugees who were ready to return to Angola only to be told on the day of departure that they had to remain due to a change in Angolan restrictions. (Angola made a new requirement that all refugees, ostensibly for safety reasons, must travel on buses rather than trucks — but there are no buses capable of handling the roads between Zambia and Angola).” in Embaixada Americana de Lusaka/Wikileaks (2015).

This Identity Card is issued subject to the following conditions:

Issued on: 15 JUNE 1993

At: MEHEBA SOLWEZI ZAMBIA

Commissioner for Refugees
LUSAKA

STAMP 1993

Republic of Zambia

REFUGEE IDENTITY CARD

UN Convention of 1951 and Protocol of 1967 Relating to the Status of Refugees

RIC No. 022073

Full name: SIMON MATUNDA

Country of origin: ANGOLA

Sex: MALE

Marital status: SINGLE

Date of birth: 1976

At: MEHEBA - ZAMBIA

Profession: STUDENT

Residential address: MEHEBA REFUGEE SETTLEMENT ROAD 15 RD 19

SOLWEZI - ZAMBIA

Date of arrival in Zambia: N/A

Through: N/A

Print of left thumb

Signature of holder

15 JUN 1993

S. Matunda

This refugee identity card is issued under Section 6(2) of the Refugees (Control) Act. If found, hand it in at any nearest Police Station, Immigration Office or the Office of the Commissioner for Refugees, P.O Box 50997, Lusaka.


Jacob Mphepo
Commissioner for Refugees

Date Issued: 03/11/2010 Expiry Date: 31/12/2011


* 3 1 0 - 0 0 0 0 2 4 2 0 *

REPUBLIC OF ZAMBIA
Office of the Commissioner for Refugees
REFUGEE IDENTITY CARD



Family Name: Jose
Given Name: Pedro
Sex: Male
Date of Birth: 10/02/1974
Nationality: Angola

Place of Entry: Kamapanda
Date of Entry: 05/02/2000
Residence: Meheba

ID Card No: 310-00002420

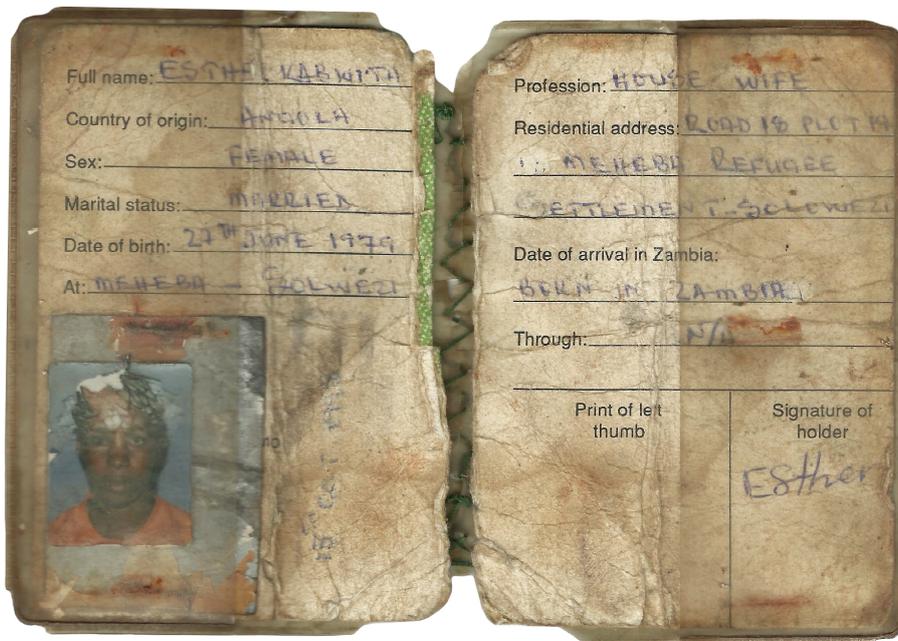
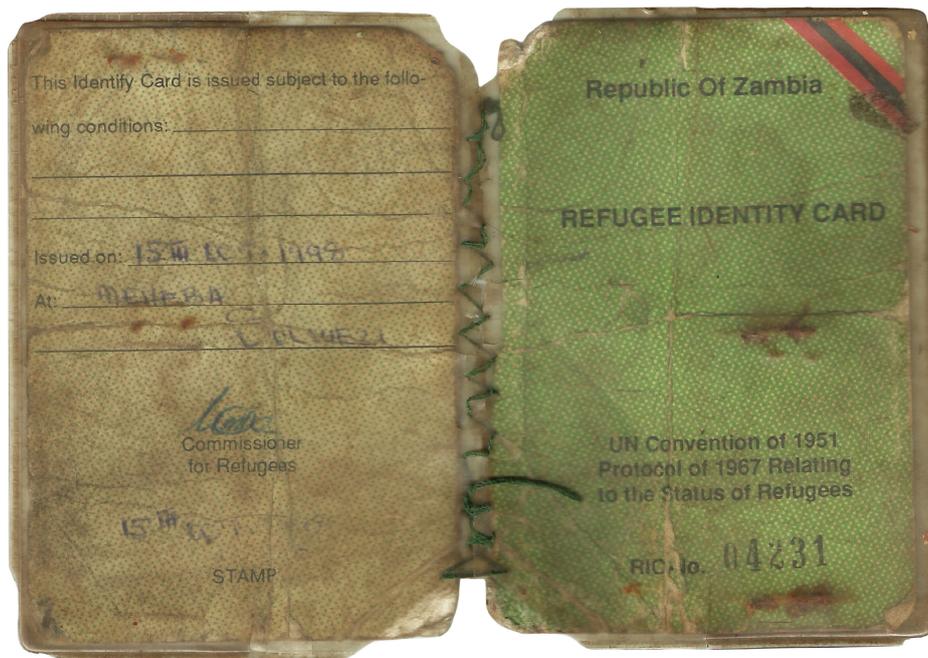


Fig. 20.1/20.2/20.3 - Refugee Identity cards

Pedro Chituco, cerca de cinquenta anos e dos quais mais de vinte passaram no mato, fluente em vários idiomas regionais, em inglês e francês, fora comandante das comunicações das FAPLA/FAA. O vice-cônsul era um bom conversador. Contou como a maior parte dos combatentes do MPLA eram analfabetos, que lutaram por ideais, ao contrário da UNITA que atraía quadros superiores, mais bem preparados, que combatiam pelos diamantes — “apenas por dinheiro”.

Nas palavras do ex-comandante, o facto de ainda existirem refugiados angolanos era uma mancha na actualidade nacional, e daí o imperativo do repatriamento.

— Angola comeu o pão que o diabo amassou! Os angolanos sofreram muitos traumas, o que viram na guerra foi horrível, e por isso merecem voltar!

E com o repatriamento quase concluído, só falta a democratização... e alguma desmilitarização...!

No dia seguinte, devido à sua frágil condição, o vice-cônsul trocava o campo pelo hospital de Solwezi. Em Meheba deixaria a mãe que com ele viera, a par de uma série de salvo-condutos por assinar. O processo de repatriamento seria atrasado alguns dias até que nova comitiva angolana se deslocasse ao campo e se encarregasse da burocracia pendente.

*

De acordo com o UNHCR, embora a “reinstalação num país terceiro” ou a “integração local” constem do rol de soluções para o problema dos refugiados, o “repatriamento voluntário” — que infere que ao voltar ao país de origem haverá um regresso à normalidade — continua a ser a “solução duradoura” mais desejada (UNHCR 2013:4-5). Permanece a dúvida se essa será a solução mais efectiva para os problemas enfrentados pelos deslocados. De qualquer modo, o processo eleitoral e os resultados das eleições de 2012 em Angola não prenunciam qualquer mudança de rumo político.¹²³ Acresce que, transcorrida mais de uma década desde o fim do conflito angolano, e após incontáveis vagas de repatriamento, torna-se difícil pensar num processo de retorno comprovadamente “voluntário”. Com efeito, como Mwenya dera conta, a maior parte dos refugiados angolanos não quis partir aquando das suas missões por crer que de facto se tratava de algo voluntário e não “impelido” como mais tarde se viria a evidenciar. Tendo em conta a probabilidade pouco realista de conseguir a reinstalação num país terceiro, aos angolanos que em 2012 recusavam o repatriamento esperava um complexo processo de regularização (UNHCR 2013:5). De forma a permanecer em território zambiano deviam enquadrar-se numa das seguintes categorias: “ser filhos de cidadãos angolanos e zambianos”, “ser um investidor ou um profissional qualificado”, “ter vivido na Zâmbia sem interrupção desde a chegada entre 1966 e 1986”, “pertencer à segunda geração e seguintes de refugiados

¹²³ Cf. Justin Pearce, *African Arguments* (9 Setembro 2012), “Angola elections 2012: Politics finally gets real”. Disponível em <http://africanarguments.org/2012/09/19/angolan-elections-2012-politics-finally-gets-real-%E2%80%93-by-justin-pearce/> consultado a 3 Março 2014.

chegados ou nascidos entre 1966 e 1986”, “estar casado com um cidadão zambiano”, ou “estar casado com refugiados de outras nacionalidades” (Anexo A). Para tal eram requeridos documentos de vária ordem (certificados de nascimento e de casamento, passaportes, comprovativos bancários e escolares, e/ou cartão de refugiado) nem sempre fáceis de obter dadas as circunstâncias em que os refugiados se encontravam. Com efeito, mesmo que por vezes enquadrados nas condições mencionadas, nem todos tinham como o provar (cf. UNHCR/GRZ 2014:13). Porém, como um polícia zambiano envolvido no processo de repatriamento confessou, esporadicamente eram feitas concessões. A difícil condição económica, o estado de saúde de algum membro do agregado familiar, famílias com idosos e crianças, a par de gratificações (leia-se subornos), pesavam neste processo.

Entre os indivíduos que não cumpriam as condições necessárias à integração local contavam-se os que chegaram na última fase do conflito — e a mais sangrenta — compondo um grupo visivelmente perturbado. Outros havia que, de uma maneira ou outra, apoiaram a UNITA e temiam represálias em caso de retorno.

O relato de refugiados angolanos que viveram em Nangweshi dá conta de como o UNHCR e o GRZ recorreram a medidas drásticas forçando o “repatriamento voluntário”. Em 2006, na iminência do encerramento do campo, o UNHCR entrevistara e registara prontamente todos os indivíduos. Alberto João Jesus, um deslocado proveniente do Huambo residente na Zona H de Meheba, contou que eram oferecidas duas alternativas: o repatriamento ou a transferência para os campos de Meheba ou Mayukwayukwa. A maior parte dos deslocados em Nangweshi eram apoiantes, membros, e/ou ex-soldados da UNITA que tanto temiam voltar para o seu país como receavam ser enganados pelas entidades humanitárias. Embora preferível, a ida para outro campo não era atractiva e, simultaneamente, aquele grupo suspeitava que, em vez de transferidos para outros campos, fossem na realidade levados à força para Angola e entregues às FAA. Assim, quando os transportes de repatriamento e transferência tinham lugar, incontáveis refugiados escondiam-se na savana envolvente, voltando às suas casas dias depois.

— Nós fugimos várias vezes, mas depois voltávamos sempre! Mas um dia o UNHCR e a polícia fartaram-se da brincadeira e começaram a destruir as nossas casas. Partiram tudo, queimaram tudo... só para nos tirar de lá, só para que nós não voltássemos mais!

Eu e a minha família fugimos duas vezes... até que fomos apanhados pelos militares que nos trouxeram para Meheba.

O receio de Alberto João Jesus era o mesmo de muitos angolanos: que a história se repetisse como em Nangweshi, que a polícia viesse e destruísse todas as casas de capim obrigando-os a partir de novo. No entanto resistiam.

Por entre uma miríade de casos particulares depreende-se a configuração de dois grupos distintos que resistem ao repatriamento: por um lado, os presentes no campo desde longa data com possibilidades de permanecer, por outro, os refugiados mais recentes e/ou com associações políticas comprometedoras e para os quais se vislumbrava um desfecho constrangedor.

A incerteza acossa todos os que “acedem regressar” a Angola. Muitos fazem-no na ausência de melhores perspectivas ou porque são induzidos a tal. Apesar da relutância, os que optam por voltar fazem-no na esperança de encontrar algo simplesmente melhor do que o oferecido na Zâmbia e em Meheba. As suas preocupações não se relacionam apenas com as restrições de bagagem que podem carregar nos aviões fretados, mas também com o elevado custo de vida no país ou no exasperante processo de reconhecimento de possíveis qualificações profissionais e escolares. Como Geraldo confirmaria, aos olhos do governo angolano os títulos obtidos em universidades da Zâmbia não valiam nada. Mas a inquietação encontrava-se igualmente associada à crença disseminada de que Jonas Savimbi continuava vivo (cf. secção 4.2), às memórias traumáticas dos lugares de onde fugiram e à frequente estigmatização do retorno pela população local. Como darei conta mais à frente, os “regressados” não se livram das suas memórias nem do passado no exílio, sofrendo acusações, perseguições, violência, actos de feitiçaria.

O temor fundado de que o país possa mergulhar de novo numa guerra é transversal à comunidade refugiada (eventualmente generalizável a toda a população angolana). Assim, com vista a enfatizar o ambiente de paz e incentivar o retorno, em algumas das reuniões com a comunidade refugiada, os representantes do governo de Angola apresentava uma série de filmes e imagens que davam conta da reconstrução do país pela mão do “arquitecto da paz” — o presidente José Eduardo dos Santos. Segundo a comitiva oficial angolana em Meheba, numa aparente prova de boa vontade o governo oferecia cerca de trezentos dólares americanos por família, a “chapa” (uma folha metálica que serve de tecto) e ainda as propinas da escola. A proposta apresentada diferia em alguns aspectos de outras anteriores e, mesmo então, a versão e postura face ao que era efectivamente oferecido variava entre os meus interlocutores, tratasse-se do staff da IOM, do pessoal do consulado ou dos beneficiários. O grupo de angolanos a repatriar duvidava profundamente das propostas do governo. Alguns desabafaram que tinham conhecimento de casos de parentes, amigos e conhecidos que haviam voltado e que ainda aguardavam os documentos de identificação. Outros, indignados, repararam também a propósito da questão escolar: “— Eles dizem que pagam a escola, mas se não há

escolas vão pagar o quê?” Outros ainda queixaram-se que o governo pagava a escola apenas às famílias que voltassem para a respectiva “terra de origem”, e que só aí atribuíam lavras.

Concordando ou não com o oferecido à chegada a Angola, facto é que uma vez iniciado o processo de repatriamento não havia recuo. Após a assinatura da devida documentação, os refugiados transferiam-se para o único *Transit Centre*¹²⁴ activo, na Zona D, aí permanecendo até ao dia da partida.

Cabe dizer que o *Transit Centre* não é senão um grande pavilhão fechado, por sua vez rodeado por um enorme espaço aberto vedado com arame farpado, que previne qualquer mudança de atitude face ao repatriamento. O *Transit Centre* é a desmultiplicação da “extra-territorialidade” de Meheba. Uma vez dentro do complexo, qualquer forma de “liberdade” será apenas devolvida em Angola após um processo simétrico.

Nos centros de recepção em Angola, com vista a identificar uma eventual rede, afinidades familiares e lugares de proveniência, os repatriados passam por nova triagem. Trata-se de um processo recorrente inerente ao repatriamento de angolanos, tenha origem na Zâmbia ou na República Democrática do Congo (Tallio 2007:150-157). Segundo o vice-cônsul angolano em Mongu, Belarmino Adriano, até que se “verifiquem todos os dados necessários” podem passar-se semanas ou meses, mas todo o tempo de permanência nos centros de recepção é “bem aproveitado”. De acordo com Adriano, encontrado em 2012, os centros atestam e/ou providenciam formação profissional enquanto averiguam a situação laboral no local de origem a que o cartão de refugiado faz menção. Quando deixam os centros de recepção, além de o governo oferecer cerca de cem dólares por cabeça, as famílias de refugiados passam a encarnar uma nova categoria social, de ora em diante serão *regressados*.

O processo de repatriamento emana uma sensação de *déjà-vu*, configurando a repetição simétrica do trajecto de fuga com a devida passagem pelo centro de trânsito antes de ingressar no campo de refugiados. Semelhante etapa parece enquadrar-se num longo processo de sucessivas quarentenas (Neto 2014:70), onde os deslocados são de novo “descarregados”, triados, “reciclados”. Resta perceber o que sucederá aos refugiados que se qualifiquem para a “integração local”.

*

¹²⁴ A infra-estrutura do antigo *Transit Centre* na Zona H foi ocupada por várias famílias, sendo que hoje constitui o seu alojamento mais ou menos permanente.



Fig. 21 - UNHCR Lodge, R 36, Zona D (2014)

Em Janeiro de 2014, coincidente com a angariação de futuros repatriados pela IOM, o UNHCR e o GRZ publicariam um documento contendo as linhas de acção gerais face à integração local para refugiados angolanos — *Strategic Framework for the the Local Integration of Former Refugees in Zambia* (UNHCR/GRZ 2014). Desde que o estatuto de refugiado cessou, em 2012, as populações de Angola e do Ruanda enquadravam-se na categoria de *populations of concern*. Nesse sentido, consoante o sucesso dos critérios e modalidades aplicados aos antigos refugiados angolanos, previa-se uma posterior adaptação e aplicação aos oriundos do Ruanda.¹²⁵

De acordo com o documento, encontrava-se reunida uma série de factores que permitiam pensar no êxito da integração: “políticas governamentais favoráveis”, tendo em conta a longa experiência da Zâmbia em acolher deslocados; “a atitude positiva por parte das comunidades

¹²⁵ “Approximately 4,000 Rwandans would be eligible. But there is less certainty about them. The government of Rwanda remains anxious that those who were involved in the 1994 pogroms should not escape justice by staying away. But on the whole, voluntary repatriation to Rwanda and Burundi has largely failed owing to a pronounced lack of interest among refugees.” in “How did Zambia become the continent-leader in refugee integration?”, in Arthur Simuchoba, *African Arguments* (2014) “How did Zambia become the continent-leader in refugee integration?”

locais em relação aos angolanos” paralelo à vontade de antigos “refugiados angolanos em colaborar no desenvolvimento local”; o “renovado interesse pelo repatriamento voluntário” — concomitante à integração local e “a longa experiência da Zâmbia com *resettlement schemes*, usados para popular e desenvolver zonas rurais e semi urbanas” (UNHCR/GRZ 2014:6).

Assim, 5,588 solicitantes (4,016 residentes em Meheba, 1,537 em Mayukwayukwa e 35 “urbanos”), antigos refugiados angolanos e, na sua maioria, à luz da “permanência de longa duração”, veriam aprovada a demanda de integração local (UNHCR/GRZ 2014:13). Mas os números oficiais davam conta de 6,952 refugiados angolanos em Meheba, ou seja, pelo menos cerca de 3,000 indivíduos teriam sido excluídos do processo (UNHCR/GRZ 2014:45). Tais números deixam por cumprir a promessa de integração de 10,000 angolanos e 4,000 ruandeses feita pelo GRZ em 2011 aquando de visita a Geneve, Suíça.¹²⁶

Para todos os efeitos, o programa de integração não pressupunha a atribuição de nacionalidade zambiana. Pelo contrário, os antigos refugiados qualificados deviam munir-se do respectivo documento de identificação nacional de Angola. A integração local baseava-se em três pilares fundamentais:

Legal Pillar: Former refugees are granted a progressively wider range of rights and entitlements by the host State, which are commensurate, generally, with those enjoyed by local citizens. These include freedom of movement, access to education and the labor market, access to public services and assistance, including health facilities, the possibility of acquiring and disposing of property, and the capacity to travel with valid travel and identity documents.

Economic Pillar: Former refugees become progressively less reliant on State aid or humanitarian assistance, attaining a growing degree of self-reliance and becoming able to pursue sustainable livelihoods. Economically integrated former refugees contribute to the economic development of the host country rather than merely constituting a “burden”.

Social and cultural Pillar: interactions between former refugees and local communities enable them to live amongst or alongside the host population, without discrimination or exploitation and as contributors to the development of their host communities. (UNHCR/GRZ 2014:10)

Uma vez concedida a autorização de permanência, os antigos refugiados eram livres de escolher o local de reinstalação em solo zambiano. Contudo, como o UNHCR e GRZ

¹²⁶ Mwala Kalaluka, *Zambian Department of Immigration* (2013) “5,588 ex-Angolan Refugees ready for local integration”, Disponível em <http://www.zambiaimmigration.gov.zm/index.php/latest-immigration-news/99-5588-exangolan-refugees-ready-for-local-integration> consultado a 20 Março 2015.

sublinharam, era esperado que as populações preferissem permanecer nas imediações de onde cresceram e criaram os seus filhos, e onde seriam disponibilizadas terras agrícolas. Nesse sentido, estava previsto que cerca de 320 km² (32,000 hectares) da área de Meheba, essencialmente localizados na actual Zona H, fossem subdivididos em parcelas numeradas, passíveis de atribuição de títulos de propriedade (automaticamente removidas da jurisdição legal dos chefes locais, portanto). Numa fase inicial, o programa a ser aplicado em Meheba e Mayukwayukwa visava garantir a reinstalação de um total de duas mil famílias angolanas, prevendo também a chegada de outras duas mil famílias zambianas. Com vista a minimizar tensões na atribuição de parcelas, o governo sublinhava que prioridade seria dada aos agregados zambianos — uma decisão algo controversa num denominado processo de integração, cujos habitantes de longa data eram os próprios refugiados. Segundo o GRZ, tratando-se de terrenos rurais-agrícolas, antevia-se a atribuição de 10 ha, quatro vezes a área outrora atribuída aos habitantes de Meheba (UNHCR/GRZ 2014:16). Tão desmesurada superfície não sublinha senão a vontade de um desenvolvimento agrícola de grande escala (cf. secção 2.6).

A solução proposta pelo GRZ e UNHCR provocou forte contestação em várias frentes. Os protestos por parte das “populações nacionais”, sobretudo na envolvente do campo, apoiavam-se numa questão central: se Angola não oferece autorizações de permanência ou vistos a cidadãos zambianos, por que razão deveria a Zâmbia fazê-lo em relação a indivíduos angolanos? O argumento de que os refugiados constituíam na realidade actores activos no caminho do desenvolvimento fora usado pelo UNHCR e pelo GRZ. Simultaneamente, dois dos chefes na região, Mumena e Matebo, aproveitariam a oportunidade para requerer o desenvolvimento e melhoramento de certas infra-estruturas nos seus domínios.¹²⁷

No que diz respeito à população em Meheba, o procedimento de integração local adquiriu outras conotações. O perímetro do enclave humanitário seria re-delimitado, provocando assim um isolamento selectivo da população que permanecia dentro da categoria refugiado, o que iria afectar nomeadamente congolese. Restava saber qual a zona a ser atribuída aos refugiados no decurso da reconfiguração legal. A separação entre comunidades de refugiados, nomeadamente entre congolese e angolanos, não fora bem acolhida em Meheba.

No caso dos angolanos qualificados, pesava ainda que a reinstalação se concentrasse na actual Zona H e mais além — um território distante da estrada principal, e em que as escassas infra-estruturas se encontravam em ruína. Mais, o GRZ reiterou que apenas providenciaria o

¹²⁷ “Two Traditional Leaders supports local integration of Angolans and Rwandese into their chiefdoms” *Lusaka Times* (27 Março 2014) disponível em <http://www.lusakatimes.com/2014/03/27/two-traditional-leaders-supports-local-integration-angolans-rwandis-chiefdoms/> consultado a 20 Março 2015

mínimo essencial e as mais básicas instalações, sendo que tudo o resto deveria ser construído gradualmente e seguindo os “standards nacionais” (UNHCR/GRZ 2014:16); o que corresponde a dizer muito inferiores ao oferecido em Meheba e, provavelmente, equivalente ao encontrado em Angola. Posto isto, as dúvidas em relação ao retorno voltariam a entrar na balança, comprovando que mais importante do que as condições oferecidas no país de origem pesam as circunstâncias enfrentadas no país de exílio (Kibreab 2003:58).

A preocupação face à transferência para a imensa Zona H não se resumia apenas à perda de centralidade e de acesso a infra-estruturas fundamentais dentro de Meheba, ou à tarefa árdua de desbravar um novo território, refazer casas e colheitas. A história sublinha como há muito que assim é. Subjacente às preocupações dos refugiados angolanos — e nesse aspecto o caso de Luzendo Chembo é emblemático — encontra-se o espectro do “mato”, paisagem onde predominaram os confrontos e atrocidades durante o conflito. Ao “mato”, e por arrasto à “cidade”, associam-se significados que a memória não apagou. Perante as circunstâncias oferecidas pela integração local, inúmeros angolanos reconsideravam a situação; quiçá o repatriamento fosse um desfecho preferível.

Em relação aos que ficam como aos que partem — refugiados, integrados, repatriados — é inevitável não validar o postulado de Zygmunt Bauman: “Refugees, the human waste of the global-frontier land, are ‘the outsiders incarnate’, the absolute outsiders, outsiders everywhere and out of place everywhere except in the places that are themselves out of place (2004:80).”

*

Ao mencionar o termo “repatriamento”, de imediato sobressai a ideia afim de “pátria” — a terra dos pais, dos antepassados. A palavra pátria insinua uma forte relação identitária, remetendo para o território onde alguém nasce ou de onde provém, e em relação ao qual se supõe ligado através de vínculos afectivos e culturais, por determinados valores e história partilhados. A ideia de *pátria* abraça uma relação do foro emocional, encerra uma dimensão imaterial e, em certos casos, possui até uma boa dose romântica. Mas pátria é também sinónimo de país, de nação — e até de casa¹²⁸. E não é por acaso que os territórios onde se inscreve(m) a(s) pátria(s), outrora desfocados, fluidos, se encontram paulatinamente segmentados, transformados em nações bem definidas e “coloridas como num mapa escolar” (Malkki 1992:26).

¹²⁸ Na literatura anglo-saxónica o termo *home* pode ser sinónimo de pátria, lar, casa, habitação, terra natal, origem, família.

No mundo contemporâneo todos os indivíduos devem possuir uma nacionalidade, ainda que a sua “universalidade formal enquanto conceito sócio-cultural contraste com a irremediável particularidade da sua concreta manifestação” (Anderson 2006:5). O enquadramento numa *national order of things* tende a imprimir uma naturalização dos laços entre grupos e lugares que, por sua vez, fomenta a concepção do deslocamento como algo patológico (Malkki 1992, 1995b). O repatriamento vem colmatar tal anormalidade ao pressupor que os indivíduos deslocados, num estado liminar, mantêm um forte vínculo, ou um forte sentido de identidade, com o país/nação/território/lugar de onde terão partido (ou os seus pais ou avós), e, portanto, para aí devem voltar. Como avança Malkki:

The ‘making strange’ of the asylum country often corresponds to the assumption that the homeland or country of origin is not only the normal but the ideal habitat for any person, the place where one fits in, lives in peace, and has an unproblematic culture and identity. (1995b: 509)

Através do repatriamento espera-se que os refugiados voltem para uma “situação anteriormente existente” — e que no entanto já não existe. O repatriamento sugere a “reconstituição de um passado e respectiva comunidade”. Contudo, “(...) if the situation in the country of origin cannot be reconstituted, the durable solution of asylum involves integration and adaptation into a society that is foreign to the refugee (Warner 1992:365).”

Hammond (2004) dá conta de como um grupo de refugiados do Tigray, deslocados no Sudão, encontrou no repatriamento para a Etiópia uma oportunidade de refazer e melhorar a sua vida. Embora voltando para uma região e paisagem relativamente estranhos¹²⁹, o retorno ao país de origem asseverou-se como o caminho em direcção a uma hipotética normalidade e, ao mesmo tempo, como forma de recuperar uma série de direitos e autonomia.

A relação entre identidade, lugar e deslocamento — sobretudo entre refugiados e repatriados, — revela-se sobejamente complexa, compreendendo-se o porquê de continuar a alimentar debates que demonstram a singularidade e importância de uma análise caso a caso (Stepputat 1994, 1999; Malkki 1992, 1995a, 1995b; Kibreab 1999, 2003; Warner 1992, 1999; Brinkman 1999, 2005; Allen & Turton 1996; Turton 1999, 2005; Bakewell 2000, 2007; Hammond 2004; Agier 2011, 2013; entre outros). Mas todas as questões levantadas pairam, inevitavelmente, em torno de um aspecto fundamental: embora num mundo de omnipresentes fluxos, de influências culturais díspares, de identidades múltiplas, a verdade é que apenas no “lugar de origem” os indivíduos poderão almejar a cidadania e respectiva panóplia de direitos

¹²⁹ Trata-se de um grupo heterogéneo que fugira das terras altas do Tigray e que veio a reinstalar-se num sopé/planície da nova região do “Tigray”. A reconfiguração administrativa regional teve lugar aquando no exílio, sendo que quando tal grupo voltou, se supôs que estivessem a voltar a “casa” (Hammond 2004:3-4).

que daí possam advir, diminuindo, ao mesmo tempo, o risco de uma hipotética futura expulsão (Kibreab 1999, 2003; cf. Agier 2013). Como Ranger sintetizou:

(...) the concept of 'repatriation' derives from the idea of a 'patria', and this in turn implies that an individual's primary identity, rights and obligations derive from membership of a 'nation'. The nation encapsulates 'home' in terms of language, culture, rights to citizenship and land (1994:289).

Não deixa de ser curioso, porém, que, para a grande maioria dos refugiados, fora a ida para um campo e entrada na respectiva categoria a atribuir, pela primeira vez, uma série de direitos, o acesso a cuidados de saúde e escolas — elementos muitas vezes inexistentes no país de origem ou de asilo (Kibreab 2003:58). Concomitantemente, no caso em análise, constata-se como a ida para um campo contribuiu sobremaneira para a manufactura da própria ideia de nação, de pátria, de país. Nesse sentido, a relação entre indivíduo, identidade, lugar e deslocamento, porque frequentemente contingente e reterritorializável, é amplamente dependente da conjuntura e do contexto enfrentados pelos deslocados. Mais, quando se olha para o caso de Angola compreende-se como semelhante relação, extremamente complexa, se encaixa num conjunto de estratégias de sobrevivência alargadas.

Ao constituir uma das regiões mais martirizadas pela recente guerra e de onde incontáveis refugiados fugiram, mas visivelmente entre as menos marcadas pela empresa colonial portuguesa (Roque 2003), a região leste do Moxico mostra-se emblemática a esse propósito. Os encontros durante a pesquisa na região sugerem que a maior parte dos “refugiados angolanos” integravam populações que residiam fora dos centros coloniais — no “mato”. O relativo isolamento rural em que viviam mantinham-nos, até certo ponto, apartados da mão colonial e da sua influência cultural directa, e, posteriormente, de muitos dos jogos políticos nacionalistas. Tais circunstâncias permitiam-lhes recorrer a diferentes identidades e associações de acordo com os contextos mais ou menos favoráveis.

O caso de um grupo de deslocados nyemba (ou nganguela, consoante o ponto de vista geográfico), provenientes do Cuando Cubango e a viver em Rundu, Namíbia, elucida sobre a natureza ardilosa e flexível que determinados grupos estabelecem com ideias de lealdade e identidade, bem como da estreita relação com a devida inscrição espacial (Brinkman 1999). Um outro exemplo dá conta de como no planalto central angolano, durante a guerra civil, as populações locais equilibravam a sua identidade política consoante a presença da UNITA ou do MPLA (Pearce 2011). De novo, cabe lembrar o poder dos documentos de identificação nacionais e de como certos indivíduos usam a identidade como recurso estratégico ao longo da fronteira da Zâmbia com Angola (Bakewell 2007). Compreende-se como um tal malabarismo

identitário, pragmático, é manifestamente difícil de alcançar quando se está encerrado num campo de refugiados.

Ao dissecar a situação dos refugiados angolanos em Meheba, verifica-se que foi a guerra seguida de um necessário exílio que, em diferentes medidas e com um vívido teor político, moldou, reforçou e/ou consolidou uma identidade nacional, que vinculou a ligação a uma pátria. Os dados recolhidos preconizam que, a partir da guerra pela independência e durante subsequentes hostilidades, elementos fortuitos como a presença e ocupação territorial, o recrutamento militar forçado ou voluntário, ou as afinidades e entendimentos étnicos conseguidos pelas forças nacionalistas se revelaram centrais no traçar de orientações políticas. Além disso, o carácter hegemónico das principais forças nacionalistas e o facto de reclamarem a totalidade do território angolano (cf. Messiant 1995) terá, sem dúvida, contribuído para a formulação de Angola como marca identitária central. Ora, tal processo viria a encontrar um eco no espaço de Meheba, onde as populações exiladas se distribuíam de acordo com a topografia nacional e partidária. Certos casos demonstram como o doutrinamento político tivera início ainda no país, todavia, através de muitos outros compreende-se que a politização ganhara expressão apenas quando chegados ao campo. A divergência política fomentaria o sentimento de pertença e unidade nacional. Mais, os motivos por detrás do deslocamento forçado abraçariam uma história comum ancorada num território preciso, circunstância manifestada por vários grupos em Meheba: “somos todos refugiados angolanos” (Agier 2011:123).

A diferenciação nascida do confronto com outras nacionalidades de deslocados e com o pessoal humanitário internacional em Meheba, a referência à nacionalidade e região de origem na carta de refugiado, a marginalização vivida pelos refugiados face à população zambiana ou o processo de “repatriamento voluntário” constituem elementos que integram uma ampla e variada lista de factores afins ao deslocamento que conduziram à cristalização de Angola como lugar de origem e/ou de referência.

Não obstante um confirmado afecto e sentimento de pertença aos territórios angolanos de onde alguns partiram, foi no exílio do espaço-campo que semelhante identidade se cristalizou, se imobilizou. A ligação à pátria alicerçou-se nos contextos de um quotidiano incerto, suspenso, accidental. Dessa forma, longe da construção de uma “cosmologia histórico-mítica” (Malkki 1995a), frases feitas como “Angola é a minha terra!” ou “Angola é o meu lugar!” abundavam no discurso de alguns refugiados angolanos que nunca estiveram no país ou que nunca mais aí voltaram desde a sua fuga, recente ou longínqua. Sem pretender medir a profundidade dos laços com Angola, a meu ver tais declarações evidenciam o “repatriamento como um regresso a casa” (Bakewell 2000:357; Hammond 2004:3). Além de servirem um propósito e um desejo burocrático, também denotam uma busca de reconforto, uma procura de justificação face à

perspectiva da partida. Acima de tudo, o repatriamento encapsulava um sentimento de esperança.

*

No decurso desta reflexão, que engloba noções tão delicadas como pátria, identidade ou cidadania, arrisco um breve *détour* elaborando uma inferência lógica em relação a essas noções.

Uma vez num campo de refugiados, os respectivos habitantes vêm a integrar uma identidade composta pelo estatuto legal seguido da menção à proveniência: “refugiado angolano”, “refugiado congolês”, etc. Não obstante o passar ou o prolongar da emergência que os levou até ao campo, constata-se que as gerações seguintes herdaram ambas as designações, perpetuando dessa forma uma espécie de linhagem humanitária. Como ressalta Agier:

Parler de ‘seconde génération’ de réfugiés est un contre-sens du point de vue sociologique, puisqu’il s’agit d’une émergence de générations localisées dans l’exil de leur ascendance. Mais le terme correspond au statut (ou au non-statut) des enfants réfugiés qui, bien que socialisées dans un nouvel emplacement, restent attachés au (non) statut de leur parents réfugiés. (2003:73)

Na atribuição do (não-)estatuto legal bem como na manutenção da referência à pátria — a nação dos antepassados — prevalece o princípio de *jus sanguinis*. Ou seja, é a ascendência (ou o direito de sangue) que legitima e perpetua o enquadramento identitário oficial. No entanto, como já mencionado, é a ida para um campo que formula e confere inteiro sentido à categoria, moral e política, de “refugiado”, fixando, por sua vez, a complementar referência ao país — ou nação — de “origem” (Bakewell 2000, 2007). Com efeito, e como foi anteriormente explorado, inúmeros deslocados do conflito angolano que evitaram a ida para Meheba, acabaram por integrar-se ao longo de aldeias de fronteira ou em aglomerados urbanos. E a assimilação no tecido social local acabou por esbater duas categorias identitárias: “refugiado” e “angolano” (cf. Hansen 1979a, 1990; Bakewell 1996, 2000).

Ora, decorre que na formulação e no uso de tais identidades, mais do que a própria ascendência, pesa a inscrição espacial. Perante tal contexto, em que é o lugar de nascença que cristaliza a formulação “refugiado angolano”, quiçá fosse mais apropriado pensar num princípio de *jus soli* (direito de solo). Mas a legalidade não só nega semelhante lote de direitos associados como propõe um outro curso. Como Agier discorre:

La situation créée par les guerres et les exodes actuels entraîne une mise en question de deux piliers essentiels de l'État-Nation. Le premier est celui qui associe la naissance à la nationalité: par exemple, *à quel État de droit — et de droits — appartient un enfant qui naît dans un camp de réfugiés?* Le second fait la relation entre la citoyenneté et l'humanité, sachant qu'au-delà d'un universalisme abstrait des droits humains, leur application dépend toujours d'une localisation: par exemple, *à quel droits humains universels a-t-on effectivement accès si l'on a perdu l'usage de sa citoyenneté nationale?* (2003:73, ênfase do autor)

Uma segunda extrapolação derivada da anterior merece análise. Os campos de refugiados, lugares frequentemente cosmopolitas (no sentido em que contêm indivíduos de inúmeras proveniências e contextos), constituem enclaves geridos por um governo humanitário deslocalizado, com sede em Geneve. E o UNHCR, organismo responsável pelo funcionamento de tais enclaves extraterritoriais, não é senão parte da ONU, entidade maior que congrega e representa todas as nações do globo, e que se pauta, entre outras coisas, pela defesa de direitos universais. Podia pensar-se então que, para quem nasce num enclave gerido pela ONU, a pátria fosse esse mesmo encontro: alguém nascido num campo de refugiados seria um verdadeiro “cidadão do mundo” (cf. Cambrézy 2001:49). Mas não é assim.¹³⁰

Como questiona Cambrézy, serão os refugiados um “povo”, uma “casta”, uma “nação” sem território (2001:154)? Extrapolações à parte, para certos indivíduos pertencentes às segundas, terceiras, e inclusive quartas gerações de refugiados em Meheba, importa ponderar se o repatriamento significa voltar a “casa” ou apenas abandoná-la (Bakewell 1996). No caso análise, constata-se que o repatriamento é frequentemente vivido sentido como uma espécie de “expatriamento”.

*

O contratempo verificado na emissão dos salvo-condutos, devido à malária do vice-cônsul, seria seguido de outro, referente à disponibilização da gasolina para os aviões militares a cargo da Sonangol (companhia petrolífera angolana). Fora isso, a equipa composta pelos quatro elementos da IOM (Mercy, dois zambianos e um angolano), pela polícia zambiana (instalada na Zona A) e respectiva logística (vários 4x4 da IOM, da polícia e do UNHCR e dois autocarros)

¹³⁰ Numa possível resposta: “People on the move do not automatically become citizens of the world, and neither the state nor territorialized identities have vanished. On the contrary, it seems that the state is being reorganized and boundaries reinforced, and that the new ways of controlling movement are emerging which contribute to the construction of the state as the legitimate expression of territorial sovereignty (Stepputat 1999:418)”.

encontravam-se em Meheba e prontos para a partida. Tal cenário parecia contrastar com os arrependimentos verificados no *Transit Centre*: aparentemente, duas famílias, totalizando treze indivíduos, queriam desistir. Mas era tarde demais.

Na noite anterior à partida, e com vista a celebrar o fim iminente da tarefa, a equipa da IOM organizou um pequeno jantar no *lodge* e para o qual fui convidado. Para o efeito, a equipa fora até Solwezi abastecer e Mercy substituiria as duas cozinheiras habituais — oriundas do Ruanda e do RDC — preparando um prato de *spaghetti alla bolognese* regado com vinho tinto sul-africano.

Por volta das quatro horas da manhã todo o *staff* estava desperto e as operações em marcha. Uma vez no *Transit Centre*, e destacando-se pelo seu chapéu que o remetia para o *Outback* australiano, o funcionário angolano da IOM coordenava as operações. Confirmado que os aviões do exército angolano esperavam a comitiva no aeroporto de Solwezi, luz verde era dada para que os refugiados entrassem nos autocarros.

As reacções entre refugiados eram mistas: havia quem esboçasse sorrisos expectantes, enquanto outros choravam prostrados. Um grupo tentou evitar a partida, agarrando-se às grades do edifício. Inevitavelmente, seriam forçados a entrar no autocarro pela mão da polícia. À entrada do *Transit Centre*, e em contraponto com os anteriores, outros refugiados pediam para também partir. Teriam que esperar por novo *convoy*.

Apenas uma família seria barrada de embarcar pelo assessor do RO: uma queixa de última hora denunciara que um dos rapazes engravidara uma rapariga de 15 anos e, portanto, não podia sair de Meheba enquanto não se esclarecesse a situação.

O dia começava a clarear. Não estando autorizado a ir até ao aeroporto, o veículo da IOM deixar-me-ia nas proximidades de uma Solwezi ainda adormecida. E o *convoy* prosseguiria até ao aeroporto da cidade, daí para Angola, para o “mato” ou para a “cidade”.



Fig. 22.1 // 22.2 - *Convoy de repatriamento, Meheba (2014)*

3.3 Na cidade...

Vista do céu, Luanda lembra um imenso arquipélago humano: o oceano de musseques, apenas travado pela majestosa marginal, rodeia as ilhas de construção formal, essencialmente compostas por antigos bairros coloniais, novos condomínios fechados, gruas e mega-estruturas em desenvolvimento, arranha-céus pautados por siglas de bancos nacionais e internacionais, companhias petrolíferas ou pela famigerada *de Beers*. Do alto compreende-se como os musseques “rodeiam” a cidade de betão, a “interrompem” e “penetram” (Messiant 1989:130). Uma vez em terra, não só tal cenário adquire uma escala suplementar, como a actividade à sua volta ajuda a deslindar o mundo social correspondente.

À saída do aeroporto, dezenas de autocarros enchem-se com os meus colegas de viagem asiáticos, por sua vez esperados nos estaleiros de construção da capital ou outros espalhados um pouco por todo o país. Também ostentosas viaturas de vidros fumados aguardam apumados homens de negócios de várias proveniências.

A segregação sócio-espacial da capital é evidente (cf. Rodrigues 2007a, 2009), mas o trânsito infernal permanece democrático: independentemente da viatura, origem ou faixa sócio-económica, não há como escapar à gravidade automóvel. Nas intermináveis filas, o ruído, o pó e a poluição — também elementos amplamente democratizados — reinam entre a humidade sufocante enquanto o pequeno comércio floresce. Zig-zagueando por entre os veículos há quem venda cartões e carregamentos de telemóvel, jornais, artefactos de plástico vários, vassouras, cd’s e dvd’s pirateados, água, refrigerantes. Até auto-rádios com as respectivas colunas *stereo* são instalados enquanto se avança a conta-gotas. Os intermináveis engarrafamentos são também oficinas improvisadas. Lateralmente, sob as árvores que vão resistindo ao cimento e ao alcatrão, há quem venda cigarros, rebuçados, vegetais e fruta — 500 Kwanzas por um ananás (cerca de cinco dólares americanos), um valor proibitivo para a maior parte da população angolana¹³¹. Na berma da estrada, os esgotos correm a céu aberto, o lixo amontoa-se e, em conjunto com o mar de construções precárias e respectivos

¹³¹ As estatísticas informam que cerca de dois terços da população de Luanda vive com menos de dois dólares por dia, sendo que o número referente ao total do país se situa nos 36,6%. As estimativas referem-se a 2008, no entanto a situação mais recente não terá melhorado significativamente — sobretudo desde a queda do preço do barril de petróleo em 2014. “Angola — Poverty headcount ratio at \$2 a day (PPP) (% of population)”, WB disponível em <http://data.worldbank.org/country/angola> consultado a 16 de Março 2015.

Para um relato assustador, não obstante fidedigno dos preços praticados em Luanda, bem como acerca da comunidade expat ver: Michael Specter, *The New Yorker* (1 Junho 2015), “Extreme City: The severe inequality of the Angolan oil boom”, disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2015/06/01/extreme-city-specter> consultado a 4 de Junho 2015.



Fig. 23.1 - Luanda centro, bairro da Maianga // 23.2 - Marginal/Baía de Luanda (2013)

habitantes, esgota-se cada centímetro de solo urbano.¹³²

A pesquisa em Angola enfrentaria inúmeras dificuldades e contratemplos. A cidade de Luanda — vibrante, caótica, sobrepovoada — era o meu ponto de partida de uma atribulada busca de contactos trazidos de Meheba, da Zâmbia. Geraldo, o meu primeiro interlocutor e a partir de quem começara a presente saga, a par de Abel, primo de João Lijimu, constituíam a primeira etapa na continuação de um intrincado novelo de mobilidades várias.

*

Após a infância e adolescência em Meheba, passando por um período de quase quatro anos em Lusaka a estudar administração e gestão de empresas, Geraldo “regressava” adulto a Angola. Pouco antes do retorno, recebera a notícia de que a mãe morreria na sua terra natal, Cazombo, Moxico. Na transição para 2013, Geraldo começava a reconstruir uma vida na sua “pátria”.

Quando o contactei em Luanda, Geraldo pediu para que nos encontrássemos num dos cafés da ilha homónima. Inicialmente nervoso, nos encontros seguintes um pouco mais tranquilo, o angolano partilharia algumas dificuldades, inquietações e sucessos que tivera até àquela data.

Geraldo continuava a falar da Zâmbia com um carinho especial, seguia os jogos de futebol sempre que possível e acompanhava a situação política com a mesma atenção que em Angola.

Embora entre familiares, Geraldo confessou que os meses no Cazombo foram extremamente difíceis. Além da tristeza da perda, teve que lidar com a “inveja” e “desprezo” de parentes e supostos amigos, inclusive alguns que haviam vivido e crescido com ele em Meheba. Apesar dos seus estudos superiores — um dos motivos centrais da animosidade e que descrevia como uma forma de “inveja” —, Geraldo não conseguira encontrar trabalho em tão distante lugar.

— Tu não falas português, não conheces quase ninguém, culpam-te pelo teu pai ter sido da UNITA, toda a gente sabe que és “regressado”, ah! A tua vida está tramada... Apesar de tudo, deus abençoou-me!

¹³² Para uma abordagem crítica sobre as práticas sociais e a vida pública em contextos urbanos africanos, e de como as “cidades africanas” — aparentemente caóticas — podem funcionar, de como as cidades encerram inúmeras estratégias de sobrevivência, ver Simone & Abouhani (2005). Para o caso de Luanda ver pro exemplo Rodrigues (2006, 2007a, 2007b), sobretudo a questão dos “esquemas” familiares.

Recorrendo à sua rede de contactos “internacional” conseguiu angariar dinheiro para ir até Luanda e aí encontrar trabalho. Quando nos encontrámos na capital, Geraldo acabara de conseguir um bom emprego. Os seus estudos e conhecimentos de inglês revelaram-se essenciais para o cargo que desempenhava numa empresa norte-americana de exploração de petróleo offshore. Geraldo estava deslumbrado com a capital, ou pelo menos com as suas zonas nobres, mas a outros níveis a sua vida não corria de feição.

— Sabes, outro dia estava a pensar que a minha vida actual é como Luanda... há a ilha, a praia, a marginal, há todos estes sítios bonitos onde nós estamos e que toda a gente quer conhecer, que toda a gente fala. Mas se saís daqui e vais mais para dentro, onde vivem as pessoas, ah!, aí percebes que a vida real está lá...

Eu agora tenho um bom emprego, trabalho aqui perto da baixa, mas depois quando volto para casa é outra coisa: é longe, o bairro é muito desorganizado, não conheço ninguém e todos me olham desconfiados, perguntam quem sou eu...

À superfície parece que está tudo bem mas não está... Eu gostava de viver sem estas preocupações...

(...)

Também tenho colegas de trabalho que não falam português, mas não faz mal, porque eles não são de cá, eu sim...

Não falar português era um obstáculo, mas o maior desafio fora encontrar casa em Luanda — “um pesadelo para quem não tem familiares ou amigos que te recebam”. Geraldo evitou referir onde habitava. Mas a razão da insistência para que nos encontrássemos na baixa possuía outros contornos afins.

— Se me virem contigo na baixa ou na ilha não há problema, é sinal que tenho amigos brancos importantes, e vão respeitar-me por isso! Mas se alguém nos vir juntos onde eu moro, vão começar a fazer perguntas, porque se tu fosses importante não querias conhecer o lugar onde eu vivo... Eu não quero que os meus vizinhos comecem a perguntar quem és tu, porque vão descobrir a minha história e isso não é bom aqui...

(...)

Um dos meus colegas de casa já mudou várias vezes de casa e disse-me para ter cuidado. Ele veio para Luanda sozinho, tinha um apelido ovimbundu e teve que o

mudar porque ninguém lhe dava trabalho, ninguém lhe alugava casa ou um espaço no quintal.

As pessoas aqui têm inveja quando a tua vida corre bem, e se sabem que tu és regressado, vão complicar-te a vida! Isto parece que está a correr bem mas não é bem assim... A vida em Luanda é muito dura!

Contudo, Angola proporcionara-lhe uma grande conquista: a possibilidade de cidadania. Embora a tensão social com outros angolanos fosse real, a verdade é que ao possuir os documentos de identificação podia “circular sem outras autorizações”, podia “trabalhar e ganhar um ordenado, ser promovido como qualquer outro cidadão” e, “se um dia viesse a dominar o português, poderia até candidatar-se a algum cargo político.”

Em nada comparável com Geraldo, com quem havia estabelecido uma relação de amizade, o encontro com um parente do Sr. João Lijimu seria efémero e superficial. Do Sr. Abel possuía um número de telefone e a indicação de que trabalhava numa bomba de gasolina na estrada de Viana. Contactado, o Sr. Abel pediu que nos encontrássemos em frente ao Terminal de autocarros de Rocha Pinto.

A conversa foi breve e evasiva, não permitindo sequer sair da berma da caótica avenida de encontro. Exceptuando o interesse em saber como estava o seu primo João Lijimu, o Sr. Abel, cerca de 60 anos, fugiu a quase todas as perguntas.

— A vida em Luanda não está fácil, mas vou voltar para o Moxico? Não posso... E voltar para a vida da lavra? Não...

Já andei por demasiados sítios, daqui já não saio...

Aparentemente não vivia em Rocha Pinto mas algures ao longo da estrada de Viana. Antes de partir de candongueiro sublinhou, desculpando-se, que não o procurasse mais:

— Falar de coisas do passado não é bom para mim.

*

As cidades constituem pólos de atracção dinâmicos, extremamente eficientes sob vários pontos de vista. A proximidade populacional facilita o desenvolvimento de infra-estruturas essenciais, o acesso à saúde e à educação e outros serviços sociais; fomenta economias de escala e sinergias, bem como estimula a oferta e produção cultural. Apoiando-se em

indicadores como o do “limiar da pobreza”, o World Bank sugere mesmo que a urbanização ajuda a reduzir a pobreza extrema.¹³³ Porém, o crescimento populacional acentuado, não controlado, pode provocar uma série de problemas graves, desde a escassez de habitação e a produção de bairros de lata, à inexistência de saneamento básico, à poluição e degradação do ambiente local, ao desajustamento do sistema viário, ao mesmo tempo que propicia conflitos sociais de vária gama, em que o aumento do crime é a cara mais visível. A cidade concentra e representa “todos os sucessos e falhas da humanidade” (Reader 2004:1).

Hoje em dia, estima-se que mais de metade da população mundial viva em cidades, um facto facilmente apreendido e explicável em Angola. Dados recentes do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), fruto do primeiro censo completo desde a independência, informam que a taxa de crescimento demográfico anual na província de Luanda situa-se entre os 12 e os 20% (um crescimento quase equivalente no Huambo, Benguela, Lobito e Lubango), e que a idade média da população no país ronda os 20 anos. A mesma fonte informa que 62,3% da população angolana reside em aglomerados urbanos (INE 2014; cf. Tabela 2). Tais números colocam o país acima da média do continente que conta com uma taxa de desenvolvimento urbano de 37%, acima da vizinha Zâmbia com 40% e quase igualam a África do Sul, com 64% (WB 2013). Contudo, dados de 2009 estimam em 65% a população urbana a viver em bairros informais sem as mais básicas infra-estruturas e que cerca de um terço do país se encontra abaixo do “limiar da pobreza”¹³⁴ (UNSD 2009). Uma tal conjuntura explosiva maximiza os riscos de contestação e arrisca, a qualquer momento, comprometer a frágil estabilidade do país (Vines & Weimer 2011).

¹³³ “Urbanization is helping power people out of extreme poverty and assist delivering on the MDGs, says report” *World Bank* (17 Abril 2013), disponível em <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/16/urbanization-is-helping-power-people-out-of-extreme-poverty-and-assist-delivering-on-the-MDGs-says-report> consultado em 20 Agosto de 2015. Ver nota seguinte.

¹³⁴ O conceito do “limiar da pobreza” (*poverty line*) — fasquia que sugere que com menos que 2\$US por dia (valor recentemente actualizado de 1\$US) se vive em pobreza extrema — parece-me manifestamente inoperativo, sobretudo no caso de Angola cuja economia artificial se encarrega de inflacionar os preços. Não é meu objectivo encetar uma discussão acerca da validade de tal indicador, mas não deixa de ser pertinente reflectir acerca dos resultados da utilização da concepção de “limiar da pobreza”. Com efeito, um tal indicador tende a generalizar a economia monetária — substituindo a economia de câmbio, por exemplo —, encontra-se associado a ideias de “desenvolvimento” e acaba por fomentar um processo de melhor controlo burocrático sobre as populações em questão (cf. Ferguson 1994). Os dados fornecidos por inúmeros relatórios da ONU e do WB sugerem que as zonas rurais se encontram entre as mais representativas no que diz respeito a populações a viver abaixo do “limiar da pobreza”, no entanto, a minha experiência em várias cidades e em zonas rurais de Angola leva-me a crer que a pobreza material e alimentar é bem mais evidente em meio urbano.

Tabela 2 - Distribuição da população urbana, Angola

(UNSD 2009; INE 2014)

Província	População total	População urbana	Capital da província
Luanda	6,542,944	97,5 %	32,2% (Luanda)
Moxico*	727,594	54,7 %	48,2% (Luena)
Lunda Sul	516,077	77,6 %	82,1% (Saurimo)
Cuando Cubango	510,369	56,5 %	60,1% (Menongue)
Huambo	1,896,147	46,7 %	35,1% (Huambo)
Benguela	2,036,662	62,8 %	25,2% (Benguela)
Huíla	2,354,398	33,2 %	31,1% (Lubango)
(...)			
Angola	24,383,301	62,3% (dos quais cerca de 65% a viver em bairros informais)	—

(*O município do Luau conta com 84,477 habitantes e o Alto-Zambeze, onde se situa o Cazombo, soma 100,476 habitantes)

Tabela 3 - Crescimento da população, Angola

(Bender 2009; INE 2014; Hoornweg & Pope 2014; UNDESA/PD 2014, 2015; WB 2015)

	1940	1950	1960	1970	1990	2000	2014	2050
Luanda	61,208	137,000	189,500	475,328	1,567,937		2,107,648	
Grande Luanda							6,542,944	14,300,000
Angola				5,600,000	10,333,844	13,924,930	24,383,301	65,000,000

Ao olhar para o desenvolvimento urbano e respectivo crescimento populacional (Tabela 2 e 3) compreende-se que o mesmo se processou de forma lenta, conhecendo um crescimento significativo nas últimas décadas de presença colonial e disparando durante as longas guerras no país.¹³⁵ Se no final do século XIX, Luanda e Benguela (fundadas respectivamente em 1576 e 1617) eram as únicas cidades de Angola, em 1940 existiam oito, dezasseis em 1960 e mais de vinte em 1970. Durante igual período, também o número de aglomerados intermédios aumentara substancialmente, aldeias e vilas subiram à categoria de cidade (Amaral 1978:44), a urbanização espalhava-se um pouco por toda a superfície angolana (Fonte 2007; cf. Neto 2012). As últimas décadas de governo colonial trariam à então “província ultramarina” um desenvolvimento económico sistemático (baseado sobretudo na exploração dos recursos existentes), com a respectiva ampliação da rede de estradas e caminhos de ferro. Semelhante desenvolvimento não só atraía populações da metrópole¹³⁶, como servia para apaziguar o descontentamento local e a efectivar um melhor controlo sob o território.

Nas cidades e aglomerados urbanos, os “brancos” desesperavam por mão-de-obra local que respondesse às demandas domésticas, do comércio e serviços, da indústria, da construção e manutenção de infra-estruturas. Ao mesmo tempo, as autoridades coloniais procuravam controlar a afluência de “nativos” à cidade, pois, para estes, fugir para a urbe e aí encontrar um trabalho podia evitar o trabalho forçado. De forma similar ao que sucedia na África do Sul, somavam-se os *raids* policiais nos musseques, capturando populações e devolvendo-as aos meios rurais, prontas para a recruta laboral forçada, deixando, simultaneamente, as oportunidades para portugueses brancos iletrados (Birmingham 2006:78). Mas a tentativa de controlo sobre os fluxos populacionais não impedia o crescimento urbano. À medida que os habitantes “africanos” chegavam à cidade, se instalavam nas franjas construindo onde fosse possível, os bairros de lata tornavam-se parte da paisagem urbana (Batalha 1950). A longo prazo, “[p]opulation mobility on this scale was to lead locally to severe communal tensions between black and white but also between different African ethnic groups (Newitt 2007:64).”

A hierarquização entre grupos africanos e respectiva categorização identitária colonial (“indígena”, “assimilado”, “civilizado”), a par da construção de estradas, vilas e cidades, associou, gradualmente, novos significados a ideias como “aldeia” e “mato”. O processo de

¹³⁵ O valor apurado pelo INE (2014) em relação à percentagem de população urbana, de 62,3%, excede em larga medida as previsões do UNDESA/PD (2014) *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*. Na verdade, o UNDESA/PD tinha como previsão para 2050 o valor de 63,8%, sensivelmente o mesmo apurado pelo INE referente a 2014. Tal número quase duplica as estimativas da população urbana em Angola avançada pela ONU e pelo World Bank para o mesmo período.

¹³⁶ O crescimento da população branca em Angola fora evidente, passando de 9,198 em 1900, para 78,826 em 1950, ultrapassando os 290,000 a partir de 1970 (Bender 2009).

urbanização simplificou e relativizou categorias sócio-espaciais pré-existentes. Como observa Brinkman no seu estudo entre populações do sudeste de Angola, “[f]or town dwellers anybody living outside town was ‘in the bush’ (...). The dualism between town dwellers and villagers reduced the diversity with which people and localities were denoted before colonialism (2003:211).” Antes da proliferação de “cidades” coloniais, para as populações locais residentes em “aldeias”, quem vivia no “mato” eram os khoisan e grupos afins. Gradualmente, a paisagem angolana, passou de tripartida — cidade/aldeia/mato — a dual — mato/cidade (Brinkman 2005:35). Dessa forma, não é surpreendente que, aos olhos das populações do sudeste de Angola, fora a fundação de cidades a propiciar o contexto beligerante, bem como a alimentar a longa guerra: “[h]ad there been no towns, no such thing could ever have happened” (Brinkman 2003:211). Com o tempo, embora com algumas variações regionais, os termos e contextos do conflito em Angola fizeram com que a dualidade mato-cidade se enraizasse no imaginário nacional.

*

Quando a guerra pela libertação teve início, em 1961, os confrontos entre as facções nacionalistas e o poder colonial ocorreram predominantemente em ambientes rurais. As guerrilhas procuraram controlar o maior número de populações e, por vezes recorrendo à força, fizeram com que essas abandonassem as suas terras e seguissem os nacionalistas para as bases no mato. Assim, aos olhos dos portugueses, qualquer habitante rural era um potencial apoiante nacionalista, um potencial guerrilheiro. Com efeito, o exército colonial tanto levava a cabo execuções sumárias destruindo aldeias inteiras, como deslocava e circunscrevia inúmeros indivíduos em perímetros peri-urbanos sob a mira da artilharia, eufemisticamente denominados “aldeamentos”. A quem tentasse voltar para o mato — assumindo que tencionava somar-se às guerrilhas — era esperada a pena capital. Não deixa de ser curioso, porém, pensar como o controlo no acesso à cidade, até à data orquestrado pelo poder colonial, daria lugar precisamente ao seu inverso. Mas mais do que uma guerra pela conquista de territórios, o conflito em Angola disputava populações (Brinkman 2003, 2005).

Em 1975, MPLA e UNITA declararam a independência em Luanda e no Huambo respectivamente. Todavia, com a ajuda do contingente cubano, rapidamente o MPLA viria a controlar as cidades do planalto central, ao que se seguiu Benguela e Lobito. Afugentada da cidade, a UNITA implantar-se-ia em ambientes rurais, operando como uma guerrilha móvel e mantendo apenas algumas bases temporárias. Mais tarde, o partido do “galo negro” viria a

estabelecer a sua capital, Jamba, no extremo do Cuando-Cubango e, até aos últimos dias de guerra, continuaria a possuir bases rurais espalhadas um pouco por todo o país. O mato era o bastião da UNITA, paisagem onde se referenciava o grosso das suas fileiras.

Devido à guerra de guerrilha, as cidades estavam menos expostas à violência. A vida era definitivamente mais difícil para as populações rurais (Brinkman 2003:309, 311). No mato, as atrocidades somavam-se e, embora o MPLA tivesse a sua quota parte de responsabilidade, a UNITA dominaria as acusações da destruição de casas e aldeias inteiras, de minar estradas, caminhos, carreiros de acesso às terras agrícolas, fazendo da agricultura — muitas vezes a única fonte de subsistência — uma tarefa impossível. Como Brinkman avançou a propósito das actividades da UNITA:

Disrupting agriculture was not enough for UNITA: it attempted to exclude townspeople from farming by killing them for transgressing the imaginary boundary between town and bush, and for wanting to resume the once fruitful link between town, country and bush. They perverted farming tools by turning them into instruments of torture and polluted the soil with the corpses of their victims (2000:15).

As torturas perpetradas pela UNITA remetiam para um imaginário associado à paisagem urbana ou rural, mas o seu objectivo permanecia relacionado com a (i)mobilidade: “to instil a paralysing and incapacitating fear (Wilson 1992:533 desde Brinkman 2000:14)”.

À medida que o mato se tornava um lugar cada vez mais perigoso, a população urbana crescia exponencialmente. De forma análoga à fase precedente, enquanto que as tropas do MPLA capturavam civis e os levavam para a cidade, as guerrilhas da UNITA capturavam populações e levavam-nas para o mato. O lugar de residência — (in)voluntário — determinava em larga medida o partido a que se pertencia.

Não surpreende, porém, que o MPLA ocupasse o lugar deixado pelos portugueses na dualidade entre mato e cidade. Com efeito, o partido tinha as suas raízes nas antigas elites crioulas de Luanda e apresentava-se como um partido multicultural e multi-étnico. Acresce que as cidades albergavam populações vindas dos quatro cantos de Angola, circunstância que resultaria numa relativa e gradual “destribalização” (cf. Chabal 2007). Com efeito, a urbanidade veio a obscurecer afiliações étnicas e regionais, cenário complementado pelo uso do português como língua franca — factores que fomentariam a “comunidade imaginada”, alimentando a nação em construção (Anderson 2006:46). Do outro lado da barricada, e não sem uma boa dose estratégica (Loiseau & de Roux 1987:141), a UNITA clamava-se como o verdadeiro partido africano, tornando-se progressivamente “eticizado” e “ruralizado” (Messiant 1994).

Aparte algumas incursões nas cidades, sobretudo durante a década de 1990, o mato e as periferias urbanas continuariam a constituir o palco principal do conflito. Estudos demográficos efectuados na viragem do século confirmavam que, tal como antes, o deslocamento interno ocorria em direcção aos meios urbanos. Ainda que frequentemente dentro da mesma região, o movimento interno de populações, burocraticamente denominadas IDPs (*internally displaced people*), e que em Angola representariam um terço do total da população, era orientado para aglomerados de escala intermédia ou capitais de província. Lubango, Benguela e Luanda encontravam-se entre as localidades mais procuradas (Vines 1998; Wong, Ribeiro & Barber-Madden 2001). Enquanto que extensas populações acorriam aos meios urbanos e que outras transbordavam para os países limítrofes, o interior de Angola definhava, vazio, à mercê de toda a espécie de barbaridades (cf. Brinkman 2000). As cidades — tal como os campos de refugiados — ressentiam-se nos picos do conflito. Importa salientar que, embora dotado dos seus contornos específicos, a verdade é que tal fenómeno não é exclusivo de Angola. Com efeito, constata-se que tanto migrações forçadas como urbanização “forçada” formam um produto complementar, frequentemente verificado durante os períodos de violência.¹³⁷

Não há dúvidas de que a guerra acelerou a urbanização — tal como a ida para um campo de refugiados terá contribuído para a “urbanização (ou modernização?) dos espíritos” dos demais deslocados —, no entanto, o pós-guerra mostra que o crescimento populacional e urbano continua a ser a tendência dominante. Um crescimento exponencial que não irá esmorecer nas próximas décadas (cf. Tabela 3).

*

Entre os vários relatos que informam do processo de “urbanização forçada”, em Luanda destaca-se a voz do Sr. Manuel, um funcionário administrativo reformado, antigo colaborador do MPLA e homem viajado pela Europa e Brasil. O largo Infante Dom Henrique, no final da marginal (Avenida 4 de Fevereiro) e no sopé do forte de Luanda, seria o lugar do encontro inicial, fortuito, bem como ponto de conversas sucessivas. A paisagem da envolvente daria o mote para determinadas apreciações, elucidativas do contexto luandino durante a guerra como de outras situações actuais, e não sem fazer menção ao preconceito latente que também os encontros com Geraldo e o Sr. Abel sugeriram.

¹³⁷ Retrocedendo a tempos longínquos basta lembrar o fluxo às cidades medievais que buscavam protecção nos castelos. Para exemplos mais recentes ver, por exemplo, Agnès de Geoffroy (2014) a propósito do Sudão, Daniel Pécaut (2000a, 2000b) e Michel Agier (2011:63) sobre a Colômbia.

— Antes de 1975 nós não podíamos viver na baixa... Quando chegou a independência em 1975 o Agostinho Neto deu 45 dias aos portugueses para reclamarem as suas casas, caso contrário seriam ocupadas. É claro que as casas boas ficaram para gente importante, mas muita coisa ficou sem dono... Este prédio aqui, por exemplo — disse apontando para um edifício contíguo ao largo — foi todo ocupado por zairenses fugidos! Mas também chegou muita gente lá de baixo... Luanda ficou cheia de zairenses e 'bailundos'¹³⁸ Eles falavam e não se percebia nada, aquela gente nem sabia como se vivia em casas, alguns nunca tinham vindo à cidade. E quando já não havia mais casas vazias, quem chegava construía onde podia. Nessa altura a cidade ficou muito feia mas agora o governo tem feito coisas boas, olhe como está bonita a marginal! Isto é um orgulho para Angola!

(...)

— Mas você sabe porque é que o 'M' [MPLA] deixou construir todos estes musseques à volta de Luanda? — questionou o Sr. Manuel, apontando para o lado esquerdo da ilha de Luanda, para trás do forte nas imediações de onde nos encontrávamos e, gesticulando, abarcou difusamente toda a cidade. Porque protegiam da UNITA... Como é que os tanques da UNITA iam atravessar todos esses bairros? Não iam, nos caminhos dos musseques às vezes nem cabe uma pessoa! Para chegar aqui à baixa, que era onde estava alguma gente importante, a UNITA tinha que destruir muitas casas, tinha que matar muita gente, e o povo não ia ficar contente!

O MPLA deixava que as pessoas viessem para a cidade, ou trazia-os à força para que não se juntassem à UNITA no mato, mas também era uma forma de se protegerem... O povo construía musseques e os musseques eram a muralha do governo!

(...)

¹³⁸ Bailundo, além de cidade na província do Huambo, é um epíteto com conotação negativa cujo uso popular remete para os membros ovimbundu e/ou apoiantes da UNITA e, invariavelmente, para todos os povos a sul do Rio Kwanza. "Bailundo" pretende significar "o do sul", "o atrasado", "o rural", o "kwatcha (UNITA)", "o inferior", "o traidor".

O Bailundo é preponderante na história de Angola, pois aí nasceu um dos mais importantes reinos ovimbundu. O Reino do Bailundo ofereceu longa resistência às tropas portuguesas até à sua conquista durante o séc XIX (e a cidade mudaria de nome para Teixeira da Silva até à independência do país). Além disso, a cidade viria a servir de quartel general da UNITA durante os anos de 1990. Para uma abordagem mais aprofundada ver Florêncio (2010).

— Está a ver aquele prédio com os buracos de bala? — perguntou o Sr. Manuel apontando para o edifício de esquina com a marginal, marcado por saraivadas. — Foi a UNITA depois de perder as eleições! Perderam e voltaram para o sítio deles, lá perdidos nas matas!

Sabe, antes desse dia Angola esteve um tempo em paz, e a minha mãe aproveitou para visitar a família ali para os lados do Dondo, família que por causa da guerra não via fazia anos! Anos! Quando ela estava a voltar para Luanda foi apanhada numa emboscada mas conseguiu fugir. A sorte dela foi que quatro dias depois, sem comer nada, passou uma coluna das FAA que a encontrou e trouxe para casa! Só muito tempo depois passado em silêncio é que ela decidiu contar-nos o que tinha acontecido... Está a compreender? A guerra destruiu tudo fora de Luanda, naquela altura era muito perigoso sair da cidade! Agora, felizmente, já se pode circular pelo país outra vez...

(...)

Imagine, se eu vinha do sul ficava logo na parte sul da cidade, se eu viesse do Uíge já ficava lá para cima. Foi a guerra que destruiu a beleza e organização de Luanda... Durante a guerra muita gente fugiu para aqui, e mesmo na actualidade não param de chegar... Já não cabe mais ninguém cá, mas eles continuam a trazer as mulheres e os filhos e os primos lá de não sei onde...

Há 'regressados', há pessoas que vêm à procura de negócios, mas há alguns que estão desesperados e vêm para roubar... Você olha à volta e nem sempre sabe dizer quem são eles ou o que vêm cá fazer porque eles são todos angolanos! Cuidado, que aqui em Luanda é preciso estar sempre 'de olho'!

*

Desde o advento da paz que o ritmo de afluência às cidades não se alterou, pelo contrário. Além de novas populações oriundas de meios rurais, segundo o UNHCR-SADP, a “falta de monitorização e apoio governamental” significou que também antigas populações de refugiados que “regressaram” ao país inundassem as cidades (UNHCR-SADP 2008:39; cf. Vines & Weimer 2011). Embora aparentemente válido de um ponto de vista institucional, tal argumento carece de espessura antropológica. Apesar de um reforçado controlo estatal sobre

as mais recentes vagas de repatriados e incentivo à fixação nos seus lugares de origem, tal não impediu que semelhantes populações continuassem a sua busca por melhores horizontes.

Não há dúvida que o longo período colonial, a par da guerra pela libertação, cimentaram a divisão entre populações rurais e urbanas (de resto, um facto sobejamente reflectido nos procedimentos — e ontologia — coloniais que monitorizavam o acesso às cidades e dividiram a população entre “indígenas” e “civilizados”). No pós-independência, tal dualidade ganharia características politico-ideológicas profundas: o MPLA seria retratado como elitista, urbano, moderno, ocidentalizado, e a UNITA como rural, tradicional, “africana” nos seus modos e costumes. Numa “guerra de palavras e sentidos” (Messiant 1994:159) ideias como mato e cidade enraizaram-se paulatinamente entre a paisagem sociopolítica angolana. Todavia, e ainda que semelhante construção permaneça latente, outros motivos justificam a preferência pelos meios urbanos e instigam à reformulação simbólica de tal dualidade, de tais horizontes operativos.

Na vida quotidiana, seja na cidade ou no mato, compreende-se que não existe uma clara separação entre os supostos correspondentes de modernidade¹³⁹ e tradição. Cidade e modernidade não são necessariamente sinónimos e estão longe de constituir categorias imutáveis ou estanques entre si. Semelhante dualidade revela apenas a frequente tentativa de “compartimentar” a complexidade da realidade “africana” (cf. Mbembe & Nuttal 2004:350). Rodrigues, no seu estudo sobre estratégias de vida nos musseques de Luanda, observa como a vida urbana integra elementos tradicionais de forma recorrente, cujos limites são difíceis de identificar (Rodrigues 2005:57). Também Ferguson (1999) demonstrara um fenómeno similar nas cidades do Copperbelt, em que os modos, costumes e práticas tradicionais continuavam a existir em solo urbano. No entanto, o inverso era raramente verificado: os “modos urbanos” deveriam ser deixados de lado em contexto rural. A decisão de abandonar a cidade e reconstruir uma vida rural constituía uma estratégia de sobrevivência — mas nem sempre com o maior sucesso.

Sandra Roque (2009), com base no seu estudo sobre “ideias de urbanidade” no bairro Calambotão, em Benguela, contribui também para o esclarecimento de uma certa dicotomização da paisagem angolana ao adicionar os conceitos émicos de “avanço” e “atraso”.

¹³⁹ O conceito de “modernidade”, apropriado de diferentes formas consoante a disciplina e o instante histórico, constitui um conceito profundamente vago, analiticamente escorregadio e que, por vezes, apresenta mesmo significados contraditórios. Nesse sentido, limitarei o uso do termo associando-o frequentemente a certos aspectos relacionados com a urbanização, retendo, porém, a proposta de James Ferguson (1999:17): deixar permear as várias ideias de modernidade nas suas várias acepções — sobretudo populares. A esse propósito ver também Fabian (2002) e a ideia de tempo “coevo” (*coeval time*) e da convivência de várias temporalidades.

A autora demonstra como aos olhos das populações locais a cidade encerra uma dupla vontade de desenvolvimento: “(...) it signifies both access to a materially easier life (material development) and to ways of life perceived as being of ‘superior condition’, that is, as *avanzados* (advanced, developed).” Roque, inspirada por Bourdieu (cf. 1979:280), propõe mesmo uma espécie de desenvolvimento ontológico: “*cidade* is not only the place where it is possible to live a proper material life, but it is also the place where one becomes a proper person (2009:19).”

Voltando aos relatos acima apresentados, percebe-se como a cidade oferece um anonimato fundamental a certos grupos “marginalizados” que, em meio urbano, anseiam (re)construir e melhorar a sua vida — de resto, uma situação também verificada entre os refugiados instalados em meios urbanos da vizinha Zâmbia (cf. seção 3.1). Categorias identitárias como ovimbundo — ou como referidos na sua forma pejorativa, “bailundo” — orgulhosamente evocadas no exílio, dão lugar ao silêncio em solo angolano. A mudança de nome surge como forma de evitar o estigma social associado ao grupo étnico (cf. Eidheim 1969). Mais, outrora comerciantes e viajantes exímios¹⁴⁰, e embora grupo majoritário no país, a emigração “ovimbundu” para as cidades — como me seria referido por certos interlocutores — veio ocupar postos de trabalho menores em áreas da limpeza e da construção.

De forma análoga, e sobrepostas à dimensão étnica ou não, categorias como “rural”, “matumbo” (do mato), ou “regressado” são de evitar. O estigma associado ao retorno, “dos que fugiram e não lutaram pelo país”, encontra-se também patente. Perante as circunstâncias, a imensidão de cidades como Luanda permite, em certa medida e de modo mais ou menos eficaz, diluir idênticas categorias. Por outras palavras, a cidade permite contornar a “identificação” ou a fixação de uma determinada identidade, a cidade permite um certo anonimato, uma oscilação entre identificações e/ou identidades mais oportunas (cf. Malkki 1995a:153).

O que a cidade oferece vai mais longe. Apenas em cidades é possível valorizar determinadas competências adquiridas durante o exílio — embora não sem antes passar por um atribulado processo de reconhecimento escolar e profissional (HRW 2005:15). Geraldo dificilmente

¹⁴⁰ Embora não seja alvo da presente análise importa salientar que o grupo ovimbundu mereceu vários estudos ao longo do tempo. Para um conhecimento mais aprofundado ver por exemplo: Hambly, W. D. (1934) *The Ovimbundu of Angola*; Childs (1949) *Umbundu Kinship and Character*, Oxford; Edwards (1962) *The Ovimbundu under Two Sovereignties: A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola*; “Traçados Geraes sobre a Etnografia do Districto de Benguella” (1908:5-15; 44-56; 81-99; 135-140; 169-176; 197-207); Heywood (1998) “Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola”, Florêncio (2010) “No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M’Balundu e o Estado Angolano”, ou ainda Birmingham (1994[1981]:83-87;121-122) *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic*.

encontraria as mesmas oportunidades laborais no Moxico. A urbe manifesta-se como lugar onde determinadas ambições têm maior hipótese de se concretizarem, sobretudo quando a agricultura já não é atractiva. Como Roque observa “dreams of social upward mobility [are] underpinned by imaginings of the *cidade*.” (Roque 2009:20, itálicos do autor)

Ora, tendo em conta o rol de situações encontradas entre refugiados e repatriados ao longo deste estudo, e face às propostas dicotómicas de outros autores, parece-me pertinente ensaiar uma reformulação, que ofereça uma visão mais lata, flexível, e que permita uma certa “des-compartimentação” face ao significado e preferência por determinados contextos (cf. Mbembe & Nuttal 2004).

A meu ver, as dualidades “cidade-mato”, “MPLA-UNITA”, “modernidade-tradição”, “civilizado-indígena”, “avanço-atraso”, “anonimato-identificação” — que, de resto, encontram paralelo noutras geografias e temporalidades —, poderão resumir-se em mobilidade-imobilidade. Dito de outro modo, todas as dualidades anteriores remetem para um mesmo ponto, ou têm subjacente uma mesma ideia, uma mesma natureza quiçá sintetizável em (im)possibilidades de (i)mobilidade. As estratégias de vida são guiadas pela procura de contextos que admitam possíveis mobilidades interconectadas: seja de um ponto de vista sociológico na forma de mobilidade vertical (encontrar um trabalho salariado, melhorar as condições de vida, aceder a educação e saúde, ser promovido, subir de estatuto) ou de mobilidade horizontal (mudar de ocupação/profissão, de nome, de identidade, de afiliação política); seja ainda mobilidade literal (poder mudar de bairro, dispor de transportes e infra-estruturas para se mover dentro da cidade, ter a possibilidade de partir para outras paragens a qualquer momento); e, extrapolando, uma espécie de mobilidade temporal, cronológica (ter oportunidade de reprodução, perpetuar a família, manter-se vivo por mais tempo rompendo a barreira da baixa esperança média de vida na região). E a ideia de “mobilidade” intersecta a sua irmã “liberdade”.

O trabalho de Daniel Pécaut (2000a, 2000b) sobre os sucessivos períodos de violência na Colômbia, desde a década de 1950 até à viragem do século, em que o autor dá conta das múltiplas faces da “territorialização” e “desterritorialização” das várias frentes em conflito (paramilitares do governo, milícias, mercenários, guerrilhas, narcotraficantes — elementos por vezes sobrepostos e com interesses cruzados), demonstra como a insegurança e a incerteza, antes relativa, espacialmente delimitadas se podem homogeneizar, abarcando todo o território. De forma análoga, se em Angola os meios urbanos ainda se afiguram como “lugares de mobilidade(s)”, a verdade é que — não obstante a permanente atracção — ninguém pode assegurar que assim continuem a ser encarados. A crescente hostilidade demonstrada pelas

autoridades face aos residentes urbanos — com demolições arbitrárias¹⁴¹, maus tratos a vendedoras ambulantes¹⁴² entre outros casos — colocam em causa a esperança depositada no potencial da polis. De forma a compreender a preponderância da mobilidade — e da cidade — perante a incerteza recorrente, generalizada, importa contrapor a situação encontrada no leste do país.

¹⁴¹ HRW (2007) “ ‘Eles Partiram as Casas.’ Desocupações Forçadas e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda”, ou mais recentemente: Coque Mukuta, *Voz da América* (10 de Maio 2015) “SOS-Habitat alerta que Governo prevê novas demolições em Luanda” disponível <http://www.voaportugues.com/content/sos-habitat-alerta-que-governo-preve-novas-demolicoes-em-luanda/2630479.html> consultado a 12 Maio 2015.

¹⁴² Governador de Luanda reúne-se com “zungueiras” (vendedoras de rua, ambulantes), *Angonoticias* (13 Março 2014), disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/41860/governador-de-luanda-reune-se-com-zungueiras> consultado a 12 Maio 2015.

3.4 Da (i)mobilidade

O trabalho de campo em Angola, iniciado em Luanda, teria continuidade no leste do país. Os relatos etnográficos que se seguem — que nesta secção se concentram essencialmente em encontros no Luena e Cazombo — vêm alimentar a premissa anterior sobre as oportunidades ou contextos de mobilidade e imobilidade.

Importa lembrar novamente que os dados de contacto facultados durante a pesquisa na Zâmbia (localização, nome, número de telefone, posto de trabalho e ocasionalmente alguma indicação da iconografia urbana) nem sempre seriam efectivados. Com efeito, muitas das referências providenciadas revelaram-se voláteis à chegada a Angola. No entanto, encontrar “regressados”, relatos dos seus percursos, e/ou perspectivas sobre ambos, estava longe de ser uma odisseia vã.

*

Ironicamente, a primeira experiência algo atribulada com as forças de “segurança” angolanas, de entre muitas subsequentes, teria lugar na “cidade da paz” — Luena. A capital do Moxico alberga a sepultura de Jonas Savimbi, e fora palco das negociações com vista à assinatura do Memorando de Entendimento¹⁴³, a 4 de Abril de 2002, colocando um ponto final ao longo conflito.

Em linhas gerais, o *Memorando de Entendimento* ratificara o início do processo de reconciliação nacional através de uma amnistia generalizada (esquecendo indiscriminadamente todos os crimes de guerra), o cessar-fogo, a desmilitarização da UNITA, a integração de certas das suas patentes nas FAA e na Polícia Nacional, bem como a reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado na vida nacional. Contudo, apenas um número reduzido de antigos combatentes receberia efectivamente formação profissional com vista a integrar-se na sociedade (HRW 2005:2). Embora mais evidente no caso de antigos membros da UNITA, o fim da guerra significou também que certos combatentes do MPLA passassem à reserva. E a desocupação e o alcoolismo, associados a uma cultura de impunidade, fomentam

¹⁴³ De título completo “Memorando de entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka”.

os abusos perpetrados por actuais e antigos militares e polícias. Inevitavelmente, as camadas vulneráveis da população compõem os grupos mais afectados, e dos quais se destacam os “regressados”, mas também mulheres, crianças e destituídos em geral.

A verificação dos documentos de identificação — ou outros — cuja obtenção pressupõe um intrincado processo e elevados custos, é um dos métodos utilizado pela polícia com vista a promover as famigeradas “gasosas” (subornos, extorsões). Os momentos de deslocamento, ou os respectivos pontos de entrada e saída das localidades, propiciam os encontros com as autoridades — e não só (cf. secção 4.1). Amiúde, a falta de documentos, a par das dificuldades com a língua portuguesa, levam a acusações de que os regressados são imigrantes clandestinos. Embora a requisição de documentos suscite compreensível temor entre “regressados”, facto é que os encontros com as autoridades afectam toda a população. Na posse de documentos ou não, os episódios de violência física, de abuso sexual, de extorsões, e/ou de prisões arbitrárias são recorrentes (HRW 2005:14-15).

Mas a sociedade angolana, sobretudo as suas franjas mais expostas, vive a braços com outras incertezas por vezes materializadas na forma de expropriações ou ocupações de casas e terras, actos de justiça popular ou feitiçaria. Os relatos — e experiências — ao longo do trabalho de campo elucidam acerca da violência psicológica e física perpetrada por parte das autoridades, mas também por certos grupos locais. As margens das cidades ou do país configuram os contextos ideais onde a impunidade lavra. Tal como no passado, as regiões leste, nomeadamente Moxico, Cuando Cubango e Lundas, embora por diferentes motivos, encontram-se entre as mais afectadas (Brinkman 2000, 2003, 2005, cf. Roque 2003; HRW 2005, cf. Marques 2011).

*

Entre cartazes com missivas presidenciais, Luena anunciava-se como a “cidade da paz”. Exceptuando alguns edifícios decrépitos, e outros com marcas de balas, o centro colonial encontrava-se em relativo bom estado. Durante uma refeição partilhada num restaurante “popular” situado na praça central, Jeremias Lunhaça Gonçalves, 42 anos, antigo soldado das FAPLA, depois FAA, apresentava o seu ponto de vista sobre o porquê de tal designação. Aparentemente, o único episódio hostil que vitimara a cidade reportava-se a 1987, momento em que a UNITA cercara o Luena durante um mês e meio. Jeremias começara a combater aos 15, e aos 17 anos, ao lado dos camaradas de armas, lutaria pela manutenção do controlo sobre a urbe.

— A UNITA mandava morteiros e disparava tiros lá das matas, mas nós resistimos até ao fim! ... Na altura não deixámos que a cidade fosse ocupada pelo Savimbi, e depois quando ele morreu vieram enterrá-lo aqui...

Mas sabes o que UNITA fez como vingança por não conseguir entrar? Minaram tudo! Aqui à volta do Luena está tudo minado! Hoje em dia há gente que quer trabalhar a terra e não pode, há gente com fome a ver a fruta a estragar-se nas árvores...

É uma miséria termos que trazer comida de outros sítios quando aqui temos terra boa e tanta fruta que não podemos apanhar... Ficamos só a ver os pássaros a comê-la! Há algumas pessoas que arriscam e ficam sem uma perna — ou morrem! — sobretudo crianças e “regressados” que têm fome e esquecem-se das minas...

(...)

Mas essa gente não lutou pelo país como eu e tantos outros. Eles fugiram e deixaram-nos aqui sozinhos a lutar contra o Savimbi, se não fôssemos nós a defender o país os refugiados não podiam voltar como fazem agora...

Jeremias estava reformado do exército por ter sido baleado no fémur. Segundo ele, fora tratado na Jugoslávia — “bons amigos do povo angolano” — e, embora coxo, sem semelhante ajuda teria a perna amputada. O antigo soldado afirmava viver em Luanda, que viera ao Luena de visita a familiares e porque equacionava estabelecer um negócio cuja natureza permaneceu incógnita.

— Lá na ‘Tuga’ [Portugal] também dizem que ‘o segredo é a alma do negócio’?

Eu tenho que pensar no futuro, Luanda está um caso complicado, qualquer dia vai haver ‘confusão’ [guerra] outra vez. A vida está muito cara na capital, há muita gente, e o governo não respeita o povo. Aqui é mais tranquilo, mas não há trabalho... nem para os meus filhos que são polícias...

Sabes, se houver ‘confusão’ outra vez não vai começar nas matas... vai começar em Luanda! A “confusão” agora é em Luanda...

No dia seguinte, no mesmo local, viria a ser abordado pelo Intendente João Praia, 60 anos, que apesar de alcoolizado insistiria que o “convidasse” para mais uma cerveja. De seguida, tomou a liberdade de abrir um saco com alimentos destinados ao meu jantar, e, por entre migalhas, cumprimentos a clientes e transeuntes, encetou a comunicação.

— *Você tem que ter cuidado... aqui tem que se estar com atenção ao que se diz ou pergunta, por onde se anda... Esta gente que você vê entrar e sair são todos polícias ou militares à paisana!*

(...)

— *O anterior administrador era um corrupto, em vez de usar o dinheiro para melhorar a região, mandou os filhos estudar no estrangeiro... — disse, referindo-se à casa em obras do administrador do Moxico, situada do outro lado da praça.*

— *E agora o novo administrador, com tanta gente sem trabalho aqui, manda vir uns indivíduos de Luanda para lhe montar as janelas. E essa gente dorme em hotel com a população a morrer de fome... Não admira que as pessoas prefiram ir viver para outros lugares!*

A frequência do bar-restaurant permitiu estabelecer alguma proximidade com o empregado. Benim, cerca de 25 anos, dispôs-se a comentar as situações a que assistira bem como a partilhar outras opiniões.

— *A polícia devia defender o povo mas os criminosos são eles. Com os militares até nem há muitos problemas. Os piores são os polícias de trânsito e os 'ninjas'¹⁴⁴, esses sim podem complicar-te a vida! Eles fazem o que querem e ninguém os pode enfrentar. Ah, enquanto não houver justiça, não há liberdade!*

Benim crescera em Luanda durante a guerra, mas entretanto mudara-se para o Luena, mais perto de alguns familiares. Segundo ele, a animosidade em relação aos regressados justificava-se essencialmente pela “inveja”.

— *A polícia, os militares, mas também as outras pessoas têm inveja dos refugiados. Eles estiveram lá fora em paz, a aprender coisas, deram-lhes comida e casa, enquanto nós estávamos aqui em guerra, a sofrer.*

Há alguns que vêm aqui para o Luena mas eles têm medo, preferem as cidades maiores... Aqui à volta também há aldeias só de regressados, eles juntam-se para se protegerem! Se você fizer esses caminhos vai encontrar aldeias diferentes das nossas, vai perceber logo que são aldeias de regressados. Algumas construídas no meio das minas...

¹⁴⁴ Os denominados “ninjas” seriam referidos em outros momentos. Aparentemente são compostos por “tropas de elite” que se deslocam em mota, sobretudo em Luanda, e que têm a liberdade de mandar parar quem quiserem e extorquir dinheiro.

Não sendo possível realizar pesquisa nas ditas “aldeias de regressados”, a única informação recolhida chegar-me-ia mediada por interlocutores mais ou menos relacionados, ou através da janela dos transportes enquanto me deslocava na região. Com efeito, no percurso Luena-Luau-Cazombo passaria por várias aldeias que os meus companheiros de viagem identificariam como sendo de antigos refugiados pois só “eles” construiriam aldeias em locais tão densamente minados¹⁴⁵ e/ou porque as suas aldeias “eram mais limpas e organizadas” quando comparadas com as demais. Seriam influências do tempo passado no exílio, provavelmente num campo de refugiados, a ditar a configuração das suas novas aldeias?

Stepputat (1994, 2008) e Hammond (2004) abordam questões afins à (re)instalação de repatriados, respectivamente na Guatemala e na Etiópia. Finn Stepputat, no seu estudo entre grupos de repatriados maias, observa como os lugares de reinstalação seguem, de certo modo, padrões de organização espacial e política presentes nos antigos campos de refugiados no México — lugar onde viveram anteriormente (Stepputat 1994:182). Com base numa “política do espaço” que clama o direito à terra — e direitos de forma abrangente (Stepputat 2008) — reivindicando a identidade “indígena” como elemento central de união e solidariedade, o autor constata o desenvolvimento de uma *imagined return community* (Stepputat 1994:183, cf. Anderson 2006). Análoga ideia encontra-se igualmente implícita no trabalho de Laura Hammond, ao relatar a formação de uma comunidade de repatriados etíopes vindos do Sudão — uma comunidade que tem por base a semelhança de percursos e de circunstâncias enfrentados. Tendo em conta que os seus membros eram provenientes de geografias diferentes, ao repescar os nomes dos locais de onde há muito haviam partido, a nova toponímia plural procuraria reflectir a construção de uma outra comunidade não esquecendo a anterior (Hammond 2004:9-14, 78-83).

Ao longo do meu trabalho de campo no leste de Angola, permaneceu a impressão de que a construção de uma “comunidade imaginada do retorno” era, pelo menos, efectuada a partir de fora. Por outras palavras, semelhante “comunidade imaginada” aparentava ser construída pelos que, à partida, não lhe pertenciam ou que lhe eram externos. Reiterando a falta de contacto com tais aldeias na primeira pessoa, posso apenas sublinhar que todos os “regressados” com os quais me encontrei faziam questão de esquecer o seu passado no exílio,

¹⁴⁵ Um estudo de 1998, antes, portanto, do final da guerra, estimava em 15 milhões o número de minas anti-pessoais em Angola (Ukabilia 1999). As estimativas acerca da quantidade de minas no país variam de acordo com a fonte. O número actual mais comum aponta para cerca de 10 milhões de minas anti-pessoais, com predominância no leste do país. Por exemplo ver GICHD (2008) *Linking mine action and development*.



Fig. 24.1/24.2 - Aldeias de repatriados, entre o Luau e o Cazombo (2013)

evitando revelar a pertença a uma eventual comunidade enquanto tal. O desenvolvimento informado desta temática, sobejamente pertinente, implicaria um período mais alargado de trabalho de campo, bem como um contexto de pesquisa menos hostil.

Ao observar a formação de aldeias e comunidades — de regresso ou outras — destaca-se um outro aspecto constatado ao longo dos percursos através do “mato”: a omnipresença de estandartes nacionais e políticos. Frequentemente, a bandeira de Angola e/ou do MPLA, da UNITA ou do PRS (Partido da Renovação Social)¹⁴⁶ pontuavam a paisagem dos aglomerados rurais do Moxico. As recentes eleições de Agosto de 2012 poderão ter fomentado análoga (re)territorialização política e, quiçá até, imprimido uma nova força à (re)formulação de comunidades étnicas, políticas, regionais, de deslocados ou outras.

De qualquer modo, além de possíveis “comunidades imaginadas de retorno” e/ou (re)territorializações de vária ordem, a formação de novas aldeias é estimulada por outros factores. Um relatório da Human Rights Watch (2005) mais ou menos recente informava acerca da instalação de repatriados em terrenos minados na envolvente do Luau. De acordo com o documento, certos repatriados preferiam arriscar viver numa zona minada nas imediações da cidade — e, dessa forma, poder aceder a centros de saúde, escolas, mercados, a trabalho salariado — a viver em completo isolamento no “mato” (HRW 2005:21). De resto, esta é uma situação que encontra paralelo no Luena e no Cazombo e que confirma os motivos subjacentes às possibilidades de mobilidade apenas aos meios urbanos.

Dependendo da localização e das tradições locais, a aquisição, cedência e reconhecimento de propriedade de terras processa-se de diferentes modos.¹⁴⁷ No caso do Moxico rural, o reconhecimento e requisição de terra por parte de antigos e novos habitantes é normalmente processado através do *soba* (chefe tradicional local). Porém, nem todos os terrenos se

¹⁴⁶ O PRS encontra a sua base nos grupos lunda/chokwe cuja presença é mais representativa nas regiões das Lundas e no Moxico.

¹⁴⁷ “During a protracted conflict (such as Angola’s), a piece of private land could have been compulsorily expropriated by the government, granted to another individual, privately transacted between different individuals, abandoned by its owner, illegally occupied by another party, or sold, leased, exchanged, gifted, inherited or otherwise transferred to others. Such multiple transfers, using both official and customary law and documents, are common, making it difficult to determine who the legitimate owners are. Re-establishing a system of land tenure can, therefore, be a controversial task, and one which weak governments sometimes shy away from. Where official legal institutions, such as the police, courts and land offices, have been weakened, traditional law often fills the vacuum. However, these mechanisms may treat the concept of land rights and ownership quite differently to statutory law, which can lead to the development of parallel sets of land rights. Traditional dispute resolution mechanisms, particularly in rural areas, are often based on arbitration by village elders. Sometimes there will be a potential tension between these mechanisms and the official law. Reconciling these differences, particularly in the context of large-scale displacement when people are not physically present on their land can be a major challenge (Foley 2007:4).”



Fig. 25 - Árvore listada (indicação de minas), entre o Luau e o Cazombo (2013)

encontram sobre a sua alçada, e, embora a administração local reconheça formalmente igual competência na atribuição de propriedade, não é infrequente que a autoridade do *soba* seja quebrada ou passada para segundo plano. Ainda que à partida erguidos com o consentimento do chefe tradicional, a verdade é que a formação de novos aglomerados — seja ao longo de estradas e/ou nas periferias urbanas — é também uma consequência da expropriação indiscriminada de terras (ratificada pelas autoridades) e da ocupação de casas e terrenos abandonados por parte de indivíduos e famílias que permaneceram durante o conflito. De novo, as tensões espaciais e políticas, a par do descontentamento geral, alimentam a animosidade face às camadas mais expostas da população. Frequentemente, simpatizantes e/ou membros da UNITA, regressados e pobres em geral, encarnam o “bode expiatório”.

Além dos episódios de violência, incêndios, vandalismo e desalojamentos, relatos de interlocutores regressados, residentes no Luena e Huambo, fizeram referência à “tala”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ A palavra “tala” tem um significado literal não muito diferente do seu propósito enquanto artefacto de feitiçaria. Tala constitui uma placa ou dispositivo com uma superfície delgada e rígida que se comprime por ligaduras de encontro a alguma parte do corpo para a manter imóvel; coisa que aperta e não deixa os movimentos muito livres; o que causa limitações ou dificuldades (in Priberam, dicionário online de língua portuguesa, <http://www.priberam.pt/dlpo/tala>).

Semelhante artefacto de feitiçaria justifica o temor por parte dos deslocados em voltar, ou sequer aproximar-se das suas casas, aldeias e terras de origem. Aparentemente, a tala é uma espécie de “mina tradicional”, feita de um preparado de pele seca de camaleão ou rã venenosa, colocada nos caminhos de acesso aos seus antigos lugares. Uma vez em contacto com o corpo, a tala afecta os membros superiores e inferiores causando ferimentos vários.¹⁴⁹

De forma análoga ao registado por James Ferguson (1999) na vizinha Zâmbia, aos olhos dos mineiros reformados do Copperbelt a feitiçaria justifica a relutância face à transferência para um meio rural. As possibilidades de ser vítima de actos de feitiçaria no mato são, em princípio, maiores que numa cidade. Segundo os seus interlocutores, o contexto rural fomenta a “inveja” face a antigos residentes urbanos e, caso haja vontade de retaliação na forma de feitiçaria, nos ambientes rurais é mais fácil encontrar os ingredientes venenosos utilizados na respectiva preparação (Ferguson 1999:119-120). Contudo, como o autor bem aponta, a feitiçaria não deve — ou não deveria — ser encarada como parte de um sistema de crenças, do domínio do transcendental ou da “linguagem”, mas sim como uma forma de violência muito concreta e, portanto, considerada crime (Ferguson 1999:121).

No plano criminal, a tala não só pressupõe uma demarcação territorial, como vem contribuir amplamente para a reflexão acerca dos ambientes de deliberada (i) mobilidade face à velha dicotomia mato/cidade. O simbolismo e uso da tala, enquanto objecto ou artefacto de feitiçaria

¹⁴⁹ Helder Bahu, na sua tese *Os Profetas e a Cura Pela Fé. Um Estudo Antropológico da Igreja Jesus Cristo Salvador do Lubango*, dá também conta da presença de semelhante artefacto nas províncias do Huambo, Bié Benguela, e Huíla, aprofundando os contornos de semelhante questão. A tala ou *otala* é constituída por “(...) determinados elementos vegetais ou animais que, transformados por um feiticeiro, são colocados no caminho, porta da casa ou outro espaço qualquer que seja frequentado pelo indivíduo a atingir. Diz-se que outras pessoas podem-lhe pegar ou pisar, mas não acontece nada. Apenas o objeto de feitiçaria começa a padecer de dores fortes nos braços ou nas pernas que começam a inflamar. A cura é encontrada ao nível da medicina tradicional através de um quimbanda ou curandeiro. Só depois deste tratamento o indivíduo é levado ao hospital para se fazer uma pequena cirurgia e retirar os resíduos entranhados no braço ou na perna. Foi-me frequentemente referida a “tala interna” que se consubstancia numa espécie de envenenamento que vai destruindo progressivamente os órgãos internos, causando a morte. Esta é encarada como a forma mais perigosa de tala/otala. Estes procedimentos têm sido mais frequentes nas províncias do planalto central (Huambo, Bié e Benguela) e Huíla. Segundo alguns relatos, a guerra foi bastante violenta nesta região e o seu fim continua marcado por alguns “ajustes de contas”. Começaram com assassinatos à mão armada e passou-se para uma nova fase que foram os envenenamentos. Pela visibilidade que os envenenamentos estavam a ter, passou-se para uma nova forma de envenenamento que são as talas. Circulam rumores da venda de talas no mercado paralelo e à “vista desarmada”. Tem tratamento quando descoberta atempadamente e só um especialista em medicina tradicional o pode fazer. Trata-se de um tratamento oneroso porque os remédios consistem em plantas verdes e frescas que crescem junto aos *akokotos* das embalas (*akokotos* são cemitérios de soberanos tradicionais e *embala*, uma espécie de palácio real desses soberanos). A aquisição das plantas de cura é feita de forma clandestina, nomeadamente através de pequenos furtos. (2014:155, itálico do autor)”

que visa impedir o movimento, que afecta os membros e é instalado nos caminhos não é senão disso exemplo.

Um outro aspecto que merece atenção ao abordar a formação de novos aglomerados, paulatinamente verificado um pouco por todo o país, relaciona-se com a expropriação e apropriação de vastas porções de terra. Levadas a cabo por parte de membros do governo, do exército, e/ou cedidas a outros “empreendedores” nacionais ou estrangeiros, tais superfícies vêm a configurar campos de caça privados e herdades, zonas de exploração mineira ou enormes fazendas agrícolas¹⁵⁰. Num país em que apenas cerca de 3% da população possui títulos de propriedade e, sobretudo, numa geografia em que os direitos de acesso à terra se baseiam sobretudo em testemunhos orais e através de desautorizados *sobas*, a população é constantemente confrontada com a arbitrariedade legal (HRW 2005:29). Acresce que a expropriação acarreta a circunscrição das respectivas terras, impedindo outras actividades essenciais como a recolha de cogumelos, de lenha, de ervas medicinais ou de pedras para moer fuba. Não é infrequente que tal processo tenha como resultado a interrupção de caminhos tradicionais, provocando o isolamento de comunidades inteiras.¹⁵¹

*

O ruído dos helicópteros que sobrevoavam a vila sobrepunha-se ao da intensa chuva sobre a chapa. Numa questão de minutos seria obrigado a deixar o meu quarto e a juntar-me aos restantes três hóspedes na recepção da Pensão Lauriana. Enquanto que elementos da polícia militar calcorreavam o albergue inspeccionando cada canto, outros requeriam os documentos de identificação e inquiriam quais os propósitos da estadia. Assim se iniciava a primeira manhã na pequena vila de planalto, flanqueada pelo rio Zambeze.

Por não dominar a língua portuguesa, a responsável pelo albergue era insultada por elementos da polícia militar: “matumba”, “regressada”, entre outros epítetos pejorativos. Em conversa posterior ficaria a saber que a recepcionista, Núria de seu nome, com cerca de 30 anos, falava

¹⁵⁰ António Rocha, *DW* (09 Fevereiro 2015) “Rafael Marques denuncia a expropriação de terras em Angola” disponível em <http://www.dw.de/rafael-marques-denuncia-expropria%C3%A7%C3%A3o-de-terras-em-angola/a-18246521> consultado em 12 Março 2015.

¹⁵¹ “ ‘Em Angola o negócio da terra ganhou proporções assustadoras’, denuncia ONG” *Club-K* (23 Abril 2013), disponível em http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=14935:em-angola-o-negocio-da-terra-ganhou-proporcoes-assustadoras-denuncia-ong&catid=2:sociedade&Itemid=88 consultado em 12 Março 2015.

inglês, luvale, lunda e um pouco de swahili, que crescera em Mayukwayukwa e estudara em Meheba e, que há pouco voltara a Angola e já passara por Saurimo, Luena, até se instalar no Cazombo.

Ao deslocar-me pelo centro da vila, pude observar como os jipes do exército percorriam as ruas freneticamente. Os soldados irrompiam nas casas, lojas, lanchonetes, cantinas, restaurantes, no mercado, no centro de saúde. Os nomes dos estabelecimentos — “O sofrimento é a nossa história”, “Quem ajuda é amigo, invejoso é inimigo”, “ABC Casa-Mãe”, “Graça de Deus” ou “Por Amor ao Senhor” — pareciam legendar um filme que, com a chegada dos tanques e vaivém de helicópteros, adquirira contornos de guerra iminente. Todos os indivíduos eram revistados e identificados. Alguns com menos sorte, eram agredidos e levados pelos veículos militares.

A meio do dia, a situação havia acalmado um pouco. Almoçava tranquilamente no interior de uma lanchonete quando, de rompante e num qualquer idioma local, o proprietário mandaria embora os demais comensais. Dois militares tomariam os lugares desocupados, desejando-me bom apetite. Os seus rádios, em alto volume, informavam acerca do sucesso da intervenção bem como do progresso das actividades.

Mais tarde, sob o alpendre da Pensão Lauriana, viria a conhecer o filho do “comandante-general”. Nas suas palavras, o *raid* era um mero exercício¹⁵² da polícia militar e dos comandos, mas que almejava também estancar elementos políticos dissidentes, deter comerciantes e imigrantes clandestinos.

No dia seguinte à demonstração de força, o ambiente era tenso. À porta de uma cantina contígua ao mercado assisti ao confronto entre o que seriam um grupo de “locais” e um “regressado” — claramente ébrio, portador de uma camisola da selecção de futebol da Zâmbia, e ao que pude apurar, oriundo da região do Uíge. O hipotético regressado era agredido física e verbalmente, acusado de ter incendiado várias casas e de quase ter queimado uma mulher. Entre empurrões e pontapés, o grupo de supostos habitantes locais gritavam-lhe expressões várias, algumas imperceptíveis, outras tais como “A tua tribo não presta!”, “É regressado”, “É imigrante clandestino!” ou “Vai-te refugiar!”.

Uma certa atmosfera cosmopolita dominava o Cazombo, a comunicação quotidiana realizava-se em vários idiomas regionais e não tanto em português, a BBC World Service Africa e a RFI Afrique dominavam as bancas do mercado, o centro de saúde — único na envolvente — era

¹⁵² A título de curiosidade, esclareço que as várias polícias de Angola recebem treinos periódicos pela Mossad (Israel), pelos Mossos d’Esquadra (Catalunha, Espanha), pela GNR (Portugal) e por outros. Por sua vez, as forças de Angola dão formação às polícias de outros países na região.

gerido e apoiado pela China, um conjunto de escolas indicavam que tinham sido patrocinadas por um indivíduo de nome italiano. A electricidade chegava entre as 18h-2h com excepção das caixas de multibanco, do Banco BIC e do BPC (Banco de Poupança e Crédito), que possuíam gerador próprio e funcionavam 24 horas. (Será que as caixas multibanco constituem um sinal de modernidade, uma alavanca do processo de urbanização?)¹⁵³

Passados alguns dias após o *raid* militar, quando a tranquilidade voltara a tomar conta da pequena localidade, conseguiria finalmente encontrar um dos contactos que procurava. Conhecera José Luvó em Meheba quando era iminente o seu repatriamento e ficara com a referência de um tio seu no Luena que, por sua vez, me remetera ao Cazombo. José, 26 anos, luvale e lunda-ndembo, fugira ainda criança com os pais, voltando a Angola com a mulher e com os filhos muito pequenos na esperança de encontrar algo melhor do que Meheba. Mas Luvó mostrou-se desiludido com a situação que encontrara em Angola.

— O governo deu algum dinheiro para voltar, mas esse dinheiro nem chegou para pagar a cédula dos meus filhos, ...ou para as gasosas. O dinheiro que o governo deu não era para os refugiados... era para eles! Quando estava em Meheba não podia trabalhar, mas o dinheiro que ganho agora não chega... trabalho, trabalho, e não chega!

Em Angola quem não tem dinheiro ou documentos está tramado, tens que te esconder, não podes andar tranquilo... É a polícia e o governo que põem o povo contra os 'regressados', mas não compreendo porquê, nós também somos angolanos!

(...)

Está na altura de dizer 'chega!' ao MPLA, à UNITA, à polícia, aos militares, mas ninguém faz isso... O povo não se mexe porque tem medo que haja 'confusão' de novo!

Num segundo momento de encontro, Luvó trouxera um colega de trabalho, Dickson Lemos, cerca de 40 anos, também ele repatriado. Lemos voltara a Angola em 2005, oriundo do Chinguela (Huambo) — “uma zona difícil para viver” —, e não mais ficara parado. Percorria várias vilas e cidades, pois apenas assim conseguia encontrar clientes para o seu ofício.

¹⁵³ De forma análoga ao verificado em Meheba — em que se verifica a generalização da economia monetária através da atribuição de uma quantia às franjas mais vulneráveis ao invés da atribuição de bens essenciais que fomentavam uma economia de câmbio (cf. secção 2.6; UNHCR 2013:5) —, também a existência de caixas de multibanco num cenário rural sugerem uma política nesse sentido. Ainda a propósito da questão da economia monetária ver nota sobre o “limiar da pobreza” (cf. secção 3.3).

Dickson aprendera electrónica em Mayukwayukwa, em tempos fora professor, actualmente reparava leitores de cd's/dvd's, rádios, televisões.

— Já tratei dos papéis para poder dar aulas três vezes, já paguei o reconhecimento, já dei gasosa, já esperei muito e nada! Muito tempo, dinheiro e nada! Nada... Dizem que o meu português não é muito bom — é verdade —, mas se não há professores...!?

José Luvo acrescentou que, como tantos outros repatriados, ponderava partir de novo. No final de contas, preferia a vida em Meheba, ou na Zâmbia, do que em Angola.

— Há muitos, muitos refugiados a ir embora para a Zâmbia. Só fica quem tem sorte, quem tem uma boa família, só fica quem tem dinheiro... aqui, ou você vai para a cidade ou então não pode viver! E na cidade você precisa de dinheiro! Aqui não há escolas, não há clínicas, não há respeito... só o dinheiro interessa neste país... até para encontrar mulher é assim! Nenhuma mulher vai querer homem sem dinheiro.

(...)

... a vida em Meheba era mais fixe!

*

* *

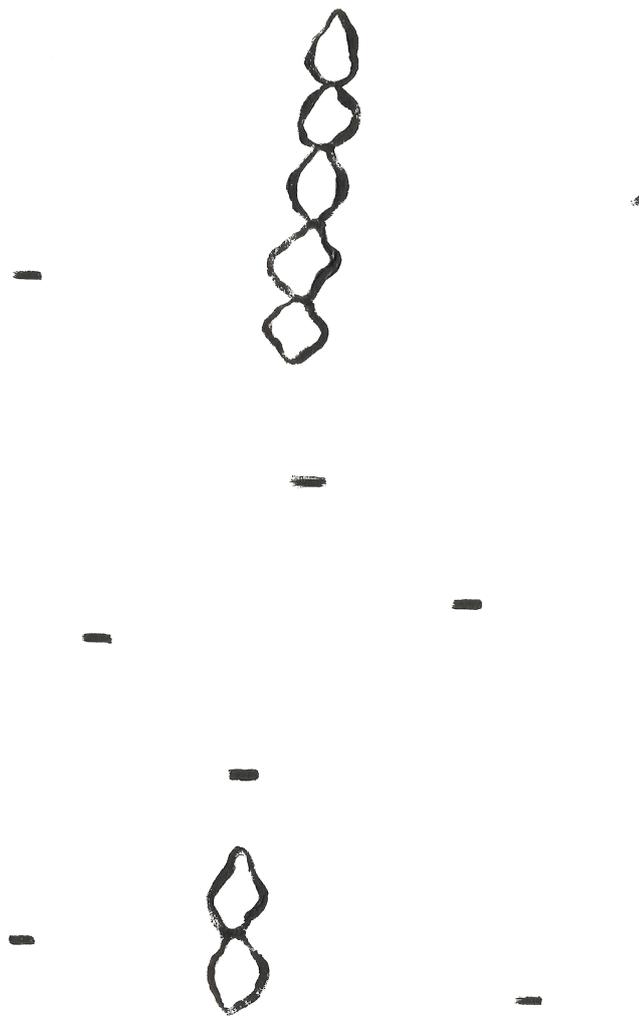
Com vista a encerrar esta secção parece-me importante ensaiar uma síntese de determinadas ideias que foram apresentadas, de forma explícita ou implícita.

De Meheba partem — e/ou convergem — várias redes de contactos que ecoam noutras paisagens mais ou menos distantes, em Angola e na Zâmbia. A verdade é que a partida de Meheba, na forma de repatriamento ou outra, nem sempre ocorre como planeado. Raramente se cumpre o plano de instalação num destino traçado de antemão — oscilando de aglomerado em aglomerado, de cidade em cidade. Com efeito, é frequente observar que, perante a incerteza, o movimento se prolonga muito além da saída do campo e/ou do retorno ao país de origem. Simultaneamente, compreende-se como os significados e funções associados a estas paisagens, a estes horizontes operativos — o mato e a cidade, mas também o campo — oscilam ao longo do tempo e consoante a geografia (por exemplo, embora com muitas intersecções, a concepção do “mato” em Angola — seja pela questão política, pela história

beligerante ou pela questão das minas — é muito diferente quando comparada com a Zâmbia). Mais, ao longo da minha pesquisa desenhou-se uma ideia que me parece central: as lutas de ontem, no mato, encontraram — ou encontrarão — continuidade na cidade. Os constrangimentos institucionais (burocráticos, legais), mas também outros de ordem económica e social condicionam em larga medida a escolha (ou a ausência dela) por este ou por aquele ambiente.

Trata-se de constantemente equacionar o que se procura e/ou espera encontrar, de como nos vemos ou queremos ver; e é nesse sentido que a ideia de horizonte operativo se consubstancia na figura do mato ou da cidade, ou de novo no campo. Contudo, subjacente a qualquer horizonte está a ideia de mobilidade — ou as possibilidades de mobilidade.

Como Inge Brinkman constatou a propósito dos povos do sudoeste de Angola — constatação que, a meu ver, é generalizável à restante população — a mobilidade, o movimento, a viagem constituem a própria essência do ser; “(...) traveling is not merely a means to get from place A to place B, in many respects it constitutes the very gist of identity, of life (2005:30)”.



4. A estrada e a fronteira

A estrada e a fronteira constituem noções que remetem para ideias de carácter aparentemente oposto. A estrada encerra na sua génese uma componente de mobilidade, a fronteira sugere a sua interrupção. Mas nem sempre é assim. Recorrendo a um exemplo extremo, no caso dos refugiados angolanos, e dando sentido à ideia de horizonte operativo, a fronteira internacional permitiu — pelo simples facto de autorizar o escapar à hostilidade — uma mobilidade cronológica existencial, o movimento biológico essencial ou, por outras palavras, dar continuidade à própria vida. Na verdade, a estrada e a fronteira estabelecem uma relação dialéctica, complementar. A formação — ou compartimentação — da ideia de “Angola” e respectivo universo espacial e socio-cultural, como se verá, é disso o mais emblemático paradigma. No entanto, ao contrário das secções anteriores, os indivíduos em análise — refugiados e regressados — deixam de ser os narradores principais diluindo-se eles próprios na narrativa plurivocal constituída por hiatos, fragmentos, percursos e paisagens que emanam da experiência dos caminhos e das fronteiras.

Mas o que sucede então ao longo dos caminhos no leste de Angola? O que sucede ao longo das fronteiras? E que eventos, elementos, situações dão sentido a estes horizontes operativos?

4.1 Pela estrada fora¹⁵⁴

Em Angola, o regime autoritário controla praticamente todas as esferas da sociedade e nem as recentes eleições de 2012 trouxeram alterações significativas. De entre os muitos direitos fundamentais que continuam a ser violados¹⁵⁵, destacam-se os relacionados com a liberdade de expressão, de reunião, de associação e de movimento. O controlo é exercido tanto pelas autoridades como por elementos da população local, vinculados ou não às estruturas do MPLA. De referir também que a desmilitarização teve como resultado o estabelecimento de uma rede de informantes que, a troco de favores e/ou gratificações¹⁵⁶, podem denunciar situações ou elementos potencialmente destabilizadores.

Perante tal moldura, a senda de um método e ambiente de investigação, tanto fecundo quanto seguro, encontraria um eco nos transportes públicos, — “(...) a microcosm of African life” (de Buijn, van Dijk & Foeken, 2001:1; cf. Faret 2004). Além disso, como Marc Augé postulou, da mesma forma que não é possível realizar uma análise social sem contar com indivíduos, numa análise de indivíduos não é possível ignorar os espaços nos quais eles se movem (1995:120). Na verdade, as situações aí encontradas — sobretudo nos transportes do interior leste do país — viriam a configurar algo maior que apenas lugares etnograficamente ricos ou de pesquisa prudente. Longe de oferecer meramente a possibilidade de uma “mobilidade uniforme e passiva” (Pirie 1992:172), os meios de transporte tais como autocarros, carros e 4x4 partilhados, comboios, “gafanhotos” (carrinhas de passageiros de tamanho intermédio de curta e média distância) e até *candongueiros* (as famigeradas Toyota *Hiace* azuis e brancas de transporte essencialmente urbano) compõem autênticas arenas públicas. Enquanto locais de

¹⁵⁴ Uma primeira e breve abordagem do tema deste secção teve lugar anteriormente. Neto, Pedro, *The JR Chronicle* (3 Maio 2014) “Angola: Public Transport is the Place to be”, disponível em <http://thejrchronicle.wordpress.com/2014/05/03/angola-public-transport-is-the-place-to-be-by-pedro-f-neto/>

¹⁵⁵ Os casos de repressão politicamente motivados — contra jornalistas e populares — são recorrentes por parte do governo de Angola. Além da prisão sem culpa formada, das torturas e maus tratos que ocorrem nas prisões, há casos de desaparecimentos e mortes. Para mais, ver por exemplo “Dispatches: Angola Denies Repressing Media, Protests”, *HRW News* (4 Novembro 2014), disponível em <http://www.hrw.org/news/2014/11/03/dispatches-angola-denies-repressing-media-protests> consultado a 18 Junho 2015; ou “Ministro do Interior Coordena Operações de Repressão”, *Maka Angola* (29 de Maio de 2014), disponível em http://makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11301:ministro-do-interior-coordena-operacoes-de-repressao&catid=28:direitos-humanos&lang=pt consultado em a 18 de Junho de 2015.

¹⁵⁶ A título de exemplo, e porque no âmbito da mobilidade é frequente observar motas de marca *MPLA* produzidas na China, e oferecidas aos respectivos colaboradores/informadores/membros do partido-governo.

encontros fortuitos, de reunião, os transportes constituem ambientes propícios à contestação, à divulgação e intervenção musical¹⁵⁷, ao debate político, de forma performativa, catártica, e, acima de tudo, revelam-se catalisadores da formulação e consolidação de memórias e identidades, individuais e colectivas.¹⁵⁸

As diferenças encontradas entre os transportes na cidade de Luanda e a região do Moxico estão associadas aos respectivos contextos espaciais, com escalas e conotações diferentes. Contudo, embora o sucedido em contexto urbano (central, relativamente controlado) contraste com o que ocorre num contexto rural periférico (distante, marginal), facto é que os transportes associados a ambos os ambientes continuam a engendrar, à sua maneira, espaços públicos.

Luanda, além de centro político, é também um centro cultural e económico em plena ebulição. Nos *musseques* da capital florescem pequenas produtoras informais de música e vídeo que, por parcas quantias, oferecem a possibilidade de gravar um *single*. Nestes estúdios mais ou menos improvisados gravam-se faixas musicais que falam de amor, de mudança política, da pobreza, da guerra, bem como de outros assuntos do quotidiano. Por sua vez, a distribuição é realizada nos *candongueiros*¹⁵⁹ que, com o rádio no volume máximo, dão a conhecer aspirantes a artistas bem como outros já consolidados. O cobrador, além de receber o valor dos bilhetes, vende aos passageiros interessados cd's com as mais recentes compilações musicais. Ao longo do trajecto e em “silêncio”, os passageiros comungam do conteúdo de tais melodias, ora inofensivas ora subversivas. Para os muitos que chegam a adquirir um exemplar, a partilha posterior entre as suas várias redes de sociabilidade está no horizonte.

¹⁵⁷ Para uma abordagem extremamente interessante acerca do papel político e social da música em Luanda ver Moorman (2008) *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Moorman dá conta de como a música produzida em Luanda — entre os residentes nos *musseques*, difundida em bares, em cinemas, em centros comunitários e posteriormente pela rádio —, era um modo de falar sobre a opressão colonial mas também de definir o que era ser angolano. Através da música definiam-se as expectativas do pós-independência, forjava-se o nacionalismo, imaginava-se a nação.

¹⁵⁸ Importa lembrar também o trabalho de Faret (2004), a propósito migrações e transportes transfronteiriços entre o México e os EUA, que, além das dimensões sociais já referidas, representam também uma forma de apropriação do território, de territorialização, de reforço de “continuidade sem contiguidade”.

¹⁵⁹ Curiosamente, o termo *candongueiro* tem origem na palavra *candonga*, termo quimbundo que integra o vocabulário corrente português e que significa “mercado negro”; contrabando de géneros alimentícios ou de outros produtos”; “intriga”; entre outros (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, online). Segundo algumas fontes não académicas e não verificadas, e a propósito do uso do termo no Brasil, *candonga* ou *candongas* eram lugares onde os escravos se refugiavam, geralmente para descansar ou recuperarem das feridas do trabalho nas fazendas. *Candongas* (também chamadas de “quebradas” ou “bocadas”) poderiam ser um esconderijo dos escravos rebeldes, descontentes com a escravatura.



Fig. 26 - Candongueiro, Luanda (2013)
Fig. 27 - Missa em autocarro, entre Solwezi e Mwinilunga (2012)

No que diz respeito aos transportes de médio e longo curso do Moxico, a situação é um pouco diferente. Se em Luanda há uma espécie de terciarização da contestação, no leste ela desenvolve-se na primeira pessoa, revestindo-se de uma interactividade maior. O precário estado das vias faz com que pequenos trajectos demorem longas horas a serem percorridos, facto que, a par do tempo de espera e da sobrelotação dos transportes, dá azo a reflexões sobre as duras condições de vida da população em geral. Os típicos controlos policiais em que são requeridas as “gasosas” (subornos), e em que são exigidas as identificações de todos os passageiros, dão o mote para debates acesos sobre a corrupção no país, sobre a imigração clandestina ou sobre os regressados sem documentos. As estradas alagadas, as árvores tombadas, os furos frequentes, as bermas e campos por desminar são elementos que lembram o abandono e o esquecimento que sofre o interior do país. A inexistência de combustível ou de postos de abastecimento alarga a discussão à polémica gestão dos recursos naturais angolanos. Além disso, o território está também marcado por memórias traumáticas: a cada troço surgem lembranças e lamentos e, dependendo da perspectiva, relatam-se ora atrocidades, ora feitos heróicos. Frequentemente, o debate entra na esfera política, e sobre a dicotomia UNITA e MPLA surgem amplos desentendimentos.

Não obstante a importância do observado nos *candongueiros* de Luanda, de seguida o ênfase recairá nas situações presenciadas nos transportes no Moxico. Como ponto de comparação também darei conta de situações similares verificadas em território zambiano. Tal decisão prende-se com a duração da minha pesquisa no leste, bem como com o carácter, pertinência, e intensidade dos momentos testemunhados em tão distante território.

*

Menos de 500km separam o Luena do Cazombo — o ponto onde me encontrava e o meu destino respectivamente. Um destino partilhado com certos refugiados que, quando em Meheba, me confidenciaram que para aí voltariam, que um dia daí haviam partido.

Da estrada que outrora ligara o Luena ao Cazombo, resistiam apenas pequenas secções. Somente os mapas insistiam ainda numa existência linear. Anos de intempéries e guerra haviam esquartejado o caminho, e, por agora, a alternativa viária consistia em ir de autocarro (ou de 4x4, mas mais dispendioso e veloz), passando por Saurimo, capital da Lunda-Sul, e chegar ao Luau na fronteira com o Congo-Kinshasa. De qualquer modo, uma vez no Luau, apanhar um Toyota *Land-Cruiser* seria a única solução para chegar ao Cazombo. Cada troço

significa partir de madrugada e chegar ao anoitecer, sem contar com regulares imprevistos, com hipotéticas paragens. Dois dias sólidos de viagem, portanto.

Ainda o sol não nascera e uma moto-táxi levava-me até à estação de autocarros do Luena. A alguns minutos do antigo centro colonial, do outro lado da linha de comboio, escondida por entre grandes árvores, encontra-se a estação. Numa arena de lama, delimitada por chapas metálicas, velhos autocarros todo-o-terreno convivem com experimentados mecânicos, com vendedores de refrigerantes multicoloridos, com potenciais passageiros e respectivas bagagens envoltas em plásticos. Já comprara o bilhete no dia anterior, não queria arriscar chegar à estação e deparar-me com lotação esgotada ou restar apenas um lugar do meio. Outros haviam feito o mesmo, e foi essa a razão pela qual o autocarro não partira às 6 horas como marcado: teríamos que esperar por duas passageiras com lugar reservado. Enquanto o horário se arrastava, a contestação popular subia de tom. Um rapaz esgrimia alguns argumentos em português: “Os horários são para cumprir, vamos embora!”, “Isto só em Angola é que é assim!”, ou “Estamos no Terceiro Mundo!”.

As retardatárias chegariam apenas às 7.30h, atulhadas de sacos, embalagens e caixas. Uma vez carregada a mercadoria, o autocarro partiu. Sucedeu-se uma espiral de insultos, de acusações e uma boa dose de ironia: “Com tanto tempo à espera pensávamos que era um ministro, e afinal são duas feirantes!” O português misturava-se com o chokwe ou com o luvale. Por sorte, ao meu lado tinha Anabela Muashi, uma professora primária do Luau, que cedo se prontificou a traduzir os vários comentários, o que faria ao longo de toda a viagem sempre e quando possível. Ainda assim, quando a língua de discussão fugia do português, os múltiplos idiomas locais eram postos em causa por alguns passageiros e os seus porta-vozes acusados de “pouco civilizados”, sem uma consciência nacional.¹⁶⁰

Percorridas escassas centenas de metros, constatou-se que faltava um lugar, alguém entrara sem bilhete. O pico de tensão materializava-se em decibéis: “Todos para fora do autocarro!” gritou o condutor, “Bilhetes no ar!” ordenou o cobrador. No meio do caos instalado, um homem de meia idade com o filho pequeno ao colo ensaiara passar despercebido. Mas, entre a agressão verbal e física, acabariam por ser descobertos e de imediato escorraçados do autocarro. “É regressado! Regressado!” foi a sentença unânime da assembleia rodoviária decidindo o primeiro tema de discussão de uma longa viagem.

Durante vários quilómetros, a assembleia discute ferozmente o fluxo de refugiados e migrantes do Congo-Kinshasa, da Zâmbia. Os argumentos amontoam-se: “Quando os angolanos tiveram

¹⁶⁰ O estigma ou a aversão aos idiomas locais, ou talvez a simples preferência pelo português, encontrou expressão recorrente em Angola. Para um ponto sobre a consciência nacional em contraste com a unidade nacional ver Neto (2002).

que fugir para o Congo foram muito mal tratados, mas os congoleses que vêm para Angola são sempre bem recebidos!”, “Os angolanos atravessavam a fronteira e os congoleses roubavam-lhes a roupa, os sapatos, roubavam tudo!” “Por isso os angolanos preferiam fugir para a Zâmbia!” Aparentemente, a maior parte dos passageiros não reconhece qualquer idoneidade à comunidade congolesa: “Eles lá não têm nada, comem cães! Só roubam!”, “Os congoleses vêm cá buscar os nossos colchões!”. O silêncio de alguns passageiros, tal como as suas caras de reprovação, denunciavam a controvérsia das afirmações feitas.

Curiosamente, quando estivera na Zâmbia ouvira argumentos semelhantes em relação a congoleses e a angolanos. No dia seguinte, cruzar-me-ia com indivíduos transportando colchões à cabeça, que, de acordo com os então companheiros de viagem, teriam sido trazidos da Zâmbia.

O primeiro *checkpoint* surgia no horizonte, entrávamos na Lunda-Sul. A inquietação é geral. Três polícias irrompem no autocarro e exigem os documentos de identificação de todos os passageiros. Condutor, cobrador, eu e um jovem casal seríamos convidados a acompanhá-los até ao posto. Cobrador e condutor acordam o valor da “gasosa” com as autoridades, eu sou o próximo. Entro no paralelepípedo metálico, o meu passaporte passa de mão-em-mão satisfazendo a curiosidade do grupo que o folheia: observam com espanto hologramas brilhantes que (quase) não permitem falsificações. Após um breve inquérito consigo escapar à “gasosa”: ser estudante e viajar em transportes públicos comprovam a minha inocência — e indignância. A mesma sorte não encontra o casal subsequente: não falam português, e não têm nem documentos nem dinheiro para “gasosas”. Observo a situação de perto até que os polícias me ordenam que volte para o autocarro, onde a indignação entre a comunidade viajante era geral. À janela, alguns passageiros, sobretudo os mais velhos, provocam a polícia e acusam-os abertamente de corruptos. Por fim, o condutor e o cobrador intervêm e aparentemente conseguem um acordo com os extorsores. Em silêncio, o casal volta a ocupar os seus lugares. Mais tarde perceberia que haviam regressado da Zâmbia há pouco tempo. A corrupção omnipresente passa a estar na mira de uma assembleia irada, desta feita em pleno acordo. A partilha de experiências que tais é então teatralizada e, enquanto uns representam, outros reagem gritando, contestando, rindo, aplaudindo. Anabela não tem tempo para uma tradução simultânea integral, mas a linguagem corporal usada deixa adivinhar o conteúdo de muitas das mensagens.

O autocarro avança lentamente, ora em terra batida, ora sobre imberbes camadas de brita, ora por pequenos troços alcatroados, ora navegando por enormes poças de água. Com excepção de algumas *caterpillars* em funções, o trânsito é escasso, quase inexistente. De tempos a tempos cruzamo-nos com outros autocarros todo-o-terreno, com *Land-Crusiers*, mas sobretudo

com camiões conduzidos por chineses que transportam materiais de construção, gasolina, ou enormes troncos de madeira.

Ao longo do caminho, também o passado colonial seria lembrado. Um homem nos seus sessenta anos, com um chapéu do MPLA, com a fotografia — descolorada — do Presidente José Eduardo dos Santos estampada na t-shirt, era o mais activo. Bradando comentários e fazendo rir a multidão viajante, a minha pele e proveniência eram as temáticas centrais da sua performance. A hostilidade dissipar-se-ia apenas quando o autocarro parou para que os passageiros matassem a fome.

De repente, do mato inóspito surgem várias mulheres com tachos e alguidares à cabeça. A concorrência é feroz: vendem pedaços de galinha entre outras carnes menos identificáveis, *fungo (nshima)*, *macenda* grelhada (espécie de vermes escuros, robustos, que atacam o milho), ovos cozidos, bananas e também água re-engarrafada, cerveja e refrigerantes. Escolho galinha. Teria oportunidade de provar as demais iguarias em percursos subsequentes. Também provei a carne do mato que Anabela trouxera e me oferecera, seguida de casca de ovo esmagada, que, segundo ela, seria essencial para ajudar a digerir e a matar possíveis parasitas. Surpreendentemente, a banalidade da partilha de uma refeição integrou-me na comunidade em movimento. E assim, durante o resto da viagem, a assembleia concentrar-se-ia na discussão dos assuntos mais prementes da sua realidade: a corrupção, a fome, a natureza do regime político, a dualidade UNITA-MPLA, a omnipresença da China, as várias categorias de migrantes em geral.

Escurecera entretanto. Da janela do autocarro chega apenas o reflexo do interior. No tejadilho, um fraco néon insiste em iluminar as silhuetas cansadas. Mais adiante, um novo *checkpoint*: sai-se da Lunda-Sul e volta-se ao Moxico. Desta feita, o controlo é mais célere: o tributo consiste em dar boleia a meia dúzia de militares. Novamente, a tensão vocaliza-se: “Porque é que os militares não pagam bilhete?”. Num ambiente compacto, inquieto, os privilégios das forças de segurança seriam o derradeiro tema da viagem.

À chegada ao Luau, vila a escassos quilómetros da RDC, viria a conhecer dois irmãos de Anabela. António e Nelson não falam português, mas sim inglês e outros idiomas regionais. Tinham estado na Zâmbia durante muitos anos, conheciam os campos de Meheba e Mayukwayukwa, lugar onde Nelson nasceu. Convidam-me para jantar no bairro onde vivem, a conversa flui. Mais tarde, levam-me até uma decrépita pensão-bar-restaurante chamada Tchamwanza (significando “boa sorte” em chokwe), e que alugava quartos à hora. O ambiente, lúgubre e bafiento, contrastava com o cosmopolitismo aí presente. A televisão transmitia em francês, bebia-se cerveja sul-africana e portuguesa, e um grupo de chineses aguardava por duas mulheres congolezas.

Por fim pude descansar; no dia seguinte esperava-me nova odisseia até ao Cazombo.

*

Com maior ou menor vivacidade, o carácter do espaço público — de assembleia — configurado nos transportes¹⁶¹ revela-se sintomático da realidade vivida em Angola, embora não exclusivo do país. A diferença prende-se sobretudo com o teor do que é apresentado em tais espaços. Na Zâmbia, ao longo da fronteira com Angola bem como na região do Copperbelt, é comum observar a presença de padres, pastores ou meros oradores, nos autocarros de médio e longo curso, que entram depois da partida e saem antes da chegada. Trata-se de indivíduos que, ao longo de um trajecto, lêem passagens da bíblia, dão sermões, reflectem acerca de temas como a moral ou a esperança. Durante a performance, os oradores vão interagindo com os passageiros, ora convidando-os a entoar cânticos, ora incentivando enérgicos *amen* e *aleluia*. Invariavelmente, terminada a função, facultam o seu contacto telefónico à plateia, ao mesmo tempo que recolhem dádivas monetárias. Antes de saírem do autocarro partilham o quinhão com o respectivo motorista. O facto de a Zâmbia não ter sofrido nenhum período de guerra e de o país ter mantido um sistema relativamente democrático são elementos que justificam uma certa predominância do fenómeno religioso encontrado nos transportes, em detrimento, por exemplo, de outras dimensões possíveis como a política.

Os contextos relativamente diversos encontrados de um lado e de outro da fronteira evocam o estudo de Gordon Pirie (1992), onde ambas as vertentes se encontram presentes. Os *Black Commuter Trains* — transportes públicos sul-africanos durante o apartheid — tanto davam lugar à manifestação religiosa, como galvanizavam o descontentamento sociopolítico. O tempo passado em movimento (entre o local de residência — a *township* ou o *bantustan* e o longínquo local de trabalho — na cidade, nas fábricas, nas minas, etc) fizera dos comboios um palco para diversas actividades entre as comunidades subjugadas. As actividades religiosas na forma de sermões, orações, ou cânticos, eram frequentes,¹⁶² mas desde cedo que o comboio seria também lugar de actividades subversivas. Pela sua natureza móvel, não só facilitava o recrutamento ou reforço político, como permitia levar a contestação de paragem em paragem.

¹⁶¹ No que toca às deslocações em Angola exceptua-se o caso do avião: voei de Luanda para o Luena porém sem encontrar um fenómeno semelhante.

¹⁶² Em meados dos anos 1980, o fotógrafo sul-africano Santu Mofokeng realizou uma série de fotografias acerca dos momentos religiosos ocorridos nos *Black Commuter Trains*, intituladas “Train Church”. Disponível em <http://cargocollective.com/santumofokeng/filter/work/train-church>, consultado a 9 de Maio 2014.

Do mesmo modo que amigos e desconhecidos se encontravam congregados em “vagões-igreja”, outros encontravam-se em vagões específicos para a contestação política, então denominados *emzabalazweni*, significando “na luta”. Nos *emzabalazweni*, membros de sindicatos e/ou activistas mantinham a contestação acesa, proferindo discursos, entoando canções revolucionárias, e/ou distribuindo propaganda contra o regime do apartheid. Como Pirie sugere, “(...) these train carriages were the ‘moving cocoons’ of apartheid in which a mass political culture was hatching (1992:176).”

Tanto nos comboios da África do Sul como nos vários meios de transporte em Angola, a mobilidade assume uma preponderância acrescida ao dificultar o controlo e monitorização por parte das autoridades. Além disso, a possibilidade de sair e entrar no autocarro (ou no comboio), a praticamente qualquer momento, permite um certo grau de anonimato entre eventuais intervenientes reunidos numa assembleia contingente. Porém, “[if] public transport has long been used, both literally and figuratively, to mobilize political resistance in South Africa (Pirie 1992:177)”, no caso angolano tal ocorre de modo espontâneo e aparentemente fugaz. Com efeito, o caso angolano reveste-se de outras nuances que não apenas as relativas à mobilização e à resistência política,¹⁶³ até porque essa, a acontecer nos transportes, não se encontra organizada, sindicalizada, nem se traduz, de momento, em algo palpável. Mas será que Anna Tsing, ao referir que “mobility means nothing without mobilization” (2005:215), estará inteiramente certa?

No Moxico, a mobilidade — e o movimento — actua sobre outras dimensões ao estabelecer um confronto — individual e colectivo — com uma série de contextos, situações, paisagens que se sucedem ao longo do caminho. A comunidade de passageiros é confrontada com a realidade “lá fora”, seja através da corrupção policial em cada *checkpoint*, seja pela forte presença asiática na reconstrução de infraestruturas quando o desemprego local é endémico, seja pelas parcas e ineficazes equipas de desminagem, mas também porque a mobilidade intersecta uma paisagem pejada de estórias e memórias.

*

¹⁶³ O trabalho — notável — de Soprzanetti (2014) aborda a temática da mobilidade e mobilização política ao analisar o papel dos “moto-táxis” e respectivos condutores nos protestos políticos de 2010 em Bangkok, Tailândia. Também importa lembrar o filme *Táxi* (2015) de Jafar Panahi — proibido de filmar pelo regime iraniano, rodado dentro de um táxi em Teerão e que aborda temáticas políticas várias, entre as quais a ausência de liberdade de expressão.

Há vários dias que chovia intensamente o que significa que apenas Toyota *Land-Cruisers*, dotados de hábeis motoristas, se aventuram a percorrer os tortuosos 270km que ligam o Luau ao Cazombo. Ainda o sol não se mostrara no horizonte e, no terreiro marcado pelas ruínas da antiga igreja colonial, já toda a espécie e gerações de todo-o-terreno aguardavam a chegada de passageiros. Sob as poucas árvores que ainda resistem, há quem venda maçarocas de milho e bananas, latas de cerveja e outros refrigerantes, rebuçados e chupa-chupas e, caso inusitado, há quem ofereça serviços de tatuagens e *piercings*.

Reservei o meu lugar na *Land-Cruiser* com destino ao Cazombo. Enquanto improvisava o pequeno-almoço, encetei conversa com o tatuador. Aparentava uns 40 anos, ostentando um ar urbano e destacava-se da paisagem social imediata. Aprendera a tatuar no Congo-Brazzaville e orgulhava-se de já ter deixado a sua marca um pouco por toda Angola, do Namibe a Saurimo, de Luanda ao Cazombo. Também tatuara em Kinshasa, mas um dia roubaram-lhe o material e, por isso, decidira voltar à sua terra. Fazia-se acompanhar de um cartaz já gasto que anunciava o seu ofício, um álbum de fotografias e ilustrações comprovava a sua arte. Apesar de variado, o catálogo era composto por tatuagens encontradas um pouco por todo o lado: animais reais e fantásticos, corações e cupidos, formas góticas, ideogramas “orientais”. Porém, também elementos bélicos como pistolas e facas surgiam ao longo das páginas. Uma das fotografias destacava-se do conjunto: ilustrava um peito masculino onde uma feia cicatriz se fazia acompanhar da inscrição “KK-88” — uma alusão, mais tarde presumi, à Batalha do Cuito Cuanavale de 1987-88. Outras fotografias davam conta de uma realidade específica: datas, nomes próprios e de lugares, iniciais anónimas — quiçá do regimento ou do batalhão — e até famosos acrónimos políticos.

Enquanto conversava e reunia alguns mantimentos para a viagem, a lotação da *Land-Cruiser* esgotara. Com o Luau para trás encetava-se novo espaço de discussão. Ao meu lado seguia Liberdade, com cerca de 35 anos, funcionária pública de Luanda. Desde a partida que a sua voz esganiçada barafustava acerca do tempo de viagem até ao Cazombo. Ia visitar a mãe que, aquando do final da guerra, decidira abandonar Luanda pela sua terra natal. Pelo contrário, Liberdade não tinha intenções de deixar a capital e só muito raramente vinha até ao Moxico — “o fim-do-mundo!”. O tom e conteúdo das suas reclamações não foram bem recebidas, e os passageiros da retaguarda, supostos autóctones da região, usaram a oportunidade para contrastar o desenvolvimento de Luanda com o abandono vivido no resto do país, sobretudo no leste. Num ápice, a troca de galhardetes descambou em considerações políticas. A discussão adquirira uma tal proporção que, entre gritos, insultos, gesticulações, o condutor viu-se obrigado a encostar e acalmar os ânimos.

Ao descontrolo seguiram-se momentos de silêncio incómodo. A paisagem oscilava bruscamente: ora atravessávamos longas extensões descampadas, compondo por vezes

charcos pontuados por árvores solitárias, ora nos deparávamos com troços de densa vegetação e cursos de água velozes. Em simetria, análogo jogo parecia ocorrer no céu por cima, onde a escuridão das nuvens só interrompida por relâmpagos concorria com o azul luminoso. Ao longo do caminho certos elementos replicavam-se: ruínas coloniais (quicá outrora postos avançados), sucatas de veículos militares e não só, passavam-se quilómetros sem vitalma até ver pequenas aldeias fumegantes. Enquanto isso, nas bermas, árvores e estacas, listadas a vermelho e branco, sucediam-se. Tal sinalética indicava a presença de minas, dando a conhecer a vastidão de territórios em quarentena.

A certa altura, na parte de trás do 4x4, o cobrador relatou em tom soturno o ocorrido ali perto, fazia semanas: uma passageira saíra de um autocarro, penetrara demasiado no mato e “PUM!”, seguramente pisara uma mina. Ainda chamaram a senhora durante algum tempo, mas ninguém arriscou procurá-la no terreno — nem sequer recuperar o corpo. Estava lançado o mote para que outros passageiros contassem histórias semelhantes. Pedi a Liberdade que me traduzisse o que diziam na retaguarda, mas cedo compreendi que não dominava o luvale, nem outras línguas que não o português. Além disso, o arrufo anterior faria com que Liberdade se remetesse a um silêncio quase penitente. Perante as minhas indagações, o condutor reagiu, denunciando que a desgraça era recorrente. Na estação seca as equipas de desminagem localizavam parte das minas, porém, com a chegada da chuva, elas moviam-se dos sítios identificados, acabando, inclusive, nas estradas ou nas lavras. Os acidentes, na forma de mortes e amputações, abrangiam crianças, agricultores, viajantes.

Avançávamos por entre inúmeros charcos, a água turva ladeava as janelas do *Land-Cruiser*. Chegaríamos a uma aldeia aparentemente sem adultos, onde parecia apenas restar uma idosa que geria a única “cantina” (espécie de mini-mercado). A anciã vendia os produtos habituais — refrigerantes, cerveja quente, bolachas rançosas — e ficou surpresa por me ver, cumprimentou-me entusiasticamente em português, sorrindo. Comprei as bolachas e partilhei-as com Liberdade. Sob o alpendre, um rapaz desafiou-me a comer *macenda* grelhada (as minhocas que atacam as plantações de milho). Estava com fome, acedi. Após uma longa demora, chegava o oitavo passageiro que, para riso dos restantes viajantes, carregava às costas um mini-frigorífico ainda embalado. Desta feita, seria o condutor a traduzir o motivo do riso: o indivíduo fora até ao Congo buscar o frigorífico, mas, na sua aldeia, não havia nem electricidade nem geradores.

Entre comentários e gargalhadas voltávamos à estrada. Mas o riso também bebia da alcoolémia, pois certos passageiros “chupavam” cerveja desde a alvorada. O condutor lamentava-se que, a par do mau estado das estradas, também as bexigas cheias atrasavam a viagem.

O vislumbre do rio Zambeze anunciava a proximidade do Cazombo. Uma das passageiras, que até ao momento se tinha mantido em silêncio, começou a balbuciar nervosamente. Aparentemente, perto daquela curva, membros da UNITA haviam morto a sua família, amigos, toda a sua aldeia. Segundo outro passageiro, mais velho, nesse dia mataram cerca de cento e sessenta pessoas, na sua maioria luvale.

— Estrangularam-nos um a um! Só um é que sobreviveu e veio denunciar o sucedido, cheio de sangue no pescoço... cheio de bichos! Foi um milagre! Ele veio avisar-nos e nós fugimos da nossa aldeia!

Ainda está vivo esse senhor, ele é que nos salvou!

Análogo relato seria relembado mais tarde, no percurso inverso, Luau-Cazombo. Dessa feita, a narrativa seria apresentada por um rapaz jovem e com algumas discrepâncias: o número de mortos fora maior — cerca de duzentos — e tratava-se de soldados e informantes do MPLA, não de meros civis. Não consigo precisar se a evocação surgiu no exacto sítio do relato inicial.

Chegávamos à nova ponte do Zambeze, em que um grande painel de chapa anunciava que fora construída por uma parceria entre empresas de Portugal e do Brasil. A ponte é o único *checkpoint* entre o Luau e o Cazombo, e onde são controladas as bagagens e os documentos. Observo o condutor e o cobrador que se afastam com o representante da autoridade, do outro lado do rio avista-se o início da vila onde novas construções emergem. Por baixo, na margem, destacam-se as toalhas e panos com padrões intrincados e cores garridas que algumas mulheres lavam e estendem ao sol. Encostado ao *Toyota*, um companheiro de viagem aponta para o rio e, em tom mordaz, lança a seguinte afirmação:

— Todos os meses há casos de lavadeiras desaparecidas! Elas afastam-se, vão até às zonas mais fundas onde é mais fácil lavar. Distraem-se, esquecem-se que há crocodilos e nunca mais voltam! Ficam apenas as roupas e os alguidares...

Condutor e cobrador voltam à viatura denunciado que, além da travessia, também o mini-frigorífico dera direito a “gasosa”. Momentos depois entrávamos na vila do Cazombo.

*

Os percursos acima relatados dão conta de uma fracção da riqueza etnográfica presente nos transportes colectivos. Embora constitua uma visão parcial, o sucedido nos trajectos referidos (Luena-Luau-Cazombo) ilustra um rol de situações recorrentemente encontradas quando em movimento no leste do país. Dada a sua representatividade, análogos exemplos não só estimulam uma reflexão acerca do que é forjado nos meios de transporte e quais as suas implicações, como vêm interpelar a génese de tais lugares (cf. Lombard & Steck 2004).

Como convite à problematização, vale a pena atender ao conceito de “não-lugar”, formulado por Marc Augé (1992) à luz de uma “supermodernidade”.¹⁶⁴ Para o autor, espaços como aeroportos, autoestradas, salas de espera, meios de transportes em geral, centros comerciais, estações de metro, campos de refugiados, supermercados, etc, podem configurar “não-lugares”. O “não-lugar” é um mero espaço de trânsito por onde circulam pessoas e bens. “L’espace du voyageur [est] ainsi l’archétype du non-lieu” (Augé 1992:110). Todavia, o “não-lugar” surge na oposição à noção clássica de “lugar antropológico”, pautado pela ideia de totalidade, isto é, enquanto espaço identitário, relacional e histórico.¹⁶⁵ “Si un lieu peut se définir comme identitaire, relationnel et historique, un espace qui ne peut se définir ni comme identitaire, ni comme relationnel, ni comme historique définira un non-lieu (Augé 1992:100).”

Ora, por questões de ordem geográfica e de tradução cultural, e não querendo entrar num debate sobre modernidade e tradição (cf. Ferguson 1999) que remete para “simultaneidades” de vários espectro — de “tempo coevo” (cf. Fabian 2002), parece-me controverso analisar a(s) realidade(s) encontrada(s) em Angola no âmbito de uma “supermodernidade”, tal como exclui-la(s) de forma categórica. Por outro lado, muitos dos espaços que Augé propõe como “não-lugares” podem, pelo contrário, configurar espaços antropológicos. O recurso a tal conceito pode revelar-se extremamente problemático, sobretudo quando se pondera acerca da ponte que o espaço em movimento permite erigir com hipotéticas identidades, afinidades e/ou memórias, que despontam ao longo dos vários itinerários. No entanto, também Augé lembra quando as estradas nacionais e caminhos de ferro penetravam a intimidade do quotidiano, quando os transportes avançavam lentamente e permitiam observar o que rodeava quem se deslocava, ou seja, quando ainda permitiam configurar “lugares” (1992:127-128). E é tal

¹⁶⁴ Cf. Augé 1992. De acordo com o autor, o “não-lugar” é produto do contexto “supermoderno”, caracterizado por figuras de excesso, em que a superabundância de informações, superabundância de espaço e individualização das referências conduzem a transformações ao nível da percepção temporal, espacial e do próprio indivíduo. Paradoxalmente, o excesso de espaço advém do encolhimento do mundo, isto é, da alteração da escala em termos planetários por via da concentração urbana, das migrações populacionais e da respectiva produção de “não-lugares”.

¹⁶⁵ Ao definir “lugar” Augé remete para os trabalhos de Marcel Mauss, nomeadamente *Sociologie et Anthropologie*, PUF, 1966.

proposição que ecoa quando se pensa nos tempos e modo dos transportes da região do Moxico.

À primeira vista, é evidente que os viajantes não estabelecem nenhuma relação profunda com o espaço do transporte em si (genericamente o autocarro, o comboio, o 4x4, o carro, etc), mas sim com esta ou aquela realidade intersectada durante o deslocamento. Contudo, ao mesmo tempo que criam um itinerário de produção e aferição de “lugares” de forma intermitente (isto é, os sítios com carga relacional individual e/ou colectiva que vão sendo atravessados), os transportes constituem dentro de si um palco para o tratamento e reconhecimento — grupal — desse “lugar” enquanto tal. Análoga sequência, ao gerar um espaço público clássico (equiparável à praça, à ágora, ao fórum), que, por sua vez engendra uma comunidade (dimensão que será abordada mais adiante), produz um segundo “lugar” — neste caso o habitáculo, o vagão, a carruagem — ainda que de forma aparentemente efémera. Ou seja, a dimensão relacional-identitária-histórica não só se apodera do espaço em movimento (interior) como valida a do intersectado (exterior).

Tal intermitência — e impermanência — recorda a visão clássica acerca do carácter da luz¹⁶⁶: onda, partícula, ou ambas em simultâneo. Com efeito, o comportamento dualístico e complementar da luz reverbera quando se pensa na substância espacial dos meios de transporte: ora “lugar” ora “não-lugar”, ora ambos em sincronia, para não falar das suas qualidades físicas intermédias e intermediárias — entre interior e exterior, estático ou em marcha, individual e colectivo.

Nesta espiral reflexiva, importa trazer a bordo a proposta de Agier (2012, 2013) acerca de um “descentramento” antropológico e metodológico, cada vez mais pertinente para a etnografia e respectiva análise, e a propósito do qual os transportes públicos se mostram emblemáticos. Agier preconiza as “situações de fronteira” em que possa surgir um *sujet en situation*, como os eventos e locais a explorar etnograficamente (cf. secção 1.2). O autor advoga uma abordagem situacional que permita descobrir situações sociais e políticas marcadas pelo imprevisto, pelo extraordinário, pelo incerto, pela excepção (Agier 2013: 122). Trata-se de encontrar momentos marcados por uma liminaridade social, onde possa surgir um “(...) *sujet-autre, venant bousculer l'ordre identitaire et selon une altérité essentiellement situationnelle* (Agier 2013:207).” Com vista a encontrar tais situações, é fundamental procurar situações de fronteira, de *décentrement*, ou quando a “*frontière [est] en train de se faire*” pois, como o autor avança:

¹⁶⁶ A propósito da dualidade onda-partícula, também denominada dualidade onda-corpúsculo ou dualidade matéria-energia, ver por exemplo: http://en.wikipedia.org/wiki/Wave%E2%80%93particle_duality

Ce que la frontière met en ouvre est à la fois un partage et une relation. Son action est double, externe et interne; elle est un seuil et elle est l'acte d'une institution: instituer un lieu propre, qu'il soit social ou sacré, consiste à le séparer d'un environnement — nature, ville, ou société —, ce qui permet d'inscrire un collectif donné, un 'groupe' ou une 'communauté' d'humains dans le monde social avec lequel, grâce à la frontière créée, il peut établir une relation et ainsi exister face aux autres (Agier 2013:25).

As semelhanças entre o processo descrito por Agier e os fenómenos por mim observados nos meios de transporte são notórias, bem como o seu papel na formulação de identidades colectivas. Através do movimento e do anonimato permitido, do descentramento proporcionado e da própria substância do espaço em si, os transportes públicos não só vão (re)elaborando uma série de fronteiras, como acabam por encerrar em si um “lugar de fronteira(s)”. E é desse modo que os transportes constroem um constante contexto — ou estado — “outro”: dentro do autocarro o indivíduo tem o dom da palavra, tendo a oportunidade de se metamorfosear num outro *sujeito* — desdobrado, descentrado de si e dos seus, podendo ser tanto contagiado pela comunidade como ser para ela contagiante; ainda que efémero, o espaço do transporte configura um espaço público singular, com uma forte componente política dificilmente verificada no quotidiano exterior; a tal, soma-se a intermitência do “lugar”, seja devido ao advento do espaço público, seja pela intersecção com locais carregados de memórias e de estórias que, por sua vez, são narradas e teatralizadas, logo transferidas e integradas num segundo âmbito tanto colectivo como individual. Perante este panorama, não só se comprova a existência de um estado “outro” (em que o sujeito, o objecto, a comunidade, o espaço, se revelam outros), como se reconhece uma procura, um desejo íntimo, de recriar uma realidade “outra” (mais igual, mais democrática, diferente, melhor). Assim, a panóplia de situações encontradas nos transportes (de alteridade, de descentramento, de intermitência e impermanência do lugar, onde o desejo e a contestação encontram espaço para a expressão) instigam à tentativa de encapsular esse universo tão espacial. Poderão os transportes públicos ser denominados de “alter-lugar(es)”?

Ao assumir o termo “alter-lugar” deparo-me com uma noção concorrente, “heterotopia”, lançada por Michel Foucault no seu texto “Des espaces autres” (1967), a qual pretende descrever espaços que encerram várias camadas de significação ou de relações em outros lugares e cuja complexidade não pode ser apreendida imediatamente. Porém, enquanto as “heterotopias” são essencialmente estáticas, os “alter-lugares” serão, na sua génese, dinâmicos, intermitentes e impermanentes. Para Foucault, as “heterotopias” são espaços em que a alteridade se pode manifestar, espaços que não estão nem aqui nem lá, que são simultaneamente físicos e mentais. Em tal tratamento, o autor interessa-se por *emplacements* (espaços/lugares/sítios) que: “(...) ont la curieuse propriété d'être en rapport avec tous les autres emplacements, mais

sur un monde tel qu'ils suspendent, neutralisent ou inversent l'ensemble des rapports qui se trouvent, par eux, désignés, reflétés ou réfléchis”.

Por entre os vários princípios e características que confluem na noção de “heterotopia”, há certos que se podem sobrepôr, ou assemelhar à ideia de “alter-lugar”. Foucault oferece o exemplo do cinema como “heterotopia”, na sua capacidade de “(...) juxtaposer en un seul lieu réel plusieurs espaces, plusieurs emplacements qui sont en eux-mêmes incompatibles (1967).” De facto, além do espaço do autocarro ou do comboio em si, existe uma série de espaços e/ou lugares que chegam através da janela, quase como fragmentos de um filme. E o movimento oferece, a cada instante e a cada indivíduo, uma nova realidade e a mesma, um novo espaço e o mesmo. Outras heterotopias há que “(...) supposent toujours un système d'ouverture et de fermeture qui, à la fois, les isole et les rend pénétrables.” São exemplos disso a prisão ou a sauna, onde quem entra deve submeter-se ao rito e/ou à purificação. Em conformidade, o espaço público configurado nos transportes assume-se como lugar de partilha, de performance e ritual, de catarse, de limaridade portanto, para não repetir a ideia de anonimato associada à possibilidade de entrar e sair a qualquer momento. Por fim, as semelhanças são realçadas quando Foucault afirma, poeticamente, que o máximo expoente da “heterotopia” é o barco:

(...) le bateau, c'est un morceau flottant d'espace, un lieu sans lieu, qui vit par lui-même, qui est fermé sur soi et qui est livré en même temps à l'infini de la mer et qui, de port en port, de bordée en bordée, de maison close en maison close, va jusqu'aux colonies chercher ce qu'elles recèlent de plus précieux en leurs jardins, vous comprenez pourquoi le bateau a été pour notre civilisation, depuis le XVIe siècle jusqu'à nos jours, à la fois non seulement, bien sûr, le plus grand instrument de développement économique (...), mais la plus grande réserve d'imagination. Le navire, c'est l'hétérotopie par excellence. Dans les civilisations sans bateaux les rêves se tarissent, l'espionnage y remplace l'aventure, et la police, les corsaires (1967).

“Alter-lugar”? “Heterotopia”? A verdade é que quando nos transportes, os passageiros corroboram uma certeza prosaica, um sentimento transversal: a de que “estão todos no mesmo barco.”

*

Após um período no Cazombo voltaria, inevitavelmente, ao Luena. O passo seguinte consistia em reatar contactos com alguns regressados no Huambo, no planalto central. Contudo, a história repetia-se: devido à guerra e às intempéries, a estrada que liga ambas as localidades

encontrava-se intransitável. O único caminho viário viável consistia em regressar a Luanda, via Saurimo, e, uma vez em Luanda, descer de novo até ao Huambo. Pesasse embora uma frequência incerta, optei por esperar pelo comboio.

O caminho de ferro de Benguela, que outrora ligara o Atlântico à RDC e à Zâmbia, fora lentamente destruído durante os anos da guerra. Actualmente, a par e passo, pequenos itinerários voltavam ao normal funcionamento, e o ramal entre o Huambo e o Luena tinha sido inaugurado havia algumas semanas. Todavia, os problemas sucediam-se. Na estação, um aviso aventava que o tráfego ferroviário seria reatado numa questão de dias, enquanto uma dezena de pessoas e respectivas bagagens permaneciam absortas, à espera. A antiga estrutura tinha sido reconstruída, os mosaicos ainda brilhavam, a sala de espera cheirava a novo, mas nem sombra de comboios. Depois de algumas perguntas, e outras tantas respostas evasivas, encontrara alguém que possuía informações privilegiadas.

Frederico Ómega, com cerca de 30 anos ou talvez menos, esperava há vários dias por umas motas, mas um relâmpago fulminara um troço da linha. Era necessário esperar pela reparação e, enquanto isso, no Cuito, o primo estava de olho no vagão com o carregamento. Entusiasmado, comentou que se tratava de umas TVS, *scooters*, motorizadas, motas de 250 cm³, e até “motas-cavalo” (tipo todo o terreno), importadas da China. Confessou que as motas eram relativamente baratas, mas os travões funcionavam mal, deitavam muito fumo porque não tinham filtros e, depois de seis meses, era comum avariarem. E Ómega reorientou a questão para a linha de comboio, contando que também foi a China que reconstruiu o caminho de ferro mas que o trabalho não ficara bem feito. Segundo Frederico, a culpa não se devia à incompetência dos trabalhadores chineses, mas sim ao governo angolano que não exigira nem qualidade, nem segurança, nem supervisionara a construção. Além disso, queixou-se que os trabalhadores haviam retirado os carris ainda existentes, enviando-os para a China para fundir. E não só os novos carris instalados eram de ferro de pior qualidade — estando na origem de vários acidentes — como o terreno fora mal compactado, levando a que terra abatesse aquando da passagem, fomentando interrupções e atrasos na circulação.

Frederico Ómega sabia de mecânica, que aprendera com o pai quando estivera na Zâmbia — em Mayukwayukwa mais precisamente. Pareceu-me não desgostar do tempo passado no campo de refugiados, onde estudara, queixando-se, porém, que lá não era possível ganhar dinheiro, que não havia futuro e que, por isso, decidira voltar com o pai para Angola. A mãe não quis regressar, mas Frederico adiantou que a visitava com frequência, até porque também vendia motas na Zâmbia. Por vezes, disse ainda, também era rentável ir buscar motas ao Congo, entradas pelos portos da Tanzânia. O segredo para o sucesso do negócio era falar várias línguas e ter sempre dinheiro na mão: “Com dólares e uma boa conversa tudo se resolve, tudo se consegue!”

Frederico Ómega ligar-me-ia no dia seguinte de manhã: estava prevista a chegada do comboio nessa noite e, portanto, eu deveria estar atento, pois os bilhetes iam ser postos à venda. Seguiria as suas recomendações, chegando bem antes da hipotética abertura da bilheteira.

A fila ia engrossando a olhos vistos, e as conversas, as saudações, os cumprimentos multiplicavam-se. O ambiente amistoso seria quebrado quando, de rompante, membros das FAA tomaram a sala e irromperam bilheteira adentro. Os primeiros bilhetes ficavam assim reservados. Na iminência da abertura da bilheteira o caos instalara-se, a fila ordeira desapareceu, a contestação era geral, e os comentários somavam-se: “Isto não pode ser, só porque são das FAA acham que podem passar à frente de todos!”, “Em Benguela isto não acontece! Os bilhetes são postos à venda e a fila é respeitada! São ainda os funcionários com os uniformes do tempo colonial que organizam a fila, e toda a gente respeita a ordem de chegada! Em Benguela o exército e a polícia não têm prioridade, são iguais a nós, esperam como nós!”. Enquanto analisava o alarido criado, um soldado aproximou-se, agarrou-me no braço e afastou-me da turba. Após apresentação de documentos e esquivadas as perguntas difíceis, o soldado furou a multidão em direção à bilheteira. Minutos depois voltava com o meu bilhete no qual uma simbólica comissão fora também incluída.

E assim, cerca das três da madrugada dessa noite cruzava as várias carruagens, indagando qual era o meu lugar. Em tal périplo pude comprovar que, de entre a população viajante, pelo menos um terço era pertencente à polícia ou ao exército. A carruagem que me fora atribuída não era exceção. Pousado no colo de um militar, um rádio emitia no máximo volume os *hits* nacionais do momento. Não obstante o ruído, todos os passageiros pareciam dormir, incluindo o proprietário do aparato. O arranque brusco viria devolver o tão desejado silêncio: a série de solavancos de partida fizera com que o rádio rebolesse e se estatelasse no chão, desfazendo-se em inúmeras peças. Com o sinal de partida, um grupo de polícias veio confirmar — mais uma vez — os meus documentos, bilhete, propósitos em Angola. Ultrapassados os vários constrangimentos poderia então descansar durante algumas horas.

A luz inundara a carruagem, e eu, tal como os restantes passageiros, estremunhados, avaliávamos o exterior. Pontuadas por maciços rochosos, planícies verdejantes sucediam-se a perder de vista. Cursos de água brotavam da paisagem, ora dando origem a imponentes cascatas, ora inundando vastas extensões de terra. Em suma, a imagem romântica da savana na época das chuvas.

A certa altura, surgiu um apeadeiro no horizonte e o já de si lento comboio decidiu abrandar. Ao solitário ruído dos carris juntou-se o coro de gargalhadas de um grupo de polícias. Entre o riso despregado contaram que, na viagem de ida e aquando da paragem em idêntico local, constataram que o guarda desaparecera. Tiveram que esperar algumas horas até que ele



Fig. 28 - *Checkpoint, Cazombo* (2013)
Fig. 29 - *Comboio, Luena-Huambo*, (2013)

desse sinal de vida e viesse explicar o sucedido. Aparentemente, durante a noite, um leão rondara o apeadeiro e o guarda, em pânico, à primeira oportunidade escapara para a aldeia, evitando tornar-se repasto. Enquanto uns gracejavam com a situação, outros viajantes desmentiam semelhante história, insultando o guarda, que era mentiroso, que os leões tinham sido todos mortos durante a guerra. Com efeito, elefantes, leões, girafas, búfalos, rinocerontes, palancas gigantes, quase desapareceram da paisagem angolana durante o longo conflito. Além de caçados para alimentar as fileiras militares, ou pelo marfim no caso dos elefantes, os animais seriam vítimas de armadilhas e de minas e, tal como inúmeras populações locais, deixariam o país, procurando refúgio nos territórios limítrofes. E, assim, uns vociferavam “Os da UNITA não tinham nada para comer senão carne do mato, aliás, o Savimbi às vezes até matava gente para comer!” e, em contraponto, um grupo de jovens reformulou a causa da escassez actual de fauna autóctone: “A culpa não é só da UNITA, é dos generais, do governo, e dos amigos deles que vêm para aqui caçar para se divertirem!”; “Já nem existem palancas que é o símbolo de Angola, eles mataram-nas todas!”; “Os generais e o governo matam as palancas porque querem ser o único símbolo de Angola!”; “Eles podem caçar mas não deixam o povo entrar nas coutadas deles e fazer o mesmo!”; “O povo angolano passa fome e eles caçam só para se divertirem!”

Apoderando-se da carruagem, a fauna seria o primeiro tema de discussão. A procura de culpados pela quase extinção dos animais de grande porte, além da dimensão política associada, dava lugar a narrativas de vária ordem. Um homem de idade avançada falava sobre quando andava “neste mato” com as FAPLA e uma manada de elefantes viera destruir o seu acampamento à noite, gratuitamente: “Os elefantes não se esquecem de quem lhes faz mal, mas nós não lhes tínhamos feito nada! Cada um fugiu para seu lado, perdi-me dos meus camaradas no mato!” Outro passageiro da mesma idade lembrou, por sua vez, os tempos de abundância de animais, quando se podia caçar facilmente, lamentando que já não houvesse nada. Ao longo de vários quilómetros, histórias e comentários que tais fariam parte do repertório da “assembleia” viajante.

O cadenciado abrandar do comboio denunciava o aproximar de uma estação ou apeadeiro, ou algum troço mais ou menos periclitante. A cada paragem, por vezes surgidas do nada assomavam-se às janelas dezenas de mulheres e/ou crianças. Carregavam consigo alguidares cheios de refrigerantes e cerveja, de maçãs e bananas, ofereciam *macenda* e *ginguba* (amendoins) embalados em pequeníssimos sacos de plástico, carne seca esticada em cabides improvisados, carnes indiferenciadas em tachos (frequentemente de antílope, impala, macaco, ou cabra), ou longas colheres esculpidas em madeira e decoradas com marcas feitas com carvão. Num ápice, o comboio enchia-se desses produtos.

A certa altura, comecei a sentir fisicamente que o número de passageiros excedera largamente a capacidade aconselhada. A proporção de elementos das forças de segurança aumentara consideravelmente. As velhas carruagens, importadas da África do Sul, estavam a abarrotar. Por conseguinte, os focos de debate desmultiplicavam-se em várias direcções e temáticas e, tal como verificado nos vários percursos rodoviários, também elementos e conotações da paisagem (senão a paisagem em si mesma) fomentavam novos pontos de partida ao fórum deste mundo em movimento.

O comboio constitui um ponto de (re)encontro para gente que se perdera durante a guerra. Assim sucedera nas minhas imediações com duas senhoras, supostamente parentes, que não se viam há cerca de vinte anos. O regozijo foi amplamente partilhado pela comunidade, que, a seu modo, aproveitaria a deixa para abordar a perda de contacto com familiares e amigos. Proliferavam as histórias dos que partiram para a Zâmbia, para a Namíbia, ou apenas para Luanda, que deixaram as suas aldeias e territórios para trás, histórias que iam de encontro às emoções dos passageiros ferroviários.

Por entre a turba destacava-se a voz de um senhor idoso, o mesmo que narrara o ataque de elefantes ao acampamento. Não se calara desde então: relatava episódios ocorridos quando pertencia às FAPLA, criticava que o MPLA era igual à UNITA, que também roubavam e violavam — mas matavam menos. Após várias divagações contra o governo-MPLA, um polícia subiu para cima do assento e gritou ferozmente: “Você vai calar só ou vou ter que o magoar!”

Se por instantes a carruagem ficou muda, o mesmo não aconteceu com o senhor, de seu nome Jaquinito: oferecia agora preleções de fonética, reiterando que a letra *K* em umbundu (idioma ovimbundu) se lê *tcha*. Mais tarde, quando chegados ao Cuito, pude falar brevemente com ele enquanto fazíamos transbordo em direcção ao Huambo. Como seria de esperar, e para júbilo da comunidade agora reunida num “gafanhoto” (carrinhas de média distância), Jaquinito continuaria entusiasticamente a recitar as suas estórias.

*



Fig. 30 - Destroços de guerra, entre o Sumbe e Luanda (2013)

Angola encontra-se contemporaneamente a braços com a (re)elaboração¹⁶⁷ da sua história, das suas estórias, das suas memórias (cf. Messiant 1997; cf. Pearce 2010). A paz de hoje, ainda incompleta, permite a compreensão de um passado colectivo com reflexo na concepção de um imaginário angolano, elemento crucial para a unidade da sociedade. A memória colectiva mostra-se condição fundamental nas relações entre determinado grupo, dado que tanto cooperação como conflito se articulam através dela, no presente, e os meios de transporte são catalisadores de tal processo. Ao longo dos meus itinerários, o desejo de compreensão do presente — partilhado por diferentes grupos e com fins vários —, essencialmente construído a partir de um passado ainda em estado semibruto (tanto o passado recente como o longínquo, e em contínua negociação), é manifesto. Assim, a memória e a história são elementos fundamentais que granjeiam especial atenção tanto por parte das populações de Angola em toda a sua multiplicidade, de velhas e novas gerações, deste ou daquele grupo (étnico, linguístico, político, regional), ancoradas no mato ou na cidade, que procuram colocar-se no tabuleiro que é o mundo; tal como, paralelamente, por parte da elite político-económica nacional que recorre ao passado como forma de se auto-legitimar e justificar no presente (cf. Messiant 1997). Uma tal conjuntura desperta a atenção de toda a

¹⁶⁷ Acerca do peso da memória e das memórias, mas também das representações da administração colonial no Congo Belga ver Dembour (2000) *Recalling the Belgian Congo Conversations and Introspection*.

gama de académicos, como também de escritores e viajantes¹⁶⁸ que, ocasionalmente, vão contribuindo para uma elaboração e consolidação da memória e da história, de modo mais ou menos plural. Em tom de nota e face a análogo processo, cabe referir a proeminência de um outro grupo, muito heterogéneo e de ordem díspar, que se interessa presentemente por Angola, com um papel histórico central, mas sem notória preocupação acerca do seu presente (nem sequer do passado ou do futuro). Tal grupo é representado por países com interesses estratégicos e por agregados económicos multinacionais (que exploram os recursos naturais, ou que participam no sistema bancário e financeiro), por comunidades de expatriados e imigrantes,¹⁶⁹ entre outros, e que influenciam sobremaneira perspectivas e reacções por parte dos demais grupos anteriormente referidos. O seu impacto no contexto angolano mereceria uma análise sistemática, mas o estudo de tal temática e grupo não encontra lugar na corrente abordagem. Com isto, pretende-se sublinhar que a (re)elaboração do passado — com a devida preponderância face ao presente — é uma tarefa mais ou menos negociada entre vários actores de esferas e com escalas de impacto diferentes. De momento, e perante esta moldura, interessa compreender qual a ponte existente entre transportes públicos (ou comunidade de viajantes) e memória colectiva (ou a ancoragem espacial da mesma).

Se, como foi anteriormente postulado, o confronto com situações ao longo dos percursos (como a corrupção generalizada, o mau estado das vias, a desocupação endémica, etc) encerra um potencial de contestação, de eventual mobilização, que, além de acontecer num presente comum, remete para o futuro, então, o confronto com determinados “lugares” (através do cruzamento com pontos onde ocorreram assassinios, emboscadas, onde uma aldeia fora incendiada, com um campo onde forças contrárias se enfrentaram, ou com artefactos que dão conta desses incidentes como sucatas de tanques e viaturas de guerra), remete para um

¹⁶⁸ Cf. por exemplo: Theroux, Paul, 2014. *Último comboio para a Zona Verde*, Lisboa: Quetzal Editores; Agualusa, José Eduardo, 2014. *A Rainha Ginga*, Lisboa: Quetzal Editores; De Raeymaeker, Joost, 2012. *À Descoberta de Angola*, Lisboa: Oficina do Livro; ou ainda o primeiro guia de viagens em Angola — *Bradt Guide to Angola*, que surgiu apenas em 2009.

¹⁶⁹ Apesar de ambas as categorias — *expat* e imigrante — se referirem a indivíduos que se encontram fora do seu país de “origem”, a distinção acarreta uma série de pressupostos que os coloca em diferentes extremos da hierarquia social. Enquanto que o *expat* é, frequentemente, visto como alguém qualificado — logo bem remunerado, à partida proveniente de um país ocidental, branco, e que está apenas de passagem —, o imigrante é encarado como alguém que veio para ficar por um tempo mais alargado, que não constitui mão-de-obra qualificada, que veio à procura de uma vida melhor. Em Angola, tal distinção revela-se muito curiosa, pois são normalmente considerados *expats* os cidadãos provenientes dos EUA, Canadá, França, Inglaterra, Itália ou Espanha (nacionalidades com as quais me cruzei durante a minha estadia no país, sobretudo em Luanda), enquanto que cidadãos da China, Brasil e Portugal podem, à vez, pertencer tanto à comunidade *expat* como à imigrante. Por fim, no que toca a indivíduos chineses, brasileiros e portugueses que se não se encaixam na categoria de *expat*, eles partilham a categoria de “imigrante”, que abrange, de forma generalizada, indivíduos oriundos da Zâmbia, RDC e até repatriados angolanos.

passado partilhado, repleto de memórias e com repercussão no presente. Como afirmou Tim Ingold: “a person can never be quiet the same on arrival at a place as when he set out: some memory of the journey will remain (...)” (2009:39). É sobre esta última vertente que ora cabe reflectir.

Desde os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs (1992[1950]) sobre a memória colectiva, que tal campo de investigação se tem mostrado prolífico. Apesar de inúmeras outras contribuições para este tema, provenientes de diversas disciplinas, a sua pertinência permanece motivo de reflexão. Enquanto fenómeno social, a memória colectiva reproduz-se através da partilha entre indivíduos na forma de linguagem, de símbolos, de eventos, de contextos socioculturais, confluindo na identidade do respectivo grupo. Ao mesmo tempo, é a pertença a determinado grupo social (nomeadamente família, filiações de classe e religião, outras) que permite o reconhecimento de um passado comum, constituindo um elemento central na aquisição, localização e evocação de memórias. A “co-memoração” e/ou a narração de determinado episódio, mais ou menos marcante na vida de determinado grupo¹⁷⁰, desempenha, assim, um papel aglutinador entre os indivíduos que o constituem, e, trate-se de uma família ou de uma nação, tal processo pode produzir tanto uma espécie de solidariedade social como um sentimento de continuidade, de pertença comungada (cf. Bhabha 1990). A relevância da memória fora constatada ainda o final do séc. XVIII, quando os novos estados-nação começaram a construir uma narrativa de identidade nacional, transversal aos seus cidadãos, na forma de rituais de comemoração, marchas, cerimónias, festivais, com a ajuda de professores, poetas, pintores (cf. Hobsbawn & Ranger 1983). À sua maneira, também os transportes reclamam similar função na geografia em análise, pois ao “co-memorar” periodicamente o sucedido num território partilhado, ao mediar representações do passado, permitem a atribuição de significado e substância à identidade de determinado indivíduo e/ou grupo, no presente. Com efeito, a memória colectiva vai de encontro à necessidade de encontrar um significado que transcenda a existência individual, pois ao estabelecer “(...) an image of the world so compelling as to render meaningful its deepest perplexities, (...) memory at once reflects, programs, and frames the present (Schwartz 2000:17-18)”.

Porém, se a partilha de um passado comum é elemento crucial na formulação da memória, facto é que o passado não existe pura e simplesmente na memória. Deste modo, a memória

¹⁷⁰ Embora não caiba na espiral traçada, parece-me importante referir um episódio que ilustra sobremaneira este processo. Em 2012, a Zâmbia ganhara a *Africa Cup of Nations*, consagrando-se como uma referência futebolística continental. Ao longo de certos trajectos de autocarro, mas também em restaurantes, bares ou outros espaços de sociabilização, o jogo da final passava em repetição contínua, além de que *dvd's* contendo o vídeo eram vendidos em cada esquina.

colectiva não só pressupõe mecanismos de transmissão¹⁷¹, como requer a sua articulação para que se torne memória (cf. Huyssen 1995). Segundo o postulado por Pierre Nora, enquanto que a história se amarra a eventos, a memória amarra-se a sítios (1989:22).¹⁷² Vinculadas a uma dimensão simbólica, as memórias encontram-se frequentemente ancoradas a entidades espaciais (lugares, ruínas, paisagens, monumentos, objectos arquitectónicos). De forma semelhante ao que sucede em ambientes urbanos, onde abundam as mnemónicas espaciais (cf. Benjamin 2007; Connerton 2009:10), também elementos presentes no meio natural podem cumprir igual função¹⁷³. Ora, ao longo de uma memória cartografada, face à intersecção com locais carregados de reminiscências, ao estabelecer um diálogo recorrente com a paisagem exterior, os transportes públicos não só se assumem como o gatilho para a articulação de memórias, como constituem, através da narração, prerrogativa dos passageiros, local de partilha e transmissão e, por arrasto, de politização (cf. Bender 1993).

Com base em diversos estudos sobre povos Apaches e Navajo, dos Estados Unidos da América, conhecidos enquanto grupos extremamente “lacónicos”, Vincent Crapanzano observou um fenómeno idêntico:

It seemed to me (...) that it was not just the narrators' encounter with these mnemonic features that 'released' their stories but their movement across the landscape. It was as though the narrator's physical movement 'activated' the narrative performance that in turn 'activated' the narrated story. No doubt these activations were reciprocal. Or, put another way, it was as though the story could best be told from outside a fixed and vantage point, as an encountering (2004:44-45).

¹⁷¹ Connerton (1999[1989]) propõe que a transmissão se pode realizar através de práticas de incorporação (como apertos de mão, sorrisos, outros) ou através de práticas de inscrição (isto é, com recurso a dispositivos tais como cassetes, fotografias, enciclopédias).

¹⁷² A distinção elaborada por Pierre Nora, apesar de longa, merece reprodução: “Memory installs remembrance within the sacred; history, always prosaic, releases it again. Memory is blind to all but the group it binds — which is to say, as Maurice Halbwachs has said, that there are as many memories as there are groups, that memory is by nature multiple and yet specific; collective, plural, and yet individual. History, on the other hand, belongs to everyone and to no one, whence its claim to universal authority. Memory takes root in the concrete, in spaces, gestures, images, and objects; history binds itself strictly to temporal continuities, to progressions and to relations between things. Memory is absolute, while history can only conceive the relative. (1989:9)”

¹⁷³ Connerton (2009) faz semelhante observação invocando autores que tratam da questão palestina. O autor refere o caso de populações que tentam reconstruir “mapas de memória” das suas vilas destruídas, em que as árvores são o único elemento que ancora a lembrança e que permite celebrar o luto. Para uma análise mais aprofundada, ver Bardenstein (1999) “Trees, forests, and the shaping of Palestinian and Israeli collective memory”.

Na tentativa de compreender a relação entre movimento e memória elaborada pelos transportes, vale a pena lembrar a concepção de *noeuds de mémoire*, avançada por Rothberg (2010) que, em certa medida, se encaixa neste âmbito. Com ela, o autor procura estimular uma conceptualização da memória colectiva para além do quadro da comunidade imaginada (Anderson 2006) do estado-nação,¹⁷⁴ e da sua relação com o espaço, com a paisagem. De forma a que se evitem suposições pré-concebidas acerca do carácter de determinada comunidade e respectivas memórias, Rothberg vinca a emergência de novos modelos de análise, como é o caso do *noeuds de mémoire*. De acordo com tal moldura, a memória não constitui uma conglomeração estática de elementos heterogéneos, pelo contrário, envolve um contínuo processo de inscrição e re-inscrição, de codificação e re-codificação, preconizando que:

(...) ‘knotted’ in all places and acts of memory are rhizomatic networks of temporality and cultural reference that exceed attempts at territorialization (whether at the local or national level) and identitarian reduction. Performances of memory may well have territorializing or identity-forming effects, but those effects will always be contingent and open to re-signification (Rothberg 2010:7).

Análoga dinâmica inerente ao acto de lembrar faz ecoar o fenómeno encontrado nos transportes públicos, onde a memória despona “aqui e ali”, é apropriada por e negociada entre este ou aquele indivíduo e/ou grupo. Uma memória que “(...) emerges from unexpected, multidirectional encounters — encounters between diverse pasts and a conflictual present, to be sure, but also between different agents or catalysts of memory (2010:9).”

*

Por fim, interessa abordar ainda um terceiro elemento espacial, inseparável dos anteriores — isto é, tanto dos meios de transportes (autocarro, comboio, 4x4) como dos “nós”, das intersecções que remetem ora para o presente, ora para o passado. Trata-se da “estrada”. Enquanto entidade genérica, abstracta, tal como “cidade” e “mato”, a “estrada” encerra uma série de significados.

¹⁷⁴ Rothberg (2010) desenvolveu o termo *noeuds de mémoire* dando sequência ao conceito avançado por Pierre Nora (1989). Ao discutir questões relacionadas entre memória e identidade em França, Nora elaborou o conceito de “lugares de memória” (*lieux de mémoire*), vindo a organizar os tomos da obra *Les Lieux de Mémoire*. Segundo o autor, a obra surgiu na ocasião do desaparecimento da memória nacional e, portanto, revelara-se necessário realizar um inventário dos lugares onde ela ainda se encontrava presente.

Na sua análise do papel dos meios de transporte e das vias de comunicação no norte de Angola, Brinkman evidencia que a guerra modificou o modo como as estradas e a paisagem são interpretadas (2008:198). É nesse sentido que vale a pena recuar um pouco na história. Durante os vários momentos da guerra civil (1975-2002), a estrada fora local de emboscadas e local predilecto para a instalação de minas. Por outro lado, até então (antes da independência e da guerra anti-colonial), a estrada fora vista de modo ambivalente, estando profundamente associada ao controlo e à presença colonial. A rede de estradas estivera inicialmente associada ao comércio (nomeadamente de matérias-primas e de escravos), e o seu desenvolvimento seria levado a cabo com recurso ao trabalho forçado. Além disso, relatos do norte de Angola durante os anos de 1930 dão conta do deslocamento forçado de aldeias “indígenas” para a proximidade de estradas, com vista a melhor controlar, taxar e integrar as populações locais no sistema colonial¹⁷⁵. Heintze e von Oppen resumem a relação das populações de Angola com a rede de mobilidade colonial nos seguintes termos:

The effects of caravans, railways and other new means of transport on regional and local history, it can be concluded, were highly ambivalent and have been experienced in very different ways by different actors at different times: as means of wealth as well as poverty, as inroads of repression as well as paths to personal liberation, as tools of fragmentation as well as of unification (2008:13-14).

A estrada colonial opunha-se ao “caminho gentílico” e a sua existência, por vezes paralela, fora sempre intranquila, frequentemente marcada por uma lógica de concorrência (cf. Santos 2008). Apesar da sua importância, até para a economia colonial, os caminhos indígenas seriam paulatinamente marcados pela repressão (Heintze & von Oppen 2008:24).

Quando a guerra pela libertação estalou, em 1961, verificou-se o desenvolvimento e ampliação das infraestruturas de transporte (estradas, pontes, pistas de aterragem, caminhos de ferro), que além de ajudar à movimentação de tropas, viriam estimular o comércio e a economia da colónia e apaziguar o descontentamento crescente¹⁷⁶. Assim, as guerrilhas nacionalistas recorriam aos “caminhos gentílicos” para o transporte, logística e restantes actividades centrais às suas diligências, destruindo ou minando, quando possível, as estradas coloniais e as linhas de comboio. Com efeito, as estradas coloniais constituíam um sinal de progresso e de civilização, formando, ao mesmo tempo, um impedimento ao movimento das guerrilhas e das populações em geral, uma vez que o medo de deixar pistas ou pegadas ao atravessar uma

¹⁷⁵ Grenfell, Frederik James, 1998. *History of the Baptist Church in Angola, 1879-1975*, tese não publicada, BMS archives, Th87A 1998, in Brinkman (2008:203).

¹⁷⁶ Cf. Pélissier (1979:88-89); *Facts and Reports*, 8 (15/04/1972) n.º. 444, p.17: “Road programme” (from *Provincia*, 5 March 1972); Hanu, José (1965) *Quand le vent souffle en Angola*, Brussel, Paris, pp. 64, 78), in Brinkman (2008:200).

estrada era justificação suficiente para a acinesia geral. Dessa forma, Brinkman sugere que “[c]olonial roads in the context of the war surpassed their function in terms of bandit and bush. The roads had become ‘fighting things’ (2008:200)”.

Actualmente, a entidade “estrada” continua a encerrar semelhante dimensão negativa, contudo, a ela pesa essencialmente a UNITA que, arraigada ao mato, usava a estrada como elemento central para as suas armadilhas. Como referido por um interlocutor refugiado, ex-combatente pelo partido do “galo negro”; “O Savimbi não queria estradas! Em Angola não eram precisas estradas, só o campo dos aviões do Savimbi é que tinha asfalto, tudo o resto devia ser mato!” Apenas os “mais-velhos”, e quando mencionado, atribuem ainda à estrada alguma conotação colonial.

Face a tal, importa salientar que a reconstrução das infraestruturas do país começada pelo MPLA a partir de 2002 (vias de comunicação, transportes, mas também escolas, hospitais, etc), não só lhe atribuiu uma imagem positiva e associada ao partido do governo (se superficial ou não, seria outro tema de debate), como, ao conectar populações distantes e respectivo território nacional, logra, por sua vez, articular, unificar — e melhor controlar — o país.

*

Enquanto repositório de memórias e catalisador de comportamentos, enquanto momento de confronto com (i)mobildades várias, a “estrada” revela-se horizonte operativo essencial. Após uma breve reflexão sobre os transportes públicos — e a “estrada” que lhe dá suporte —, e com base nos dados etnográficos aí recolhidos, compreende-se o papel por eles desempenhado ao nível da identidade, da memória, da política. O movimento leva ao confronto da população viajante com situações e paisagens, que são tratadas e analisadas no espaço público configurado pelo ambiente de transporte. Em tal ambiente são engendrados momentos que dão conta de uma encruzilhada comum, de um passado e de um presente amplamente comungado. Assim, lateral a uma qualquer versão oficial fixada pela elite, nos transportes assiste-se ao forjar de uma memória colectiva popular.

Com pouco mais de uma década transcorrida desde o fim da guerra, é ainda prematuro fazer previsões acerca de qual o contributo de factores que tais na democratização de Angola, na consolidação do estado-nação, ou até na integração de repatriados e migrantes na malha nacional. Facto é que, quem frequenta os transportes participa dos episódios narrados,

apreende novos espaços com significados múltiplos, incluindo-os, por conseguinte, num repertório evocativo transversal à sociedade e à nação em processo (Bhabha: 1990:4).

Quiçá peça de engenharia social, os transportes públicos assumem-se como um ambiente privilegiado para tomar o pulso à chamada sociedade civil angolana, seja de forma indirecta (caso dos *candongueiros* de Luanda) seja na primeira pessoa (caso dos transportes do leste). A maior reactividade presente nos transportes do Moxico talvez se deva ao facto de o leste ter sido palco do último período de guerra, ou talvez esteja associada à sua geografia periférica, marginal, de fronteira. E é sobre a fronteira, ou sobre fronteiras, que se reflectirá seguidamente.

4.2 Definição e consolidação de uma fronteira

Além das evidentes barreiras ou obstáculos geográficos, desde tempos imemoriais que o traçar de fronteiras se arraigou entre a humanidade: fronteiras entre o conhecido e o desconhecido, entre o bem e o mal, entre o “sagrado e o profano”, entre cultura e natura, entre dentro e fora, entre o público e o privado, entre o eu e o “outro” — e não obviando a comum sobreposição destas dualidades às correspondentes demarcações espaciais. O mágico, o fantástico, a impureza, o intolerável, a violência, o medo, e tantos outros conjuntos de aspectos, representaram — e representam — fundamentos e argumentos empíricos, comuns na construção de igual miríade de limites, margens, divisões, fronteiras.

E a fronteira, explícita ou implícita, é tema recorrente ao longo das várias secções do presente texto. Embora revestidas de profunda ambiguidade, as fronteiras entre categorias identitárias — e/ou entre os seus referentes —, por vezes sobrepostas, abundam neste estudo; evidenciadas entre refugiados, regressados, migrantes, autóctones, alóctones, locais, angolanos, zambianos, entre grupos étnico-linguísticos e assim por diante. Concomitantemente, tais categorias encontram um correspondente espacial mais ou menos vincado e que emerge face a elas de forma dialéctica. Para referir alguns exemplos: o “zonamento” e respectivas delimitações dentro do campo de refugiados de Meheba — qual “fim do mundo” —, mas também entre a região envolvente; as barreiras e conotações associadas à realidade no “mato” e na “cidade”; a divisão entre o interior dos meios de transporte e o universo exterior; ou mesmo as fronteiras internacionais. Ao longo do tempo, compreende-se como a consolidação e assunção de tais limites são produzidas e/ou alimentadas por eventos vários, pela história e pelas estórias, por mitos e memórias, por constrangimentos e oportunidades, que se interligam, que gradualmente confluem entre si. Como Filip de Boeck sugeriu:

This is a world in which borders (between state lines, between ideas and between meanings) are continuously produced, maintained and crossed as an intrinsic part of a wider frontier process that, precisely by means of continuous border-crossings, generates powerful resources, economically as well as politically and culturally (2001:552).

Com esta secção não pretendo oferecer uma reflexão aprofundada acerca da noção de fronteira, extremamente heterogénea e complexa. Numa abordagem longe de exaustiva, interessa-me introduzir uma série de elementos, encontrados ao longo do trabalho de campo, que remetem para o processo de consolidação de uma fronteira mais literal: a fronteira entre a Zâmbia e Angola.

Tratando-se de um limite internacional, a demarcação entre Angola e a Zâmbia está longe de se assemelhar a paisagens de fronteira contemporâneas cuja imagem se traduz no muro, como são exemplo México/EUA, Israel/Territórios Ocupados da Palestina; Espanha (Ceuta e Melilla)/Marrocos. A fronteira entre a Zâmbia e Angola não é delimitada por nenhum muro — qual “negação da fronteira” (Agier 2013:22) — nem constituiu uma barreira imediata. Pelo contrário, tal demarcação encontra-se regulada por situações mais “subtis”. Embora de ordem imediatamente geográfico-política, facto é que tais linhas geométricas¹⁷⁷ — qual limite imaginário, mental — encerram e alimentam uma série de outras fronteiras coincidentes. O papel que a fronteira exerce sobre várias formas de (i) mobilidade e vice-versa é, como procurarei dar conta mais adiante, evidente: os fluxos de refugiados, o comércio e o tráfico são alguns desses aspectos. Assim, interessa-me explorar a espessura da fronteira, das fronteiras dentro da fronteira, de compreender com quantas fronteiras se constrói a fronteira internacional.

*

Ulf Hannerz sublinha como a inquietação antropológica face à ideia de fronteira não se relaciona apenas com a “entidade geográfica-espacial, ou outro tipo de linha ou demarcação afim”, mas substancialmente com o seu “sentido metafórico mais lato”; à forma como o termo é usado para aludir à “descontinuidade e à diferença” (Hannerz 1997:537-538). É sabido que as fronteiras não são apenas instituições mas processos simbólicos que produzem distinções entre grupos sociais e que, ao mesmo tempo, são produzidos por eles. Na mesma medida em que separam, as fronteiras medeiam os contactos e relações entre tais grupos (Barth 1969). Assim, a fronteira constrói-se como uma manifestação social, integrando — e integrada em — identidades colectivas e memórias partilhadas, providenciando uma base fundamental para a interacção social (Cohen 1986).

Ao adoptar uma perspectiva lata — procurando compreender as constantes reformulações, causas, consequências e oportunidades associadas à(s) fronteira(s) ao longo do tempo, bem como a sua experiência e percepção no contexto africano (Kopytoff 1989, Vansina 1990) — é possível elaborar uma análise mais consistente do fenómeno fronteira não só enquanto “instituição” mas sobretudo enquanto “processo” (Anderson 1996; Paasi 1996).

¹⁷⁷ O jogo de régua e esquadro é bem visível: parte do traçado da fronteira entre Angola e Zâmbia faz recurso ao 13º paralelo sul e ao 22º meridiano a este de Greenwich.

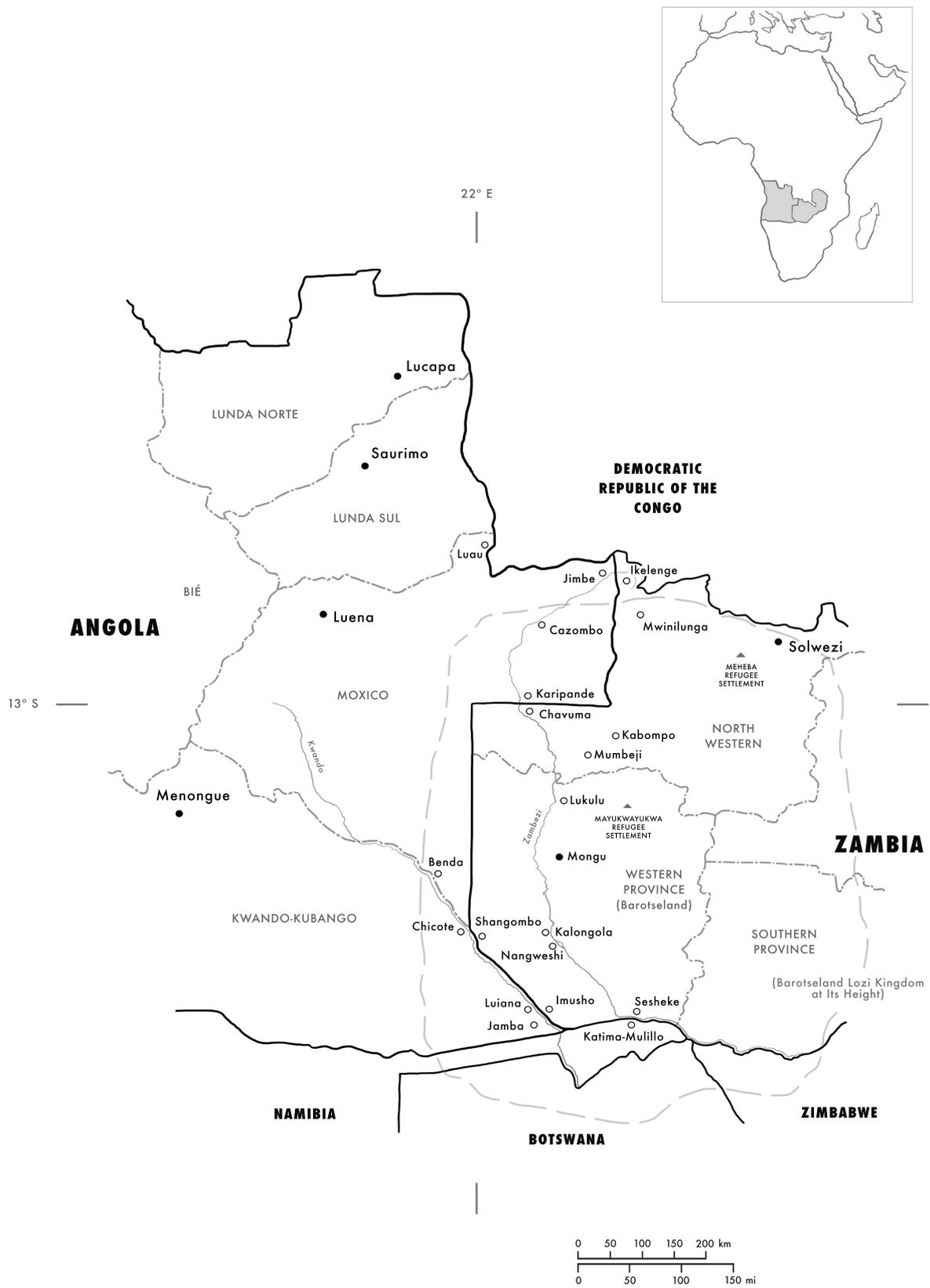


Fig. 31 - Fronteira Angola- Zâmbia

Michel Agier considera que: “(...) le rite de la frontière témoigne de l’institution de toute vie social (2013:25)”. O autor observa que a fronteira é uma espécie de umbral, de como possui um carácter limiar, dual — externo e interno — e que continuamente evidencia e activa uma partilha e uma relação. Agier continua, reflectindo como através de recorrências e eventos vários a fronteira permite o reconhecimento de determinado grupo no mundo social e a inscrição de um lugar no espaço. Daqui advêm três dimensões relativas, afins à instituição de fronteira(s): o tempo, o mundo social, o espaço. Não existem fronteiras desde “sempre”, mas sim fronteiras que foram criadas a determinada altura e que, de igual modo, podem desaparecer de um momento para o outro. A relatividade de qualquer fronteira encontra menção no evento, na partilha do tempo que simbolicamente a instituiu. Concomitantemente, ao (de)marcar o reconhecimento duplo entre o eu e o outro, *de soi et de l’autre*, entre este e aquele grupo, evidencia-se o seu carácter social. Por fim, a fronteira é profundamente espacial pois estabelece sempre um limite: “Même lorsque la séparation sociale n’est pas matérialisée par une frontière dans l’espace, celle-ci n’est jamais seulement une métaphore (Agier 2013:26)”.

A fronteira não é só metáfora, nem apenas linha divisória. Reveladora da sua dualidade intrínseca, qualquer fronteira é constituída por, pelo menos, dois lados, por duas margens. Não obstante a sua ténue espessura cartográfica, a fronteira integra um território mais ou menos vasto (*borderland*), encerra um imaginário e/ou uma paisagem afim — *borderscape* (Perera 2007; Parker and Vaughan-Williams 2012; Brambilla 2015) e, a meu ver, é passível de se enquadrar na lista de horizontes operativos sob análise e em elaboração. As múltiplas faces da fronteira sugerem a sua impermanência e o seu carácter está longe de ser estático. Não restam dúvidas de que a produção de fronteiras acarretam implicações imensas. E as fronteiras também viajam, estando desenhadas para ser tão móveis quanto os mundos, os “sujeitos e objectos em movimento” que elas próprias procuraram controlar (Parker & Vaughan-Williams 2012:730).

A riqueza semântica da noção de fronteira e respectivo campo lexical informa sobre a sua complexidade simbólica, a sua heterogeneidade formal, a sua implicação material. Não obstante uma “polissemia” e “heterogeneidade” associada à noção de fronteira, a sua “natureza múltipla, hipotética e ficcional” não a torna menos “real” (Balibar 2002:76). Constituindo, inevitavelmente, um espaço de turbulência, de tensão, a natureza da fronteira é inerentemente paradoxal: à vez real e imaginada, tecnologia de controlo e articulação, à vez lugar de inclusão e de exclusão. Peça de engenharia social?

A fronteira representa diversas funções de demarcação e territorialização, entre indivíduos e respectivos grupos sociais, entre intercâmbios e fluxos, entre a existência de direitos e a sua ausência (Balibar 2002:79). Seja “ancorada no presente, lembrada desde o passado, ou

imaginada num futuro,” e na sua forma mais literal — isto é, enquanto “artefacto político de divisão político-geográfica” (Hannerz 1997:545) — a fronteira não deixa de continuar a interpelar-nos.

*

[A] map has recently been produced which purports to show how Africa could usefully be divided into fifteen new states, using such criteria as *‘historical factors, especially the demographic contours of Africa’s precolonial states and political formations, ethnic similarities and alliances based on cultural homogeneity and economic viability’*. Not surprisingly, this exercise leads to some bizarre results. (...) For some unexplained reason, the borders of ‘Angola’ remain exactly as they are (...). (Nugent & Asiwaju 1996:266, *itálicos no texto*)

O artigo a que Nugent & Asiwaju fazem referência¹⁷⁸, que propõe um redesenhar das fronteiras no continente africano, surgiu numa altura em que a guerra civil ainda lavrava em Angola. Quiçá o seu autor, Makau wa Mutua, embora sem a menção respectiva, tenha tido em conta o facto de que os dois partidos em confronto, UNITA e MPLA, de carácter hegemónico, lutassem pela totalidade da superfície nacional (cf. Messiant 1994). Quiçá tenha pesado a questão demográfica, já que os dois principais grupos étnico-linguísticos — ovimbundu e mbundu — representam mais de metade da população e, historicamente, ocupam o coração do território. Quiçá porque, não obstante as incursões em busca de oponentes (entre tropas coloniais e as guerrilhas, ou entre as FAPLA/FAA e a UNITA), a verdade é que as fronteiras internacionais nunca foram disputadas. Quiçá os seus argumentos se nutrissem de outros factores não revelados. Facto é que semelhante proposição soa estranhamente premonitória.

É frequentemente assumido que as fronteiras africanas se definiram aquando da Conferência de Berlim em 1884-85, mas há quem sugira que tal peca por inexactidão. Com efeito, por essa altura já algumas potências europeias dominavam certas peças do continente, e muitas das fronteiras correspondentes haviam sido esboçadas fazia tempo (Katzenellenbogen 1996:21). O caso angolano é emblemático a esse respeito pois, em larga medida, a demarcação territorial da colónia de Angola viria a coincidir grosseiramente com o perímetro estabelecido pelo tráfico humano. Como Lawrence Henderson lembrou:

¹⁷⁸ Makau wa Mutua, “Redrawing the map along African lines”, *Boston Globe*, 22 Setembro 1994; in Nugent & Asiwaju (1996:266)

It is customary to see Angola as the product of Portugal's colonial ambitions or as the creation of Angolan nationalism (...). However, these forces came to shape modern Angola after the slave trade had transformed *Ngola*, which was not even a kingdom but the title of the ruler of the kingdom of the Ndongo, into Angola. The peoples of this vast territory had been divided into autonomous kingdoms or regionally defined ethnolinguist groups. The slave trade paradoxically prepared the way for the formation of Angola in two ways. First it shattered the isolated but proud kingdoms of the territory, depriving the ravaged peoples of their traditional political identities. Second, the trade defined a new territory based on the limits of Portuguese commercial contacts. The map of Angola conformed roughly to the area from which the Portuguese had drawn slaves over the centuries (1978:98).

Os limites do comércio humano demarcavam os territórios entre a espoliação e a sobrevivência. A galopante fronteira leste — de resto, como as demais fronteiras da Angola colonial — surgiria como escapatória face à delapidação demográfica perpetrada pela mão colonial. A “distante fronteira” emergia como horizonte de refúgio (cf. Cassanelli 1987).

A Conferência de Berlim serviria apenas para oficializar a partilha de África, contemplando a entrada de outros países europeus interessados no potencial económico do continente, para resolver — ou incrementar — disputas territoriais estratégicas, e para afirmar o controlo sobre determinadas populações. Com efeito, as linhas com que se coseram os limites territoriais entre os poderes europeus concorrentes, tal como outrora, encontravam-se sobejamente relacionadas com o controlo populacional, sobretudo com fins militares e laborais. Tal facto explicava sobremaneira a permeabilidade das fronteiras. Como apontam Nugent & Asiwaju:

The objective was to classify populations in order to govern them. The frontier mattered because it defined which peoples belonged to which colonial state. (...) In that sense, the colonial state did not behave too differently from its pre-colonial forebears, for whom people were normally considered a more strategic resource than mere land (1996:2).

No entanto, aquando de Berlim e através do famigerado Mapa Cor-de-rosa,¹⁷⁹ Portugal ainda reclamaria a faixa territorial da “costa à contra-costa”: do Atlântico ao Índico, da costa de Angola à contra-costa de Moçambique — ou vice-versa —, e que incluía fracções da actual Zâmbia, Zimbabwe e Malawi. Todavia, o fraco poder negocial de Portugal, o Ultimato britânico de 1890 a par das manobras políticas alemãs ditariam o insucesso do proposto (cf. Katzenellenbogen 1996:29). Assim, as fronteiras de Angola seriam gradual, minuciosamente afinadas com a Alemanha (*Deutsch-Südwestafrika*, actual Namíbia) a sul, com Inglaterra (*Northern Rhodesia*, actual Zâmbia) a este, e a norte com a Bélgica (*État Indépendant du*

¹⁷⁹ Acerca do Mapa Cor-de-Rosa e do Ultimato Britânico de 1890 ver, por exemplo, Santos (1983); Pélissier (1986); ou Wheeler & Pélissier (2009).

Congo, actual RDC). De salientar que a fronteira em análise, da região do Moxico com a então Rodésia Britânica, ganharia forma em 1905 com a negociação da saliência oriental¹⁸⁰ (Roberts 1976), que permitia aceder ao rio Zambeze. Aparentemente, a demarcação seria apenas assumida de forma oficial entre 1913-1914. Até essa data, os colonos marginais tampouco sabiam exactamente qual o limite da respectiva jurisdição e quais as populações sob a sua alçada (Pélissier 1986:118). No decorrer das décadas de 1920 e 1930, os postos militares no leste de Angola teriam presença mais visível, continuando a saga de recrutar trabalhadores e cobrar impostos (Clarence-Smith 1983:186-187). Mas a fronteira leste permaneceria aquém de controlada (Roque 2003).

Não restam dúvidas acerca da estratégia de dividir para melhor governar, nem da respectiva arbitrariedade e ambiguidade das demarcações coloniais: “(...) cutting their rectilinear way across Africa, disrupting flows of trade and communication, turning rivers into barriers rather than highways, turning points of contact into underdeveloped peripheries or the enclosing border of reified ethnicities (Ranger 1994:287).” Porém, não deixa de ser pertinente pensar como poucos foram os estados africanos que viriam a pôr em causa a “artificialidade” das fronteiras herdadas do período colonial.¹⁸¹

A verdade é que o estabelecimento de fronteiras introduziu tanto uma série de constrangimentos como de oportunidades. Embora por vezes culturalmente divididas (cf. von Oppen 1994; cf. Silva 2011), desde o primeiro momento que as populações locais saberiam tirar partido da existência da fronteira; de resto, seria a sua utilização a dar sentido e estrutura a igual peça. Em não poucos casos, a recém desenhada fronteira representaria a própria sobrevivência, a fuga ao trabalho forçado e aos elevados impostos, aos abusos e à violência, mas também uma oportunidade de encontrar num país vizinho um trabalho (remunerado ou,

¹⁸⁰ Correspondente ao actual município do Alto-Zambeze, e cujo aglomerado principal é o Cazombo.

¹⁸¹ Ainda assim, a tendência para a fragmentação é observável pontualmente um pouco por todo o continente, inclusive em Angola com o enclave de Cabinda, ou na Zâmbia com o Barotseland — que, por sua vez, completa a fronteira leste com Angola. Importa não descuidar também os esforços separatistas na Faixa de Caprivi, Namíbia, que por sua vez fazem fronteira com o Barotseland/Western Province, e com o Cuando Cubango.

De entre outros países em que se observa uma contestação das fronteiras e/ou a existência de movimentos separatistas com base na religião, em questões culturais e étnicas, e/ou de ambos relacionados ou não com a existência de recursos naturais, encontram-se, por exemplo: a Província do Katanga na República Democrática do Congo; o Norte do Mali; a Cyrenaica na Líbia; a Somaliland na Somália; Ogaden e Oromia na Etiópia; ou a zona de Casamance, entre o Senegal e a Guiné-Bissau. Importa ainda referir a — mais ou menos — recente independência da Eritreia e do Sudão do Sul, e a continuada luta pela independência do Sahara Ocidental — território anexado por Marrocos na sequência da descolonização espanhola. Para uma discussão política sobre a manutenção das fronteiras da África pós-colonial ver, por exemplo, Seymour (2013) “Sovereignty, territory and authority: Boundary maintenance in contemporary Africa”.

pelo menos, melhor remunerado), uma melhor conjuntura comercial e ambiental, a hipótese de aceder a mercados, à educação e a cuidados médicos. Mais do que barreiras físicas, as fronteiras ao longo do continente funcionariam como canais de circulação de pessoas, de animais, de ideias, de bens, em suma, como “teatros de oportunidade” (Nugent & Asiwaju 1996:11). A par e passo, as fronteiras entrariam no imaginário espacial — regional, nacional, internacional.

No entanto, a partir da guerra de libertação em Angola com início em 1961 e após a independência da Zâmbia em 1964, ideias como nacionalidade e fronteira viriam a incorporar novos significados. A relativa porosidade da fronteira entre Zâmbia e Angola, verificada durante boa parte do período colonial, seria paulatinamente transformada.

*

Em Mongu, Zâmbia, na trilha de contactos de familiares e amigos de “refugiados angolanos,” entre os quais alguns também passíveis de inclusão em tal categoria, acabaria por conhecer o chefe de Kalabo — uma aldeia na margem ocidental do rio Zambeze e a cerca de 70km da linha de fronteira com Angola. O chefe lozi, Machilokwa de seu nome, contando mais de oitenta anos, viera até Mongu para a celebração anual da *kuomboka*¹⁸². Contudo, a cerimónia adquirira uma dimensão política crucial, encontrando-se suspensa no entretanto. Várias semanas antes, nos últimos dias de Março de 2012, as autoridades locais decidiram declarar unilateralmente a independência do território: a Western Province abria caminho ao *Barotseland Free State*¹⁸³.

Como seria de esperar, após a declaração de secessão, o GRZ concentrou vários regimentos militares e polícia de forma a assegurar o controlo sobre a região. Paralelamente, a tensão popular entre lozi e outros grupos com presença local subiu de tom, os confrontos verbais

¹⁸² A *kuomboka*, que significa “sair da água”, é uma cerimónia tradicional lozi que tem lugar no final da época das chuvas (normalmente Fevereiro/Março), quando o rio Zambeze transborda do seu leito inundando toda a planície do Barotse. A cerimónia celebra a transferência do rei lozi (denominado Litunga) da sua estância durante a época seca situada em Lealui, na planície, para a estância durante a época das chuvas, em Limulunga, situada numa zona mais elevada e a cerca de 15km de Mongu. Para mais, consultar <http://www.barotseland.net/kuomboka1.htm>

¹⁸³ “Barotseland kingdom seeks to leave Zambia”, *BBC News* (29 Março 2012). Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17546620> consultado a 10 Julho 2012. Para uma discussão aprofundada sobre as origens de tal reivindicação ver, por exemplo, Caplan (1968) “Barotseland: The Secessionist Challenge to Zambia”. Para saber mais sobre a orgânica do *Barotseland Free State*, consultar a página “oficial do país”: <http://www.barotseland.info/>

eram audíveis um pouco por todo o lado. A cisão estava em marcha, chegara-se ao “ponto do não retorno”¹⁸⁴.

A minha presença na região fora completamente fortuita, no entanto, as suspeitas por parte das autoridades zambianas de estar ligado à causa independentista causariam uma série de transtornos e de inquéritos. Partilhava a pensão com o chefe de Kalabo e respectiva comitiva, e as circunstâncias adversas permitiram várias conversas. Os fluxos de refugiados angolanos e a gradual form(ul)ação do Barotseland seriam abordados, mas não sem uma boa dose de ambiguidade.

Aparentemente, por volta de 1900, o reino do Barotseland chegara a ter influência sobre toda a envolvente do Zambeze ocidental, correspondente à extensão da fronteira entre Angola e Zâmbia, abarcando a Faixa de Caprivi, Namíbia, e incluindo também uma pequena parte do norte do Botswana e do Zimbabwe¹⁸⁵. Os portugueses referiam-se a todos os povos da savana a leste do planalto central como ganguela (ou *nganguela*), no entanto, exceptuavam os lozi (Papstein 1989:379). Sob a égide colonial britânica, o Barotseland mantivera-se como protectorado. Após a independência, em 1964, o território seria integrado no novo país, Zâmbia, conservando uma certa autonomia dentro do mesmo.¹⁸⁶

Porém, na tentativa de suprimir formalmente tanto o ímpeto separatista como a autonomia outorgada, Kenneth Kaunda, primeiro presidente zambiano, mudaria o nome da região para Western Province. O subdesenvolvimento seria alimentado desde então. Actualmente, igual território marginal constitui a região mais pobre do país: as estradas encontram-se num avançado estado de deterioração, contando apenas com uma estrada alcatroada que liga Mongu a Lusaka, os hospitais e escolas são praticamente inexistentes e os cortes de electricidade frequentes. De resto, a assimetria económico-social encontra na simetria geográfica — Cuando Cubango e Moxico, Angola — um panorama semelhante. O deliberado abandono por parte do GRZ era um dos argumentos da reivindicação separatista.

¹⁸⁴ “No Zambian Constitution submissions in Barotseland – Prime-minister” *Zambian Watchdog* (30 Agosto 2012), disponível em <http://www.zambianwatchdog.com/no-zambian-constitution%E2%80%8Bon-submission%E2%80%8Bs-in-barotselan%E2%80%8Bd-prime-minister/> consultado a 12 de Maio 2013.

¹⁸⁵ Cf. “Possible geographical degree of Lozi influence at its maximum extent (around 1900)” disponível em <http://www.barotseland.net/barotsemaps1.htm> consultado a 20 de Junho 2015.

¹⁸⁶ A questão do Barotseland foi alvo de vários estudos. Ver por exemplo: Ranger (1968) “Nationality and nationalism: the case of Barotseland”; Gluckman (1951) “The Lozi of Barotseland in North-Western Rhodesia”; —(1963) “Civil war and theories of power in Barotseland: African and medieval analogies”, —(1967) *The Judicial Process among the Barotse of Northern Rhodesia*.

Os conflitos relativos à segmentação do território entre os lozi e entre outros grupos vizinhos datam de longo tempo. Embora sem reconhecimento legal, nas primeiras décadas do século XX os lozi chegariam a reclamar os territórios zambianos a norte do actual Barotseland, afirmando que luvale e lunda eram povos seus vassallos (Papstein 1989:377). Todavia, a fronteira com Angola não seria contestada. Paralelamente, ao analisar a relação entre lunda e luvale — e de ambos em relação aos grupos vizinhos, entre os quais os próprios lozi —, Robert Papstein verificara a evolução da identidade étnica para uma forma de “tribalismo”. O autor observou como a noção de pertença étnica — extremamente fluida até meados do século XIX — se transformou, passando a integrar uma estrutura “tribal” rígida¹⁸⁷. Lunda e luvale veriam os seus territórios esquitejados entre Portugal, Bélgica e Inglaterra, o que, a par da depredação humana, vincaria a tendência “tribal” de então:

(...) ‘tribalism’ was stronger and more politically relevant in 1981 than it was in 1881. Among the most important early reasons for this transformation was the fear created by the slave trade which encouraged small, lineage-based villages to come together into large, stockaded villages controlled by increasingly powerful chiefs. The emphasis upon ethnic identity was a potentially protective element in avoiding enslavement (...) Upper Zambezi peoples evolved into ‘tribes’ or, more accurately, weak proto-states (...) (1989:373).

Papstein termina o seu artigo reflectindo acerca da manufactura de um livro contendo a história dos luvale por parte do chefe Sangambo¹⁸⁸, do início de análogo projecto por parte dos lunda¹⁸⁹ e, por arrasto, também por grupos luchazi, kaonde e mbunda (1989:390). Facto é que tanto a escrita da história como a declaração de independência vêm estabelecer — ou reforçar — fronteiras.¹⁹⁰ Tal como noutras paragens, projectos que tais servem para legitimar, a consolidar e compartimentar identidades e territórios, que se mantêm, ainda assim, profundamente interdependentes (Barth 1969; Cohen 1986).

¹⁸⁷ “While ethnic differentiation, based on differences of language, or at least dialect, historical traditions, small differences in material culture and cosmology, did exist objectively in the past in the Upper Zambezi, these differences have in the last hundred years been transformed into rigid self-conscious ‘tribal’ markers” (Papstein 1989:372)

¹⁸⁸ Cf. Sangambo (1979) *The History of the Luvale and their Chieftainship*.

¹⁸⁹ Quando em Mwinilunga, cheguei a conhecer o actual chefe lunda em território zambiano, que, aparentemente, dá continuidade à escritura do livro contendo a história do seu povo.

¹⁹⁰ Devo sublinhar que todos estes esforços se inscrevem na Zâmbia. O único projecto semelhante de que tenho conhecimento do lado de Angola, e não enquanto fruto da etnografia, diz respeito ao Reino Unido da Lunda-Tchokwe, pela mão do Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe. O movimento político tem como ponto central a defesa da autonomia administrativa, económica e jurídica do território que corresponde às regiões da Lunda Norte e Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango. Curiosamente, as fronteiras disputadas coincidem com os confins das regiões nomeadas e com as fronteiras internacionais com a Namíbia, Zâmbia e RDC. Para mais ver <http://protectoradodalunda.blogspot.pt/> consultado a 7 de Junho 2015.

Ainda a respeito de análogo processo de afastamento entre grupos, de compartimentação, parece-me importante fazer um breve desvio teórico trazendo a bordo o trabalho de Sónia Silva (2011). A antropóloga realizou pesquisa em meados dos anos 1990 em Chavuma, vila de fronteira zambiana, onde analisou o papel e significado dos “cestos de adivinhação” (*lipele*) entre refugiados angolanos luvale. Os cestos de adivinhação — que são uma espécie de ferramenta de “continuidade”, um oráculo, fonte de informação sobre o passado e futuro —, incluem diversos objectos com diferentes significados (*jipele*), e que remetem para eventos históricos, actores e emoções. No entanto, como Silva constatou durante o trabalho de campo:

There were no material representations of war victims, war perpetrators, or war refugees; (...) and no verbal acknowledgement of the Angolan wars, forced displacement, or even the country of Angola in direct relation to the consulter's predicaments. (...) [I]t is still perplexing, if not perturbing that in the 1990s divination baskets lacked any material representation of things Angolan (2011:13).

A autora pondera se igual situação se deverá ao medo sentido por refugiados angolanos luvale, ou ao necessário silêncio dada a sua condição de “clandestinos” numa altura em que todos os deslocados deveriam habitar em campos (RCA 1970). Talvez as experiências e emoções associadas a Angola se manifestassem na ausência de objectos e não na sua presença (2011:13). E não será que também esta circunstância contribui para confirmar a linha divisória em termos temporais, sociais e espaciais?

Não é meu objectivo dissertar acerca da formação de unidades sociais e/ou políticas entre lozi, luvale, lunda — ou entre outros grupos contíguos — historicamente vinculados à actual região de fronteira entre a Zâmbia e Angola. Antes, interessa-me perceber como semelhante “política identitária” — ou a associação entre a política e questões de identidades “tribais”, étnicas, nacionais e respectivo espaço (Gupta & Ferguson 1992) — veio a desempenhar um papel fundamental na relação dialéctica entre os limites estatais e os fluxos fronteiriços de populações, ideias e identidades (Donnan & Wilson 1999). Como é sabido, ao estabelecer algo socialmente definido, isto é, que expresse uma identidade precisa, novas fronteiras socioculturais são criadas e recriadas. A relação simbiótica entre identidade e fronteira parece incontestável: as fronteiras criam identidades e as identidades criam fronteiras (cf. Bourdieu 1994; Flynn 1997; Brambilla 2007).

Não deixa de ser pertinente sublinhar como os contínuos conflitos em Angola, bem como o tráfico humano delimitaram, de forma grosseira, as fronteiras do país; e de como, indirectamente e a par do delinear fronteiriço pós-Berlim, viriam a cimentar as identidades nas margens do território. Seguidamente, as várias fases da guerra em Angola, compreendidas entre 1961 e 2002, a par da produção de refugiados, constituiriam a nova cara do prolongado

processo histórico de definição de uma série de fronteiras mais ou menos coincidentes com a fronteira internacional. As palavras do chefe Machilokwa são representativas desse processo:

— Nós acolhemos muitos refugiados angolanos ao longo do tempo, eles são nossos irmãos. Se a guerra fosse na Zâmbia eles com certeza também nos receberiam.

Quando a guerra começou em Angola eles fugiam para as nossas terras e aldeias e depois ficavam a pertencer ao nosso clã, tornavam-se lozi, tornavam-se zambianos...

Eu recebi muitos, muitos refugiados nas minhas terras! Aos primeiros que chegaram demos-lhes terra e trabalho, e assim passaram a ser lozi. Mas os que vieram a seguir não os pudemos aceitar da mesma maneira, esses ficaram mbunda... alguns já eram mbunda... Mas os mbunda e os lozi são povos irmãos, é quase a mesma coisa...

Os últimos refugiados a chegar, já no fim da guerra, esses não os pudemos aceitar. Eles já não eram nossos irmãos, eles eram angolanos! Alguns eram violentos, e nós estávamos em paz. Nós, os lozi, não podíamos aceitá-los!

E depois os zambianos não nos respeitavam, nós já não éramos zambianos...! Agora somos apenas lozi...

Nós somos os lozi do Barotseland!

A transformação identitária dos refugiados angolanos aos olhos do chefe Machilokwa é evidente: primeiro integrados como irmãos lozi — eventualmente zambianos —, depois como aparentados mbunda e, por fim, apenas como angolanos cuja aceitação se mostrara periclitante. É sabido que muitos dos deslocados que inicialmente cruzaram a fronteira integravam grupos com presença no leste de Angola — onde as guerrilhas operavam; e também é verosímil conceber que, devido aos extensos deslocamentos internos durante o resto do conflito, os últimos refugiados a transbordar para a Zâmbia — e mais concretamente para a Western Province/Barotseland, onde seria criado o campo de refugiados de Nangweshi — fossem oriundos de outras paragens mais distantes, quiçá também culturalmente estranhos. Além disso, é sabido que o conflito angolano fomentou uma visão nacionalista, preterindo — ou ofuscando — uma hipotética proveniência e/ou concepção étnica, não obstante o seu uso como trunfo político territorial. Embora em parte válido, tal argumento deixa por enunciar determinados factores que também terão contribuído para a ruptura de uma suposta fraternidade e, paralelamente, para o reforço da fronteira. Antes de partir para

essa análise, importa rematar a questão lozi e do Barotseland, que se revela como a “nova” fronteira geográfica entre a Zâmbia e Angola.

A questão lozi, ao contrário de outros casos de estudo, não me parece remeter para uma identidade construída com base na partilha de uma fronteira comum, ou do recurso à fronteira como elemento de definição sociocultural (cf. Flynn 1997; cf. Brambilla 2007). Como mencionado, a definição sociocultural data de antes da formalização de Berlim. Então, partindo de uma identidade que se apoia em fronteiras internacionais existentes relativamente consolidadas — com Angola e a Namíbia — procura-se a sua expansão e consolidação estratégica até aos confins da Western Province¹⁹¹. A pertinência de tal questão parece-me abrir caminho a futuras etnografias e, como não podia deixar de ser, ao reconhecimento futuro de tal fronteira.

*

Art Hansen, durante a sua investigação numa aldeia de fronteira do lado zambiano, no início da década de 1970, confirmaria a tendência crescente no que toca à divisão com base na nacionalidade, do peso da categoria refugiado e da importância dos limites internacionais. O discurso do governador do distrito onde se encontrava Hansen, e que o próprio cita, elucida acerca de igual ponto:

—You have allowed a situation in which the border is open to anybody, to infiltrators. You people of the border have allowed others to come and share your houses that are built in Zambia. Zambia sympathizes with the freedom fighters and the refugees, but they should be controlled and taken care of. They are not indigenous inhabitants. (...) [some refugees] are starting to build their own villages. They have forgotten their own country. Some people have used refugees for cheap labor and exploited them and used them to set themselves up as separate headmen. Now these people want recognition as headmen. (...) Here there are some refugees who haven't even reported and are being sheltered by *you people!* You are encouraging them to delay their independence and to become parasites (1979b:377, itálicos do autor).

¹⁹¹ A título de exemplo, a meu ver, e esquecendo deliberadamente uma série de factores e referências, a situação do Kosovo é, em larga medida, geograficamente análoga. Não fosse a partição prévia da Jugoslávia, levando à independência da Macedónia e posteriormente do Montenegro, e a separação da Sérvia seria mais complexa. Isto é, aquando da independência do Kosovo, a única fronteira por negociar reportava apenas a uma entidade nacional, e não a várias.

As preocupações com os fluxos de refugiados de então estavam igualmente associadas a questões de segurança. Efectivamente, várias bases de guerrilheiros seriam bombardeadas pela aviação portuguesa colocando em risco as aldeias zambianas. Nesse sentido, a imperativa transferência dos deslocados ao longo da fronteira para os campos de refugiados e a identificação dos mesmos enquanto tal (RCA 1970), a par do incentivo à denúncia de outros *self-settled refugees* ou da exploração laboral observada, seriam factores a evidenciar o papel e significado da fronteira.

Registam-se casos de refugiados que seriam delatados e levados até aos campos de Mayukwayukwa ou Meheba (Powles 2002; Silva 2011:11). Mas também é verdade que muitos permaneceriam ao longo das aldeias de fronteira, protegidos por chefes locais, integrando-se, porém mantendo laços intermitentes com Angola (Hansen 1979a, 1879b, 1990; Bakewell 2000, 2007, 2012).

Por sua vez, hesitante nas suas conclusões, Oliver Bakewell sublinha a mudança de relação com a fronteira até aos dias de hoje. O autor examina como, desde o fim da guerra, ideias de cidadania ou de nacionalidade flexível se dissiparam gradualmente. E aventa, por outro lado, uma cristalização da identidade entre antigos deslocados, e mesmo entre locais zambianos (autóctones da fronteira?), na qual a obtenção de documentos de identificação veio jogar um papel preponderante.

It seems then that the term ‘Angolan’ has shifted from being associated with refugees and the stigma of war to referring to a ‘normal’ nation state. During the war, it was possible for people in Zambia to declare themselves to be Angolan without further explanation for their presence. Today, that has changed and those who remain in Zambia only refer to themselves as Zambian. There now appears to be a greater correlation between people’s declared nationality and the nationality which is officially recognised through their identity papers (Bakewell 2012:14).

Contrariamente ao expectável por Bakewell, desde o fim da guerra que o movimento fronteiriço entrou em declínio — com excepção, claro, do repatriamento de angolanos organizado pelos respectivos governos e entidades competentes (2012:17).

De salientar que o “fazer” fronteira vai além da componente subjectiva, tendo um impacto real ao nível do movimento e do recurso aos territórios fronteiriços como meio de sustento. Populações que antes oscilavam entre ambos os lados para caçar, pescar ou recolher cogumelos e mel, viram as suas vidas afectadas. Quando a UNITA operava no leste de Angola o perigo era real: um encontro com os soldados rebeldes podia significar a morte, e/ou a perda da caçada, dos elementos recolhidos e dos bens pessoais. Ainda assim, contam-se relatos de parcerias entre caçadores e UNITA (Bakewell 2012:14). Actualmente, o reforço policial, o controlo de documentos, a maior dificuldade em negociar o transporte de

mercadorias (legais e ilegais), bem como o risco da sua apreensão, atribuem um maior peso à fronteira. E, segundo Bakewell, um menor retorno económico. É verdade que os encontros com a polícia de fronteira podem sair caros, mas não são potencialmente letais como no passado (Bakewell 2012:15). Quiçá com o tempo, com o restabelecimento da linha férrea entre o Lobito e o Copperbelt a situação se torne economicamente mais atractiva, quiçá novos acordos bilaterais sejam estabelecidos. Ou quiçá seja mais rentável dar continuidade ao difundido contrabando.¹⁹²

Embora Bakewell enumere certos factores-fronteira, o autor não chega a aprofundar o motivo do abandono dos “caminhos gentílicos”, dos carreiros e das picadas anteriormente usados no vaivém fronteiriço. Talvez a sua opinião face à questão económica beba precisamente dessa mesma ausência na sua análise.

*

João Lijimu, refugiado angolano a viver em Meheba desde 1978, ainda chegara a visitar Angola em 1992. Segundo ele, tratara-se de uma visita relâmpago para confirmar como estava a situação, “para saber se valia a pena regressar de vez”. Juntamente com mais quatro amigos angolanos partiu num carro de Meheba até ao Luena — e voltou.

— Nessa altura vivia-se o cessar fogo pré-eleitoral, a UNITA estava mais calma e era relativamente seguro viajar pelo país. Houve muitos refugiados que aproveitaram para visitar a família, houve quem tenha voltado pensando que tudo ia correr bem e depois arrependeu-se...

Mas naquele período era muito fácil ir a Angola, a fronteira estava aberta, podíamos passar quando queríamos, não havia controlos, não era preciso documentos... Aliás, quase ninguém tinha documentos!

Quando fugi de Angola com a minha família, ainda eu era jovem, nós nem sequer sabíamos se já tínhamos atravessado a fronteira ou não. Sabíamos apenas que estaríamos fora de perigo quando a atravessássemos! E foi assim até que

¹⁹² A propósito destas questões e em relação à fronteira entre a Zâmbia e a Namíbia cf. Zeller (2009), e sobre a fronteira entre Angola e a Namíbia, ver por exemplo, Rodrigues (2010). Ainda acerca da construção histórica desta última fronteira, entre Angola e a Namíbia, e tomando uma óptica ideológica e económica cf. Dobler (2010).

encontrámos militares zambianos... Naquele tempo era mais fácil entrar em Angola do que entrar na Zâmbia!

Agora é ao contrário, agora é difícil cruzar para Angola por causa dos documentos, a polícia e os militares não ajudam, há muitos checkpoints nas estradas, mesmo depois do posto de fronteira... mas também é perigoso ir por outros caminhos. Hoje em dia há muitos perigos na fronteira, já não é só por causa da guerra, ou da UNITA...

Há muitas coisas a acontecer na fronteira...

O comentário de João Lijimu não só informa sobre como a permeabilidade da membrana entre a Zâmbia e Angola se viu gradualmente comprometida, como avança outras pistas de reflexão. Ressalta, desde logo, o facto de que a fronteira possui dois lados; dois estados nem sempre empenhados em exercer igual controlo sobre a charneira territorial. Actualmente, e com excepção da região do Barotseland, o controlo fronteiriço parece “apertar” sobretudo do lado de Angola. Com efeito, o crescimento económico do país atrai indivíduos de todas as partes do globo, de todas as faixas sociais (refugiados económicos?), e nem a rigidez do controlo político, nem os *raids* militares ou os constantes *checkpoints* policiais — na envolvente das fronteiras e não só — demovem as tentativas de entrar no país (cf. secção 3.4 e 4.1). Ao considerar a extensão das fronteiras, a inacessibilidade do terreno e a frequente corrupção oficial em tais espaços, compreende-se como o seu controlo permanece aquém de efectivo. Para determinados grupos territorial e culturalmente intersectados pela fronteira — ou apenas contíguos aos primeiros — a ambiguidade a ela associada produziu uma zona de oportunidades promovendo fluxos populacionais, reformulando comunidades e flexibilizando identidades, mas não sem pôr em causa questões relacionadas com a soberania (cf. Donnan & Wilson 1999). Não obstante o delinear da fronteira, da contestação e subversão a ela associada, a verdade é que aos olhos da lei internacional o papel e função da fronteira permanece incólume.

Além das questões e implicações legais e burocráticas, tal como aludido por João Lijimu, conta-se a existência de outros perigos, de fronteiras dentro da fronteira. Curiosamente, a fauna estava presente nessa extensa e complexa lista. Muitos dos meus interlocutores refugiados referiram, aquando do relato da passada fuga de Angola, o medo de encontrarem animais selvagens — e não apenas as guerrilhas — tendo que caminhar em zig-zag, dormir em árvores e manter a guarda nocturna.

Tanto do lado angolano como do lado zambiano, a área da fronteira é esparsamente habitada e longe de qualquer desenvolvimento visível, com excepção óbvia no que diz respeito ao controlo internacional. Anos de guerra esvaziaram as populações da sua vertente ocidental (cf.



Fig. 32 - Rio Zambeze, Cazombo (2013)

Newitt 2008:64). O carácter inóspito de tais territórios ofereceu a possibilidade de certos animais ressurgirem na paisagem. A existência de zonas protegidas (parques nacionais e coutadas públicas) também contribui para que espécies emblemáticas, que se consideravam extintas devido ao prolongar das hostilidades (como leões, leopardos, elefantes, búfalos, girafas, zebras, palancas, entre outros, cf. secção 4.1), reapareçam nas planícies e florestas das proximidades do rio Zambeze, também ele obstáculo natural e onde abundam temidos crocodilos, cobras venenosas e hordas de insectos maláricos.

Mas também as florestas se ressentem da existência da fronteira, como um eco estético de tal paisagem, como uma representação visual da *borderscape*. A esse respeito, Sónia Silva dá conta do cenário contíguo a Chavuma, uma aldeia de fronteira do lado zambiano, ponto de entrada de refugiados e que, devido aos enormes fluxos, cresceu exponencialmente. O desbaste florestal no lado zambiano servia para criar campos de cultivo, sustento das novas populações. A divisão territorial era evidenciada pela paisagem. Como a autora observou:

In the mid-1990s (...) the roots of suffering were visible in the physical and social landscape. The area adjoining the thirteenth parallel south, which constitutes the northern border, looked as if a giant machete had stabbed the earth and pushed all the trees southward. Although the Angolan side was densely covered with a

thicket of grown trees, the Zambian side had hardly any forest left, every acre of land having been cleared for cassava fields (Silva 2011:10)

O temor perante tal paisagem fronteiriça, com floresta densas, animais e guerrilhas — que redundava na imagem do mato — era referido ocasionalmente por vários dos meus interlocutores, por vezes de forma eloquente: “Na cidade aprendemos a ter medo do mato e dos animais... agora até do silêncio temos medo...” ou ainda “Os povos desta região costumavam ser bravos, não tinham medo de nada nem de ninguém... mas hoje parece que a vida vale mais do que antigamente.”

No que se refere ao cruzar a fronteira, o receio de sair das vias oficiais — das “estradas batidas,” da paisagem mais ou menos urbanizada, não domesticada, recorrendo a carreiros exclusivamente pedestres, ou a picadas — não se encontra associado apenas ao regresso dos animais autóctones. As minas deixadas pelos longos anos de conflito, espalhadas pelo leste angolano e que se deslocam a cada época das chuvas constituem um perigo real. Mas o temor encontra-se sobremaneira associado a possíveis encontros com contrabandistas (quais autóctones da fronteira?).

Aparentemente, diversos criadores de gado na Zâmbia, muitos deles provenientes de Angola, aquando do momento de abate, cruzam a fronteira com as suas manadas. É mais rentável criar o gado de um lado da fronteira e vendê-lo do outro: “Os lucros multiplicam-se por dez!”. O contrabando de roupa e electrodomésticos também se destaca enquanto negócio rentável. Contudo, embora certas mercadorias pareçam inofensivas, a verdade é que o espectro de produtos comercializados vai mais longe. Certos contrabandistas, além de micro-ondas e *t-shirts*, também se valem do tráfico de marfim¹⁹³ ou de pedras preciosas.

Por dois momentos distintos seria interpelado para comprar diamantes, tendo a oportunidade de conhecer determinados intervenientes no negócio.¹⁹⁴ O tráfico de minerais já tivera melhores dias, entrando em declínio sensivelmente pela mesma altura em que a questão dos “diamantes de sangue” viera a público (de Boeck 2001; cf. Marques 2011), e piorando desde o fim do conflito. Aquando de uma longa paragem nas redondezas de Lukulu, Zâmbia, dois supostos comerciantes interfronteiriços, zambianos, robustos mas ambos de idade avançada, dariam conta da situação:

¹⁹³ Embaixada de Angola em Portugal (2014), “Angola denuncia tráfico de marfim” disponível em <http://www.embaixadadeangola.pt/angola-denuncia-traffic-de-marfim/> ou ainda Rita Himmel, *DW* (15 Julho 2014), “Angola é o segundo maior mercado ilegal de marfim, depois da Nigéria” disponível em <http://www.dw.com/pt/angola-%C3%A9-o-segundo-maior-mercado-ilegal-de-marfim-depois-da-nig%C3%A9ria/a-17785649>

¹⁹⁴ O facto de não estar interessado em comprar diamantes, não obstante encontrar-me na região de fronteira, era motivo de incredulidade geral. Aparentemente, sul-africanos brancos e israelitas encontram-se entre os regulares compradores de diamantes na região.

— No tempo da guerra o negócio era bom, a UNITA vendia diamantes a muito bom preço! Havia brancos que vinham de longe — de muito longe! — só para trocar os diamantes por armas, havia malas e malas cheias de dólares americanos. Nós só vendíamos coisas pequenas, comida, tachos, sabão, e a UNITA pagava-nos com os dólares que tinha acabado de receber, às vezes com pedras mais pequenas. Outras vezes vendíamos estas coisas básicas a outros indivíduos que não eram da UNITA, ou que não pareciam ser — havia alguns que não falavam as línguas daqui sequer...

— Nessa altura os angolanos estavam a morrer de fome, não tinham nada, nada, nada! Vinham os militares e trocavam sacos de diamantes por essas coisas que aqui valiam pouco ou nada...

Uma vez veio o Savimbi! Toda a gente tinha medo do Savimbi! Ainda hoje é assim... é preciso ter cuidado, é preciso ter muitos olhos e muitos ouvidos quando se faz este trabalho na fronteira. Não é qualquer homem que pode percorrer a fronteira...¹⁹⁵

*

Jonas Malheiro Savimbi nasceu a 3 de Agosto de 1934, no Munhango, Moxico, uma pequena aldeia ao longo da linha de caminhos de ferro de Benguela, filho de um chefe de estação e pastor da Igreja Evangélica Congregacional de Angola (igreja protestante financiada e mantida por missionários norte-americanos). Savimbi cresceu na província do Bié, e os pais pertenciam ao grupo ovimbundu — grupo que constituiria a base política da futura UNITA.

Através de uma bolsa de estudo, aos 24 anos Savimbi mudou-se para Lisboa onde viria a terminar o ensino secundário. Na metrópole, manteve contacto com outros activistas políticos como Agostinho Neto, e mesmo com o Partido Comunista. Porém, devido à sua actividade política, acabou por ter que se transferir para Lausanne, Suíça. No renovado exílio, continuou a formação em ciências sociais e políticas ao mesmo tempo que aprofundava contactos com os círculos pró-independência de Angola (Loiseau & de Roux 1987:84-85;141).

¹⁹⁵ Filip de Boeck dá conta de uma situação semelhante a propósito dos garimpeiros congolezes que continuamente cruzam a fronteira para a Lunda Norte: "(...) the passage into Angola makes one endure pain: it makes one physically strong and hard, gives one stamina, and teaches one to endure a 'beating' (2001:560)."

Mais tarde, os desencontros com o MPLA e o FNLA levaram-no a formar a UNITA e, em 1966, Savimbi encetava as acções de guerrilha. A formação militar que recebera entretanto na China dotara-o de estratégias de combate várias — como lançar ofensivas simultâneas em várias frentes e, enquanto umas atacavam outras recuavam diligentemente (Loiseau & de Roux 1987:255). Com efeito, as suas tácticas militares levaram a que hoje seja considerado por muitos como um dos mais brilhantes líderes de guerrilha do século XX (Malaquias 2007).

Jonas Malheiro Savimbi era também um camaleão político. Ao longo do seu percurso, sucederam-se alianças paradoxais: antes de 1975, não obstante o contacto com o Bloco de Leste e a China, chegou a pactuar com as autoridades coloniais com vista a combater o MPLA; embora acusasse o MPLA de não ser um partido de “africanos” mas sim de “brancos e mestiços”, a verdade é que se aliou à África do Sul do apartheid; outrora maoísta, no contexto da Guerra Fria negociou apoio financeiro e militar com a CIA, chegando a visitar a Casa Branca de Ronald Reagan e recebendo também o apoio do seu sucessor George H. Bush; por fim, após uma derrota nas eleições nacionais, desde meados dos anos de 1990 e até à sua morte, já sem o apoio oficial do ocidente e com o peso de uma série de sanções impostas pela ONU, Savimbi conseguiria manter-se activo nas matas do leste à custa de alianças com o regime de Mobutu Sese Seko (RDC), financiando-se através dos diamantes ilegalmente transaccionados (com *de Beers* e outros¹⁹⁶) provenientes da Lunda Norte — a *diamond frontier* (de Boeck 2001:559).

Após ter sobrevivido a mais de uma dúzia de tentativas de assassinato, e tendo sido reportado morto pelo menos quinze vezes, os dias de Savimbi conheceriam o fim a 22 de Fevereiro de 2002 nos arredores de Lucusse, Moxico, após ser baleado por quinze vezes.¹⁹⁷ Savimbi era um mito. Tanto é que de forma a que a população acreditasse na sua morte, o corpo seria mostrado ostensivamente,¹⁹⁸ sendo, de seguida, sepultado sob uma árvore perto de onde fora

¹⁹⁶ “Oil and diamonds after Savimbi” *BBC News* (25 Fevereiro 2002), disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/1839955.stm> consultado a 24 Junho de 2015. Para uma abordagem acerca do mercado de diamantes angolanos a nível internacional, ver por exemplo Farrell-Rober (2007). *Glitter & Greed: The Secret World of the Diamond Cartel*; ou Marques (2011).

¹⁹⁷ “Jonas Savimbi”, *The Economist* (obituary) (28 Fevereiro 2002), disponível em <http://www.economist.com/node/1010682> consultado a 24 Junho de 2015.

¹⁹⁸ “The broadcast of the film, which lasted several minutes, capped an intense effort by the government to persuade the country and the world that the government’s nemesis had indeed been killed.” in Henri E. Cauvin, *New York Times* (24 Fevereiro 2002) “Angola Shows Rebel’s Body On Television”, disponível em <http://www.nytimes.com/2002/02/24/world/angola-shows-rebel-s-body-on-television.html>; “Angolan rebel leader ‘killed’” *BBC News* (23 Fevereiro 2002), disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/1836737.stm> artigos consultados a 24 Junho de 2015.

assassinado.¹⁹⁹ Posteriormente trasladado para o cemitério do Luena, em 2008 a tumba do antigo guerrilheiro seria vandalizada por membros da juventude do MPLA.²⁰⁰

Como pude observar na capital do Moçico, em 2013, o cemitério encontra-se votado ao abandono, servindo de pasto para cabras e criação de galinhas. Conforme referido por alguns dos meus interlocutores no Luena, poucas são as pessoas que “ousam entrar” no perímetro. Um lote de razões parecia fundamentar tal facto. Quem entrasse no “cemitério do Savimbi” podia ser acusado de o idolatrar (no caso de lhe prestar homenagem como deixar flores), de ter outros propósitos relacionados com o domínio da “feitiçaria”, ou de tentar profanar o seu túmulo novamente. Por outro lado, poucos arriscavam entrar no cemitério ou sequer aproximar-se: o temor de que o seu “espírito” rondasse a área fora referido por vários residentes.

Além de notável estratega e político versátil, Savimbi era um homem enigmático que impressionava pelo seu carisma, pelo conhecimento de várias línguas (segundo algumas fontes e vários dos meus interlocutores, quatro línguas europeias e três idiomas regionais angolanos), pelos seus discursos eloquentes e inflamados, pelas constantes citações a pensadores e obras sociopolíticas de referência — tais como Maquiavel —, e até pelos seus dotes como poeta²⁰¹. Contudo, Savimbi era também um cruel sanguinário, um líder impiedoso ao qual são atribuídas barbaridades várias. Através do relato de refugiados angolanos oriundos do Cuando Cubango a viver na Namíbia, Inge Brinkman (2000) traçou um retrato perturbador do terror vivido durante o conflito. E os relatos recolhidos entre vários refugiados ou escutado ao longo dos percursos em Angola, sugerem que a cultura de terror não se limitava à região periférica, antes abarcando todas as áreas de acção político-militar. Ao longo do tempo, as estórias, a história e os mitos desenvolver-se-iam interligados e, não obstante a violência infligida por ambas as facções nacionalistas, e mesmo anteriormente pela mão colonial (cf. Brinkman 2003), a verdade é que o peso recaía sobre a UNITA e respectivo líder. Brinkman informa sobre torturas e mutilações perversas; roubos de crianças com vista a integrar as fileiras militares, bem como roubos de mulheres — mais tarde submetidas a *entertainers*, cozinheiras, trabalhadoras agrícolas e escravas sexuais da UNITA; execuções sumárias de “gatunos”, “bruxas” e supostos traidores — quando também Savimbi seria

¹⁹⁹ Savimbi 'died with gun in hand' *BBC News* (25 Fevereiro de 2002) disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/1839252.stm> consultado a 24 Junho de 2015.

²⁰⁰ “Túmulo de Savimbi foi ‘profanado’ — UNITA”, *RTP* (22 Janeiro 2008), disponível em <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=144658&tm=&layout=122&visual=61> consultado a 24 Junho de 2015.

²⁰¹ Savimbi, Jonas 1985, *Quando a terra voltar a sorrir um dia*, Lisboa: Edição P&R

acusado de “bruxo” e a UNTA de “satanismo”²⁰²; que Savimbi usava os seus poderes “sobrenaturais” apenas para seu benefício, não assegurando chuva, fertilidade ou boas colheitas como esperado por um líder; massacres indiscriminados colhendo as vidas de aldeias inteiras; acusações de sacrifícios rituais²⁰³ e até de beber o sangue dos seus inimigos (Brinkman 2000). Por todos estes motivos, entende-se a razão pela qual a figura de Savimbi permanece bem presente na memória colectiva de Angola e além dela. Não pelas melhores razões, Savimbi chega a dar cara a um personagem de um videojogo norte-americano.²⁰⁴

*

Durante a minha pesquisa em Meheba e ao longo dos vários itinerários na Zâmbia e em Angola, Jonas Savimbi ou o “Dr. Savimbi” — consoante o grau de respeito, ou de medo — fora referência recorrente. Ainda que tal tema não integrasse a minha investigação, foi manifestamente impossível ficar alheio: as menções ao antigo líder da UNITA, frequentemente com recurso a um tempo verbal presente, somavam-se. Idolatrado por alguns, odiado por outros, temido visceralmente por todos, amiúde, a alusão a Savimbi situava-se num patamar mí(s)tico.

No campo de Meheba, vários refugiados sugeriram que não acreditavam na paz em Angola, usando o argumento de que Savimbi não morreria, “que estava vivo, escondido noutra país” ou “nas matas do Moxico”. Mais, acreditavam que, a ser verdade que estava morto maior seria o perigo, pois “o seu espírito deambulava algures não longe desse local”; e “porque desse modo nem sequer era visível”. O temor em regressar a Angola bebia de uma barreira muito precisa: Jonas Savimbi, não importava se vivo ou morto. De salientar que a crença de que Savimbi “não morreu” não só persiste entre refugiados e repatriados, como entre muitos angolanos que nunca deixaram o país. Como dois jovens em Luanda analisaram:

²⁰² Para uma análise sobre o papel da feitiçaria entre a liderança ovimbundu, cf. Heywood (1998) ou Florêncio (2010).

²⁰³ “Nós na Jamba vimos Satanás aqui na terra”, *Club-K*, in *Semanário Angolense* (28 Setembro 2008), disponível em http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1174:qna-jamba-vimos-satanaqui-na-terra-q-diz-dinho-chingunji&catid=11:foco-do-dia&Itemid=130&lang=pt, consultado a 29 de Junho 2015.

²⁰⁴ Jonas Savimbi integra a iconografia popular internacional através da sua participação no videojogo *Call of Duty: Black Ops II*, em que é ficcionada uma batalha contra o MPLA em 1986 a partir da Jamba. Para uma crítica ao videojogo, ver por exemplo “Jonas Savimbi is a video game star”, Sean Jacobs & Marissa Moorman, *Africa is a Country* (27 Novembro 2012), disponível em <http://africasacountry.com/jonas-savimbi-is-a-video-game-star/> consultado a 29 de Junho 2015.

— Há gente que diz que o Savimbi morreu. Eu vi fotografias, e na televisão também. Mas nunca se sabe... Toda a gente sabe que os espíritos e as bruxas estavam com ele, que o ajudavam...

— Quem diz que o Savimbi morreu sabe que isso não quer dizer nada. O meu tio contou-me como também durante a guerra ele aparecia e desaparecia, como o Savimbi ficava invisível quando queria! Ele não morreu, está escondido de certeza! E se ele decidir voltar pode haver guerra outra vez...

A memória colectiva mantinha o espectro do personagem bem vivo — quando Jonas Savimbi fora assassinado os meus dois interlocutores anteriores não teriam mais do que oito e dez anos. Com efeito, o carácter sobrenatural de Savimbi, descrito como alguém que “tinha sempre a pistola numa mão e a saca de diamantes na outra”, encontra-se difundido entre pessoas de várias facções políticas, faixas etárias, regiões, ambientes urbanos e rurais. O seu fantasma é carregado tanto por parte dos que sofreram as atrocidades por ele cometidas, por ele ordenadas ou simplesmente em seu nome, como pelos que ouviram histórias afins. E, claro, por antigos soldados seus:

— Eu não acredito... ele não morreu! Eu vi os nossos camaradas a cair ao lado dele, e ele sobrevivia sempre. Caiu um helicóptero nosso, morreram todos os colegas menos o Dr. Savimbi... Um dia houve uma emboscada das FAPLA e quando a nossa coluna chegou estavam todos mortos menos o Savimbi... ele sobrevivia sempre!

O Dr. Savimbi não morre, as balas e o fogo só estragam a roupa! Eu vi... as balas só furam a roupa!

Assim opinou Isaías Chinga Chinga, 47 anos, refugiado mbunda originário do Cuando Cubango a viver em Nangweshi, Zâmbia, desde 2000. Além de partilhar comigo episódios das décadas de combate pela UNITA, do autoritarismo e desprezo pela vida humana presenciado “nos tempos da Jamba,”²⁰⁵ Isaías, tal como outros interlocutores, referiria outras características de Jonas Savimbi.

²⁰⁵ Jamba (que significa “elefante” em língua umbundo — grupo ovimbundu), localidade no extremo sudeste do Cuando Cubango, albergou durante anos a base principal da UNITA. Na Jamba, a UNITA possuía uma elaborada base militar, com radares e sistemas de defesa anti-aéreos, uma grande pista de aterragem, bem como de um sistema de camuflagem. A Jamba seria capturada pelas FAA no final de 1999. Savimbi chegou a receber visitas de conhecidos ocidentais na Jamba. Para mais, ver por exemplo: “Jamba falls to FAA following heavy fighting in border region”. *Angola Peace Monitor* 5(6) (18 Novembro 2000), disponível em <http://reliefweb.int/report/angola/angola-peace-monitor-issue-no5-volvi> consultado a 29 de Junho 2015.

– *Ele tinha muitas mulheres, muitos filhos... o povo diz que foi uma das mulheres que chamou o MPLA para o apanhar,²⁰⁶ mas eu não acredito porque o Savimbi sabe tudo, percebe tudo! Ele sabe sempre o que vai acontecer a seguir...*

O Dr. Savimbi fala todas as línguas! Mesmo se eu falar baixo, ou uma língua diferente, ele pode ouvir e perceber!

(...)

Eu não quero voltar para Angola: não quero mais guerra, não gosto dos gatunos do MPLA, não quero ouvir falar da UNITA, não quero encontrar o Dr. Savimbi... Para Angola não volto...

O episódio mais marcante, ou com o impacto comprovado na construção da fronteira através do mito, através da mistificação de Jonas Savimbi, teria lugar na recta final da minha pesquisa de terreno em 2012. No caminho de regresso a Lusaka, consegui transporte de Nangweshi até Sesheke com um zambiano. Com o habitáculo já ocupado, juntar-me-ia aos demais viajantes na caixa-aberta traseira. O grupo, constituído por sete angolanos de várias idades, viera até à ilha de Mpata (no rio Zambeze, ao largo da vila de Nangweshi onde se situara um dos campos de refugiados), célebre pelos seus curandeiros tradicionais. Entre os vários “tratamentos” procurados — como por exemplo para as cataratas de um passageiro idoso — o grupo também viera em busca de “protecção” e de “prender satanás”. Durante as várias horas de viagem, contando com três furos, vários pacotes de álcool sintético (*tujilili*) e de milho fermentado esvaziados, foi possível explorar certos temas de conversa, entre os quais o próprio trajecto de volta a casa. A maior parte do grupo vivia na envolvente de Benda, uma povoação no Moxico/Cuando Cubango, sensivelmente na mesma latitude de Nangweshi. Contudo, deslocávamo-nos para sul, em direcção a Katima-Zambia, uma vila fronteiriça com a Namíbia. Aparentemente, embora fosse mais rápido atravessar em linha recta até Angola, tal percurso não era de todo aconselhável.

– *Há estrada! Não é boa, mas há estrada... é como esta... Mas não é bom esse caminho. Aí tem muito bandido, muito contrabando, muita mina... e nunca se sabe se vamos encontrar o Savimbi...*

– *Isso é caminho do Savimbi, por aí não é estrada...!*

²⁰⁶ Relatos no terreno bem como certas fontes online não certificadas sugerem que tenha sido uma das suas mulheres que, por “inveja e ciúme”, denunciou a posição de Jonas Savimbi. Mas também há quem especule que os EUA e Israel tenham estado por detrás da sua localização, facultando as coordenadas do guerrilheiro às FAA.

Embora cientes de que o ex-líder da UNITA fora assassinado havia mais de uma década, a crença de que o seu espírito ainda deambulava pela fronteira, pelas matas do Moxico, condicionava sobremaneira o percurso de retorno a casa.

*

Ao longo do tempo e em diferentes moldes, as histórias à volta da figura carismática de Jonas Savimbi alimentaram estórias e mitos, originando simultaneamente o mito do próprio Savimbi. Não obstante a morte comprovada do antigo guerrilheiro, muitos angolanos — e não só — continuam a crer na sua existência, nos seus poderes e eventuais actos, condicionando, desse modo, as respectivas acções e actividades. Mas é compreensível que assim seja. Como afirma Brinkman a propósito da violência durante a guerra em Angola, “[i]n a culture of terror the fear of what may happen to ourselves, based on what has happened to others influences many decisions (2000:4)”. Um tal raciocínio — com amplo eco local — fomenta o relato de episódios de terror diversos, de narrativas que, por sua vez, vêm engrandecer ou originar mitos de vária ordem que contribuem indelevelmente para a construção de uma memória partilhada e respectiva nação — angolana (Anderson 2006; Donnan & Wilson 1999).

À vertente do mito enquanto crença popular — isto é, da “história acerca de um personagem, facto ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generalidade que se deve admitir”²⁰⁷, do mito baseado em ideias falsas ou histórias imprecisas mas que se encontra amplamente difundido — importa contrapor o seu papel social. Como James Ferguson resumiu: “(..) a myth in this sense is not just a mistaken account but a cosmological blueprint that lays down fundamental categories and meanings for the organization and interpretation of experience” (1999:13-14). Com efeito, o interesse antropológico do mito reside na função social da história que se conta enquanto elemento operativo. Mito e fronteira sobrepõem-se. Em *Landscape and Myths, Gods and Humans*, Denis Cosgrove (1993) abordou a relação entre mito(s) e paisagem sugerindo que ambos constituem:

(...) signifying systems through which social relations among individuals and groups, and human relations with the physical world are reproduced and represented. (...) Myths may both shape and be shaped by landscapes (which are) imaginatively constituted from human experiences in the material world and represented in spoken and written words (1993: 281-282).

²⁰⁷ Mito — in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa online, <http://www.priberam.pt/dlpo/mito>. Para uma compreensão antropológica do mito, não é possível ignorar o contributo fundamental de Lévi-Strauss (2009) *Mythologiques*.

Nesse sentido, revela-se inevitável não reflectir acerca da fronteira como uma forma de paisagem. Ao conceber a fronteira como uma paisagem, *borderscape*, é possível enquadrar uma série de elementos muito além da linha divisória artificial, permitindo incluir o seu carácter mais fluído e impermanente, profundamente dependente de cada sujeito e respectivo ponto de vista, bem como analisar a sua implicação epistemológica e ontológica (Brambilla 2015). Concomitantemente, Anssi Paasi (1996) propõe que a fronteira seja encarada como uma “paisagem discursiva” (*discursive landscape*), prestando atenção à representação e representatividade da mesma. Para Paasi a fronteira emerge como uma construção simbólica e material resultante de uma panóplia de narrativas, de discursos (*discourses*), de práticas, de relações humanas que ocorrem na relação com ela. Assim, independentemente da existência ou não de Jonas Savimbi — qual espectro que paira entre horizontes passados e futuros —, o ex-guerrilheiro foi incorporado como um limite, uma barreira na forma de narrativa. Savimbi veio personificar (um)a fronteira, e o seu “fantasma” apropriou-se da paisagem limítrofe.

Mais, importa sublinhar a associação frequente de contrabando, tráfico de diamantes, violência e instalação de minas anti-pessoais com a UNITA e, mais concretamente, com a figura de Jonas Savimbi. Com isto não quero dizer que o MPLA, as FAPLA ou as FAA não tenham participado em iguais actividades ou cometido toda a espécie de atrocidades — bem pelo contrário. Contudo, também não é inocente o facto de que a imagem de Savimbi constitua um avatar da violência, que represente a sublimação de todos os medos em regressar a Angola, que simbolize um hipotético reatar da guerra, que concentre todo um imaginário hostil associado à fronteira — mais ou menos coincidente com a demarcação internacional — e que perdura no universo simbólico regional.

Para terminar, e devolvendo a análise ao papel da fronteira leste — e das fronteiras dentro dela — interessa-me voltar à ideia central desta tese, a do quadro de pensamento e de acção, de um *régime de la pensée et d'action* na forma de horizontes operativos. De entre todos os horizontes anteriormente postulados (o campo, a cidade, o mato, a estrada), talvez a fronteira seja o mais emblemático: a fronteira não só altera forçosamente o modo como nos vemos — e comportamos — mas como os outros nos vêem; isto é, o modo como determinado indivíduo se projecta, mas também o que ele projecta para si como futuro é, em larga medida, mediado por fronteiras de vária ordem; por sua vez, as ideias que a fronteira projecta ou emana designam e desenham caminhos e decisões. Quiçá a fronteira — manifesta entre espaços, categorias, ideias e significados — seja o horizonte operativo por excelência.

*

* *

Antes de passar para a derradeira conclusão, que não será senão um relançar de novos caminhos, importa rematar sucintamente os ensaios sobre o papel da estrada e da fronteira. Entre vários aspectos, as ideias afins à mobilidade e imobilidade jogadas entre a estrada e a fronteira, têm como resultado — entre tantos outros — a cristalização de “Angola.” Por outras palavras, é o movimento e a sua interrupção que directa e indirectamente atribuem significado ao respectivo estado-nação e a uma panóplia de categorias identitárias. A estrada e a fronteira compartimentam identidades e territórios e é nesse (con)formar, nesse compartimentar, que se evidenciam, se medem e balizam horizontes.

Conclusão (em jeito de epílogo)

Ao longo deste texto, a ideia de que o deslocamento — forçado, induzido, deliberado — constitui condição e estratégia de vida na região em análise, emerge como central. Assim, a estruturação de um regime de pensamento e de acção, pautado pelos “horizontes operativos” que seccionam o conteúdo deste trabalho, surge na tentativa de sistematizar o universo de incessante movimento — de enquadrar um mundo em movimento.

Embora o regime e respectivo conjunto de “horizontes operativos” apresentados sejam específicos da geografia em questão, o conceito de “horizontes operativos” parece-me passível de transposição a vários contextos, temporalidades e latitudes, em que a incerteza e a instabilidade se manifestem ubíquas. Com efeito, a dimensão prospectiva e da prática (*praxis*) associada aos horizontes operativos contribui sobremaneira para o seu carácter transversal. Enquanto algo — praticamente — inalcançável, o horizonte — raramente — encontra realização; a sua função permanece essencialmente operativa. Mas a questão que deve ser colocada em relação à elaboração de semelhante regime de pensamento e de acção com base nos horizontes diz respeito à sua eficácia. Será efectivamente possível transpor o quadro epistemológico e aplicá-lo a um quadro pragmático quando do futuro se trata? Simplificando, o que é que este regime de acção e de pensamento nos diz acerca do que irá acontecer em Meheba, em Angola, ao longo da fronteira? Apesar de iluminar algumas hipóteses, a resposta está longe de ser objectiva. A inquietação sobre o que podemos prever permanece constante. Que a elaboração de um tal regime não só informa como organiza o passado e o presente parece-me inequívoco, mas a verdade é que nos diz muito pouco acerca de um qualquer futuro concreto. Objectivamente, diz-nos apenas que os eventos, as ideias e os ideais de mobilidade — geográfica, social, cronológica, da mobilização política bem como outras formas de mobilidade — continuarão omnipresentes.

Assim, perante a volatilidade do terreno e das respectivas temáticas, seria incoerente providenciar uma conclusão *tout court*. Para todos os efeitos, algumas notas conclusivas merecem registo, sendo que a devida validade permanece associada à sua abertura.

*

O deslocamento populacional encontra-se profundamente arraigado na faixa territorial em estudo. Séculos de espoliação humana, de colonização “penal”, de escravatura e trabalho forçado, pautados por conflitos e guerras de vária ordem, encarregaram-se de empurrar inúmeras populações para longe dos seus lugares. Gradualmente, mudaram as causas e os contextos, mudaram os percursos e os destinos, mudou a onomástica — dando, por fim, origem à formulação da actual categoria de refugiados —, mas a inquietude e movimento afim jamais estancou. Questões como a ausência democrática, os abusos e a violência, mas também questões económicas continuam na ordem do dia e a influenciar profundamente o deslocamento populacional. Ontem, como hoje, as possibilidades de mobilidade iluminam os caminhos. Foi assim que, a par e passo, os trajectos dos indivíduos em análise foram definindo o perímetro da presente pesquisa. Enquanto condição e estratégia de vida, o movimento perfilou-se como mote e motor da presente investigação, numa frequente sobreposição entre circulação e etnografia.

Em Meheba, ponto de partida desta intrincada etnografia, constatei como a violência que esteve na origem da criação do campo — e que lhe deu sentido durante um longo período — quase desapareceu. Não obstante as vincadas idiosincrasias de uma gestão (pós-)humanitária, Meheba configura hoje um território aparentemente “normal”, feito de centros e margens, de conflitos e oportunidades. Não obstante a questão dos refugiados angolanos — enquanto tal — ter sido amplamente abordada, muito ficou por dizer acerca dos refugiados provenientes do Congo, do Ruanda, do Burundi, da Somália, que permanecem em Meheba. Terão conseguido a integração local, voltado às suas terras ancestrais, ou conseguido asilo no mundo “ocidental”? Passadas mais de quatro décadas, depreende-se como as populações de refugiados desempenharam o papel de pioneiros que forjaram um universo dentro das possibilidades proporcionadas, desbravando esse enorme território que é hoje Meheba. Nesse sentido, constata-se que a criação de um campo de refugiados constitui um sistema de fixação de populações — de resto, um sistema de fixação amplamente análogo ao verificado nos aglomerados urbanos com origem na exploração mineira da envolvente do campo. Por estas e outras razões, parece-me sobremaneira pertinente continuar a acompanhar a evolução de Meheba, atentando no processo de (re)urbanização, de desenvolvimento agropecuário e de continuada transformação demográfica. Será que a cidade de Meheba virá a constar no mapa da Zâmbia? E que cidade será essa?

Ao longo do texto, compreende-se também a ambiguidade de categorias tais como refugiado, migrante, autóctone, zambiano ou angolano, e de como tal compartimentação é vivida, experimentada e manobrada face à incerteza constante. O estabelecimento de um debate ontológico lato, transversal, na academia e entre a sociedade em geral, acerca da categoria refugiado e do seu significado na actualidade global parece-me fundamental. A mobilidade dos

limites políticos ou administrativamente concebidos demonstra a instabilidade intrínseca da fronteira — qual espaço móvel de bens, de pessoas e de ideias. Além do carácter pouco operativo da fronteira politicamente definida no caso dos refugiados (e repatriados), importa também reflectir acerca do frequente cruzamento entre o refugiado e o migrante económico, do migrante político, do repatriado, e, sobretudo, compreender qual ou quais as causas meio-ambientais, que influenciam — e prevê-se que influenciarão — sobremaneira, directa e indirectamente, qualquer deslocamento.

Quanto ao binómio mato-cidade, a história lembra-nos da recorrência de tal polarização. Os exemplos de divisões entre o rural e o urbano, entre sedentários e nómadas, entre modernidade e tradição, e as tensões e conflitos que daí advêm são abundantes. No entanto, não é infrequente constatar como tais dicotomias nem sempre encerram uma oposição, ou seja, nem sempre implicam uma exclusão mútua. Ambos horizontes são manobrados de acordo com as oportunidades e contextos. A escolha por um horizonte ou outro, aparte as respectivas conotações ideológicas, permanece ligada às expectativas, aos desejos — novamente, aos ideais de mobilidade. Além disso, importa lembrar que nem sempre o repatriamento constitui um voltar ao território e contexto de origem, logo, não se trata de um “simples regresso”. Os sucessivos deslocamentos e permanências promovem um processo de conhecimento cumulativo, de redefinição de horizontes. A esse título, seria interessante saber se entre os inúmeros regressados haverá alguém — ou alguma comunidade — a fazer recurso ao seu conhecimento do mundo humanitário, a criar uma ONG, e eventualmente conseguir financiamento, por exemplo do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para algum projecto de desenvolvimento rural.

Em Angola, se as batalhas de ontem se desenvolveram no mato, as batalhas de amanhã terão lugar na cidade, na *polis* — onde se espera venha a eclodir um ambiente de debate alargado, onde se possam romper as fronteiras do imobilismo, onde possa surgir um espaço para a mudança. Resta saber qual o papel efectivo dos transportes públicos, se serão tais lugares a catalisar o descontentamento actual, se será a mobilidade dos mesmos a produzir a tão (des)esperada mobilização política. A estrada, antónimo da fronteira, demonstra que por mais barreiras que se imponham, o caminho em direcção ao horizonte persevera. A propósito deste mundo em movimento, e lembrando Galeano: “a utopia serve para caminhar”.

* * *

Em 2012, antes de entrar em Meheba e após passagem por Solwezi, permaneci no povoado de Manyama (a cerca de 7km da *Junction*) enquanto esperava luz verde do meu futuro anfitrião no campo. Instalado no quarto número 6 da *Wisha Wisha guesthouse*, durante os dois dias em que estive pela vila estabeleci contacto com alguns habitantes, sendo que a maior parte eram mineiros que trabalhavam na — cada vez maior²⁰⁸ — mina de Lumwana (cf. secção 1.2 e 2.1).

Wellington e Womba, irmãos com cerca de quarenta anos, respectivamente segurança e cozinheira da *guesthouse*, comentaram que a zona onde nasceram, a escassos quilómetros a norte de Manyama, se encontrava transfigurada: as “árvores desapareceram” e “tudo se tinha tornado pó”, o rio tinha sido desviado e de castanho passara a “verde fluorescente”, a mina fizera buracos tão profundos que eram como as “antigas colinas mas ao contrário”. A exploração mineira abarcava os territórios dos seus antepassados, mas o acesso aos mesmos encontrava-se condicionado. De qualquer modo, devido à elevada contaminação do ar, da terra e da água, além de interditos, tais territórios também já não eram apropriados à vida. O progresso — ou, neste caso, a mera entrada na economia monetária através de um trabalho mal pago, mas pago não obstante — passara uma pesada factura.

Num processo análogo ao sucedido com Solwezi ou com outras cidades do Copperbelt zambiano, desde o início da exploração da mina de Lumwana que Manyama conheceu a expansão e concentração populacional. Alguns dos seus habitantes eram deslocados dos territórios que agora configuravam a mina — Wellington e Womba eram disso exemplo —, mas a maioria da nova população recém chegara de outras paragens, atraída pelas possibilidades económicas aventadas.

Durante o dia e durante a noite, os trabalhadores subiam e desciam ininterruptamente dos autocarros da companhia mineira. A exploração parecia não parar. Assim, em Manyama, sentado num banco corrido, propriedade do quiosque que marcava a paragem dos autocarros de Lumwana, pude observar o vaivém. O quiosque, que vendia cigarros e cerveja, que dava música alto e bom som a toda a população, era um ponto de encontro pré e pós laboral. Seria aí que viria a ter contacto com alguns dos trabalhadores da mina. Num desses dias, um experimentado mineiro, oriundo de Kitwe, Copperbelt, explicou-me a hierarquia espacial existente entre a comunidade trabalhadora. Enquanto zambiano, e caso possuísse o dinheiro suficiente, ele podia alugar ou comprar uma casa ou terra, podia viver normalmente em Manyama. Todavia, o mesmo não se passava com os demais habitantes. Com efeito, a

²⁰⁸ Segundo dados da Barrick Gold Corporation, multinacional canadiana que opera a mina de Lumwana, em 2014 foram extraídos cerca de 97 milhões de toneladas de cobre, sendo que se calcula que a mina ainda tenha mais cerca de 1510 milhões toneladas de cobre para oferecer. Outros minerais e metais — que não apenas cobre — são igualmente extraídos. Disponível em <http://www.barrick.com/operations/zambia/lumwana/> consultado em 1 Setembro 2015.

companhia mineira dispunha de uma série de *compounds*²⁰⁹, onde os trabalhadores imigrantes viviam em camaratas. Havia um *compound* onde viviam os “africanos” — essencialmente provenientes do Zimbabwe, da África do Sul, da RDC e de Moçambique —, e outro, onde viviam os “asiáticos” — na sua maioria provenientes da China, das Filipinas, do Bangladesh e do Vietname. Os *compounds* eram delimitados com arame farpado e a entrada e saída de pessoas amplamente controlada. Mas uma tal espacialização também encontrava expressão entre técnicos, engenheiros e *staff* da administração — maioritariamente provenientes do “mundo ocidental”, os denominados *expats*. No entanto, segundo o meu interlocutor de então, em franco contraste com os demais *compounds*, a “comunidade” dos *expats* possuía casas boas, amplos jardins e até — “dizia-se” — piscina. Não era um *compound*, era uma “comunidade”.

Após deixar Meheba pela segunda vez, em 2014, tomei conhecimento da proposta de criação de uma *Multi-Facility Economic Zone* (MFEZ — uma espécie de zona económica especial, com o respectivo parque industrial e plataformas de processamento²¹⁰). Ao que tudo indica, a MFEZ irá abranger a vila de Manyama, a exploração de Lumwana, e parte de Meheba. De acordo com o *Master Plan* já aprovado, o projecto virá a cobrir cerca de 35,000 Ha²¹¹ (equivalente a cerca de metade da área actual de Meheba, portanto), estando previsto que algumas das antigas infra-estruturas humanitárias de *Old Meheba* (Zona A, B e C), nomeadamente escolas e clínicas, venham a integrar o novo desenvolvimento. Perante tal cenário, além das populações de refugiados qualificados para a “integração local” que terão deixado as suas antigas casas e instalado na distante Zona H — ou não —, muito provavelmente também os habitantes que ainda resistem nas zonas centrais de Meheba serão deslocados de novo — ou “relocalizados”.

²⁰⁹ Em inglês, e especialmente na Zâmbia, o termo *compound* adquire vários significados: serve a denominar os bairros informais das periferias de Lusaka; pode referir um conjunto de edificações encerradas dentro de um dado perímetro; uma área militar, ou uma zona fabril. No entanto, o recurso ao termo *compound* no contexto de Lumwana lembra os *Migrant Worker Compounds* da África do Sul — uma estrutura criada no final do séc. XIX que albergava e controlava o fluxo de trabalhadores das minas de cobre, de diamantes, mais tarde de ouro, e que constituía uma das engrenagens do regime do *apartheid*. Para mais ver Roberts (1976) *Kimberley, turbulent city*.

²¹⁰ Definição completa e contornos da *Multi-Facility Economic Zone* (MFEZ) disponível em <http://www.zda.org.zm/?q=content/multi-facility-economic-zone-mfez> consultado em 1 de Setembro 2015.

²¹¹ *OECD Investment Policy Reviews: Zambia 2012*, OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development), 2012, disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-investment-policy-reviews-zambia-2012_9789264169050-en consultado em 1 de Setembro 2015.

*

No filme *Code 46* (2003) é-nos apresentado um futuro aparentemente distópico: o mundo encontra-se dividido entre os privilegiados que vivem “dentro”, em cidades de grande densidade, semi-fortificadas, e também altamente hierarquizadas; e os que vivem “fora”, que vivem fora das cidades ao qual chamam de “deserto” — o caos. Para viajar entre cidades são necessários *papelles* (documentos/autorizações) apenas acessíveis a alguns indivíduos, o controlo é apertado, a monitorização encontra-se omnipresente. A realidade ultrapassa a ficção; a compartimentação do mundo nunca foi tão evidente. Em *Un monde de camps* — obra que reúne contribuições de uma série de autores sobre diversas formas de campos, em múltiplas latitudes, com diferentes razões e objectivos — Michel Agier reflecte acerca da existência de uma “paisagem global de campos”: uma paisagem marcada por expressões de “extraterritorialidade”, “exclusão” e “excepção”, uma paisagem que emana “un sentiment d’un apartheid généralisé”, que dá conta de “l’encampment du monde” (2014:27).

Não restam dúvidas de que assistimos a uma crescente compartimentação de ideias, de conceitos, de categorias, de tempos e, sobretudo, do espaço — desdobrável e com várias escalas e sobreposições, constituindo a face mais visível de todo este processo. Com efeito, não se trata apenas das unidades socioespaciais anteriormente analisadas — como o campo, o mato, a cidade, a estrada, a fronteira, nem dos respectivos universos “rizomáticos” presentes na região sob escrutínio —; antes, há toda uma panóplia de definições e delimitações espaciais que elucidam acerca da compartimentação em curso, e cujo alcance transcende geografias e a mera reflexão espacial. Mundos numerados de um a três, países, continentes, federações, espaço internacional, águas nacionais e internacionais, comunidades económicas, parques industriais, zonas francas, grandes superfícies comerciais, *off-shores*, zonas marítimas exclusivas, zonas protegidas, parques florestais, parques naturais, reservas ecológicas, jardins zoológicos, florestas e respectiva biodiversidade em regime de *offset*, reservas indígenas, locais sagrados, zonas mineiras, terrenos agrícolas, estufas, pastagens, herdades, zonas urbanizadas e a urbanizar, espaços de circulação, campos de refugiados, campos de trabalhadores, *ghettos*, centros históricos, bairros camarários (ou sociais), bairros informais, *gated communities*, condomínios fechados, concessões e empreendimentos turísticos, zonas militares, zonas de testes — ou acidentes — nucleares, terras de “ninguém” e territórios de fronteira, territórios de exploração científica, lixeiras e aterros sanitários, zonas mortas, etc, são tudo expressões de escala e ordem díspar que informam acerca do processo de exacerbada

compartimentação.²¹² A delimitação de cada um destes espaços tem em comum o habitual anúncio dessa mesma delimitação, mais ou menos gritante: desde cartazes ou sinais, linhas na areia, minas anti-pessoais e trincheiras, muros e/ou arame farpado, mudança de moeda de troca ou a ausência completa de vida, e tantas outras formas mais ou menos *sui generis*. A fronteira permanece a form(ul)ação mais representativa de tal compartimentação — mas não a única. Em todo esta espiral adivinha-se um exercício constante entre decidir o quê, quem e como fica dentro ou fora; trata-se de decidir o que se pode cancelar, apagar, destruir, e o que se quer manter, cuidar, quiçá conservar — que a acontecer, frequentemente ocorre de forma questionável.

Num presente em que as várias possibilidades de mobilidade (mais literal ou geográfica, mas também numa óptica social vertical/horizontal e temporal, isto é, relacionada com a esperança média de vida e com a possibilidade de descendência) anunciam o seu auge, nunca o seu simétrico foi tão evidente. Nunca os “dispositivos” de imobilização foram tão refinados, afinados, afiados. E em todo este processo a agorafobia emerge como sintoma transversal. A agorafobia surge de forma pandémica — medo do espaço público, medo da assembleia, medo de espaços abertos, medo de pessoas, medo da multidão, ansiedade. Medo do medo. E lembre-se as hordas de refugiados que têm como horizonte a segurança de uma Europa que “teme” pela sua segurança. E quem sabe se a segurança providenciada pela “Europa” não passa de uma quimera, e o horizonte desejado se inverte e passe, no entretanto, a ser outro.

Cartografia exacerbada. Apartheid generalizado. Compartimentação levada ao “limite”.

Mas não serão estas circunstâncias a face — causa e consequência — do *Antropoceno*? — sendo o *Antropoceno* um conceito ainda em elaboração que surge da tentativa em denominar uma nova era geológica pautada pela interferência humana sem precedentes nos ecossistemas, com influência no clima e derivada da transformação da superfície do planeta. Os efeitos e processos antropogénicos, além da extinção em massa de espécies animais e vegetais, têm tido como resultado — e/ou têm sido resultantes de — uma paralela alteração da

²¹² Um tal processo encontra óbvio paralelo no que diz respeito à fauna. Pense-se nas barragens, em que os peixes não podem subir e desovar; nas auto-estradas que interrompem caminhos e corredores de certos mamíferos; as instalações de energia eólica ou as antenas de emissão de frequências de vários espectros que perturbam e interrompem os percursos migratórios de certas aves; as barreiras mais ou menos invisíveis de pesticidas que delimitam a passagem — e limitam a existência — de abelhas e outros insectos essenciais.

paisagem, em que a destruição, a delimitação, a compartimentação, constitui uma das suas expressões mais visíveis.²¹³

À antropologia, “disciplina intersticial”, “resistente à compartimentação e à territorialização” (Crapanzano 2004:5), resta enfrentar-se ao “muro” — bem visível do espaço sideral, robusto de forma a bloquear qualquer movimento, alto o suficiente para não deixar perscrutar qualquer horizonte. Quiçá o muro constitua a figura mais emblemática da nossa era, o *Antropoceno*.

²¹³ Desde os anos de 1980 que o termo *Antropoceno* se tem vindo a popularizar entre a comunidade científica; primeiro entre disciplinas como a química, a geologia ou a biologia, e, mais recentemente, entre as ciências sociais e as humanidades, como é o caso das ciências políticas, da sociologia, da filosofia ou da antropologia. O início desta era encontra-se ainda em fase de discussão, estando indiscutivelmente relacionado com o momento em que a actividade humana começou a ter um impacto significativo nos ecossistemas do planeta. O advento da agricultura, há cerca de 14,000 anos, a Revolução Industrial do final do século XVIII, ou os primeiros testes nucleares em Trinity (EUA) são possíveis marcos do início do *Antropoceno*. A este respeito destaco o projecto AURA — Aarhus University Research on the Anthropocene; ou ainda a proposta de Bruno Latour (2014) “Anthropology at the Time of the Anthropocene - a personal view of what is to be studied”, comunicação apresentada na American Association of Anthropologists, Washington (EUA) 2014, disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/139-AAA-Washington.pdf> consultado a 30 Agosto 2015.



Fig. 33 - *Wisha Wisha Guesthouse* - Manyama (2012)

Bibliografia

Agamben, Giorgio

2006. *Qu'est-ce qu'un dispositif*, Payot&Rivages: Paris.

1995. *Homo sacer: Il potere sovrano e la nuda vita*, Torino: Giulio Einaudi

Ager, A., Ager, W. & Long, L.

1995 "The Differential Experience of Mozambican Refugee Women and Men", *Journal of Refugee Studies* 8(3), pp. 265-287

Agier, Michel

2014. *Un Monde de Camps*, Paris: La Découverte

2013. *La condition cosmopolite. L'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire*, Paris: La Découverte

2012. "Penser le sujet, observer la frontière. Le décentrement de l'anthropologie", *L'Homme* 203-204, pp.51-75

2011[2008]. *Managing the undesirables: Refugee camps and Humanitarian Government*, Cambridge: Polity, pp. 63-70

2004. *La sagesse de l'anthropologue*, Paris : l'Oeil neuf éditions

2003. "La main gauche de l'empire. Ordre et désordres de l'humanitaire", *Multitudes* 2003/1 (11), pp. 67-77

2002. "Between war and city: Towards an urban anthropology of refugee camps", *Ethnography* 3, pp. 317-341

1997. *Anthropologues en danger. L'engagement sur le terrain*, Paris: J.M. Place

Agualusa, José Eduardo

2014. *A Rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo* Lisboa: Quetzal

Allibert, Claude

2000. "Des cauris et des hommes. Réflexion sur l'utilisation d'une monnaie-objet et ses itinéraires", in Allibert C. & Rajaonarimanana N. (eds), *L'extraordinaire et le quotidien, variations anthropologiques*, Paris, Karthala, pp. 57–79

Almeida, Miguel Vale de

2000. *Um mar cor da terra: "raça", cultura e política de identidade*, Oeiras: Celta

Amaral, Ilídio

1975. *Contribuição para o conhecimento da urbanização em Angola*, Separata de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia: Lisboa 13(25)

Anderson, Benedict

2006 [1983], *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Revised Edition). London: Verso

Anderson, Malcolm

1996. *Frontiers: Territory and state formation in the modern world*, Cambridge: Polity Press

Appadurai, Arjun

2013. *The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition*, London/New York: Verso

1996. *Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis/London: University of Minnesota Press

1986. "Theory in Anthropology: Center and Periphery", *Comparative Studies in Society and History* 28(2) pp. 356-361

Arendt, Hannah

1993. "Was ist Politik? Fragmente aus dem Nachlass", München/Zürich: Hrsg. von Ursula Ludz, Piper

Atkinson, P. & Hammersley, M.

1995[1983], *Ethnography: Principles in Practice*, London/New York: Routledge

Asad, Talal

1973. *Anthropology and the colonial encounter*. London: Ithaca Press

Asiwaju, Anthony

1985. *Partitioned Africans: Ethnic Relations Across Africa's International Boundaries 1884-1984*, Lagos: Lagos University Press.

Auerbach, Jess

2010. "Flowing into the State: Returning refugee youth and citizenship in Angola", *Refugee Studies Centre Working Paper - 68*, University of Oxford

Augé, Marc

1992. *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris: Éditions du Seuil

1975. *Théorie des pouvoirs et idéologie. Etude de cas en Côte d'Ivoire*, Paris: Hermann

Bahu, Helder

2014. *Os Profetas e a Cura Pela Fé. Um Estudo Antropológico da Igreja Jesus Cristo Salvador do Lubango*, Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE-IUL

Bakewell, Oliver

2012. "Moving from war to peace in the Zambia–Angola borderlands", *International Migration Institute, Working Papers Series 63*, University of Oxford

2007. "The meaning and Use of Identity Papers: handheld and heartfelt nationality in the borderlands of North-West Zambia, International Migration Institute", *Refugee Studies Centre Working Paper*, University of Oxford

2002. "Returning Refugees or Migrating Villagers? Voluntary Repatriation Programmes in Africa Reconsidered" *Refugee Survey Quarterly*, 21(1&2)

2000. "Repatriation and Self-Settled Refugees in Zambia: Bringing Solutions to the Wrong Problems", *Journal of Refugee Studies* 13(4), pp. 356-373

1996. "Repatriation for Angolan Refugees: Going Home or leaving it?", Paper apresentado em African Studies Association, UK, Biennial Conference University of Bristol 9-12 Setembro 1996

Balibar, Étienne

2002. "What is a border?" in *Politics and the Other Scene*, London & New York: Verso, pp. 75-86

Bardenstein, C. B.

1999. "Trees, forests, and the shaping of Palestinian and Israeli collective memory", in Bal, M. Crewe, J. & Spitzer, L. (eds) *Acts of memory*, Hannover/London, pp. 148-68

Barth, Fredrik

1969. "Introduction", in Barth, F. (ed) *Ethnic Groups and Boundaries: the Social Organization of Culture Difference*, Oslo: Universitetsforlaget

Bastos, Cristina

2008. "Migrants, Settlers And Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies". *International Migration* 46(5), pp. 27-54

Batalha, Fernando

1950. *A urbanização de Angola*, Luanda: Edição do Museu de Angola

Bauman, Zygmunt

2004. *Wasted Lives. Modernity and its Outcasts*, Cambridge: Polity Press

2000. *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press

1998. *Globalization: The Human Consequences*, New York: Columbia University Press

Bazin, Jean

1996. "Interpréter ou décrire. Notes critiques sur la connaissance anthropologique", in Revel, J. & Wachtel, N. (eds), *Une École pour les sciences sociales*, Paris: Cerf-Éditions de l'EHESS, pp. 401-420

Bender, Barbara

1993. "Introduction: Landscape — Meaning and Action", in Bender, B. (ed) *Landscape: Politics and Perspectives*. London: Berg, pp. 1-18

Bender, Gerald J.

2009 [1978]. *Angola sob domínio português: Mito e realidade*, Luanda: Editorial Nzila

1978 *Angola Under the Portuguese: the Myth and the Reality*. London: Heinemann.

Bhabha, Homi

1990. *Nation and Narration*, Oxon/New York: Routledge, pp. 1-7; 291- 322

Benjamin, Walter

2007[1969]. *Illuminations: Essays and Reflections*, London: Pimlico

Birkeland, Nina M.

2000. "Forced migration and *deslocados* in the Huambo Province, Angola." *Norsk Geografisk Tidsskrift Norwegian Journal of Geography* 54, pp. 110–115

Birmingham, David

2006. *Empire in Africa: Angola and its neighbors*, Athens: Ohio University Press

2000. *Trade and Empire in the Atlantic, 1400-1600*, London/New York: Routledge

1999. *Portugal and Africa*. New York: Palgrave

1994[1981]. *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic*, Cambridge: Cambridge University Press

1966. *Trade and Conflict in Angola*, Oxford: Clarendon Press

1965. *The Portuguese Conquest of Angola*, London/New York: Oxford University Press,

de Boeck, Filip

2001. "Garimpeiro worlds: digging, dying & 'hunting' for diamonds in Angola", *Review of African Political Economy*, 28 (90), pp.549-562

2000. "Borderland Breccia: The Mutant Hero in the Historical Imagination of a Central-African Diamond Frontier", *Journal of Colonialism and Colonial History* 1(2), pp. 1-44

Bohannon, Laura

1966. "Shakespeare in the Bush. An American anthropologist set out to study the Tiv of West Africa and was taught the true meaning of Hamlet", *Natural History* 75, pp.28–33

Boltanski, Luc

2007 [1993]. *La souffrance à distance*, Paris: Gallimard

Borovski, Robert

2007. "Defining Public Anthropology: A personal perspective.", disponível em <http://www.publicanthropology.org/public-anthropology/> consultado a 10 de Junho 2015

Bourdieu, Pierre

1994. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil

1980. *Le sens pratique*, Paris: Les Editions de Minuit

1979. *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Les Editions de Minuit
2000 [1972]. *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris: Editions du Seuil

Bourgois, Phillippe

1990. "Confronting Anthropological Ethics: Ethnographic Lessons from Central America", in *Journal of Peace Research* 27(1), pp.43-54

Brachet, Julien

2007. *Un désert cosmopolite. Migrations de transit dans la région d'Agadez (Sahara nigérien)*, thèse de doctorat, département de géographie, Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris

Brambilla, Chiara

2015. "Exploring the Critical Potential of the Borderscapes Concept", *Geopolitics* 20:1, 14-34

2009. "Borders: paradoxical structures between essentialization and creativity", *World Futures* 65, pp. 582-588.

2007. "Borders and Identities/Border Identities: The Angola-Namibia Border and the Plurivocality of the Kwanyama Identity", *Journal of Borderlands Studies* 22(2), pp.21-38

Bridgeland, Fred

1988. *Jonas Savimbi: A Key to Africa*, London: Hodder & Stoughton

Brinkman, Inge

2009. "Chapter 10: Landscape and nostalgia. Angolan refugees in Namibia remembering home and forced removals" in Bollig, M. & Bubbenzer, O. (eds), *African Landscapes. Interdisciplinary Approaches*, Heidelberg: Springer, pp. 275-296.

2008. "Refugees on Routes: Congo/Zaire and the War in Northern Angola (1961-1974)" in Heintze, B. & von Open, A. (eds), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History/Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt: Lembeck, pp.198-220

2004. "Language, Names, and War: The Case of Angola", *African Studies Review*, 47 (3), pp. 143-163

2003. "War and Identity: two case-studies", *Lusotopie* 2003, pp. 195-221

2003b. "War, Witches and Traitors: Cases from the MPLA's Eastern Front in Angola (1966-1975)", *The Journal of African History*, 44 (2), pp. 303-325

2000. "Ways of Death: Accounts of Terror from Angolan Refugees in Namibia", *Africa* 70 (1), pp.1-24

1999. "Violence, exile and ethnicity: Nyemba Refugees in Kaisosi and Kehemu (Rundu, Namibia)", *Journal of Southern African Studies* 25 (3), pp. 417-439

Brinkman, Inge & Alessi, Silvia

2009. "Chapter 7: From "lands at the end of the earth" to "lands of progress"? Communication and mobility in South-Eastern Angola", in Fernández-Ardèvol, M. & Híjar, A. R. (eds),

Communication Technologies in Latin America and Africa: A multidisciplinary perspective, Barcelona: IN3, pp.193- 220

de Bruijn, Mirjam; **van Dijk**, Rijk & **Foeken**, Dick

2001. "Mobile Africa: an Introduction" in de Bruijn, Mirjam; van Dijk, Rijk; Foeken, Dick (eds) *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa ad Beyond*, Leiden/Boston: Brill, pp.1-8

Cabrita, Carlos L. Antunes

1954. *Em terras de luenas: Breve estudo sobre sobre os usos e costumes da tribo luena*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar

Caldeira, Arlindo M.

2015. "Escravos e forros na população de Luanda no século XVII", comunicação apresentada no âmbito do colóquio *Histórias da Escravatura*, organizado por Diogo Ramada Curto, Biblioteca Nacional, 24 e 25 de Setembro 2015

2007. "Os jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e 'escrúpulos de consciência' ", Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Org.). *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, Porto: Campo das Letras, pp.47-82

Camus, Albert

1960 [1947]. *The Plague*, London: Penguin

Candea, Matei

2007. "Arbitrary locations: in defence of the bounded field-site", *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 13(1), pp. 167-184

Caplan, Gerald L.

1968. "Barotseland: The Secessionist Challenge to Zambia", *The Journal of Modern African Studies* 6(3), pp.343-360

Casey, Edward S.

1996. "How to get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena" in Feld, S. & Basso, K. (eds), *Senses of Place*, Santa Fe: School of American Research Press, pp. 13-51

Cassanelli, Lee V.

1987. "The distant Frontier as Refuge - Social Construction on the Somali Frontier: Bantu Former Slave Communities in the Nineteenth Century" in Kopytoff, Igor (ed.) *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies* Bloomington: Indiana University Press, pp. 214-238

Castelo, Cláudia.

1998. *'O modo português de estar no mundo': o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1931-1961)*, Porto: Edições Afrontamento

de Certeau, Michel

1990 [1980]. *L'Invention du quotidien vol.1 Arts de faire*, Paris: Gallimard

Chabal, Patrick

2007, "E Pluribus Unum: Transitions in Angola" in Chabal & Vidal (eds), *Angola: The Weight of History*, London: Hurst, pp. 1-18

Chabal, Patrick & **Daloz**, Jean-Pascal

1999. *Africa works: Disorder as political instrument*, Oxford: James Currey

Chabal, Patrick & **Vidal**, Nuno

2007. *Angola: The Weight of History*, London: Hurst

Chambers, Robert

1983. *Rural Development, Putting the Last First*, London: Longman

1979. 'Rural refugees in Africa: What the eye does not see', in *Disasters* 3(4), pp. 381–392

Chanda, Raban

1995. 'The environmental impact of settled Refugees: The case of Meheba', in Nsolo, Mijere (ed.) *African Refugees and Human Rights in Host Countries*, New York: Vantage Press

Childs, G.M.

1949. *Umbundu Kinship and Character*, London

Clarence-Smith, William G.

1983. 'Capital Accumulation and Class Formation in Angola', in, Birmingham, D. & Martin, P: (eds) *History of Central Africa Vol II*, London: Longman, pp.163-199.

1979. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola 1840-1926*. Cambridge: Cambridge University Press.

Clark, J. Desmond

1963. *Prehistoric Cultures of Northeast Angola and Their Significance in Tropical Africa*, 2 vols., Lisboa

Clifford, James

1997. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge (MA): Harvard University Press

1992. "Traveling Cultures," in Grossberg, L., Nelson, C., & Treichler, P. (eds), *Cultural Studies*, London: Routledge, pp. 96-116

1988. *The predicament of Culture: twentieth century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge, MA:Harvard University Press
1986. 'Introduction: Partial Truths', in Clifford & Marcus (eds), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* California: University of California Press, pp. 1-26
 — "On ethnographic allegory", idem, pp. 98-121
- Clifford, James & Marcus, George E.**
 1986. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, California: University of California Press
- Coates, Timothy J.**
 1998. *Degradados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português.1550-1755*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- Cohen, Anthony P.**
 1986. *Symbolic Boundaries: Identity and Diversity in British Culture*. Manchester: Manchester University Press.
- Coleman, Simon**
 2011. *Multi-sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*, London: Routledge
- Collelo, T. (ed.)**
 1991. *Angola: a country study*, Federal Research Division, Library of Congress, US
- Comaroff, John**
 2010. "The End of Anthropology, Again: On the Future of an In/Discipline". *American Anthropologist*, 112 (4), 524–538
- Comaroff John, & Comaroff, Jean**
 2012. *Theory from the South: Or, How Euro-America Is Evolving Toward Africa*. London: Paradigm Publishers
- Connerton, Paul**
 1999 [1989]. *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora
 2009. *How Modernity Forgets*, Cambridge: Cambridge University Press
- Cooper, E. & Pratten, D.**
 2015. "Ethnographies of Uncertainty in Africa: An Introduction", in Cooper, E. & Pratten, D. (eds.) *Ethnographies of Uncertainty in Africa*, New York: Palgrave Macmillan, pp.1-16

Cosgrove, Daniel

1993. "Landscape and Myths, Gods and Humans", in Bender, B. (ed) *Landscape: Politics and Perspectives*. London: Berg, pp. 281-303

Costa, Emilia Viotti da

1985. "The Portuguese-African Slave Trade: A Lesson on Colonialism", *Latin American Perspectives*, 12(1), *Latin America's Colonial History*, pp. 41-61

Cramer, Christopher

2006. *Civil War is not a Stupid Thing: Accounting for Violence in Developing Countries*. London: Hurst & Co

Crapanzano, Vincent

2010. "In the Heart of the Discipline" in Davies, J. & Spencer, D. (eds.), *Emotions in the field: The Psychology and Anthropology of Fieldwork Experience*, Stanford: Stanford University Press, pp. 55-78

2004. *Imaginative Horizons: An essay in Literary-Philosophical Anthropology*. Chicago / Londres: The University of Chicago Press.

Cresswell, Tim

2013. *Geographic Thought: A Critical Introduction*, Malden/Oxford: Wiley-Blackwell

2006. *On the move: Mobility in the Modern Western World*. London/New York: Routledge

Cruz, Maria A. L.

1993. "As andanças de um degredado em terras perdidas: João Machado". *Mare Liberum* 5, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 39-47

Daniel, E. Valentine & Knudsen, J. Chr (eds.)

1995. *Mistrusting Refugees*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press

Das, Veena & Poole, Deborah

2001. *Anthropology at the margins of the state*, Oxford: James Curry

Davies, Charlotte A.

1999. *Reflexive Ethnography: A guide to researching selves and others*, London/New York: Routledge

Davies, J.

2010, "Introduction: Emotions in the Field" in Davies, J.& Spencer, D. (eds.), *Emotions in the field: The Psychology and Anthropology of Fieldwork Experience*, Stanford: Stanford University Press, pp. 1-34

Davies, J. & Spencer, D. (eds.)

2010, *Emotions in the field: The Psychology and Anthropology of Fieldwork Experience*, Stanford: Stanford University Press

Deleuze, G. & Guattari, F.

1972, *Capitalisme et Schizophrénie 1.L'Anti-Œdipe*, Paris: Minuit

Dembour, Marie-Bénédicte

2000. *Recalling the Belgian Congo Conversations and Introspection*, London/New York: Berghahn Books

Dias, Jill

1998, "Angola", in Alexandre, Valentim, Jill Dias (eds), *O Império Africano 1825-1890, Nova Expansão Portuguesa* vol. X, Lisboa: Estampa

van Dijk, Han, Foeken, Dick & van Til, Kiky

2001. "Population Mobility in Africa: An Overview" in de Bruijn, Mirjam; van Dijk, Rijk; Foeken, Dick (eds), *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa ad Beyond*, Leiden/Boston: Brill, pp. 9-26

Dobler, Gregor

2010. "On the border to chaos: Identity formation on the Angolan-Namibian border 1927-2008, *Journal of Borderland Studies* 25(2), pp. 22-35

Donnan, H. & Wilson, T. M.

1999. *Borders, Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford/New York: Berg

Douglas, Mary

1966. *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*, London/New York: Routledge

Duffy, James

1967. *A question of Slavery*, Oxford: Clarendon Press

Edwards, A. C.

1962. *The Ovimbundu under Two Sovereignties : A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola*. London/Ibadan/Accra: Oxford University Press

Eidheim, Harold

1969. "When Ethnic Identity is a Social Stigma" in Barth, F. (ed) *Ethnic Groups and Boundaries: the Social Organization of Culture Difference*, Oslo: Universitetsforlaget

Fabian, Johannes

2002[1983]. *Time and the Other: how anthropology makes its object*, New York: Columbia University Press

1998. *Moments of Freedom: Anthropology and Popular Culture*, Charlottesville: The University Press of Virginia

Falzon, Mark-Anthony (ed.)

2009. *Multi-sited ethnography: theory, praxis and locality in contemporary research*. Ashgate publishing. Surrey, England

Faret, Laurent

2004. "Pratiques de mobilité, transport et acteurs transnationaux dans le champ migratoire Mexique-États-UNIS", *Autrepart* 34(4), pp. 149-167

Farrell-Rober, Janine

2007. *Glitter & Greed: The Secret World of the Diamond Cartel*, London: Virgin Books

Feher, M., Mckee, Y., & Krikorian, G. (eds)

2007. *Nongovernmental Politics*, Cambridge (MA): MIT Press

Feld, S. & Basso, K. H. (eds)

1996. *Senses of Place*. Santa Fe (NM): School of American Research Press

Ferguson, James

2005. "Seeing Like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa", *American Anthropologist*, 107 (3), 377-382

1999. *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press

1994. *The Anti-Politics Machine. "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. University of Minnesota Press, Minneapolis

Florêncio, Fernando

2010. "No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M'Balundu e o Estado Angolano" in (Florêncio et al) *Vozes do Universo Rural: Reescrevendo o Estado em África*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos/ISCTE-IUL & Gerpress. 2010

Flynn, D. K.

1997. "'We Are the Border': identity, exchange, and the state along the Benin-Nigeria border", *American Ethnologist*, 24 (2): 311-330

Foley, Conor

2007. "Land rights in Angola: poverty and plenty", *Humanitarian Policy Group Working Paper, Overseas Development Institute*, Disponível em <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4170.pdf>

Fonseca, Ana Sofia

2009, *Angola, Terra Prometida*, Lisboa: Esfera dos Livros

Fonte, Maria Manuela

2007. *Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura

Foucault, Michel

1994. *Dits et Écrits*, vol. 4 : 1980-1988, Paris, Gallimard

1979. "Naissance de la biopolitique - résumé du cours au Collège de France, Annuaire du Collège de France, 79e année, Histoire des systèmes de pensée, 1978-1979"; *Dit et écrits*. Vol. III, Paris: Gallimard

2006[1975]. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*, Paris: Gallimard

1967. *Des Espaces Autres*, disponível em <http://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heterotopia.en.html>

Freyre, Gilberto

1960. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

1933. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt

Galvão, Henrique,

1959. "Intervenção antes da Ordem do Dia 9 de março de 1949," *Diário das Sessões* nº171

Galvão, Henrique, & Selvagem, Carlos

1952-53. *Império Ultramarino Português*, 4 vols., Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade

Geertz, Clifford

1993 [1973]. *The interpretation of cultures: Selected Essays*, New York: Basic Books

1977. "From the native's point of view": On the nature of anthropological understanding', in Dolgin, Kemnitzer & Schneider (eds) *Symbolic anthropology: A reader in the study of symbols and meanings*, New York: Columbia University Press

van Gennep, Arnold

1908. *Les Rites de Passage*

de Geoffroy, Agnès

2014. "Khartoum (Soudan): Le sort des déplacés et la transformation des camps après l'indépendance du Soudan su Sud", in Agier, M. (eds.) *Un Monde de Camps*, Paris: La Découverte, pp. 255-267

Geschiere, Peter & Gugler, Josef

1998. "The urban-rural connection: changing issues of belonging and identification", *Africa* 68(3), 309–319;

Geschiere, Peter & Nyamnjoh, Francis

2001. "Capitalism and autochthony: the seesaw of mobility and belonging", in J. & J Comaroff (eds), *Millennial capitalism and the culture of neoliberalism*, Durham and London: Duke University Press, 159–190

Gluckman, Max

1951. "The Lozi of Barotseland in North-Western Rhodesia" in Colson, E. & Gluckman, G. (eds.) *Seven Tribes of British Central Africa*, Oxford University Press, London for Rhodes-Livingstone Institute;

1963. "Civil war and theories of power in Barotseland: African and medieval analogies", *Yale Law Journal*, 72(8), pp. 1515-1546;

1967. *The Judicial Process among the Barotse of Northern Rhodesia*, Manchester: Manchester University Press

Gow, Peter

1995. "Land, People, and Paper in Western Amazonia," in Hirsch & O'Hanlon (eds) *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Space and Places*, Oxford:Clarendon, pp.43-62

Greenhouse, C. J., Mertz, E. & Warren, K. B. B. (eds)

2002. *Ethnography in Unstable Places: Everyday Lives in Contexts of Dramatic Political Change*, Duke University Press Books

Grenfell, Frederik J.

1998. *History of the Baptist Church in Angola, 1879-1975*, tese não publicada, BMS archives, Th87A 1998

Guerreiro, Manuel Viegas

1968. *Bochimanés de Angola: !Khu: estudo etnográfico*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar

1997. *Povo, Povos e Culturas*, Lisboa: Edições Colibri

Gupta, Akhil & Ferguson, James

1997. *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkley/Los Angeles: University of California Press

1992. " Beyond 'Culture': Space, Identity, and the Politics of Difference, *Cultural Anthropology*, 7 (1), pp. 6-23

Halbwachs, Maurice

1992 [1950]. *On Collective Memory*, Chigado/London: The University of Chicago Press

Hambly, W.D.

1934. *The Ovimbundu of Angola*, Chicago: Field Museum of Natural History

Hammond, Laura

2004. *This Place will become Home: Refugee Repatriation to Ethiopia*, Ithaca/London: Cornell University Press

Hannerz, Ulf

2003. "Being there... and there... and there!: Reflections on Multi-Site Ethnography", *Ethnography* 4(2), pp. 201-216

1997. "Borders", *International Social Science Journal* 154, pp. 537-548

Hansen, Art

1990. 'Refugee Self-settlement versus settlement on Government Schemes: The long-term consequences for security, integration and economic development of Angolan Refugees in Zambia', UNHCR

1979a. "Once the Running Stops: Assimilation of Angolan Refugees into Zambian Border Villages", *Disasters*, 3(4), pp.369-374

1979b. "Managing Refugees: Zambia's response to Angolan Refugees 1966-1977" *Disasters*, 3(4), p.375-380

Harrell-Bond, Barbara

1986. *Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees*, Oxford: Oxford University Press

Harrell-Bond, Barbara, & Voutira, Eftihia

1992. "Anthropology and the Study of Refugees", *Anthropology Today* 8(4), pp. 6-10

Harris, Marvin

1976. "History and Significance of the Emic/Etic Distinction", *Annual Review of Anthropology*, (5), pp. 329-350

Heidegger, Martin

1971. *Poetry, Language, Thought*, New York: Harper & Row

Heintze, Beatrix

2007. *Angola nos séculos XVI e XVII*, Luanda: Kilombelombe

Heintze, Beatrix, & von Oppen, Achim,

2008. *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History/Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main: Lembeck

Henderson, L.W.

1978. *Angola: Five Centuries of Conflict*. Ithaca/London: Cornell University Press

Henriques, Isabel Castro

2004. *Território e identidade : a construção da Angola colonial (c. 1872-c. 1926)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa

de Heusch, Luc

1982. *Rois nés d'un cœur de vache. Mythes et rites bantous II*, Paris: Gallimard

1972. *Le roi ivre et ou l'origine de l'État. Mythes et rites bantous I*, Paris: Gallimard

1961. *A la découverte des Tziganes: Une expédition de reconnaissance*, Bruxelles, Université libre de Bruxelles, Institut de Sociologie

Heywood, Linda M.

2000. *Contested Power in Angola, 1840s to the present*. Rochester NY: University of Rochester Press

1998. "Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola", *Journal of Modern African Studies* 36 (1), 139-67

1989. "Unita and Ethnic Nationalism in Angola", *Journal of Modern African Studies*, 27(1): 61

Heywood, Linda & Thornton, John K.

2007. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1580-1660*, Cambridge: Cambridge University Press

Hirsch, Eric

1995. "Landscape: Between Space and Place" in Hirsch, E. & O'Hanlon, M. (eds), *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Space and Places*, Oxford:Clarendon

Hirsch, E. & O'Hanlon, M. (eds),

1995. *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Space and Places*, Oxford:Clarendon

Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence

1983. *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press

Hoffman, P. J., & Weiss, T. G.

2006. *Sword & Salve: Confronting New Wars and Humanitarian Crises*, Oxford: Rowman and Littlefield Publishers

Hoornweg, Daniel & Pope, Kevin

2014. "Socioeconomic Pathways and Regional Distribution of the World's 101 Largest Cities", *Global Cities Institute*, Working Paper n.04 disponível em http://media.wix.com/ugd/672989_62cfa13ec4ba47788f78ad660489a2fa.pdf

Horst, Cindy

2006. *Transnational Nomads: How Somalis Cope with Refugee Life in the Dadaab Camps of Kenya*, New York: Berghahn Books

Huysen, A.

1995. *Twilight memories: Marking Time in a Culture of Amnesia*, London: Routledge

Hyndman, J.

2000. *Managing displacement. Refugees and the politics of humanitarianism*, Minneapolis: University Press

Ingold, Tim

2009. "Against Space: Place, Movement, Knowledge", in Kirby, P. W. (ed) *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*, New York: Berghahn Books

2000. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*, London/ New York: Routledge

Isichei, Elizabeth Allo

1997. *A History of African Societies to 1870*, Cambridge: Cambridge University Press

Jackson, M.

2010. "From Anxiety to Method in Anthropological Fieldwork: An Appraisal of George Devereux's Enduring Ideas", in Davies, J. & Spencer, D. (eds.), *Emotions in the field: The Psychology and Anthropology of Fieldwork Experience*, Stanford: Stanford University Press, pp. 35-54

Jacobsen, K., & Landau, L.

2003. "The Dual Imperative in Refugee Research: Some Methodological and Ethical Considerations" in *Disasters*, 27(3), pp. 185-206

James, Wendy

1973. "The Anthropologist as Reluctant Imperialist", in Asad, Talal (ed.) *Anthropology and the Colonial Encounter*, New York: Humanities Press, pp. 41-69

Jansen, Bram J.

2014. "Kakuma (Kenya): Le camp dans l'économie de la ville, de la région et du monde", in Agier, Michel (ed.), *Un Monde de Camps*, Paris: La Découverte

Johnson-Hanks, Jennifer

2002. "On the Limits of Life Stages in Ethnography: Toward a Theory of Vital Conjunctions", *American Anthropologist* 104(3): 865-880

Katzenellenbogen, Simon

1996. 'It didn't happen at Berlin: Politics, Economics and Ignorance in the setting of Africa's Colonial Boundaries", in Nugent, P. & Asiwaju, A.I. (eds) *African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities*, London: Pinter, pp. 21-34

Keese, Alexander

2006. *Living with Ambiguity, Integrating an African Elite in French and Portuguese Africa, 1930-61*, München: Martin-Behaim-Preis

Khotari, Uma

2005. *A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and Ideologies*, London: Zed Books Ltd

Kibreab, Gaim

2003. "Citizenship Rights and Repatriation of Refugees", *International Migration Review*, 37(1), pp. 25-73

1999. "Revisiting the Debate on People, Place, Identity and Displacement", *Journal of Refugee Studies* 12(4), 384-410

1996. "Eritrean and Ethiopian Refugees in Khartoum: What the Eye Refuses to See", *African Studies Review* 39 (3), pp.131-178

1989. 'Local Settlements in Africa: A misconceived option?', in *Journal of Refugee Studies* 2/4

Kirby, Peter Wynn

2009. "Chapter 1, Lost in 'Space': An Anthropological Approach to Movement?", in Kirby (ed.), *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*, Berghan Books, pp. 1-28

Knudsen, J. Chr.

1995. "When trust is on trial. Negotiating refugees narratives", in E. Valentine Daniel & J. Chr Knudsen (eds) *Mistrusting Refugees*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, pp. 13-35

Kopytoff, Igor

1987. *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*, Bloomington: Indiana University Press

Kovats-Bernat, J.C.

2002. "Negotiating Dangerous Fields: Pragmatic Strategies for Fieldwork Amid Violence and Terror", *American Anthropologist*, New Series, (Mar., 2002) 104(1) , pp. 208-222

Kuchler, Susanne

1993. "Landscape as Memory: The Mapping of Process and its Representation in a Melanesian Society", in Bender, B. (ed) *Landscape: Politics and Perspectives*. London: Berg, pp. 85-106

Latour, Bruno

2014. "Anthropology at the Time of the Anthropocene — a personal view of what is to be studied", comunicação apresentada na American Association of Anthropologists, Washington (EUA), disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/139-AAA-Washington.pdf>

Lassailly-Jacob, Véronique

1993. "Refugee-Host Interactions: A Field Report from the Ukwimi. Mozambican Refugee Settlement, Zambia", *Refuge* 13(6) (October 1993), pp.24-27

Lee, Jo & Ingold, Tim

2006. "Fieldwork on Foot: Perceiving, Routing, Socializing", in *Locating the field: space, place and context in anthropology*, Coleman, Simon, and Collins, Peter (eds), Oxford/New York: Berg, pp. 67-86

Lévi-Strauss, Claude

2009. Les Mythologiques (Coffret 4 volumes), Paris: Plon
1983 [1977]. *L'Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, professeur au Collège de France, 1974-1975*, Paris: Grasset et Fasquelle, Quadrige/PUF
1948. *Les Structures élémentaires de la parenté*, Paris: PUF

Loiseau, Yves, & de Roux, Pierre-Guillaume

1987. *Portrait d'un Révolutionnaire en Général: Jonas Savimbi*, Paris: La Table Ronde

Lombard, Jérôme & Steck, Benjamin

2004. "Quand le transport est d'abord un lieu!", *Autrepart* 32(4), pp.3-19

Lonsdale, John

2000. "Agency in tight corners: narrative and initiative in African history", *Journal of African Cultural Studies* 13(1), pp.5-16.

Luig, Ute, & von Oppen, Achim

1997. "Landscape in Africa: process and vision. An introductory essay." *Paideuma* 43, pp. 7-45

Malaquias, Assis

2007. *Rebels and Robbers: Violence in Post-Colonial Angola*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

Malkki, Liisa. H.

1996. "Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization", *Cultural Anthropology* 11(3), pp. 377-404.

1995a. *Purity and Exile: Violence, Memory and National Cosmology Among Hutu Refugee in Tanzania* (Chicago: Chicago University Press, 1995).

1995b. "Refugees and Exile: From 'Refugee Studies' to the National Order of Things" *Annual Review of Anthropology* 24, pp. 495-523

1992. "National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees", *Cultural Anthropology* 7(1), pp. 24-44

Marcum, J.A.

1978. *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Cambridge (MA): MIT Press

1969. *The Angolan Revolution Volume I: The anatomy of an explosion (1950-1962)*, Cambridge (MA): MIT Press

Marcus, George E.

2005. "Multi-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About It Now" in: *Problems and Possibilities in Multi-sited Ethnography Workshop, 27-28 June 2005*, University of Sussex. Não publicado, disponível em <http://eprints.ncrm.ac.uk/64/1/georgemarcus.pdf>

1995. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography" in *Annual Review of Anthropology* 24, pp. 95-117

Marfleet, Philip

2008. "Forgotten by History: Refugees, Historians and Museums in Britain", in Goodnow, K., Lohman, J., Marfleet, P (eds) *Museums, the Media and Refugees Stories of Crisis, Control and Compassion*, New York/Oxford: Berghahn Books

Marques, Rafael

2011. *Diamantes de Sangue. Corrupção e tortura em Angola*, Lisboa: Tinta da China

Marques, João Pedro

2004. *Portugal e a Escravatura dos Africanos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Massey, Doreen

1994. "Double articulation: A place in the world", in Bammer, A. (ed.) *Displacements. Cultural Identities in Question*. Bloomington: Indiana University Press. pp. 110-123

Mateus, António

2010a. *Lobito*, Lisboa: Guerra e Paz;

2010b. *Lubango, Paris, Mavinga*, Lisboa: Guerra e Paz

Mateus, Dalila Cabrita, & Mateus, Álvaro

2011. *Angola 61: Guerra Colonial, Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Alfragide: Texto Editores

Mauss, Marcel

1966. *Sociologie et Anthropologie*, PUF

McCulloch, Merran

1952. *The Ovimbundu of Angola, Ethnographic Survey of Africa*, London: International African Institute

McIntyre, Chris

2012. *Zambia - Bradt Travel Guide*, Guilford (CO): The Globe Pequot Press

McKee, Yates

2007. “‘Eyes and Ears’: Aesthetics, Visual Culture, and the Claims of Nongovernmental Politics”, in Feher, M., McKee, Y. Krikorian, G. (eds), *Nongovernmental Politics*, Cambridge (MA): MIT Press

Mello, António Brandão de

1945. “Breve história da rainha Zinga Mbandi, D. Ana de Sousa”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 63, n° 3 e 4 (1945), p. 134-146

Merton, Robert K., **Barber**, Elinor

2004. *The Travels and Adventures of Serendipity: A Study in Sociological Semantics and the Sociology of Science*, New Jersey: Princeton University Press

Messiant, Christine

2000. “Angola 1974-1999: de la guerre d’indépendance à la guerre civile et régionale”, in Araújo Carreira, M. H. (ed.) *De la Révolution des Oeillets au 3e millénaire: Portugal et Afrique lusophone, vingt-cinq ans d’indépendance*, Saint-Denis: Université de Paris-VIII, pp.197-224

1997. “Chez nous, même le passé est imprévisible. L’expérience d’une recherche sur le nationalisme angolais, et particulièrement le MPLA: sources, critique, besoins actuels de la recherche”, disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/messiant98.pdf>

1997b. “Angola, entre guerre et paix”, in Marchar, R. et Messiant, C., *Les Chemins de la guerre et la paix: fins de conflits en Afrique orientale et australe*, Paris: Khartala, pp. 157-208

1995. “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition. II. Transition à la démocratie ou marche à la guerre ? L’épanouissement des deux “partis armés” (mai 1991-septembre 1992), *Lusotopie* : 181-212

1995b. “Mpla et Unita: Processus de paix et logiques de guerre”, *Politique africaine* 57, pp. 40-57

1994. “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition. I. De la guerre à la paix (1975-1991). Le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais”, *Lusotopie* I (1-2), pp. 155-212

1989. “Luanda 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste”, in Cahen, M. (ed.), *Bourgs et villes en Afrique lusophone*, Paris, L’Harmattan, pp. 125-199.

Michael, Bernardo A.

2009. “Spatiality, Power, and State-Making in the organization of Territory in Colonial South Asia: The Case of the Anglo-Gorkha Frontier, 1740-1816”, in Kirby, P. W. (ed.), *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*, Berghan Books, pp. 45-68

Miller, Joseph C.

1997. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830*, Madison: University of Wisconsin Press
1976. *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola*, Oxford: Clarendon Press, pp.63-70
1975. “Njinga of Matamba in a New Perspective”, *Journal of African History*, 16(2), pp. 201–16
1973. “Slaves, slavers and social change in the nineteenth century Kassanje”, in F-W Heimer (ed.) *Social Change in Angola*, Munich: Weltforum Verlag

Mitchell, J. Clyde

1954. “The Distribution of African Labour by Area of Origin on the Copper Mines of Northern Rhodesia”. *Rhodes-Livingstone Journal* 14, pp. 30-36

Monsutti, Alessandro

2005. *War and Migration: Social Networks and Economic Strategies of the Hazaras of Afghanistan*, London/New York: Routledge

Moorman, Marissa J.

2008. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*, Athens (OH): Ohio University Press

Nader, Laura

1972. “Up the Anthropologist: Perspectives Gained From Studying Up” in Hymes, D. (ed.), *Reinventing Anthropology*, New York: Pantheon

Naepels, Michael

2012. “L'épiement sans trêve et la curiosité de tout”, *L'Homme*, 2012/3, 203-204, p. 77-102.
2010. “Jean Bazin, de Machiavel à Wittgenstein. Une anthropologie d'un point de vue pragmatique”, *Critique*, 2010/3, 754, pp. 255-265.
2004. “Dispositifs Disciplinaires: Sur la Violence et l'enquête de terrain”, *Critique*, 2004/1 680-681, pp. 30-40

Nagengast, C.,

1994. “Violence, Terror, and the Crisis of the State”, in *Annual Review of Anthropology* 23, pp. 109-136

Naipaul, Shiva

- 1997[1978]. *North of South: An African Journey*, London: Penguin Books

Neto, Maria da Conceição

2012. *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902 - 1961*. PhD Thesis, SOAS, University of London
2002. “Um paradoxo Angolano: consciência nacional mais forte, unidade nacional mais frágil”, *Agora*, 1 fevereiro 2002

1997. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX", *Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones, Lusotopie*, pp. 327-359

Neto, Pedro Mendes

2016. "Surreptitious ethnography. Following the paths of Angolan refugees and returnees in the Angola-Zambia borderlands, *Zeitschrift für Ethnologie* 141, prevista publicação para 2016

2014. "Meheba (Zâmbia): Le camp et la question du retour des réfugiés angolais", in Agier, M. (ed.) *Un monde de camps*, Paris: La Découverte, pp. 61-72

2013. "Lisboa ou Belarmino Fragoso: Espaço político e existencial em 'Belarmino' ", in Urbano, L. (ed.) *Revoluções: Arquitectura e Cinema nos 60/70*, Porto: AMDJAC

Newitt, Malyn

2007. "Angola in Historical Context", in *Angola: The Weight of History*, edited by Chabal, P. and Vidal, N., pp. 19-92, London: Hurst

Newman, James L.

1995. *The Peopling of Africa: A Geographic Interpretation*, New Haven Yale University Press

Nora, Pierre

1989. "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire", in *Representations* (26), Special Issue: Memory and Counter-Memory, pp. 7-24

Nordstrom, C. & **Robben**, A. C. G. M., (eds)

1996. *Fieldwork under fire: Contemporary studies of Violence and Culture*, Berkeley: University of California Press

Nugent, P. & **Asiwaju**, A.I. (eds)

1996. "The Paradox of African Boundaries", e "The Future of African Boundaries", in Nugent, P. & Asiwaju, A.I. (eds) *African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities*, London: Pinter pp. 1-18; 266-272

Nugent, Paul

2002. *Smugglers, secessionists and loyal citizens on the Ghana-Togo frontier: the life of the borderlands since 1914*. Athens/Oxford/Legon: Ohio University Press/James Currey/Sub-Saharan Publishers

Okely, J.

1992. "Anthropology and autobiography: participatory experience and embodied knowledge", in Okely, J. & Callaway, H. (eds) *Anthropology and Autobiography*, London: Routledge

Oliver, R., & **Atmore**, Anthony

2001. *Medieval Africa, 1250-1800*, Cambridge: Cambridge University Press

Ong, Aihwa

1999. *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Durham, NC: Duke University Press.

von Oppen, Achim

1994. *Terms of Trade and Terms of Trust: The History and Contexts of Pre-Colonial Market Production Around the Upper Zambezi and Kasai*, Hamburg: Lit Verlag

Paasi, A.

1996. *Territories, Boundaries and Consciousness: The Changing Geographies of the Finnish-Russian Border*, Chichester: John Wiley

Padrão, F. Cervino

1998. *A Colonização do sul de Angola 1485-1974*. Lisboa: Publicações Europa-América

Papstein, Rober Jr.

1989. "From Ethnic Identity to Tribalism: The Upper Zambezi Region of Zambia, 1830-1981", In *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, edited by Vail, L. London and Berkeley: J. Currey and University of California Press. pp. 372-394

Parker, N. & Vaughan-Williams, N.

2012. 'Critical Border Studies: Broadening and Deepening the 'Lines in the Sand' Agenda', *Geopolitics* 17(4) pp. 727–733

Parkin, D. J.

1999. "Mementoes as Transitional Objects in Human Displacement", *Journal of Material Culture* 4(3), pp. 303-320

Pearce, Justin

2011. *Control, ideology and identity in civil war: The Angolan Central Highlands 1965-2002*, PhD Thesis, University of Oxford

2010. "Nationalist narratives and memories of war in Angola", disponível em http://www.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/africaProgramme/events/conferences/africaCWMay2829/papers_pdfs/pearce.pdf

Pécaut, Daniel

2000a. "The Loss of Rights, the Meaning of Experience, and Social Connection: A Consideration of the Internally Displaced in Colombia", *International Journal of Politics, Culture and Society*, 14(1), pp. 89-105

2000b. "Configurations of Space, Time, and Subjectivity in a Context of Terror: The Colombian Example", *International Journal of Politics, Culture, and Society* 14(1), pp 129-150

Pélissier, René

1986. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. II, Lisboa: Estampa

1979. *Le naufrage des caravelles. Études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*, Montamets: Orgeval

1978. *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961)*, Montamets: Orgeval

Pepetela

1994[1980]. *Mayombe*, Lisboa: Editores Reunidos

Perera, S.

2007. 'A Pacific Zone? (In)Security, Sovereignty, and Stories of the Pacific Borderscape', in P. K. Rajaram and C. Grundy-Warr (eds.), *Borderscapes: Hidden Geographies and Politics at Territory's Edge* (Minneapolis: University of Minnesota Press 2007) pp. 201–227.

Perez, Rosa M.

2009, "Body and Culture: Fieldwork experiences in India" in *Portuguese Studies*, 25 (1), pp. 30-45

2012. "Nação e Nostalgia", in *O Tulsi e a Cruz: Antropologia e colonialismo em Goa*, Maia: Temas e Debates

Peritore, P. N.

1990. "Reflections on Dangerous Fieldwork", in *American Sociologist* 21(4), pp. 359-373

Pétonnet, Colette

1982. "L'observation flottante. L'exemple d'un cimetière parisien", *L'Homme*, 22(4), pp.37-47

Pike, Keneth

1967. *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behaviour*, The Hague: Mouton

Pirie, G.H.

1992. "Traveling under Apartheid", in David M. Smith (ed.), *The Apartheid City and Beyond: Urbanization and Social change in South Africa*, Routledge: London/New York, pp.172-181

Powles, Julia

2005. "Embodied Memories: Displacements in Time and Space", in James, Wendy & Mills, David (eds), *Qualities of Time: Anthropological Approaches*, Oxford/New York: Berg, pp. 331-347

2002. "Home and Homelessness: The Life History of Susanna Mwana-Uta, an Angolan Refugee", *Journal of Refugee Studies* 15 (1), pp. 81-101

2000. *Road 65: A Narrative Ethnography of a Refugee Settlement in Zambia*, PhD Thesis, University of Oxford

Pratt, Mary Louise

1986. 'Fieldwork in common places', in *Writing Culture*, Clifford & Marcus (eds) California: University of California Press, pp. 27-50

Prunier, Gerard

2009. *From Genocide to Continental War: The "Congolese" Conflict and the Crisis of Contemporary Africa*, Londres: Hurst & Co

Queinnec, E. & Rigal, J.

1995. "Aide alimentaire et carences vitaminiques dans les camps de réfugiés", in F. Jean (ed.), *Populations en danger 1995: Rapport annuel sur les crises majeures et l'action humanitaires*. Paris: MSF/La Découverte

Rabinow, Paul

1978. *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley: University of California Press

Radulet, Carmen M.

1988. *As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical

Rancière, Jacques

2004. *The Politics of Aesthetics. The Distribution of the sensible*, London/New York: Continuum // 2000. *La partage du sensible: esthétique et politique*, Paris: La Fabrique Éditions

Ranger, Terence

1994. "Studying Repatriation as Part of African Social History", in T. Allen, T & Morsink, H. (eds.), *When refugees go home: African experiences*, Trenton, NJ: Africa World Press, pp. 279-294

1983. "The Invention of Tradition in Colonial Africa". In Hobsbawm & Ranger (eds), *The Invention of Tradition*, London/New York: Cambridge University Press, pp. 211-262.

1968. "Nationality and nationalism: the case of Barotseland", *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 4(2), 227-245

Redinha, José

1974. *Distribuição Étnica de Angola*, Centro de Informação e Turismo de Angola

1966. *Etnossociologia do Nordeste de Angola*, Braga: Editora Pax

Richardson, Carl

1996. "Exceptional Resource degradation: A case study of the Meheba Refugee Settlement, North-Western Province, Zambia", *Refugee Studies Centre - Documentation Centre*, University of Oxford

Roberts, A.

1976. *A History of Zambia*. New York: Africana Publishing Company

Roberts, B.

1976. *Kimberley, turbulent city*, Cape Town & Kimberley: David Philip & Historical Society of Kimberley and the Northern Cape.

Rodgers, G.

2002. "When Refugees don't go Home: Post-war Mozambican Settlement across the Border with South Africa". Ph.D Thesis, Faculty of Arts, University of Witwatersrand, p.136. (in Turton 2005:276)

Rodrigues, Cristina Udelsmann

2010. "Angola's southern border: entrepreneurship opportunities and the state in Cunene", *Journal of Modern African Studies*, 48 (3), pp. 461-484

2009. "Angolan Cities: urban (re)segregation?" in Locatelli, F. & Nugent, P. (eds), *African Cities: competing claims on urban spaces*. Leiden/Boston: Brill, pp. 37-53.

2007a "From family solidarity to social classes: urban stratification in Angola (Luanda and Ondjiva)", *Journal of Southern African Studies*, 33 (2), pp. 235-250

2007b. "Survival and Social Reproduction Strategies in Angolan Cities", *Africa Today* 54, pp. 91-105

2006. *O Trabalho Dignifica o Homem: estratégias de sobrevivência em Luanda*. Lisboa: Colibri.

Roque, Ricardo

2003. "The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola", *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 36, No. 1, *Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal* (2003), pp. 105-124

Roque, Sandra

2009. *Ambitions of cidade: war-displacement and concepts of the urban among bairro residents in Benguela, Angola*, PhD Thesis, não publicada, University of Cape Town

Rose, Hilary & Steven Rose, Alas

2000. *Poor Darwin: Arguments Against Evolutionary Psychology*, Harmony Books, New York

Rothberg, Michael

2010. "Introduction: Between Memory and Memory: From Lieux de mémoire to Noeuds de mémoire", *Yale French Studies*, in *Noeuds de mémoire: Multidirectional Memory in Postwar French and Francophone Culture* (2010), (118/119), pp. 3-12

Rouillé, André

2005. *La Photographie, entre document et art contemporain*. Paris: Gallimard

Saney, Issac

2006. "African Stalingrad: The Cuban Revolution, Internationalism and the End of Apartheid", *Latin American Perspectives*, 33 (5), pp. 81-117

Sangambo, Mose Kaputungo

1979. *The History of the Luvale and their Chieftainship*, (Hansen, A. & R. J. Papstein - eds), Los Angeles

Santos, M. E. Madeira

2008. "Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915), in Heintze & von Oppen (eds) *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History/Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main: Lembeck, pp. 26-40

1983. "Silva Porto e os problemas da África portuguesa no século XIX" *Série Separatas / Centro de Estudos de Cartografia Antiga*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983. vol. 149

Savimbi, Jonas

1985, *Quando a terra voltar a sorrir um dia*, Lisboa: Edição P&R

Scalettaris, Giulia

2013. *La fabrique du gouvernement international des réfugiés Bureaugraphie du HCR dans la crise afghane*, Thèse de doctorat, EHESS, Paris

Scheper-Hughes, Nancy

1995. "The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology", *Cultural Anthropology* 36(3), pp. 409-420

Schrenk, F.; Kullmer, O.; & Bromage, T.

2007. "The Earliest Putative Homo Fossils". In Henke, Winfried; Tattersall, Ian. *Handbook of Paleoanthropology 1*. Em colaboração com Thorolf Hardt. Berlin, Heidelberg: Springer. pp. 1611–1631.

Schubert, Benedict

2000. *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*. P. Schlettwein Publishing

Schwartz, B.

2000. *Abraham Lincoln and the Forge of National Memory*. Chicago: Chicago University Press

Sen, Amartya

1999. *Development as freedom*, New York: Oxford University Press

Seymour, Lee J.M.,

2013. "Sovereignty, territory and authority: Boundary maintenance in contemporary Africa", *Critical African Studies*, pp. 17-31

Silva, Sónia

2011. *Along an African Border: Angolan Refugees and Their Divination Baskets*, Philadelphia: Pennsylvania University Press

Simone, AbdouMaliq

2005. "Urban Circulation and the Everyday Politics of African Urban Youth: The Case of Douala, Cameroon". *International Journal of Urban and Regional Research* 29, pp. 516-532

Simone, A. & **Abouhani**, A. (eds)

2005. *Urban Africa: Changing Contours of Survival in the City*, Dakar: CODESRIA/London: Zed Books

Sontag, Susan

1979. *On Photography*, Harmondsworth: Penguin Books

Sopranzetti, Claudio

2014. "Owners of the Map: Mobility and Mobilization among Motorcycle Taxi Drivers in Bangkok", *City & Society* 26 (1), pp. 120–143

Spittler, Gerd

1996. "Explorers in transit: Travels to Timbuktu and Agades in the nineteenth century", *History and Anthropology*, 9 (2-3), pp. 231-253

Stein, Barry N.

1981. "The refugee experience: defining the parameters of a field of study," *International Migration Review*, 15(1):320-330

Stepputat, Finn

2008. "Forced Migration, Land and Sovereignty", in *Government and Opposition*, 43 (2), pp. 337–357

1994. "Repatriation and the Politics of Space: the Case of the Mayan Diaspora and Return Movement", *Journal of Refugee Studies* 7 (2/3), pp. 175-185

1999. "Dead Horses? Responses to Kibreab", *Journal of Refugee Studies* 12(4), pp. 416-419

Sussman, Rachelle

2014. "From 'Disaster Porn' to Dignity: Brand Strategies and Humanitarian Culture", Paper apresentado em *American Studies Association Annual Meeting*, San Antonio (TX), 2014-11-26

Tallio, Virginie

2007. La fabrique du réfugié. Du camp au rapatriement, lieux et processus de la construction du "réfugié". L'exemple des camps de réfugiés de Dadaab (Kenya) et de Nkondo (R.D.C.), Thèse de doctorat, EHESS, Paris

2004. "Le rapatriement des réfugiés angolais : glissements d'une catégorie à une autre" TERRA-Ed., Coll. "Esquisses", disponible en <http://reseau-terra.eu/article304.html>

Tarrius, Alain

2010. "Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s", *Regards croisés sur l'économie* 2/2010 (8), pp. 63-70

Teixeira, Frederico.C.T.

1936. *A Ocupação do Moxico*. Lisboa: Cadernos Coloniais (12)

Tsing, Anna Lowenhaupt

2005. *Friction: An Ethnography of Global Connection*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press

Turner, Simon

2010. *The Politics of Innocence: Hutu identity, conflict and camp life*, Oxford/New York: Berghahn Books

2013. " 'We Wait for Miracles': Ideas of Hope and Future among clandestine Burundian Refugees in Nairobi" in Cooper, E. & Pratten, D. (eds) *Ethnographies of Uncertainty in Africa*, (eds.), New York: Palgrave Macmillan, pp. 173-192

Turner, Victor

1957. *Schism and Continuity in an African Society: A study of Ndembu village life*, Manchester: Manchester University Press

1967. "Betwixt and between" in Turner, V. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*, Cornell University Press

he Ritual Process: Structure & Anti-Structure (Ithaca & New York: Cornell University Press).

Turner, V. & Bruner, E.

1986. *The Anthropology of Experience*, Urbana & Chicago: University of Illinois Press

Turton, David

2005. "The meaning of place in a world of movement: lessons from long term field research in southern Ethiopia", *Journal of Refugee Studies*, 18(3), pp. 258-80

1999. "Response to Kibreab", *Journal of Refugee Studies* 12(4) pp. 419-422

Tvedten, Inge

1997. *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction*, Boulder, CO: Westview Press;

Vansina, Jan

1990. *Paths in the Rainforest: Towards a History of Political Tradition in Equatorial Africa*, Londres: James Currey

Vellut, Jean-Luc

1972. "Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900), *Études d'Histoire Africaine* 3, pp. 61-166.

Vidal, Nuno

2007. "Social Neglect and the Emergence of Civil Society in Angola" in Chabal & Vidal (eds), *Angola: The Weight of History*, Hurst & Company: London

Vigh, Henrik

2010. "Youth Mobilisation as Social Navigation. Reflections on the concept of *dubriagem*", *Caderno de Estudos Africanos* 18/19, p. 140-164

2008. "Crisis and chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline", *Ethnos* 73(1), pp. 5-24

Vines, A.

1998. "Angola." in *Internally Displaced People. A Global Survey*, edited by Hampton, J., 89–94. Earthscan: London

Vines, A. & Weimer, M.

2011. *Angola: Assessing Risks to Stability, Center For Strategic & International Studies*, Washington available at https://csis.org/files/publication/110623_Vines_Angola_Web.pdf (DATA)

Ukabiala, J.

1999. "Impetus towards a mine-free world: first landmine convention meeting scheduled for Maputo in May », *Africa Recovery Online*, New York: United Nations

Urry, John

2000. *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*, London/ New York: Routledge

de Waal, Alex

2002. "Anthropology and the Aid Encounter", in MacClancy, J. (ed.) *Exotic No More: Anthropology in the Front Lines*, Chicago/London: The University of Chicago Press, pp. 251-269

1997. *Famine Crimes: Politics and the Disaster Relief Industry in Africa*, Oxford: James Currey

1989. *Famine that Kills: Darfur, Sudan*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Warner, Daniel

1992. "We are all Refugees", *International Journal of Refugee Law* 4 (3), pp. 365-372

Wheeler D., & Pélissier, R.

2009. *História de Angola*, Lisboa: Tinta da China

White, Charles M. N.

1960. *An Outline of Luvala Social and Political Organization*, Manchester:Manchester University Press

Wittel, Andreas

2000. "Ethnography on the Move: From Field to Net to Internet". *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 1(1), Art. 21, disponível em <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0001213> consultado a 15 de Junho 2015.

Wilson, K.

1992. "Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, 18 (3)

Wong, L.R., Ribeiro, J. T., & Barber-Madden, R.

2001. "Demographic Dynamic of War refugees and displaced population: Angola (1999/2000)". Paper apresentado na *14th General Population Conference* (International Union for the Scientific Study of Population [IUSSP], Salvador, Brazil, Agosto 18-24, disponível em http://www.archive-iussp.org/Brazil2001/s20/S25_04_Wong.pdf

Xenos, Nicholas

1993. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 18, No. 4 (Fall 1993), pp. 419-430

1996. "Refugees: The Modern Political Condition", in Shapiro, M.J. & Alker, H.R. (eds) *Challenging Boundaries: Global Flows, Territorial Identities*, Minneapolis/London: University of Minesota Press

Zetter, Roger

1991. 'Forming and transforming a Bureaucratic identify', in *Journal of Refugee Studies* 4/1:39-62

Zeller, Wolfgang

2009. "Danger and Opportunity in Katima Mulilo: A Namibian Border Boomtown at Transnational Crossroads" *Journal of Southern African Studies* 35:133-154

Zolbertg A.R., Suhrke, A.& Aguayo, S.

1989. *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World*, Oxford:Oxford University Press

Documentos/Relatórios

GICHD - Geneva International Centre for Humanitarian Demining

2008. *Linking mine action and development*. GICHD, Geneva.

HRW - Human Rights Watch

2003. "Struggling through peace: Return and Resettlement in Angola", 15 (16)A

2007. "Eles Partiram as Casas" Desocupações Forçadas e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda", disponível em http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0507ptwebwcover_0.pdf

ICG - International Crisis Group

2003. "Angola: Exorcising Savimbi's Ghost", *Current History* 102:206-214.

INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola

2014. "Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, disponível em <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>

LWF - Lutheran World Federation

2005. *Annual Report 2004*, Department for World Service, Zambia Christian Refugee Service Zambia

"Memorando de entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka". O documento pode ser consultado online em http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/angola_04042002.pdf

"Traçados Geraes sobre a Etnografia do Districto de Benguella" in *Boletim de Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1908, pp. 5-15; 44-56; 81-99

RCA 1970 - Refugee (Control) Act 1970, GRZ, disponível em <http://www.refworld.org/cgi-bin/text/xis/vtx/rwm/in/?page=type&type=LEGISLATION&publisher=&coi=ZMB&docid=3ae6b4d6c&skip=0>

UNHCR - United Nations High Commission for Refugees¹

2013. *Meheba Refugee Settlement - Meheba Brief 2013*, não publicado

2012. *Zambia - All statistics*, não publicado

2011a. *Meheba Brief March 2011*, não publicado

2011b. *UNHCR Operation Zambia - factsheet 12 April 2011*, não publicado

¹ Praticamente todos os documentos do UNHCR não publicados foram facultados por uma fonte que deve manter o anonimato.

2002. “Angola” in *UNHCR Global Report 2002*, pp. 246-252, available at <http://www.unhcr.org/3edf4fc40.html>

2001. *UNHCR Mid-Year Progress Report 2001 – Zambia* in <http://www.unhcr.org/3e6e162515.html>

2000. *UNHCR Refugee Newsnet - Refugee Daily Report 14/1/2000*

UNHCR-SADP

2008, Avaliação do Programa de Reintegração de Refugiados do ACNUR em Angola, August of 2008, available at <http://www.unhcr.org/4978881f2.pdf>

UNSD - United Nations Statistics Division

2009. “Slum population as percentage of urban”, disponível em <https://data.un.org/Data.aspx?d=MDG&f=seriesRowID%3A710> consultado a 20 Janeiro de 2015.

UNHCR/GRZ - United Nations High Commission for Refugees/Government of the Republic of Zambia

2014. “Strategic Framework for the the Local Integration of Former Refugees in Zambia” disponível em <http://www.endingdisplacement.org/wp-content/uploads/2014/06/STRATEGIC-FRAMEWORK-FOR-THE-LOCAL-INTEGRATION-OF-FORMER-REFUGEES-IN-ZAMBIA.pdf>

UNDESA/PD - United Nations, Department of Economic and Social Affairs/Population Division

2015. *World Urbanization Prospects - The 2015 Revision*, disponível em http://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf

2014. *World Urbanization Prospects - The 2014 Revision* disponível em <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>

USCR - United States Committee for Refugees

1991. *World Refugee Survey: 1989 in Review*. Washington, D.C.

WB - World Bank

2015. “Angola - World DataBank/World Development Indicators”, disponível em <http://databank.worldbank.org/data//reports.aspx?source=2&country=AGO&series=&period=>

2013. “Urban Development Index: Angola” disponível em <http://data.worldbank.org/topic/urban-development> consultado a 20 Janeiro de 2015

WCRWC - Women's Commission for Refugee Women and Children

2001. ‘Assessment of Reproductive Health for Refugees in Zambia’. disponível em <http://www.refworld.org/pdfid/48aa83240.pdf>

Wikileaks

2010. “Refugees at Meheba occupy UNHCR offices to protest corruption”, Embaixada Americana de Lusaka (20 Fevereiro 2015) disponível em <http://wikileaks.org/cable/2010/02/10LUSAKA110.html> a 7 de Março 2013

2008. "No More Free Lunch - World Food Program To Scale Back Feeding Programs For Angolans In Zambia" disponível em <https://cablegatesearch.wikileaks.org/cable.php?id=08LUSAKA977&q=meheba> a 7 de Março 2013

Filmes /Documentários

A Guerra (Portugal/Angola/Moçambique/São Tomé e Príncipe/Guiné-Bissau/Cabo Verde, 2007-2013, 42 episódios) realizado por Joaquim Furtado

Njinga. Rainha de Angola (Portugal/Angola, 2013, 109 min) realizado por Sérgio Graciano

Sierra Leone's Refugee All Stars (EUA/Guiné/Serra Leoa, 2005, 78 min), realizado por Zach Niles & Banker White

Code 46 (Reino Unido, 2003, 96 min) realizado por Michael Winterbottom

Mr. Bones (África do Sul, 2001, 110 min) realizado por Gray Hofmeyr

Taxi (Irão, 2015, 82 min) realizado por Jafar Panahi

To meteor vima tou pelargou [O passo suspenso da cegonha] (França/Itália/Grécia/Suíça, 1991, 143min) realizado por Theodoros Angelopoulos

The Gods Must Be Crazy (África do Sul, 1980, 109 min) realizado por Jamie Uys

Anexos

Anexo A

Public Notice to Angolan Refugees Regarding Local Integration

MHA-GRZ (não publicado)



REPUBLIC OF ZAMBIA

MINISTRY OF HOME AFFAIRS

Public Notice on the Criteria and Procedures for Local Integration of Former Angolan Refugees.

In May 2012, the Government of the Republic of Zambia in collaboration with UNHCR declared, pursuant to Article 1C(5) and (6) of the 1951 Convention relating to the Status of Refugees, Article I(4)(e) of the 1969 Organization of African Unity Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa (conventions to which Zambia is party), that the refugee status of Angolan refugees in Zambia who fled Angola as a result of the armed conflicts between 1961 and 2002 would cease as of 30th June 2012.

In light of the above declaration, the Government of the Republic of Zambia hereby invites eligible former Angolan refugees who wish to remain in Zambia to submit an application for an appropriate Immigration permit or Citizenship as the case may be (Local Integration).

Below are the categories and procedures for Local Integration:

No.	Category	Description	Requirements
1.	Children of Citizens of Zambia	A child born from one Zambian parent is eligible to apply for a Zambian National Registration card upon attaining the age of 16 years	<ul style="list-style-type: none">• Birth certificate or Under Five card• Copy of parents' National Registration card
2.	Angolans Married to Zambian Nationals	Former Angolan Refugees married to Zambian spouses are eligible to apply for a Spouse permit	<ul style="list-style-type: none">• Supporting letter written by Zambian spouse• Copy of Angolan

			<p>National passport</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 passport sized photographs • Copy of Marriage certificate if in possession of one • Copy of National Registration card of Zambian spouse
3.	Investors	Former Angolan Refugees that intend to establish a business or invest in Zambia are eligible to apply for an Investor Permit. Holders of an investor permit operating a viable business for a period exceeding 3 years are eligible to apply for a Residence permit.	<ul style="list-style-type: none"> • Proof of registration of the company with PACRA • Copy of Angolan National Passport • 2 passport sized photographs • Copy of current Bank Statement • Covering letter indicating type of business one wishes to operate
4.	Professionals	Former Angolan Refugees who have a professional qualification	<ul style="list-style-type: none"> • Copy of professional qualification • Letter of offer of employment • 2 passport sized

			<ul style="list-style-type: none"> photographs • Copy of Angolan National passport • Covering letter regarding request for permit
5.	Long Stay/Continuous Residence	Former Angolan Refugees who arrived in Zambia between 1966 and 1986 and have continuously lived in Zambia are eligible to apply for a Residence permit.	<ul style="list-style-type: none"> • Refugee Identity card • Angolan National Passport
6.	Second and Subsequent Generations	Children born from Former Angolan Refugees who arrived in Zambia between 1966 and 1986 are eligible to apply for a Residence Permit	<ul style="list-style-type: none"> • Refugee Identity card • Angolan National Passport
7.	Former Angolan Refugees Married to Refugees of Other Nationalities	Former Angolan Refugees under this category are eligible to apply for an appropriate immigration permit to allow them continued stay in Zambia. These permits include Employment permit, Investor permit, Residence permit, Study permit	<ul style="list-style-type: none"> • As required under the categories for Employment permit, Investor permit and Residence permit

Applications for registration should be obtained from and submitted to the Refugee Officers in the Mayukwayukwa and Meheba Refugee Settlements or to the Commissioner for Refugees at Rhodes Park in Lusaka between 15th October 2012 and 31st March 2013.

Self settled former Angolan refugees should obtain and submit their applications to the nearest Immigration Office or the District Registrar, Department of National Registration Passport and Citizenship as the case may be.

Applicants will be informed in writing about the outcome of their application and the consequence of a positive or negative decision.

For further information contact:

Office of the Commissioner for Refugees
Ministry of Home Affairs
P.O Box 50997,
LUSAKA
Chipowa Road
Rhodes Park
Telephone: 0211 255473/4

The Refugee Officer
Meheba Refugee Settlement
Solwezi
North Western Province.

The Refugee Officer
Mayukwayukwa Refugee Settlement
Kaoma
Western Province

United Nations High Commissioner for Refugees Representation
Office
P.O.Box: 32542, Kabulonga Telephone 0211 265873/6
E-mail: ZAMLU@unhcr.org
Lusaka, Zambia

United Nations High Commissioner for Refugees
Field Office Solwezi
Riverside, Off Independence Avenue

Plot Number: 2410
P.O. Box: 110132
Tel: +260218821545, +260218821770, +260218821328
Fax: +260218821170
Cell: +260977640751
Email: zamso@unhcr.org
Solwezi, North Western Province

United Nations High Commissioner for Refugees
Field Office Mongu
Limulunga Road
Area: Holy Cross, Malengwa
P.O. Box: Box 910274
Cell: +260 977 791394
Email: zammo@unhcr.org

Issued by:

Maxwell E. Nkole
Permanent Secretary
MINISTRY OF HOME AFFAIRS

Anexo B
Repatriation Forms
UNHCR (não publicado)



UNHCR
The UN Refugee Agency
**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H03960**

Size **6**

Other Document Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum: **ZAM**
 Voluntary Repatriation Address: **ANG**

Province: **North Western**
 Province: **Moxico (ADM1)**

District: **Solwezi**
 District: **Moxico (ADM2)**

Area: **Meheba**
 Municipality: **Luena**

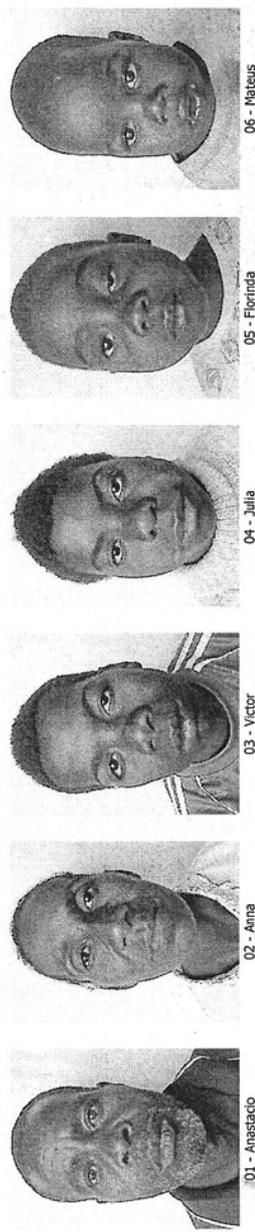
Block: **Block H**
 Commune/Village

Linked Households: _____
 Name of Relative, Contact: _____
 Departure Date: _____
 Convoy No: _____

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1 310-00014059	Anastacio	Mateus		M	51	Huambo	01-Jan-1961	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00014045	Anna	Grasia		F	43	Luena	01-Jan-1969	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00014074	Victor	Ngeve		M	16	Luena	01-Jan-1996	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
4 310-00014065	Julia	Mandalena		F	12	Luena	01-Jan-2000	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
5 310-00014071	Florinda	Kasinda		F	8	Meheba	01-Jan-2004	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
6 310-00020744	Mateus	Lusati		M	4	Meheba	01-Jan-2008	SN	SON		- Angolan Occupation: -

7
8
9
10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Prepared/Verified by - UNHCR _____
 Signature _____
 Date _____



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-12H00110**

Size **6**

Other Document Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum
Voluntary Repatriation Address

Country ZAM
Country ANG

Province North Western
Province Moxico (ADM1)

District Solwezi
District Alto Zambeze (ADM2)

Area Meheba
Municipality Cazombo

Block Block B
Commune/Village

Linked Households

Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1 310-00024961	Noah	Muzala		M	43	Cazombo, Angola	01-Jan-1969	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00024962	Getrude	Muzala		F	30	Meheba	01-Jun-1982	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00024963	Bernard	Muzala		M	8	Meheba	09-Feb-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
4 310-00024964	Chilombo	Muzala		F	6	Meheba	29-Nov-2005	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
5 310-00024965	Chisola	Muzala		F	4	Meheba	08-May-2008	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
6 310-00024966	Chikuta	Muzala		M	1	Meheba	09-Jul-2010	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation

7

8

9

10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Noah



02 - Getrude



03 - Bernard



04 - Chilombo



05 - Chisola



06 - Chikuta

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H01728**

Size **9**

Other Document Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum: **North Western** Province: **North Western** District: **Solwezi** Area: **Meheba** Block: **Block E**

Country: **ZAM** Country: **ANG** Municipality: **Moxico (ADM1)** Commune/Village: **Alto Zambeze (ADM2) Cazombo**

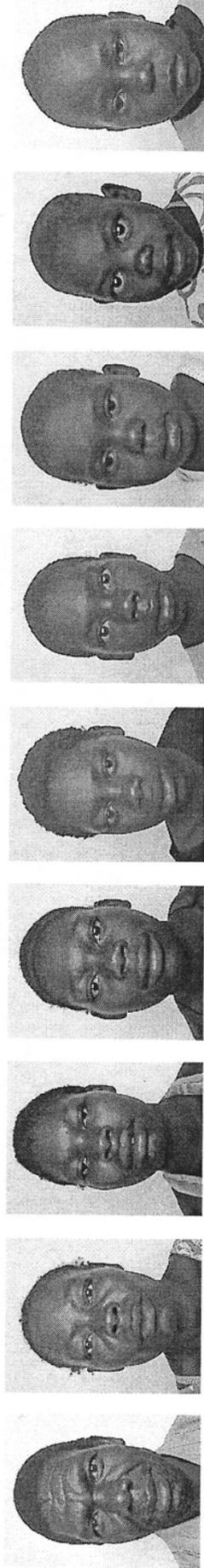
Voluntary Repatriation Address: **Moxico (ADM1)** District: **Alto Zambeze (ADM2) Cazombo**

Linked Households: Name of Relative, Contact: **Meheba** Departure Date: **Cazombo** Convoy No:

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HRI	Special Needs	Nationality / Occupation
1 310-00006199	Francis	Moses		M	50	Cazombo	21-Jan-1962	MA	HR1		- Angolan Occupation: Religious professionals
2 310-00006210	Jane	Makina		F	42	Cazombo	02-Mar-1969	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00006218	Jasinta	Moses		F	16	Kesenge	02-Mar-1995	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
4 310-00006232	Flora	Moses		F	15	Meheba	05-Nov-1996	SN	DAU		- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related
5 310-00006225	Adelia	Moses		F	12	Meheba	21-Mar-1999	SN	DAU		- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related
6 310-00006241	Jacky	Moses		M	9	Meheba	10-Nov-2002	SN	SON		- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related
7 310-00006248	Esperanca	Moses		F	5	Meheba	12-Feb-2006	SN	DAU		- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related
8 310-00006268	Queen	Moses		F	8	Meheba	15-Jan-2004	SN	NCE	SM	- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related
9 310-00006262	Stephen	Moses		M	7	Meheba	04-Jan-2005	SN	NEP	SC	- Angolan Occupation: Abrasive wheel formers, potters & related

10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date

Household #	310-12H00100
Size	3
Other Document Repat EntCard#	

Country	ZAM	Province	North Western	District	Solwezi	Area	Meheba	Block	Block B
Country	ANG	Province	Moxico (ADM1)	District	Alto Zambeze (ADM2)		Cazombo		Commune/Village
Current Location in Country of Asylum	Voluntary Repatriation Address								
Linked Households	Name of Relative, Contact				Departure Date		Convoy No		

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00024932	Gabriel	Ndala		M	50	Cazombo, Angola	11-Nov-1961	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00024933	Sandra	Ndala		F	15	Solwezi	15-Feb-1997	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
3 310-00024934	Kuzanga	Ndala		M	8	Solwezi	28-Oct-2003	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Date

Signature

Prepared/Verified by - UNHCR

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H02519**

Size **4**

Other Document
Repat EntCard#

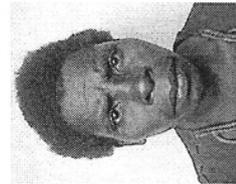
Current Location in Country of Asylum	Country	Province	District	Area	Block
Voluntary Repatriation Address	ZAM	North Western	Solwezi	Meheba	Block D
Linked Households	ANG	Moxico (ADM1)	Moxico (ADM2)	Municipality Luena	Commune/Village
Name of Relative, Contact	Departure Date				
Convoy No					

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00009068	Kenneth	Kakoma		M	55	Calunda	01-Jan-1957	MA	HR1		- Angolan Occupation: Forestry workers and loggers
2 310-00009081	Dorothy Ndala	Kakoma		F	42	Lumbala	01-Jan-1970	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00024931	Agginess	Kakoma		F	12	Meheba	13-Dec-1999	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
4 310-00023005	Aaron	Kakoma		M	2	Meheba	18-Sep-2009	SN	SON		- Angolan Occupation: -
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Kenneth



02 - Dorothy Ndala



03 - Agginess



04 - Aaron

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-10H00538**
Size **9**

Other Document
Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum
Country **ZAM**
Voluntary Repatriation Address
Country **ANG**

Province **North Western**
Province **Moxico (ADM1)**

District **Solwezi**
District **Alto Zambeze (ADM2)**

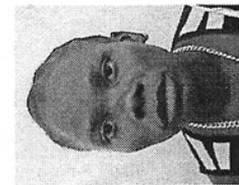
Area **Meheba**
Municipality **Cazombo**

Block **Block H**
Commune/Village

Linked Households
Name of Relative, Contact
Departure Date
Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00019744	Linda	John		F	32	Kalunda	25-Jun-1979	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00019747	Livia	Kantumoya		F	14	Meheba	07-Feb-1997	SN	DAU	SC	- Zambian Occupation: Student
3 310-00019748	Gizna	Kantumoya		F	11	Meheba	25-Dec-2000	SN	DAU		- Zambian Occupation: Student
4 310-00019756	Juliet	Kantumoya		F	8	Meheba	15-Feb-2003	SN	DAU		- Zambian Occupation: No occupation
5 310-00019750	Docas	Kantumoya		F	7	Meheba	03-Jan-2005	SN	DAU		- Zambian Occupation: No occupation
6 310-00019751	Jenifer	Kantumoya		F	4	Meheba	10-Feb-2007	SN	DAU		- Zambian Occupation: No occupation
7 310-00019752	Kantumoya	Kantumoya		M	2	Meheba	24-Oct-2009	SN	SON		- Zambian Occupation: No occupation
8 310-00019753	Tommy	Kantumoya		M	1	Meheba	15-Jul-2010	SN	SON		- Zambian Occupation: No occupation
9 310-00024928	Joao	Kantumoya		M	0	Meheba	20-Jan-2012	SN	SON		- Zambian Occupation: No occupation

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Linda



02 - Livia



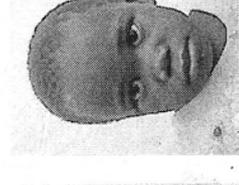
03 - Gizna



04 - Juliet



05 - Docas



06 - Jenifer



07 - Kantumoya



08 - Tommy



09 - Joao

Date

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-12H00101**

Size **1**

Other Document
Repat
EntCard#

Current Location in Country of Asylum: **Voluntary Repatriation Address**
 Country: **ZAM**
 Province: **North Western**
 District: **Solwezi**
 Municipality: **Meheba**
 Block: **Block B**
 Commune/Village: **Commune/Village**

Country: **ANG**
 Province: **Moxico (ADM1)**
 District: **Alto Zambeze (ADM2)**
 Municipality: **Cazombo**
 Block: **Block B**
 Commune/Village: **Commune/Village**

Linked Households
 Name of Relative, Contact
 Departure Date
 Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1	Aaron	Muzala		M	70	Cazombo, Angola	13-Jun-1942	SN	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Aaron

Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H00385**

Size **4**

Other Document

Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum
Country **ZAM**
Province **North Western**
District **Solwezi**
Municipality **Meheba**
Block **Block A**
Commune/Village

Country **ANG**
Province **Moxico (ADM1)**
District **Moxico (ADM2)**
Municipality **Luena**

Linked Households

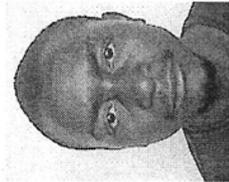
Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1 310-00001374	Shikunda	Kandala		M	39	Chavuma	09-Feb-1973	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00001402	Florence	Kandala		F	33	Chavuma	12-Jul-1978	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00001437	Enock	Kandala		M	4	Meheba	21-Nov-2007	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
4 310-00024930	Chisengo	Kandala		F	0	Meheba	15-Sep-2011	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
5											
6											
7											
8											
9											
10											

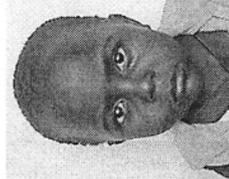
I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Shikunda



02 - Florence



03 - Enock



04 - Chisengo

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H01821**

Size **7**

Other Document Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum
Country **ZAM**
Province **North Western**
District **Solwezi**
Area **Meheba**

Country **ANG**
Province **Kuando Kubango**
District **Menongue (ADM2)**
Area **Menongue (ADM3)**

Block **Block E**
Commune/Village

Linked Households

Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00006519	Domingo	Zwaki		M	44	Chingongo	01-Apr-1967	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00006533	Namenda	Chika		F	36	Kuando Kubango	25-May-1975	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00006546	Daniel	Zwaki		M	14	Meheba	21-Feb-1997	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
4 310-00006549	Claire	Zwaki		F	11	Meheba	12-Feb-2000	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
5 310-00006553	Mujiwa	Zwaki		M	8	Meheba	28-Apr-2003	SN	SON		- Angolan Occupation: -
6 310-00006559	Dominga	Zwaki		F	5	Meheba	03-Sep-2006	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
7 310-00022623	Faustino	Zwaki		M	1	Meheba	22-Sep-2010	SN	SON		- Angolan Occupation: -

8

9

10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Domingo



02 - Namenda



03 - Daniel



04 - Claire



05 - Mujiwa



06 - Dominga



07 - Faustino

Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H00011**

Size **10**

Other Document
Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum
Voluntary Repatriation Address

Country **ZAM**
Province **North Western**
District **Solwezi**

Country **ANG**
Province **Moxico (ADM1)**
District **Alto Zambeze (ADM2) Cazombo**

Area **Meheba**
Municipality **Cazombo**

Block **F**
Commune/Village

Linked Households

Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00000028	Mateus	Sakisa		M	44	Lovua	10-Jun-1967	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00000035	Victoria	Koji		F	43	Cazombo	05-Oct-1968	MA	WIF		- Angolan Occupation: Housekeepers (including housewives)
3 310-00000038	Silvia	Sakisa		F	18	Meheba	11-Mar-1993	SN	DAU	SM	- Angolan Occupation: Student
4 310-00000042	Sila	Sakisa		F	15	Meheba	09-Mar-1996	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
5 310-00000044	Minga	Sakisa		F	12	Meheba	28-Mar-1999	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
6 310-00000047	Domingo	Sakisa		M	9	Meheba	13-Oct-2002	SN	SON		- Angolan Occupation: -
7 310-00000050	Tresa	Sakisa		F	6	Meheba	12-Apr-2005	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
8 310-00000053	Paulina	Sakisa		F	4	Meheba	25-May-2007	SN	DAU	CR	- Angolan Occupation: -
9 310-00018662	Janice	Mateus		F	2	Meheba	15-Jan-2010	SN	DAU		- Angolan Occupation: -
10 310-00018665	Aron	Ndala		M	1	Meheba	10-Aug-2010	SN	GCM		- Angolan Occupation: -

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Mateus



02 - Victoria



03 - Silvia



04 - Sila



05 - Minga



06 - Domingo



07 - Tresa



08 - Paulina



09 - Janice



10 - Aron

Date

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household #	310-10H00903
Size	4
Other Document	
Repat EntCard#	

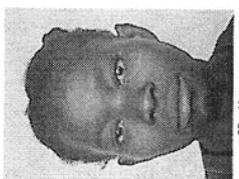
Current Location in Country of Asylum	Country	Province	District	Area	Block
Voluntary Repatriation Address	ZAM	North Western	Solwezi	Meheba	Block D
Repratriation Address	ANG	Huambo (ADM1)	Lngonjo	Municipality	Commune/Village
Linked Households	Name of Relative, Contact		Departure Date		Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00009125	Eliya	Kapinga		M	23	Huambo	28-Jun-1988	SN	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00013761	Kusuma	Vericiana		F	20	Bailundo	10-Aug-1991	SN	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00018324	Rosalina	Njamba		F	2	Meheba	23-Oct-2009	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
4 310-00024960	Niko	Kasanga		M	0	Meheba	13-Sep-2011	SN	SON		- Angolan Occupation: -
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



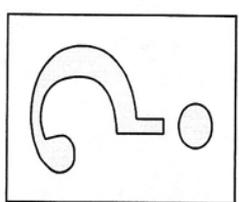
01 - Eliya



02 - Kusuma



03 - Rosalina



04 - Niko

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-10H02067**

Size **2**

Other Document
Repat EntCard#

Current Location in Country of Asylum	Country	Province	District	Area	Block
Voluntary Repatriation Address	ZAM	North Western	Solwezi	Meheba	Block D
	Country	Province	District	Municipality	Commune/Village
	ANG	Bie	Kuito (ADM2)	Kuito (ADM3)	
Linked Households	Name of Relative, Contact				Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1	Feliciano	Chimbenda		F	53	Kamacupa	01-Feb-1958	MA	HR1		- Angolan Occupation: Housekeepers (including housewives)
2	Sara	Janeta		F	18	Bie	01-Jan-1994	SN	DAU		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



02 - Sara



01 - Feliciano

Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-12H00103**

Size **7**

Other Document
Repat EntCard#

Current Location in
Country of Asylum
Voluntary
Repatriation Address

Country
ZAM
Country
ANG

Province
North Western
Province
Moxico (ADM1)

District
Solwezi
District
Moxico (ADM2)

Area
Meheba
Municipality
Luena

Block
Block B

Commune/Village

Linked Households

Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1	Simon	Mutunda		M	35	Solwezi	21-Jul-1976	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2	Esther	Kabwita		F	33	Solwezi	27-May-1979	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3	Ephraim	Mutunda		M	11	Meheba	24-Dec-2000	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
4	Misheck	Mutunda		M	9	Meheba	24-Oct-2002	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
5	Aaron	Mutunda		M	7	Meheba	28-Nov-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
6	Dominic	Mutunda		M	6	Meheba	13-Mar-2006	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
7	Matthew	Mutunda		M	0	Meheba	10-Sep-2011	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation

8

9

10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Simon



02 - Esther



03 - Ephraim



04 - Misheck



05 - Aaron



06 - Dominic



07 - Matthew

Date

UNHCR Meheba Zambia

Page 1 of 1
(Batch Page 14 of 18)

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household # **310-08H02833**

Size **5**

Other Document
Repat
EntCard#

Current Location in
Country of Asylum
Voluntary
Repatriation Address

Country **ZAM**
Province **North Western**

District **Solwezi**
Municipality **Luena**

Area **Meheba**
Block **D**

Linked Households

Name of Relative, Contact

Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality / Occupation
1 310-00010064	Petro	Kuyanda		M	66	Luvengi	05-May-1945	MA	HR1	SC	- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00010082	Loviana	Kuyanda		F	54	Luvengi	20-Dec-1957	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00010105	Ndiyana	Kuyanda		F	17	Meheba	04-Apr-1994	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
4 310-00010119	Mandona	Kuyanda		F	12	Meheba	08-Apr-1999	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
5 310-00010129	Legracia	Kuyanda		F	7	Meheba	07-Dec-2004	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



01 - Petro



02 - Loviana



03 - Ndiyana



04 - Mandona



05 - Legracia

Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household #	310-08H02352
Size	3
Other Document	
Repat EntCard#	

Current Location in Country of Asylum	Country	Province	District	Area	Block
Voluntary Repatriation Address	ZAM	North Western	Solwezi	Meheba	Block D
Linked Households	Country	Province	District	Municipality	Commune/Village
Name of Relative, Contact	ANG	Moxico (ADM1)	Moxico (ADM2)	Luena	
	Name of Relative, Contact				
	Departure Date				
	Convoy No				

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HRI	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00008433	Paul	Chilyata		M	72	Luena	01-Jan-1940	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00008438	Teziyana	Kabangu		F	70	Lumbala Nguimbo	01-Jan-1942	MA	WIF	ER	- Angolan Occupation: Housekeepers (including housewives)
3 310-00008444	Grace	Chilyata		F	11	Meheba	05-Jul-2000	SN	GCF	ER	- Angolan Occupation: Student
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Date

UNHCR Meheba Zambia

Prepared/Verified by - UNHCR

Signature

Date

Household # **310-12H00102**

Size **9**

Other Document Repat EntCard#

Country ZAM
Province North Western
District Solwezi
Area Meheba
Block B
Commune/Village

Country ANG
Province Moxico (ADM1)
District Alto Zambeze (ADM2)
Municipality Cazombo

Current Location in Country of Asylum
Voluntary Repatriation Address

Linked Households

Name of Relative, Contact

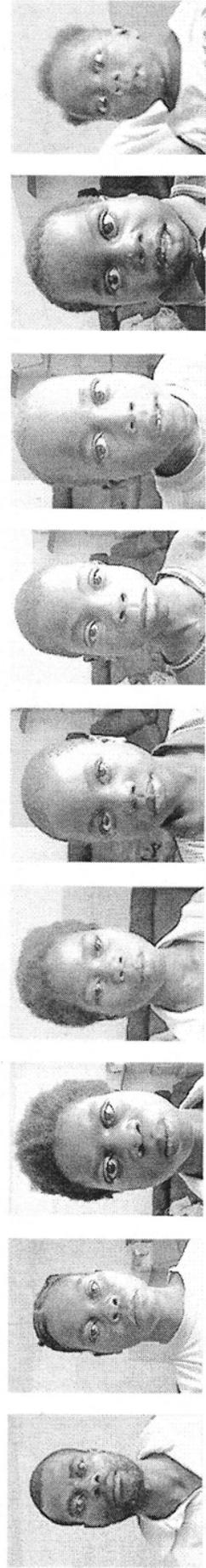
Departure Date

Convoy No

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel.to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1	Chinyama	Kaumba		M	39	Cazombo, Angola	05-Mar-1973	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2	Loveness	Kaumba	Chisola	F	29	Cazombo, Angola	15-Jun-1983	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3	Patricia	Chinyama		F	13	Solwezi	16-Aug-1998	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
4	Anna	Chinyama		F	11	Solwezi	06-Jan-2001	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
5	Makayi	Chinyama		M	8	Solwezi	15-May-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
6	Reuben	Chinyama		M	8	Solwezi	15-May-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: Student
7	Misheck	Chinyama		M	4	solwezi	09-Dec-2007	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
8	Emmanuel	Chinyama		M	2	Solwezi	06-May-2010	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
9	Eunice	Chinyama		F	0	Solwezi	20-Jan-2012	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation

10

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Date



UNHCR
The UN Refugee Agency

**Voluntary
Repatriation Form**

Household #	310-08H00689
Size	11
Other Document Repat EntCard#	

Current Location in Country of Asylum	Country	Province	District	Area	Block
Voluntary Repatriation Address	ZAM	North Western	Solwezi	Meheba	Block B
Linked Households	ANG	Huambo (ADM1)	Lngonjo	Municipality	Commune/Village
Name of Relative, Contact	Departure Date				
Convoy No					

Individual #	Given Name	Main Name	Other Name	Sex	Age	Place of Birth	DOB/YOB	Mar. Stat.	Rel. to HR1	Special Needs	Nationality /Occupation
1 310-00002420	Pedro	Jose		M	37	Longonjo	10-Feb-1974	MA	HR1		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
2 310-00002437	Theresa	Kasinda		F	30	Luuu	01-Jan-1982	MA	WIF		- Angolan Occupation: Farmers (crop and vegetable)
3 310-00002444	Evelyn	Jose		F	10	Meheba	03-Oct-2001	SN	DAU		- Angolan Occupation: Student
4 310-00002449	Pedro Jr	Jose		M	7	Meheba	11-Aug-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
5 310-00002455	Andre	Jose		M	7	Meheba	11-Aug-2004	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
6 310-00002461	Faustino	Jose		M	6	Meheba	05-Mar-2005	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
7 310-00002465	Nara	Jose		F	5	Meheba	06-Oct-2006	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
8 310-00002470	Limilia	Jose		F	5	Meheba	06-Nov-2006	SN	DAU		- Angolan Occupation: No occupation
9 310-00002476	Elizeu	Jose		M	5	Meheba	08-Jan-2007	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation
10 310-00021220	Emmanuel	Jose		M	3	Meheba	04-Dec-2008	SN	SON		- Angolan Occupation: No occupation

I, the undersigned hereby declare that, after due consideration and entirely of my own free will, I request repatriation to Angola.



Date

Signature

Prepared/Verified by - UNHCR

Date

Anexo C

All statistics - Zambia 2012

UNHCR (não publicado)



I. Population of Concern end of January 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 484	11	17 652
	DR Congolese	5 366	40	
	Rwandan	3 647	39	
	Other	1 017	48	
	Sub Total	17 514	138	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	8 013	9	9 464
	DR Congolese	1 152	27	
	Rwandan	125	0	
	Other	138	0	
	Sub Total	9 428	36	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	7 665	0	13 921
	DR Congolese	6 256	0	
	Sub Total	13 921	0	
Urban	DR Congolese	2 727	339	7 391
	Rwandan	1 266	86	
	Somali	1 144	377	
	Burundian	1 078	74	
	Other	263	37	
	Sub Total	6 478	913	
TOTAL		47 341	1 087	48 428

II. Repatriation of Angolan Refugees

Total repatriations prior to current month (from beginning of year)					
Repatriations in May 2012	Mayukwayukwa	Meheba	Self-settled	Other	Total
Week 1-6 January 2012	0	0	0	0	0
Week 7-13 January 2012	0	0	0	0	0
Week 14-20 January 2012	0	0	0	0	0
Week 21- 27 January 2012	0	0	0	0	0
Week 28-31 January 2012	0	0	0	0	0
Total repatriations in January 2012	0	0	0	0	0
TOTAL YEAR TO DATE	0	0	0	0	0

NB: In 2011 UNHCR Zambia repatriated a total of 2,448 refugees: 2,371 Angolans, 16 Burundians, 29 Rwandans, 20 Congolese, 10 Ugandans and 2 to the Republic of South Sudan.



I. Population of Concern end of February 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 469	11	17 679
	DR Congolese	5 401	40	
	Rwandan	3 654	39	
	Other	1 017	48	
	Sub Total	17 541	138	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	8 035	9	9 570
	DR Congolese	1 227	25	
	Rwandan	121	2	
	Other	151	0	
	Sub Total	9 534	36	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	7 665	0	13 921
	DR Congolese	6 256	0	
	Sub Total	13 921	0	
Urban	DR Congolese	2 757	402	7 547
	Rwandan	1 267	106	
	Somali	1 157	384	
	Burundian	1 097	75	
	Other	264	38	
	Sub Total	6 542	1 005	
TOTAL		47 538	1 179	48 717

II. Repatriation of Angolan Refugees

Total repatriations prior to current month (from beginning of year)					
Repatriations in February 2012	Mayukwayukwa	Meheba	Self-settled	Other	Total
Week 1-6 February 2012	0	0	0	0	0
Week 7-13 February 2012	0	0	0	0	0
Week 14-20 February 2012	0	0	0	0	0
Week 21- 27 February 2012	0	0	0	0	0
Week 28-31 February 2012	0	0	0	0	0
Total repatriations in February 2012	0	0	0	0	0
TOTAL YEAR TO DATE	0	0	0	0	0

NB: In 2011 UNHCR Zambia repatriated a total of 2,448 refugees: 2,371 Angolans, 16 Burundians, 29 Rwandans, 20 Congolese, 10 Ugandans and 2 to the Republic of South Sudan.



I. Population of Concern end of March 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 481	11	17 920
	DR Congolese	5 516	40	
	Rwandan	3 703	39	
	Other	1 085	45	
	Sub Total	17 785	135	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	8 014	9	9 599
	DR Congolese	1 272	27	
	Rwandan	125	2	
	Other	150	0	
	Sub Total	9 561	38	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	7 665	0	13 921
	DR Congolese	6 256	0	
	Sub Total	13 921	0	
Urban	DR Congolese	2 863	391	7 743
	Rwandan	1 273	105	
	Somali	1 163	398	
	Burundian	1 163	83	
	Other	265	39	
	Sub Total	6 727	1 016	
TOTAL		47 994	1 189	49 183

II. Repatriation of Angolan Refugees

Total repatriations prior to current month (from beginning of year)					
Repatriations in May 2012	Mayukwayukwa	Meheba	Self-settled	Other	Total
Week 1-6 March 2012	0	0	0	0	0
Week 7-13 March 2012	0	0	0	0	0
Week 14-20 March 2012	0	0	0	0	0
Week 21- 27 March 2012	0	0	0	0	0
Week 28-31 March 2012	0	0	0	0	0
Total repatriations in May 2012	0	0	0	0	0
TOTAL YEAR TO DATE	0	0	0	0	0

NB: In 2011 UNHCR Zambia repatriated a total of 2,448 refugees: 2,371 Angolans, 16 Burundians, 29 Rwandans, 20 Congolese, 10 Ugandans and 2 to the Republic of South Sudan.



I. Population of Concern end of April 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 485	11	17 966
	DR Congolese	5 530	40	
	Rwandan	3 713	39	
	Other	1 100	48	
	Sub Total	17 828	138	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	8 120	9	9 739
	DR Congolese	1 311	18	
	Rwandan	126	3	
	Other	152	0	
	Sub Total	9 709	30	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	7 665	0	13 921
	DR Congolese	6 256	0	
	Sub Total	13 921	0	
Urban	DR Congolese	2 880	417	7 745
	Rwandan	1 270	105	
	Somali	1 157	409	
	Burundian	1 118	83	
	Other	264	42	
	Sub Total	6 689	1 056	
TOTAL		48 147	1 224	49 371

II. Repatriation of Angolan Refugees

Total repatriations prior to current month (from beginning of year)					
Repatriations in April 2012	Mayukwayukwa	Meheba	Self-settled	Other	Total
Week 1-6 April 2012	0	0	0	0	0
Week 7-13 April 2012	0	0	0	0	0
Week 14-20 April 2012	0	0	0	0	0
Week 21- 27 April 2012	0	0	0	0	0
Week 28-31 April 2012	0	0	0	0	0
Total repatriations in April 2012	0	0	0	0	0
TOTAL YEAR TO DATE	0	0	0	0	0

NB: In 2011 UNHCR Zambia repatriated a total of 2,448 refugees: 2,371 Angolans, 16 Burundians, 29 Rwandans, 20 Congolese, 10 Ugandans and 2 to the Republic of South Sudan.



I. Population of Concern end of May 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 488	11	17 990
	DR Congolese	5 544	40	
	Rwandan	3 716	39	
	Other	1 102	50	
	Sub Total	17 850	140	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	8 080	9	9 719
	DR Congolese	1 317	18	
	Rwandan	125	3	
	Other	167	0	
	Sub Total	9 689	30	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	7 665	0	13 921
	DR Congolese	6 256	0	
	Sub Total	13 921	0	
Urban	Angolan	31	3	8 071
	DR Congolese	3 026	468	
	Rwandan	1 270	105	
	Somali	1 167	412	
	Burundian	1 168	84	
	Other	291	46	
	Sub Total	6 953	1 118	
TOTAL		48 413	1 288	49 701

II. Repatriation of Angolan Refugees

Total repatriations prior to current month (from beginning of year)					
Repatriations in May 2012	Mayukwayukwa	Meheba	Self-settled	Other	Total
Week 1-6 May 2012	0	0	0	0	0
Week 7-13 May 2012	0	0	0	0	0
Week 14-20 May 2012	78	41	0	0	119
Week 21- 27 May 2012	0	0	0	0	0
Week 28-31 May 2012	0	0	0	0	0
Total repatriations in May 2012	78	41	0	0	119
TOTAL YEAR TO DATE	134	57	0	0	191

NB: In 2011 UNHCR Zambia repatriated a total of 2,448 refugees: 2,371 Angolans, 16 Burundians, 29 Rwandans, 20 Congolese, 10 Ugandans and 2 to the Republic of South Sudan.



1. Statistics Population end 2011

Camp	Country of origin	Refugees	Asylum-seeker	Total
Mayukwayukwa	Angolan	8 004	9	8 013
	DR Congolese	1 135	37	1 172
	Burundian	136	0	136
	Rwandan	124	0	124
	Somali	1	0	1
Total		9 400	46	9 446
Meheba	Angolan	7 473	11	7 484
	DR Congolese	5 353	45	5 398
	Rwandan	3 572	39	3 611
	DR Congolese	702	15	717
	Somali	256	20	276
	OTHERS	45	0	45
Total		17 401	130	17 531
Urban	DR Congolese	1 592	266	1 858
	Rwandan	964	78	1 042
	Somali	869	405	1 274
	DR Congolese	800	66	866
	Ethiopian	182	30	212
Total		4 407	845	5 252
Self settled	Angolan	7 995	0	7 995
	Burundian	400	0	400
	DR Congolese	4429	0	4429
	Rwandan	900	0	900
	Somali	700	0	700
Total		14 424	0	14 424
Grand Total		45 632	1 021	46 653

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448

3. Statistics Population 30 June 2012

Location	Nationality	Refugees	Asylum-Seekers	Total
Meheba Settlement	Angolan	7 098	11	7 109
	DR Congolese	5 464	40	5 504
	Rwandan	3 675	39	3 714
	Other	1 032	50	1 082
Sub Total		17 269	140	17 409
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	7 985	9	7 994
	DR Congolese	1 319	18	1 337
	Rwandan	127	3	130
	Other	148	0	148
Sub Total		9 579	30	9 719
Self-settled	Angolan	7 665	0	7 665
	DR Congolese	6 256	0	6 256
Sub Total		13 921	0	13 921
Urban	DR Congolese	2610	408	3 018
	Rwandan	1259	291	1 550
	Somali	1150	102	1 252
	Burundian	1134	79	1 213
	Other	260	50	310
Sub Total		6 413	930	7 343
TOTAL		47 182	1 100	48 392

4. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012

Camp	Household	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	160	207	227	434
Meheba	153	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0	0
DR Congolese (Self-settled)	0	0	0	0
Grand Total	313	471	513	984



I. Population of Concern and others of concern

Location	Nationality	Total refugees	Total Asylum Seekers	Non of concern	Grand Total
Meheba Settlement	Angolan	0	0	7 102	17 391
	DR Congolese	5 543	5	0	
	Rwandan	3 654	0	0	
	Somali	306	17	0	
	Other	764	0	0	
	Sub Total	10 267	22	7 102	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	0	0	7 795	9 406
	DR Congolese	1 307	18	0	
	Rwandan	127	3	0	
	Burundi	155	0	0	
	Sudan	1	0	0	
	Sub Total	1 590	21	7 795	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	0	0	8 200	14 714
	DR Congolese	4 429	0	0	
	Burundi	400	0	0	
	Rwandan	914	0	0	
	Somali	700	0	0	
	Others	71	0	0	
Sub Total	6 514	0	8 200		
Urban	Angolan	0	0	32	7 215
	DR Congolese	2 665	497	0	
	Rwandan	1 264	30	0	
	Somali	1 156	121	0	
	Burundian	1 139	33	0	
	Other	256	22	0	
Sub Total	6 480	703	32		
TOTAL		24 851	746	23 129	48 726

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448



I. Population of Concern and others of concern

Location	Nationality	Total refugees	Total Asylum Seekers	Others of concern	Grand Total
Meheba Settlement	Angolan	0	0	7 084	17 278
	DR Congolese	5 539	0	0	
	Rwandan	3 620	0	0	
	Burundi	704	0	0	
	Somali	273	18	0	
	Other	40	0	0	
	Sub Total	10 176	18	7 084	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	0	0	7 780	9 545
	DR Congolese	1 423	56	0	
	Rwandan	127	1	0	
	Burundi	156	0	0	
	Somali	0	1	0	
	Sudan	1	0	0	
	Sub Total	1 707	58	7 780	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	0	0	8 200	14 714
	DR Congolese	4 429	0	0	
	Burundi	400	0	0	
	Rwandan	914	0	0	
	Somali	700	0	0	
	Others	71	0	0	
	Sub Total	6 514	0	8 200	
Urban	Angolan	0	0	33	7 158
	DR Congolese	2 642	492	0	
	Rwandan	1 265	30	0	
	Somali	1 162	118	0	
	Burundian	1 144	25	0	
	Other	225	22	0	
	Sub Total	6 438	687	33	
TOTAL		24 835	763	23 097	48 695

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448



UNHCR

United Nations High Commissioner for Refugees
Haut Commissariat des Nations Unies pour les réfugiés

Statistics end September

I. Population of Concern and others of concern

Location	Nationality	Total refugees	Total Asylum Seekers	Others of concern	Grand Total
Meheba Settlement	Angolan	0	0	7 097	17 316
	DR Congolese	5 562	0	0	
	Rwandan	3 621	0	0	
	Burundi	706	0	0	
	Somali	273	17	0	
	Other	40	0	0	
	Sub Total	10 202	17	7 097	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	0	0	7 788	9 555
	DR Congolese	1 425	56	0	
	Rwandan	127	1	0	
	Burundi	156	0	0	
	Somali	0	1	0	
	Sudan	1	0	0	
	Sub Total	1 709	58	7 788	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	0	0	8 200	14 714
	DR Congolese	4 429	0	0	
	Burundi	400	0	0	
	Rwandan	914	0	0	
	Somali	700	0	0	
	Others	71	0	0	
	Sub Total	6 514	0	8 200	
Urban	Angolan	0	0	33	7 163
	DR Congolese	2 577	572	0	
	Rwandan	1 267	27	0	
	Somali	1 150	116	0	
	Burundian	1 150	24	0	
	Other	225	22	0	
	Sub Total	6 369	761	33	
TOTAL		24 794	836	23 118	48 748

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448



I. Population of Concern and non concern

Location	Nationality	Total refugees	Total refugee /sex		Total Asylum Seekers	Others of concern	Grand Total
			F	M			
Meheba Settlement	Angolan	0	4750	5474	0	7 097	17 338
	DR Congolese	5 584			0	0	
	Rwandan	3 624			0	0	
	Burundi	708			0	0	
	Somali	268			17	0	
	Other	40			0	0	
	Sub Total	10 224			17	7 097	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan	0	866	1078	0	7 797	9 748
	DR Congolese	1 660			6	0	
	Rwandan	128			1	0	
	Burundi	156			0	0	
	Somali	0			0	0	
	Sudan	0			0	0	
	Sub Total	1 944			7	7 797	
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan	0	3121	3393	0	8 200	14 714
	DR Congolese	4 429			0	0	
	Burundi	400			0	0	
	Rwandan	914			0	0	
	Somali	700			0	0	
	Others	71			0	0	
	Sub Total	6 514			0	8 200	
Urban	Angolan	0	2799	3599	0	33	7 293
	DR Congolese	2 565			677	0	
	Rwandan	1 264			25	0	
	Somali	1 182			112	0	
	Burundian	1 157			25	0	
	Other	230			23	0	
	Sub Total	6 398			11536	13544	
TOTAL		25 080	25080		886	23 127	49 093

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448

Mayukwayukwa Settlement Refugee Population by Country of Origin Sex and Age Group

Age Group Nationality / Sex	0 - 4			5 - 11			12 - 17			18 - 59			60 +			Grand Total		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total									
Burundian	11	10	21	23	17	40	6	11	17	21	57	78	0	0	0	61	95	156
DR Congolese	147	162	309	166	176	342	109	133	242	330	426	756	7	4	11	759	901	1 660
Rwandan	10	11	21	14	18	32	6	3	9	16	50	66	0	0	0	46	82	128
Grand Total	168	183	351	203	211	414	121	147	268	367	533	900	7	4	11	866	1078	1 944

Urban Refugee Population by Country of Origin Sex and Age Group

Age Group Nationality / Sex	0 - 4			5 - 11			12 - 17			18 - 59			60 +			Grand Total		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Burundian	58	50	108	101	98	199	68	72	140	251	449	700	8	2	10	486	671	1157
DR Congolese	91	112	203	234	227	461	220	213	433	672	738	1410	17	41	58	1234	1331	2565
Rwandan	36	43	79	98	108	206	87	67	154	334	470	804	7	14	21	562	702	1264
Somalian	31	29	60	104	80	184	61	59	120	549	234	783	12	23	35	757	425	1182
Others	4	4	8	18	11	29	9	12	21	40	106	146	5	21	26	76	154	230
Grand Total	216	234	450	537	513	1050	445	423	727	1846	1997	2914	49	101	89	3115	3283	6 398

Mehaba Refugee Population by Country of Origin Sex and Age Group

Age Group Nationality / Sex	0 - 4			5 - 11			12 - 17			18 - 59			60 +			Grand Total			
	F	M	Total	F	M	Total													
Burundian																			
DR Congolese																			
Rwandan																			
Somalian																			
Others																			
Grand Total	0	0	0	-															

Mayukwayukwa Settlement Other of concern (Angolan) Population by Country of Origin Sex and Age Group

Age Group Nationality / Sex	0 - 4			5 - 11			12 - 17			18 - 59			60 +			Grand Total		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Total	603	607	1210	947	875	1822	622	614	1236	1646	1428	3074	141	314	455	3959	3838	7 797



I. Population of Concern and non concern

Location	Nationality	Total refugees	Total Asylum Seekers	Others of concern	Grand Total
Meheba Settlement	Angolan	0	0	7 087	17 289
	DR Congolese	5 562	0	0	
	Rwandan	3 621	0	0	
	Burundi	706	0	0	
	Somali	273	0	0	
	Other	40	0	0	
	Sub Total	10 202	0	7 087	
Mayukwayukwa Settlement	Angolan				0
	DR Congolese				
	Rwandan				
	Burundi				
	Kenya				
	Somali				
	Sudan				
Sub Total					
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan				0
	DR Congolese				
	Burundi				
	Rwandan				
	Somali				
	Others				
Sub Total					
Urban	Angolan				0
	DR Congolese				
	Rwandan				
	Somali				
	Burundian				
	Other				
Sub Total					
TOTAL					17 289

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448



I. Population of Concern and non concern

Location	Nationality	Total refugees	Total Asylum Seekers	Non of concern	Grand Total
Meheba Settlement	Angolan				0
	DR Congolese				
	Rwandan				
	Burundi				
	Somali				
	Other				
	Sub Total				
Mayukwayukwa Settlement	Angolan				0
	DR Congolese				
	Rwandan				
	Burundi				
	Kenya				
	Somali				
	Sudan				
Sub Total					
Self-settled (28 Districts in 5 Provinces)	Angolan				0
	DR Congolese				
	Burundi				
	Rwandan				
	Somali				
	Others				
Sub Total					
Urban	Angolan				0
	DR Congolese				
	Rwandan				
	Somali				
	Burundian				
	Other				
Sub Total					
TOTAL					0

2. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2012 to 31 Jun 2012 of Angolan refugees

Camp	F	M	Grand Total
Mayukwayukwa	207	227	434
Meheba	264	286	550
Angolan (Self-settled)	0	0	0
Grand Total	471	513	984

3. Statistics Report of voluntary Repatriation from 01 Jan 2011 to 31 December 2011

Country of origin	F	M	Grand Total
Angolan	1 181	1 190	2 371
Burundian	9	7	16
Congolese (DRC)	7	13	20
Rwandan	19	10	29
Sudanese	0	2	2
Uganda	6	4	10
Grand Total	1222	1226	2 448

Índice de conteúdos

Agradecimentos	V
Resumo/Abstract	VII
Lista de Acrónimos	IX
Lista de Figuras	X
Lista de Tabelas	XI
Nota editorial e ortográfica	XII
index	XIII
Prólogo	1
Introdução	4
1. Uma região inquieta	25
1.1 - <i>“Angola”, território de deslocados</i>	27
1.2 - <i>Uma etnografia em movimento</i>	55
2. O campo	83
2.1 - <i>Meheba, construção de um território</i>	85
2.2 - <i>A peste</i>	103
2.3 - <i>No meio do nada, o fim do mundo</i>	118
2.4 - <i>Entre casa e âncora</i>	129
2.5 - <i>Uma fama desabitada</i>	145
2.6 - <i>Agro-desenvolvimentos</i>	155
3. Entre o mato e a cidade	167
3.1 - <i>“Os angolanos são especiais”</i>	169
3.2 - <i>Re(patria)mento</i>	181
3.3 - <i>Na cidade...</i>	200
3.4 - <i>Da (i)mobilidade</i>	216
4. A estrada e a fronteira	233
4.1 - <i>Pela estrada fora</i>	235
4.2 - <i>Definição e consolidação de uma fronteira</i>	264
Conclusão (em jeito de epílogo)	291
Bibliografia	301
Anexos	335